

ANA GOMES PORTO

## CRIME EM LETRA DE FORMA

sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa  
do prelúdio republicano

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Este exemplar corresponde à redação  
final da Dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora  
em 25/02/2003

### BANCA

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

*Schalhoub*

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (membro)

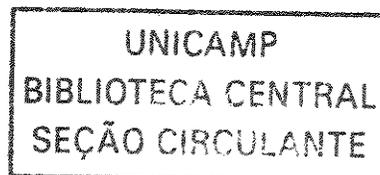
*Maria Clementina Pereira Cunha*

Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach (membro)

*Maria Cristina Cortez Wissenbach*

Prof. Dr. Jefferson Cano (suplente)

FEVEREIRO/2003



UNIDADE	BP
Nº CHAMADA	UNICAMP P838c
V	EX
TOMBO BC/	53111
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/04/03
Nº CPD	

CM00182246-0

BIB ID 288019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

## Porto, Ana Gomes

P838c

Crime em letra de forma : sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano / Ana Gomes Porto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Sidney Chalhoub.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Crime e imprensa. 2. Leitura de jornais. 3. Jornalismo. 4. Literatura popular. I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## RESUMO

Esta dissertação tem como proposta analisar algumas notícias de crime presentes nos anos de 1880, 1890, 1900 e 1910, principalmente através do jornal *O Estado de São Paulo*. Há um sentido geral nestas notícias que idealiza uma nova sociedade baseada na ordem. Os criminosos, então, eram vistos como seres bárbaros e abomináveis, incapazes de tomar parte da sociedade. Entretanto, mesmo com essa mensagem, é possível notar a existência de diversas ambigüidades, sugerindo que não necessariamente a mensagem transmitida pelo jornal poderia se efetivar. As diversas notícias analisadas - folhetins sobre um esqueleto no Paço Imperial, gatunos e crimes de sangue - foram concebidas levando em conta recursos literários, que as transformavam em narrativas interessantes ao leitor. Assim, uma característica do jornal desse período é a presença constante de textos de caráter literário mesmo no espaço destinado às notícias.

## ABSTRACT

This dissertation proposes to analyse crime news published in the years 1880, 1890, 1900, and 1910, mainly by the newspaper *O Estado de São Paulo*. The general meaning of such news is the idealization of a new society based on order. Therefore, criminals were seen like savage and abominable people, incapable of being part of society. Nevertheless, beside this message, it is possible to notice the existence of multiple ambiguities, suggesting that the essential meaning might not be effectively put forward. Also, all analysed news - feuilletons about a skeleton found in the Imperial Palace, thieves and bloody crimes - rely on literary resources to appeal to the readers. Thus, this work underlines the constant presence of texts with literary character even in the space designated to news.

à Violeta e José Rubens

## *Agradecimentos*

No início da graduação comecei a pesquisar o crime em São Paulo no início do século XX. Tematizando os crimes contra a propriedade, analisando especificamente os documentos de polícia e justiça, nunca imaginava que iria acabar centrando o meu trabalho na imprensa. Pois, se sabia da existência das notícias de crime, não imaginava a sua presença tão constante naquelas folhas impressas do final do XIX e início do XX. Muito menos que me depararia com incríveis histórias, não necessariamente reais.

O professor Sidney Chalhoub, meu orientador desde a graduação foi fundamental durante todo esse processo. Ele não somente teve paciência nos momentos em que eu estava completamente perdida, como ajudou a elaborar todo este estudo. Ao professor Sidney Chalhoub devo, então, agradecer por tudo que está nessa dissertação, desde o processo de pesquisa até a elaboração do texto o qual, como um leitor muito atento, não deixava escapar nada e criticava cada parágrafo; se deixei passar alguma coisa, certamente não foi sua culpa.

O tempo de pesquisa foi, em grande medida no arquivo *Edgard Leuenroth* na *Unicamp*. Lá, além de “incomodar” o meu orientador mais do que deveria, pude pesquisar sossegadamente. Todos os funcionários foram excepcionais comigo e me proporcionaram um ótimo ambiente de trabalho.

Durante esse tempo tive contato com pessoas importantes. Desde a graduação alguns amigos sempre estiveram ao meu lado. Uassyr e Mariana, entre outros, tornaram-se companhia constante tanto no mestrado quanto na graduação. Discutindo textos ou dividindo “momentos tensos” tão comuns quando se faz uma dissertação, nunca serão esquecidos. João Eduardo (Dudu) e Vitória também estavam por perto. Além deles, Anália, Paula e Claudia devem ser lembradas.

Às minhas amigas Paula, Elci, Claudia, Cris e Mila agradeço pelos momentos de diversão e risadas, além da compreensão pelo meu “sumiço”. Elas sempre estiveram presentes, mesmo quando eu estava trancada em casa escrevendo a dissertação. Marcão, do mesmo jeito, proporcionou diversos passeios e conversas agradáveis e, como amigo, dava ótimos conselhos. Cris, além de ótima amiga, foi grande incentivadora desta pesquisa, ajudando com as fontes e a interpretação dos textos jornalísticos daquela época. Claudia, da mesma forma, esteve sempre disposta a ajudar nas horas críticas, emprestando seu talento para os detalhes finais.

À Endrica agradeço a preocupação e atenção que teve comigo, principalmente nestes últimos meses, nos quais passamos por situações parecidas e ambas podemos dizer que com sucesso. Macarena, minha amiga de longa data, mesmo morando em outra cidade, nunca deixou de ficar ao meu lado nos mais diversos períodos da vida. Assim também Santina, que conheço há tanto tempo e considero como uma (quase) irmã mais velha.

Leonardo me ajudou muito e posso dizer que foi ele que me instigou a pensar sobre algumas questões que estão nessa dissertação, incentivando, desde a graduação, o meu interesse em estudar as notícias de crime. Artur e Jefferson, nos cafés do meio da tarde, estiveram sempre atentos às minhas angústias.

Neste sentido, Jefferson Cano foi mais do que um amigo. Ele se tornou, além de uma pessoa de referência para mim, um ótimo leitor, estando presente na minha qualificação e dando excelentes sugestões. Assim como a professora Maria Clementina Pereira Cunha que, comentando cada detalhe do meu texto de qualificação, tornou possível uma análise mais abrangente. Espero ter conseguido satisfazê-los. Ao professor Edgar De Decca, agradeço o início nesta “história de crimes”.

Agradeço, principalmente, à minha família. Meus pais, José Rubens e Violeta e meu irmão Mário foram compreensivos o tempo todo e não posso dizer que foi fácil me tolerar. Foram eles que me deram apoio quando eu mais precisava.

Ao Maurício devo tudo. Agradeço por aquilo que já passamos e ainda estamos por passar nesse ano tão simbólico que começa com dois e acaba com três. Obrigada por estar sempre ao meu lado.

Para finalizar, agradeço à FAPESP e à CAPES que me concederam a possibilidade de fazer um mestrado sem as peripécias de quem não consegue bolsa. Sem o apoio dessas instituições seria impossível realizar este trabalho.

Ana Gomes Porto, janeiro de 2003.

POEMA TIRADO DE UMA NOTÍCIA DE JORNAL

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número.

Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro

Bebeu

Captou

Dançou

Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

(Manuel Bandeira, *Libertinagem*).

# ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo 1 - O esqueleto do Paço Imperial	35
Item 1 - Uma estranha e oportuna descoberta	36
Item 2 - Os vários esqueletos da imprensa	38
Item 3 - A exumação do Império: um esqueleto célebre	69
Capítulo 2 - Os amigos do alheio	73
Item 1 - De pobre a vadio e gatuno	75
Item 2 - As quadrilhas de ladrões: dois livros de crime	86
Item 3 - As quadrilhas de ladrões n' O Estado de São Paulo	96
Item 4 - A polícia, o jornal e os suspeitos	113
Capítulo 3 - Crimes de sangue, histórias sensacionais	119
Item 1 - As notícias sensacionais	120
Item 2 - <i>O cortiço</i> e outros cortiços	131
Item 3 - O sensacional	147
Considerações Finais	151
Fontes e Bibliografia	157
Anexos	165

# Introdução

## 1.

Em 18 de janeiro de 1890, o jornal paulista *O Estado de São Paulo* publicou, na primeira página e em destaque, “Carta de um malandro”, assinada por Marcos Valente. Tratava-se de uma carta dirigida ao redator do jornal, exigindo o direito de ser ocioso e não trabalhar, em oposição ao que dizia um trecho do relatório do diretor de fazenda do estado do Rio de Janeiro, Alberto Brandão. Tal trecho era discutido na imprensa fluminense em uma “animada contenda”.

Mais de um século após a publicação dessa carta, *O Estado de São Paulo*, na seção “Há um século” apresenta-a, novamente, ao público. A intenção do jornal no ano de 1990 era mostrar aos leitores algo que circulava 100 anos antes e trazia o seguinte aviso: “Pelo fato de o jornal não ter circulado no dia 3 de outubro de 1890, publicamos hoje trechos de uma carta de um leitor publicada no dia 18 de janeiro daquele mesmo ano.”

Maria Angela Borges Salvadori utiliza-se desta carta - a da publicação d’*O Estado de São Paulo* de 1990 - como ilustração inicial da sua dissertação de mestrado, *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*.<sup>1</sup> Segundo a autora, o seu trabalho “procura romper com as visões que percebem o malandro como contraventor, louco ou ‘tipo’ nacional, reconhecendo nas diferentes manifestações da cultura popular não apenas um objeto de estudo, mas também a presença de sujeitos históricos. Quer dar voz a estes personagens sobre os quais tantos falaram. Mostrar que o malandro, e o capoeira que o antecedeu, não são vadios. Eles representam um esforço pela afirmação da personalidade e por uma experiência de vida onde a submissão esteja ausente.”<sup>2</sup>

Os personagens aos quais a autora quer “dar voz” seriam aqueles que exerciam tipos de profissões alternativas, conhecidos como “desordeiros” e que, normalmente, eram figuras importantes das camadas pobres da população. Como escreve no capítulo 1, o

<sup>1</sup> Dissertação defendida no Departamento de História da Unicamp em 1990.

<sup>2</sup> Salvadori, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição (1890-1950)*. Dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1990, pp.16-7.

“malandro, quando pensado a partir de sua própria comunidade, é mais que um arruaceiro, mais que um símbolo da desordem, tem um sentido diferente daquele que é imposto pelas falas jurídicas e médicas que o definem como um sujeito que pratica uma vida avessa ao trabalho.”<sup>3</sup>

Ao definir o seu objeto de pesquisa ficam claras as referências historiográficas da autora, que tem em Peter Linebaugh uma grande influência teórica. Assim, pensando nas formas alternativas de trabalho, este autor chama a atenção para outros meios de resistência cotidiana entre os trabalhadores na Inglaterra do século XVIII. O crime estaria entre uma dessas práticas. Transferindo essa discussão para o Brasil, pode-se dizer que os “expedientes temporários” ou certos “serviços irregulares”<sup>4</sup> estariam entre as formas de resistência ao trabalho disciplinado, industrial e urbano.

Assim, sem sombra de dúvida, o “malandro” e o “capoeira” eram sujeitos históricos vinculados à camada pobre da população. A ociosidade a que se refere Salvadori no primeiro item do capítulo 1 faria, então, parte de uma construção que se contrapunha ao trabalho disciplinado e cotidiano. Como expõe ao analisar a noção de contravenção existente no código penal de 1890: “o ‘não-exercício’ do trabalho é visto como contravenção quando praticado pelo pobre”.<sup>5</sup>

Voltemos à “Carta de um malandro”. Elizabeth Cancelli também se utiliza dela, desta vez para iniciar o seu trabalho, no capítulo “Criminosos e não criminosos na história”, em *A cultura do crime e da lei*.<sup>6</sup> A carta seria “debochada” e a autora pergunta: “Mas como um transgressor confesso, um vagabundo, um malandro, vinha a público questionar se sua vida estaria ou não permeada pela ilícita atitude de optar pelo descumprimento da lei? Como Marcos Valente poderia ganhar espaço na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo* para retorquir contra a ‘imposição de uma nova ética do trabalho?’”<sup>7</sup>

<sup>3</sup> *Idem*, pp.79-80.

<sup>4</sup> *Idem*, p.14.

<sup>5</sup> *Idem*, pp. 49.

<sup>6</sup> Cancelli, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei. 1890-1930*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.

<sup>7</sup> *Idem*, p.22.

Cancelli considera o seu trabalho de “história política, buscando a história das idéias no Brasil”.<sup>8</sup> Ela está interessada em “analisar como os homens criam suas concepções de sociedade e as relacionam com a violência em alguns de seus aspectos. Acima de tudo, como constroem a cultura que reprime, institui e administra os instrumentos de violência social e institucional”.<sup>9</sup>

Ao se posicionar desta maneira, “surpreende-se com a historiografia brasileira nos últimos 15 anos”, a qual tenta, “de certa forma, responder à questão de uma imposição de uma nova ética do trabalho” (aquela “retorquida” por Marcos Valente). Uma vertente de historiadores, então, associaram a imposição da ética do trabalho ao controle social. A segunda vertente reconhece que tudo o que se relaciona ao crime passa a ser central naquele momento de virada para o XX, no qual a “dinâmica do espaço urbano se torna cada vez mais intensa” e tudo que se relaciona a ela passa a ser foco de atenção (inclusive os criminosos e o crime).<sup>10</sup> Portanto, “das duas vertentes, não excludentes, por assim dizer, caberiam interpretações para a existência da carta de Marcos Valente, já que a vagabundagem ocupa o lugar do ilícito e se contrapõe à disciplina do trabalho”.<sup>11</sup>

Além disso, diz que a historiografia teria construído “o mundo de análise dos crimes e dos criminosos assentada fundamentalmente no aspecto da dinamização econômica e social e da proletarização (ou da lumpem proletarização) advindas do fim da escravidão, da industrialização e da imigração em massa (...)”.<sup>12</sup> Segundo a autora, tal olhar sobre o crime e os criminosos ignora-os a partir de seu “princípio fundante”.<sup>13</sup> Este estaria em compreender quais os paradigmas que informaram a “patologização social”<sup>14</sup> e não “em investidas históricas que se debruçam de uma forma exógena sobre a criminalidade, o controle, a

<sup>8</sup> *Idem*, p.12.

<sup>9</sup> *Idem*, p.12.

<sup>10</sup> Para Cancelli, a primeira vertente inclui historiadores como Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores na Belle Époque*. Campinas, S.P., Editora da Unicamp, 2001; para a segunda, o “mais conhecido trabalho” seria o de Boris Fausto - *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, EDUSP, 2001.

<sup>11</sup> Cancelli, Elizabeth. *op.cit.*, p.23.

<sup>12</sup> *Idem*, p.24.

<sup>13</sup> *Idem*, p.25.

<sup>14</sup> *Idem*, pp.25-6.

repressão e o ambiente urbano”.<sup>15</sup> Portanto, autores que se utilizaram extensivamente de processos criminais como fontes, acabaram por ignorar a “construção dos paradigmas que apontam para a patologização social”.<sup>16</sup> Com essa ausência, seria impossível compreender as fontes da justiça e polícia e, conseqüentemente, o crime e os criminosos: “É como tentar entender a fala sem ter noções básicas da língua”.<sup>17</sup>

Voltemos, novamente e pela última vez, à “Carta de um malandro”. Primeiro, um esclarecimento: Marcos Valente, aquele que se dirige ao jornal como um leitor, era um dos muitos colaboradores da folha, Valentim Magalhães.<sup>18</sup> Cabe, então, investigar o motivo da publicação de uma notícia que, embora aparentemente uma carta de leitor, não o era.

A publicação em destaque, na primeira página, já indicava que Marcos Valente não era um leitor habitual e comum (como quer *O Estado de São Paulo* de 1990). As cartas de leitores eram parte de uma seção especial nos jornais da época, que se denominava, no caso da folha paulista, “Seção Livre”. Tratava-se de uma seção importante, ocupando boa parte das quatro páginas que formavam o jornal neste ano de 1890. A primeira página, porém, apresentava notícias que mereciam destaque para os editores do jornal e normalmente eram escritas por jornalistas ou colaboradores. “Carta de um malandro” era, certamente, vista como um destaque.

Inicialmente, a discussão presente na carta era conseqüência de um longo debate que cercava (ou melhor, preocupava) os parlamentares desde, pelo menos, o ano da abolição da escravidão. Assim, como Salvadori deixa claro, a questão da ociosidade estava intrinsecamente ligada aos negros egressos da escravidão.<sup>19</sup>

Na discussão do projeto contra a ociosidade em 1888 na Câmara dos Deputados havia uma distinção entre dois tipos de indivíduos ociosos, sendo um deles considerado “perigoso” à sociedade. Como diziam os parlamentares, “o homem viciado, inimigo do trabalho, mas rico ou remediado de haveres (...) não constitui um perigo à segurança

<sup>15</sup> *Idem*, p.25.

<sup>16</sup> *Idem*, p.26.

<sup>17</sup> *Idem*, p.26.

<sup>18</sup> *Enciclopédia de literatura brasileira*. Direção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa. Brasília, FAE, 1995.

<sup>19</sup> Salvadori, Maria Angela Borges. *op.cit.*, capítulo 1.

pública, uma ameaça à ordem social”.<sup>20</sup> Os únicos indivíduos ociosos considerados perigosos eram, na verdade, os pobres.

O malandro construído por Valentim Magalhães na carta a *O Estado de São Paulo* era ocioso, considerava-se malandro e “prezava-se disso”. Porém, dizia: “Não trabalho; em primeiro lugar porque não gosto; em segundo, porque não preciso; em terceiro, porque não quero.” Dizendo-se uma pessoa sem ambição era, entretanto, herdeiro de “quatro patacas de seus pais”.<sup>21</sup> Além disso, possuía “um grão de espírito e uma ponta de facúndia”, virtudes que lhe serviam para possíveis convites de jantar e cigarros.

O pretenso “malandro” revoltava-se com a obrigatoriedade do trabalho:

“Com que direito? Pergunto eu. Com que direito vem a sociedade meter-me nas mãos uma enxada e forçar-me a ganhar o pão com o suor do meu rosto, se eu não peso a sociedade, se a não leso, se a não ofendo, se a não incomodo?”

Não ando bêbedo pelas ruas; as poucas *chuvas* que apanho, *enxugo-as* em casa, em família, entre a minha amante e o meu gato.

Não brigo, não furto, não jogo. (E que jogasse: jogaria o que é meu).

Não ofendendo nenhum dos direitos dos meus consócios de civilização, respeitando-lhes todos, como faço, tenho o direito de empregar o meu tempo e de dispor do meu bento corpinho como eu entender melhor.

(...).

Tenho, pois, o direito de ser malandro e exercito-o conscienciosamente.”<sup>22</sup>

Defendendo a sua ociosidade, o caráter “debochado” percebido por Elizabeth Cancelli é premente na carta. Porém, cabe indagar: por quê? O principal motivo é, com certeza, que não se tratava de um “malandro” no sentido dado ao conceito de vadio ou vagabundo empregado pela justiça. Muito menos era um daqueles malandros que foram objeto do trabalho de Maria Angela Salvadori.

O malandro da carta é, antes de tudo, um homem letrado. A citação final, em latim, somente acrescenta esta característica, reconhecida pelo autor:

<sup>20</sup> *Discussão na Câmara do Deputados sobre o projeto do conselheiro Ferreira Vianna*, ministro da justiça, n° 33 de 1888, vol.3, p.73.

<sup>21</sup> “4 patacas” é uma referência irônica, mesmo assim não tira o valor que era dado à herança familiar.

<sup>22</sup> “Carta de um malandro”. *O Estado de São Paulo*. Dia 18 de janeiro de 1890.

*“Deus nobis haec otia fecit.*

Vede, sr. redator, que, além dos argumentos expendidos, tenho do lado da minha causa o latim.

Saúde e fraternidade.

Um malandro.

Conforme o original.  
Marcos Valente.”<sup>23</sup>

Segundo o vocabulário organizado por Elysio de Carvalho para os alunos da academia de polícia, *Gíria dos gatunos cariocas*, chama-se “latim” o falar das pessoas letradas ou qualquer língua estrangeira.<sup>24</sup> Assim, com sentido fornecido por gatunos (que no mesmo dicionário equivalia a malandros) tem-se o letrado reconhecido pelo “latim”. Impossível saber se Valentim Magalhães sabia dessa designação fornecida pelos “verdadeiros malandros”. Contudo, pode-se dizer que, por falar “latim”, encaixava-se corretamente na designação.

A coluna assinada por Marcos Valente poderia confundir leitores desavisados (atuais) de que, naquele dia específico, houvera a transcrição da carta de um malandro. Entretanto, pode-se dizer que era uma prática nos jornais de então a utilização de referências que indicassem a “não-autoria” daquele que assinava. Diversos textos nos jornais da época suscitavam dúvidas quanto a sua autoria, pois, traziam cartas, supostamente verídicas, assinadas, na verdade, por personagens ou narradores fictícios.

Aluisio Azevedo, em *Memórias de um condenado*, publicado em livro posteriormente como o título de *A condessa Vésper*, apresenta o romance-folhetim através de uma carta:

“Apesar de nunca ter tido a honra de trocar uma palavra com o Sr., já o conheço perfeitamente por suas obras, e por elas lhe aprecio o coração e o caráter. (...)

<sup>23</sup> “Carta de um malandro”. *O Estado de São Paulo*. Dia 18 de janeiro de 1890.

<sup>24</sup> “Gíria dos gatunos cariocas” por Elysio de Carvalho. Em *Boletim Policial*, 1912, p.176.

Sei que sou um criminoso e mereço castigo - matei e não me arrependo de haver matado; matei, porque amava loucamente, porque sacrifiquei alma, coração e riqueza, a uma mulher indigna e má. (...).

O manuscrito que a esta carta acompanha, feito ao correr da pena sob a imediata impressão dos acontecimentos relatados é flagrante cópia da verdade, e só aspira servir de medonho espelho a outros infelizes, que se deixam cegar por um amor irrefletido.”<sup>25</sup>

Um homem que se encontrava preso propõe a Aluisio Azevedo que escreva a sua história em forma de romance, “mudando, entretanto, os nomes dos envolvidos”. O folhetim começou a circular nas folhas da *Gazetinha*, em janeiro de 1882. A “carta do condenado” veio antes do romance, nas colunas do jornal e não como parte do folhetim.<sup>26</sup>

Outro folhetim, também envolvendo crimes e criminosos, foi publicado na *Gazeta de Notícias* em dezembro de 1911. A história trazia as memórias de um “rato de hotel”. O suposto autor era o dr. Antonio, “famoso gatuno”. A narração estava em primeira pessoa e a verossimilhança com aqueles conhecidos como “ratos de hotel”, grande. Entretanto, o verdadeiro autor do folhetim era João do Rio.

Em “Um crime no paço imperial”, folhetim publicado (não no espaço do rodapé) n’*O Estado de São Paulo* e que será analisado no capítulo 1, possui como narrador da história um advogado de Itapetininga. Não coincidentemente, a história começa com a publicação de uma carta.

Esses exemplos servem para mostrar que, apesar da aparente veracidade, “Carta de um malandro”, era invenção, a construção de um malandro feita por Valentim Magalhães.

O texto da carta fornece diversos indícios dessa possibilidade. Um deles está nas críticas a Alberto Brandão, aliás, a razão da existência da carta. Em “O mundo fluminense”, outra coluna de Valentim Magalhães (desta vez assinada por ele mesmo, sem pseudônimo), o jornalista se revolta com a idéia das “creches negras” do mesmo Alberto Brandão, sugerindo que havia um antagonismo de idéias entre ambos: “O dr. Alberto Brandão, que foi promotor, o aventador da idéia da *creche*, pediu-as só para as crianças de cor, e chamou-as

<sup>25</sup> Azevedo, Aluisio. *A condessa Vesper*. São Paulo. Martins; Brasília, INL, 1973, p.15-6.

<sup>26</sup> Para maiores detalhes sobre o assunto ver Menezes, Raimundo. *Aluisio Azevedo. Uma vida de romance*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1958.

“*creches negras*”, se não me engano. (...) Revoltou-me esse exclusivismo odioso e injusto (...)”.<sup>27</sup>

Remetendo-se ao conteúdo da carta, evidentemente não se referia aos “malandros pobres”. Com a república recém instaurada no país e uma suposta igualdade de direitos entre todos os cidadãos, a defesa do “cidadão ocioso” referia-se a esta igualdade de direitos. Porém, a discussão de uma severa repressão à ociosidade era dirigida diretamente aos negros egressos da escravidão e não àqueles ociosos que possuíam renda: “que sejam os libertos de 13 de maio compelidos ao trabalho nas fazendas que abandonaram”.<sup>28</sup>

A citação final em latim, (algo como) “Deus nos fez para o ócio”, era o desfecho de uma longa referência à criação do homem por Deus. Além das várias referências ao “Criador”, o malandro da carta dizia-se feito “à imagem e semelhança de Deus”:

“ (...) sinto indizível orgulho em lembrar-me que fui feito à imagem e semelhança de Deus e não canso de contemplar, embevecido, a estampa com que as edições ilustradas das *Fábulas* de La Fontaine, na qual se vê a figura nobre do homem elevando-se dominadora e soberana entre toda a bicharia congregada e humilde”.<sup>29</sup>

Resta-nos indagar se um malandro como esse que, além de “dominador e soberano”, possuía boas relações, herança e era conhecedor do latim, poderia ser forçado a trabalhar. A resposta é óbvia. Ainda mais óbvia a igualdade republicana pregada no momento: era para poucos. Somente um malandro como o dessa suposta carta teria direitos e saberia latim para defender os seus interesses de cidadão ocioso.

A “Carta de um malandro” pode ser elucidativa para mostrar a carga de literatura e subjetividade presente na imprensa naquele prelúdio republicano. Voltando-se para as diversas notícias de crime que ocupavam um grande espaço no jornal *O Estado de São Paulo*, a intenção em trazer a “verdade dos fatos” era clara. Porém, os jornalistas não poderiam agir

<sup>27</sup> “Semana Fluminense”. *O Estado de São Paulo*. Dia 30 de maio de 1890.

<sup>28</sup> “Carta de um malandro”. *O Estado de São Paulo*. Dia 18 de janeiro de 1890.

<sup>29</sup> “Carta de um malandro”. *O Estado de São Paulo*. Dia 18 de janeiro de 1890.

da mesma maneira que o escrivão nos processos criminais, relatando tudo que ia se fazendo no decorrer do processo: depoimento das testemunhas, depoimento do réu e da vítima, anexo com as provas do crime etc.

Como será visto, principalmente no capítulo 2, a tentativa de transcrição dos inquéritos feitos nas delegacias e uma suposta proximidade dos repórteres aos delegados, agentes e policiais parecia existir. Tal proximidade denota, entretanto, mais uma tentativa de transmitir aquilo que consideravam como a “história verdadeira”, compartilhando as informações dos diversos crimes com os agentes da polícia e da justiça.

Elizabeth Cancelli menciona a teatralidade presente nos tribunais e o envolvimento do público nos julgamentos, os quais “transcorriam nos moldes dos espetáculos teatrais”.<sup>30</sup> Em vários julgamentos descritos n ‘*O Estado de São Paulo* havia o comentário quanto ao público, que comparecia e participava do julgamento (interferindo com aplausos aos advogados, risadas).<sup>31</sup> Para a autora, os jornais, através de relatos e folhetins, disseminavam a “dramatização pela exploração dos impulsos e pelas sensações mais primitivas.”<sup>32</sup>

A dramatização das notícias de crime (mesmo no caso dos julgamentos), realmente, era corrente nos jornais. A influência que a justiça tinha sobre tais relatos não pode deixar de ser apreendida. Contudo, a tentativa de trazer a “verdade dos fatos”, a “descrição” dos crimes, a “reportagem detalhada” aproximava-se muito das características que predominavam em textos literários de forma geral naquele final do século XIX e início do XX.

A influência do realismo-naturalismo era, então, corrente nessas notícias de crime. No terceiro capítulo, o qual abordará essa questão, poderá ser percebida a proximidade que as notícias de crime tinham da literatura naturalista e mesmo dos “escritores modernos”.

<sup>30</sup> Cancelli, Elizabeth. *Op.cit.*, p.115.

<sup>31</sup> Os julgamentos vinham sob a denominação de *Tribunais do júri* ou *Crônicas do júri*. Apareceram muito nos anos de 1889 e 1890. Nos anos seguintes, a seção não era mais tão freqüente, nem ganhava tanto destaque. Para detalhes sobre o assunto ver a minha monografia de graduação. *O rol dos suspeitos. Imprensa e criminalidade em São Paulo na virada do século*. CECULT, IFCH, UNICAMP, 1999.

<sup>32</sup> Cancelli, Elizabeth. *Op.cit.*, p.115.

Os jornalistas, porém, não tinham nenhuma intenção em fazer um “romance de tese” como os escritores naturalistas. Mas se pode dizer que o tema “crime” fornecia, por si só, uma grande possibilidade de aproveitamento dos conceitos estéticos vigentes no momento.

A imprensa, como um dos poucos veículos de comunicação de massa do período (outro poderia ser o teatro de revista), era muito mais do que um veículo de informação. Ela tinha que exercer funções diversas que iam desde o entretenimento até a transcrição (no caso, literal) dos debates parlamentares, e mesmo funcionar como uma espécie de “lugar” no qual as pessoas se comunicavam, dando avisos, procurando desaparecidos, escrevendo cartas (seção livre).<sup>33</sup>

A parte destinada às notícias (primeiras páginas) era de uso exclusivo dos jornalistas. “Carta de um malandro” pode ser exemplar para se compreender o funcionamento dos jornais naquele momento. As notícias de crime também se tornam um objeto interessante para a compreensão dos jornais, pois lidavam com “fatos reais” que necessitavam de uma roupagem literária e agradável ao público leitor. Paralelamente, a utilização de uma linguagem literária naturalista parecia ser apropriada para os contemporâneos.

Pelas características sublinhadas, a imprensa podia se tornar um lugar cheio de labirintos. Analisando as notícias de crime n’*O Estado de São Paulo*, pode-se chegar a algumas conclusões sobre como funcionava o jornal naquele período. Tentarei fazer isso nessa dissertação, esperando mostrar que o jornal tinha características específicas e bem diversas de um simples “caráter informativo”. De fato, como diz Cancelli, não se entende uma fala sem ter noções básicas da língua, ou, mais precisamente, não se entende um artigo de jornal sem ter noções elementares de como funciona a imprensa em determinado contexto histórico.

---

<sup>33</sup> Sobre a seção livre de alguns jornais do Rio de Janeiro e as suas funções, ver Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro. Vício de leitura. 2000. A formatação d’*O Estado de São Paulo* foi mudando no decorrer do período. Em 1910, várias seções que não existiam no século XIX podem ser notadas.

## 2.

Diversos autores tematizaram a imprensa. O jornal *O Estado de São Paulo* foi tema de, pelo menos, quatro estudos. Capelato e Prado em *O bravo matutino. Imprensa e ideologia. O jornal O Estado de São Paulo* (1980) observam que os estudos históricos dão pouca importância à imprensa como objeto de investigação, a qual se torna somente “uma fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”.<sup>34</sup> A pesquisa apoiada em um jornal “justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.<sup>35</sup> As autoras acompanham os editoriais do jornal num período de 10 anos - de 1927 a 1937.<sup>36</sup>

A intenção é estritamente analisar esses editoriais tentando compreender as posições políticas do jornal. Assim, *O Estado de São Paulo* é percebido como um órgão que defende os princípios liberais. Torna-se interessante notar como o fato de defender o liberalismo faz com que o jornal não fique do lado do governo. Como comentam as autoras, o órgão oficial após a república passa a ser o *Correio Paulistano*: “Júlio Mesquita, mesmo enquanto membro atuante do PRP, recusou a idéia de transformá-lo em órgão do partido”.<sup>37</sup> Pode-se dizer, então, que “desde o início da primeira república, o jornal colocou-se em oposição aos governos constituídos. Defensores do liberalismo, acreditavam que as oposições poderiam assegurar a plena realização dos ideais democráticos”.<sup>38</sup>

Preocupados em não possuir vinculações partidárias, apoiavam-se num grupo político independente, constituído, basicamente, pelos diretores e colaboradores de *O Estado de São Paulo*.<sup>39</sup> Nem mesmo com o surgimento do Partido Democrático, “acolhido com

<sup>34</sup> Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980, p XIX.

<sup>35</sup> *Idem*, p. XIX.

<sup>36</sup> O livro é decorrência da dissertação de mestrado das autoras, defendida em 1974. Maria Helena Capelato pesquisou *O Estado de São Paulo* entre janeiro de 1927 e junho de 1932 e Maria Lígia Prado de julho de 1932 a dezembro de 1937.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 33.

entusiasmo”,<sup>40</sup> houve interesse em tornar a folha órgão do partido. Comentavam que “nas democracias, há a necessidade de críticas, debates, oposições e lutas.”<sup>41</sup> Sendo assim, pode-se dizer que a ênfase na necessidade de uma oposição definia um dos contornos de seu projeto político.

Outro ponto importante é a defesa da descentralização do poder, dando maior autonomia a cada estado. Os editorialistas apresentavam uma postura bastante regionalista, pois consideravam que São Paulo havia “evoluído” mais que outros estados e, portanto, não deveria ser tratado da mesma maneira. Em 1933, após ter apoiado amplamente o movimento de 1932, o jornal frisava, em seus editoriais, a formação de uma chapa única, a qual “representava São Paulo e não partidos ou classes”.<sup>42</sup>

Mesmo defendendo os princípios liberais e democráticos, o jornal muda radicalmente de opinião nos julgamentos que emite sobre os comunistas. Após a Intentona Comunista, “o ‘perigo vermelho’ sobrepondo-se às veleidades legalistas do periódico, vem ocupar o primeiro plano no universo liberal de seus representantes.”<sup>43</sup> Assim, *O Estado de São Paulo* começa a opinar contra as liberdades e a democracia, defendendo que, para a sobrevivência da própria democracia, é necessário “dar ao ‘povo’ segurança”.<sup>44</sup> Passam, assim, a apoiar a repressão.

Buscando os fundamentos do liberalismo nas teorias de Locke e no iluminismo francês, as autoras concluem que *O Estado de São Paulo* tem no direito de propriedade um de seus sustentáculos doutrinários.<sup>45</sup> Ainda seguindo os teóricos do século XVIII, o princípio da “vontade geral do povo” guiava muitas das ações existentes no jornal. Assim, “o jornal, na qualidade de órgão da imprensa, arvorou-se em intérprete da ‘opinião pública’ brasileira e justificou as posições assumidas como sendo ditadas pela vontade popular, pelo sentimento

---

<sup>40</sup> *Idem*, p.33.

<sup>41</sup> *Idem*, p.33.

<sup>42</sup> *Idem*, p.52.

<sup>43</sup> *Idem*, p.55.

<sup>44</sup> *Idem*, p.58.

<sup>45</sup> *Idem*, p 92.

coletivo.”<sup>46</sup> Por outro lado, diversos editoriais do jornal afirmavam a posição de “doutrinadores, de formadores e modeladores da ‘opinião pública’”.<sup>47</sup> Portanto, entendiam que a “vontade geral do povo” era aquela que estava sendo emitida pelos próprios editorialistas, os quais se consideravam responsáveis pela formação da opinião pública.

Além da influência dos teóricos do século XVIII, as autoras notam a presença das idéias de Comte, Spencer e Darwin nos artigos analisados. Havia uma crença, então, nas teorias evolucionistas e através dessa incorporação caracterizavam o período como de “desordem” e “ausência de progresso”.

Como conclusão da análise dos editoriais do jornal, tem-se que as idéias liberais presentes nessa folha “se amoldam e se reformulam, deixando transparecer os componentes conservadores de sua ideologia.”<sup>48</sup> Assim, “ser conservador (e mesmo autoritário) e a um mesmo tempo liberal significa antes uma especificidade do liberalismo brasileiro de que o jornal *O Estado de São Paulo* se constitui em um exemplar paradigma.”<sup>49</sup>

Capelato possui outro trabalho sobre a imprensa paulista. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista. 1920-1945.* (1989) se baseia numa continuidade do trabalho anterior (*O bravo matutino...*) com a diferença de que irá analisar mais de um título da imprensa. Novamente, o jornal é concebido como um “instrumento de manipulação de interesses”<sup>50</sup> e os representantes da imprensa como tendo objetivos bem determinados. A diferença é, além da análise de outros jornais, uma centralidade na figura dos jornalistas: “Tendo como referência os conceitos ‘universais’ da cultura burguesa, procuro desvendar o significado do projeto que os jornalistas, juntamente com intelectuais e políticos da época, idealizaram para ‘recriar’ a sociedade brasileira, ‘regenerando-a’”.<sup>51</sup>

O estudo do “ideário liberal” é central na obra. Os jornalistas seriam informados por Francis Bacon e Locke: os jornalistas “captavam as idéias que pairavam no ar e lançavam-se

<sup>46</sup> *Idem*, p.94.

<sup>47</sup> *Idem*, p.95.

<sup>48</sup> *Idem*, p.129.

<sup>49</sup> *Idem*, p.130.

<sup>50</sup> Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista. 1920-1945.* São Paulo, Brasiliense, 1988, p.12.

<sup>51</sup> *Idem*, p.11.

na luta política perseguindo objetivos muito bem estabelecidos”<sup>52</sup> Novamente, o liberalismo pautaria o discurso presente em quase toda a imprensa dominada pelas elites.

A autora ressalta a ênfase num projeto político pedagógico norteado pela idéia de progresso. Os “liberais reformadores” acreditavam que havia fases ou etapas de crescimento, as quais o país deveria superar até alcançar o progresso. O projeto visava a formação de uma “consciência nacional laica”, além de um cidadão “livre e consciente”. Uma das conquistas, nesse sentido, foi a criação da Universidade de São Paulo (um antigo projeto do jornal *O Estado de São Paulo*).

Capelato nota que os jornais pesquisados, mesmo adotando uma abordagem que ia contra o “remédio da ditadura”,<sup>53</sup> acabaram acatando um governo ditatorial em consequência das “feras populares” que ameaçavam a propriedade, a hierarquia e a ordem social”.<sup>54</sup> Comparando o projeto dos liberais com o de seus adversários, mostra que existiram diversos conflitos entre os vários setores da classe dominante. Entretanto, o “conflito maior”<sup>55</sup> seria a oposição entre “dominantes e dominados”.<sup>56</sup> Tal conflito era responsável pelas mudanças na prática política dos diferentes grupos, os quais acabavam se unindo pela ordem social. Dessa Maneira, “para defender os próprios interesses e os da classe a que pertenciam, aceitaram medidas repressoras e antiliberais nos momentos em que sentiram ameaçada a ordem social.”<sup>57</sup>

A dissertação de mestrado de José Flávio de Oliveira, *Liberalismo & oligarquias na república velha: “O Estado de São Paulo” e a campanha civilista. 1909-1910.*(1976) analisa a posição política desse jornal diante da disputa entre hermetistas e civilistas.<sup>58</sup> Como os trabalhos acima, a intenção é perceber o liberalismo no Brasil, nas suas especificidades e não como

---

<sup>52</sup> *Idem*, p.20.

<sup>53</sup> *Idem*, p.240.

<sup>54</sup> *Idem*, p.240.

<sup>55</sup> *Idem*, p.241.

<sup>56</sup> *Idem*, p.241.

<sup>57</sup> *Idem*, p.245.

<sup>58</sup> Semelhantemente à Capelato e Prado esse trabalho foi realizado em conjunto com outra tese - Cunha, Maria Clementina Pereira. *Liberalismo & Oligarquias na república velha: O Paiz e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909/1910)*. Disserta

uma “ideologia importada”.<sup>59</sup> A proposta estaria, então, “na tentativa de compreender e caracterizar o liberalismo como a ideologia dominante na sociedade brasileira e, mais particularmente, o seu significado nas lutas políticas da Primeira República. Desta forma, o objetivo é identificar, nas formulações de um jornal no contexto da campanha sucessória de 1909-1910, os conteúdos básicos do pensamento liberal da classe dominante brasileira.”<sup>60</sup> A conjuntura política será um ponto primordial, pretendendo “fornecer o quadro geral da situação política durante o debate sucessório”.<sup>61</sup>

A partir da análise da campanha sucessória, Oliveira percebe as características específicas do liberalismo, que seria marcado por “ênfases e omissões significativas, definidas pelo interesse de cada uma das correntes políticas”.<sup>62</sup> *O Estado de São Paulo* tinha como destaque a noção liberal da supremacia da lei, considerando que os adversários (hermistas) representavam “a ascensão do militarismo e, portanto, da supremacia da força sobre a lei.”<sup>63</sup>

É interessante notar que, para os hermistas d’ *O Paiz*, a justificativa da candidatura de Hermes da Fonseca também se pautava no discurso da supremacia da lei. Para eles, “tratava-se de por um ponto final nos muitos anos de ‘ditadura civil’ que desvirtuava o regime”.<sup>64</sup> Tal “ditadura civil” era baseada no domínio político do setor cafeeiro, pois, mesmo que o sistema produtivo agrário-exportador fosse valorizado nos governos anteriores, o setor da cafeicultura sempre garantia maiores condições de apropriação do excedente.<sup>65</sup> *O Estado de São Paulo* representaria esse setor da agricultura.

O liberalismo no Brasil não surgia como uma “ideologia revolucionária da burguesia”.<sup>66</sup> Assim como, não continha a perspectiva democratizante e teria fundamentado o próprio sistema oligárquico: “o liberalismo constituiu o grande marco do pensamento

<sup>59</sup> Oliveira, José Flavio de. *Liberalismo & oligarquias na república velha. “O Estado de São Paulo” e a campanha civilista (1909-1910)*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1976, p.I.

<sup>60</sup> *Idem*, p.II.

<sup>61</sup> *Idem*, p.VI.

<sup>62</sup> *Idem*, p.127.

<sup>63</sup> *Idem*, p.128.

<sup>64</sup> *Idem*, p.128.

<sup>65</sup> *Idem*, p.125.

<sup>66</sup> *Idem*, p.136.

político da burguesia agrária brasileira em momentos diversos do processo de sua evolução histórica: ele justificou a descolonização, justificou tanto a manutenção quanto a abolição do trabalho escravo, a implantação da República, o movimento de 1930 - e se fez presente mesmo em etapas posteriores.”<sup>67</sup>

Os três trabalhos acima têm em comum a abordagem do jornal a partir da compreensão das especificidades do liberalismo no Brasil. O ponto alto é justamente a busca dessas especificidades históricas que fizeram com que o liberalismo apresentasse características peculiares. Por outro lado, as análises acabam desconsiderando seções do jornal nas quais, certamente, a avaliação do liberalismo seria mais difícil, como por exemplo, a parte de anúncios ou mesmo a de notícias, que trazia em grande medida as notícias de crime.

As análises são coladas diretamente à política dos governos, emitindo uma visão de política voltada às mudanças governamentais e às disputas pelo poder entre as várias facções da classe dominante. Dessa maneira, os jornais tratados são vistos como um lugar exclusivamente da elite (a classe burguesa) e o liberalismo, logicamente, um pensamento vinculado a essa classe social. A ela caberia “doutrinar” as outras camadas da sociedade, visão percebida por Capelato como sendo importante para as elites daquele momento. A grande imprensa (que incluiria *O Estado de São Paulo*) é tida por esses autores como aquela que defende os interesses da classe dominante, das elites liberais.

Apesar de não dizerem isso abertamente, o que aparece nesses trabalhos é a noção de que essa imprensa estava voltada para as classes médias e altas, em oposição, certamente, à imprensa operária que se tornava importante desde o início do século XX em São Paulo. Portanto, se havia uma imprensa direcionada aos operários, logicamente havia uma imprensa voltada para as elites. O trabalho de Barbara Weinstein, no qual analisa as greves operárias n° *O Estado de São Paulo*, traz essa questão de maneira bem clara.

“Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em *O Estado de São Paulo (1902-1917)*”, publicado como apêndice de *O Bravo Matutino...*,

---

<sup>67</sup> *Idem*, p.137.

também analisa o jornal como representante dos liberais paulistas. A única diferença é que a autora se centrará nos “acontecimentos envolvendo os trabalhadores urbanos”.<sup>68</sup>

Weinstein entende que para que “um jornal produzido com muitos gastos nos primeiros anos de 1900 pudesse manter sua circulação e anúncios e se mantivesse suficientemente respeitado para atrair contribuições, ele devia expressar opiniões que coincidiam com aquelas de parte substancial da elite.”<sup>69</sup>

A sua análise é relevante, pois, abrange diversas partes do jornal - como a de anúncios, por exemplo - e não somente aquela destinada aos editoriais. Além disso, preocupa-se em discutir o caráter empresarial da folha, que, por volta de 1912, apresentava um espaço maior e mais elaborado, com um maior número de páginas e fotografias, além de mais correspondentes (no Rio de Janeiro e na Europa). Ao avaliar essas mudanças, entretanto, surpreende-se com a ausência de colunas como “o café”, “o câmbio” etc., que eram normalmente escritas na primeira página (tais colunas eram comuns em anos anteriores, como nos informa Weinstein). Tal surpresa ocorre porque, apesar de concordar com um público potencialmente grande, estranha o fato de que notícias direcionadas às camadas média e alta (o público principal e que os jornalistas valorizavam) estivessem perdendo lugar no espaço cotidiano da folha.

O artigo tem como foco os comentários feitos pelo jornal sobre quatro greves: 1906 (ferroviária), 1907 (pela jornada de 8 horas), 1912 (operários têxteis e sapateiros) e 1917. Weinstein nota um interesse d' *O Estado de São Paulo* nos problemas e movimentos do proletariado: “*O Estado de São Paulo*, mesmo nessa primeira fase, tendia a tratar esse assunto [a classe operária] de uma maneira reformista, surpreendentemente tolerante.”<sup>70</sup> A explicação para esse tratamento vem da orientação liberal do jornal.

Na realidade, quando a autora começa a fornecer os exemplos da forma de tratamento dado às greves, ou mesmo aos comunistas, a explicação não convence. Assim,

<sup>68</sup> Weinstein, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de São Paulo. 1902-1907. In Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980, p.137.

<sup>69</sup> *Idem*, p.137.

<sup>70</sup> *Idem*, p.143.

em 1902 o jornal oferece uma ampla cobertura do 2º Congresso Socialista Brasileiro, muitas vezes elogiando-o. Apesar de porta-voz da elite paulista, defendia o direito de greve, já que esse “é reconhecido por todas as nações civilizadas”.<sup>71</sup> A greve de 1912 teve o apoio inicial do jornal, que ocasionou numa visita da delegação de grevistas que se dirigiram à redação para agradecer o apoio e as reportagens.

*O Estado de São Paulo* também estampa em suas páginas mensagens ao proletariado, que fazem a autora comentar: “*O Estado de São Paulo* superou completamente a si próprio, dedicando uma página inteira (procedimento quase sem precedente) ao Manifesto Comunista, que era endereçado aos habitantes do Brasil, especialmente ao proletariado.”<sup>72</sup>

O jornal, como é frisado no artigo, não se colocava o tempo inteiro favorável às ações dos grevistas. Em diversos momentos da greve elogiava a ação policial.<sup>73</sup> E, quando as greves passavam a manifestar grandes movimentos de rebeldia, a folha mantinha-se totalmente contrária às ações dos envolvidos. Entretanto, como comenta a autora, *O Estado de São Paulo* possuía uma posição bem menos conservadora que o *Correio Paulistano*, por exemplo.<sup>74</sup>

As posições perante as greves não eram as únicas que indicavam uma defesa da classe operária. Vários artigos foram publicados sobre as condições em que se encontravam as casas operárias. Os jornalistas criticavam o governo e defendiam a “necessidade de habitação decente e sadia para a classe operária”.<sup>75</sup> Outros temas apareciam com esse mesmo sentido, como por exemplo, o artigo “Pelos fracos” que aplaudia a sentença de um juiz paulista a favor de um carpinteiro que se machucara na fábrica da Light and Power.<sup>76</sup>

Weinstein conclui que o jornal tomava essas atitudes em oposição ao governo estadual e federal. A folha permanecia independente de filiações partidárias e distante do

---

<sup>71</sup> *Idem*, p.149.

<sup>72</sup> *Idem*, p.144.

<sup>73</sup> *Idem*, p.161.

<sup>74</sup> *Idem*, p.163.

<sup>75</sup> *Idem*, p.166.

<sup>76</sup> *Idem*, p.172.

poder político central: “era essa distância que permitia ao *O Estado de São Paulo* agir como um crítico social em muitas situações, e a praticar uma política editorial eclética.”<sup>77</sup>

A defesa da classe operária não indica, entretanto, nenhuma aproximação com os operários em relação a uma aliança política.<sup>78</sup> A folha paulista tinha nos operários muito mais seres que necessitavam da proteção de uma “oligarquia iluminada” do que possíveis aliados políticos<sup>79</sup> e estariam inseridos nesse pensamento os diversos artigos em defesa da classe operária.

Esse artigo é relevante pois indica (mesmo sem querer) que, apesar de um jornal dirigido pela classe dominante, o conteúdo de muitas notícias valorizavam interesses diversos daqueles que deveriam atingir a essa camada. Dessa Maneira, *O Estado de São Paulo* cai bem na definição de um periódico pertencente à “grande imprensa”. Seguindo o termo colocado por Nelson Werneck Sodré em *História da imprensa no Brasil*, que incluía jornais da virada do século XIX para o XX com uma visão mais empresarial, *O Estado de São Paulo* se desvinculava dos grupos partidários e percebia a imprensa também como um lugar lucrativo.<sup>80</sup> Para isso, tentava atingir um público cada vez maior, diversificando o conteúdo e a forma de publicação das matérias.

O fato de possuir diversos artigos que tinham nos operários o centro da discussão, ou defendendo-os das “injustiças sociais”, ou reconhecendo o seu direito de greve, pode indicar que o público não era tão específico quanto Weinstein sugere (classes médias e altas), mas que deveria ser bem mais amplo. A ida de uma delegação de grevistas à folha pode confirmar isso. Mas, além desse indício “palpável” - a visita de um grupo de operários ao jornal - o fato de muitos artigos se relacionarem aos operários sugere que, muito provavelmente, eles também estavam entre o público prioritário desse jornal.

<sup>77</sup> *Idem*, p.168.

<sup>78</sup> *Idem*, p.173.

<sup>79</sup> *Idem*, p.174.

<sup>80</sup> Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro (...). Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto se esparramam notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificante (...). Sodré, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p.289.

Lília Schwarcz em *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987) apresenta uma discussão centrada em três jornais paulistas: *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*<sup>81</sup> e *A Redenção*. A autora reconhece a “importância da imprensa paulista de finais do século como fórum de debates centrais da época”<sup>82</sup> e tem como objetivo “a recuperação e o entendimento da dinâmica que se estabelece, de construção e manipulação de representações sobre o negro cativo ou liberto, quando se intensificavam as rebeliões negras, no período final do processo abolicionista (...)”<sup>83</sup>

*A Província de São Paulo*, apesar de não se constituir na única fonte da autora, será bastante valorizada. Segundo Schwarcz, o discurso científico era primordial para perceber as construções que se faziam dos negros e “era principalmente n’ *A Província de São Paulo* que todo esse novo discurso científico poderia ser mais facilmente encontrado. Esse jornal buscava não só questionar a religião como também adotar largamente essa nova filosofia positivista”.<sup>84</sup> Os teóricos mais citados eram Darwin, Comte e Spencer. A autora chama a atenção para o fato de a defesa desses princípios ocorrer na parte dos editoriais. Em outras seções as imagens também estariam repletas dessa visão supostamente “imparcial e racional” da ciência. Os criminosos, por exemplo, eram vistos como “monstros”, “caso patológico”.<sup>85</sup>

A análise de Schwarcz difere largamente daquelas já citadas. O principal motivo é a valorização de outras partes do jornal além dos editoriais. Assim, no capítulo 2 irá analisar as diversas seções separadamente: editoriais, notícias, anúncios.

Nas notícias de crime o negro aparecia com insistência como autor de assassinatos monstruosos: “enquanto a república surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito

<sup>81</sup> Nome d’O Estado de São Paulo até 1890.

<sup>82</sup> Schwarcz, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.15.

<sup>83</sup> *Idem*, p.15.

<sup>84</sup> *Idem*, p.101.

<sup>85</sup> *Idem*, p.105.

de cidadania, a ‘ciência’ e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de ‘utopia’. (...) ‘os homens não nascem iguais’; parecia caber à ciência e à imprensa comprová-lo”.<sup>86</sup>

As notícias (não somente as de crime) veiculavam e transformavam em espetáculo o que os editoriais comprovavam: “As notícias pareciam cumprir então uma ‘função exemplar’ no interior da dinâmica dos jornais, já que transformaram situações particulares em dramas públicos largamente veiculados. Nessa seção, várias imagens e representações sobre os elementos negros vão ser divulgadas cotidianamente, transformando em consensos sociais imagens diversas.”<sup>87</sup>

Com relação à *Província de São Paulo*, conclui que compartilhava das idéias comuns a outros jornais, condenando a escravidão a partir de 1880. Porém, fazia isso de uma forma muito particular: apresentava um texto imparcial que buscava aproximar-se do que seria o ideal “científico-positivo”.<sup>88</sup>

Heloísa Cruz em *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana. 1890-1915* (2000) tem como objeto as variadas “pequenas folhas” que surgiram nesse período em São Paulo. Essa imprensa, denominada de “cultural e de variedades” teve um tempo de vida curto: de fim do século XIX a meados da segunda década do século XX. Tal sobrevivência está diretamente relacionada ao advento da grande imprensa. Com o surgimento de uma imprensa mais bem equipada, as pequenas folhas acabaram por não conseguir sobreviver competitivamente.

As pequenas folhas foram responsáveis por um aumento do público leitor. Essas folhas e algumas revistas tinham “potencial de entretenimento”; Assim, “alcançava-se um público significativo através de uma grande diversidade de periódicos”.<sup>89</sup>

Entre os periódicos analisados estão folhas e revistas domingueiras, jornais de bairro, imprensa de imigrantes. A imprensa operária paulista corresponderia a 80% da imprensa

<sup>86</sup> *Idem*, p.106.

<sup>87</sup> *Idem*, p.133.

<sup>88</sup> *Idem*, p.182.

<sup>89</sup> Cruz, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana. 1890-1915*. São Paulo, EDUC, FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2000, p.106.

operária<sup>90</sup> e tinha como foco a educação e conscientização da classe.<sup>91</sup> O surgimento dessa “pequena imprensa” gerou novos circuitos de difusão e produção, independentes dos jornais diários, pois assumiam o papel de editores independentes.

A autora diferencia o conteúdo dessas pequenas folhas: “A análise da evolução desses materiais no período pesquisado indica uma crescente aproximação com conteúdos e linguagens diferentes da linguagem séria e sisuda e dos temas da política institucional e acadêmica corrente na imprensa diária e nas revistas<sup>92</sup> acadêmicas.”<sup>93</sup> A imprensa diária teria conteúdos definidos e articulações políticas assentadas. As revistas, por exemplo, incorporavam temáticas mais leves e próximas do cotidiano, conquistando novos públicos e proporcionando uma popularização da linguagem. Dessa maneira, conclui que “a narrativa ficcional torna-se elemento fundamental na redefinição da linguagem desse tipo de periódico”.<sup>94</sup>

A dinamização apresentada pela imprensa de forma geral e expressa por essas novas folhas tinham relação com a transformação da cidade de São Paulo numa “metrópole em expansão”. Assim, houve uma disseminação das práticas da escrita e da leitura, que fazia com que a cultura letrada expandisse para além dos círculos das elites paulistanas.<sup>95</sup>

Uma parte do trabalho é direcionada a identificar quem liam os periódicos. As fontes utilizadas são relatos, como, por exemplo, o de Zélia Gattai que comenta que *O Estado de São Paulo* era leitura obrigatória de seu pai - que lia muito os artigos políticos. Através dessas informações nota uma emergência de novos interesses e leitores: “ainda que de forma esparsa, outros personagens emergem como mulheres, trabalhadores das oficinas e pequenos funcionários”.<sup>96</sup>

---

<sup>90</sup> *Idem*, p.124.

<sup>91</sup> Para a imprensa anarquista ver Leal, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa. Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado. IEL, UNICAMP, 1999.

<sup>92</sup> Para as revistas em São Paulo existe o trabalho de Martins, Ana Luíza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

<sup>93</sup> Cruz, Heloísa de Faria. *Op.cit*, p.106.

<sup>94</sup> *Idem*, p.108.

<sup>95</sup> *Idem*, ver p.135.

<sup>96</sup> *Idem*, p.145.

Valorizando leitores e produtores de periódicos, conclui que “os setores populares estavam presentes [no processo mais amplo de formação da metrópole e das culturas urbanas] e imprimiram vários dos sentidos do processo de aburguesamento da vida cultural de São Paulo naquele período.”<sup>97</sup> Ao incorporar as pequenas folhas como espaços importantes na cidade de São Paulo, sugerindo novas abordagens e conclusões (principalmente incluindo outros grupos de leitores) o trabalho de Heloísa Cruz torna-se importante.

Por outro lado dois pontos devem ser levantados. Um deles se refere à separação entre “cultura dominante” e “cultura popular”. Conceitos amplamente utilizados por diversos historiadores, entre eles Peter Burke e Roberto Darnton, acabam por promover uma visão estática da cultura. Na realidade, a cultura se forma mais baseada em conflitos diversos (que não se resumem à oposição entre cultura popular e erudita).<sup>98</sup>

Quanto à grande imprensa, fornece um sentido muito restrito a ela. Ao ressaltar o entretenimento e o caráter ficcional das pequenas folhas e revistas, indica que jornais como *O Estado de São Paulo* possuíam uma linguagem “séria e sisuda”, e “temas da política institucional e acadêmica”. Como veremos isso não era verdade. Analisando as notícias de crime nesse jornal, as características literárias eram muito presentes (mesmo no relato de fatos verídicos) e o caráter ficcional de algumas delas evidente (como em *Um crime no Paço Imperial*, analisado no primeiro capítulo).

Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas (1992),<sup>99</sup> artigo de Margarida Neves, pode ser útil para a compreensão das notícias de crime. A autora está interessada em entender a crônica, gênero literário comum nas folhas dos finais do XIX e início do XX considerando-as não simplesmente como “dados” do cotidiano, mas como

<sup>97</sup> *Idem*, p.178.

<sup>98</sup> Ver Thompson, Edward Palmer. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>99</sup> Neves, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In Candido, Antonio (Org.). *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

“construções”.<sup>100</sup> Destaca, do ponto de vista teórico e metodológico, a “relação entre história e memória coletiva considerada enquanto uma construção assim como a função pedagógica de um imaginário coletivo igualmente construído para a instauração de uma determinada ordenação da sociedade”.<sup>101</sup>

Os postulados acima são pensados em termos da associação discursiva entre ordem e progresso, tida como fundamental para a formulação de um projeto de futuro, relacionado à república. Nesse sentido, em várias crônicas, que normalmente comentam o cotidiano carioca, há uma associação entre “ ‘progresso’, ‘civilização’, ‘ordem’, ‘trabalho’, ‘saneamento’ e ‘cidadania’ como sinais do novo, e em relação essencial com a República e o modelo cultural francês e seu caráter de superação das mazelas da colonização portuguesa, quase sempre associada aos conceitos opostos de ‘atraso’, ‘barbárie’, ‘desordem’, ‘ociosidade’, ‘doença’, ‘irracionalidade’ e ‘anarquia’”.<sup>102</sup> A República passa a ser um “tempo novo”, reconhecido pelo caráter de “novidade” e que tem no projeto da “ordem como progresso”<sup>103</sup> algo fundamental.

A conclusão é de que as crônicas narram o tempo vivido como um tempo de transformações e rupturas, o qual “contribuirá para a formação de um consenso entre os leitores: consenso que leva a internalizar a ênfase nas descontinuidades da virada do século e relegar a um plano quando muito secundário as continuidades que certamente estão presentes nessa mesma temporalidade, em especial aquela que mantém e aprofunda a exclusão de determinados agentes sociais da arena política e dos benefícios do progresso”.<sup>104</sup>

As idéias de Margarida Neves foram centrais para entender as notícias de crime. Assim, a análise de três folhetins no capítulo 1 sem dúvida apresenta essa relação entre a república (presente e futuro) como o progresso e o império (passado) como a barbárie. Folhetins publicados no início dos anos 1890 tinham na defesa do novo regime ponto fundamental.

---

<sup>100</sup> *Idem*, p.76.

<sup>101</sup> *Idem*, pp.77-8.

<sup>102</sup> *Idem*, p.85.

<sup>103</sup> *Idem*, ver p.87.

<sup>104</sup> *Idem*, p.90.

Nos capítulos 2 e 3, que tratam respectivamente dos crimes de roubo e de sangue, a relação entre classes pobres e classes perigosas é muito presente, sendo uma construção que estigmatiza determinados elementos de uma sociedade que tinha no progresso o seu maior sentido. Afinal, como crimes bárbaros - por exemplo, aquele em que uma negra esquarteja o seu filho recém nascido (“Coração de fera”) - podiam conviver com a sociedade almejada por vários? A “infestação” dos gatunos, que passam a possuir um tipo de organização de quadrilha nos anos de 1900 e 1910, também era inadmissível como parte da “nova sociedade”.

*O Estado de São Paulo* será a minha fonte principal, e não se torna uma surpresa perceber que essa folha, tão pautada pelos ideais positivistas de ordem e progresso, dava grande destaque às notícias de crime. Mesmo imerso num grande conflito político (como alguns autores acima demonstraram), pode-se dizer que a linha editorial seguida pelo jornal tinha em mente os ideais científicos e o evolucionismo. Como pensar numa “evolução social” se os crimes “brotavam” cotidianamente? Certamente era esse o dilema que atormentava editores e jornalistas desse jornal.

As notícias de crime apareciam, geralmente, na seção denominada “Notícias Diversas”. Provavelmente inspiradas nos *fait divers* franceses, as “Notícias Diversas” possuíam semelhanças com esse tipo de notícia publicada no *Le Petit Journal*, pelos anos de 1860. Os *fait divers* tinham uma grande carga ficcional: “uma notícia extraordinária, transmitida em forma romanceada, num registro melodramático, que vai fazer concorrência ao folhetim e muitas vezes suplantá-lo”.<sup>105</sup>

Como será visto, as notícias de crime tornam-se construções literárias, as quais, se por um lado deixavam a leitura mais instigante e enfática, por outro possuíam forte ligação com o naturalismo vigente no momento. Tanto nos crimes de roubo (capítulo 2), quanto nos crimes de sangue (capítulos 3) a inspiração na literatura pode ser notada. No capítulo 3, ao analisar algumas notícias de moradias, as semelhanças com *O Cortiço* de Aluísio Azevedo novamente evidenciam a proximidade com textos naturalistas.

---

<sup>105</sup> Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.99.

Mas, se o sentido de progresso era presente nas notícias de crime - pela lógica da oposição com a barbárie - isso não era tudo. Pressupondo-se que uma noção pedagógica guiava os textos impressos no jornal - principalmente aqueles em formas “mais leves”, como folhetins, crônicas e notícias - pode-se concluir que havia a construção de uma nova sociedade, idealizada pelas páginas do jornal e transmitida aos leitores através de “lições” de civilidade. Por outro lado, compreender os textos presentes na imprensa considerando-os através de um sentido pedagógico limita a análise.

Assim, se em “Um crime no Paço Imperial” havia a valorização do trabalho como central para a “nova sociedade”, as personagens principais não conseguiam uma vida ideal sobrevivendo exclusivamente dele. Os gatunos do capítulo 2 eram “elementos inadequados” e mostrados como tal, porém, o fato de conseguiram ganhar muito dinheiro sem a condicionante do “trabalho ideal” poderia inspirar outras pessoas a agir da mesma forma.

A ênfase no sentido pedagógico do texto acaba muitas vezes por concebê-lo como domínio exclusivo do autor. Logicamente, nota-se um sentido geral dos textos presentes no jornal que deveria constituir uma forma de pedagogia. Mas essa não é a única face das notícias (ou folhetins). Se pensarmos na imprensa como um fórum, no qual idéias coletivas estão se formando deve-se, necessariamente, considerar que esse conjunto de idéias compartilhadas resulta da participação de sujeitos históricos diversos.

O fato de a imprensa, nessa virada do século XIX para o XX, ter adquirido um caráter empresarial facilitaria esse forma de construção dos textos jornalísticos, pois, mesmo que com uma linha editorial definida, era primordial uma inserção social entre os mais distintos públicos. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, de uma tiragem ao redor de 2.500 exemplares em 1880<sup>106</sup>(em agosto de 1890 já era de 7.000) passa a imprimir por volta de 35.000 exemplares em 1912.<sup>107</sup> Em 1876 inicia a venda avulsa,<sup>108</sup> fato que pode indicar uma

<sup>106</sup> “Aos nossos assinantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 10 de outubro de 1880.

<sup>107</sup> Os dados sobre tiragem são exibidos na folha principalmente no ano de 1890. Nos outros anos analisados só foi possível obter essa informação a partir de artigos do próprio jornal. O que se conclui é que a tiragem cresceu proporcionalmente à população, embora em alguns momentos possa ter aumentado mais. Entretanto, deve-se considerar a grande quantidade de imigrantes que passou a viver em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX, mostrando que talvez o público tenha se tornava mais diversificado. Em 1886, por exemplo, a população

tentativa de ampliação do público leitor. Como será visto em seguida, a partir do ano de 1889 mudanças significativas ocorreram no jornal, as quais se relacionavam a um interesse em aumentar o público leitor e ouvinte.<sup>109</sup>

Nos anos finais do século XIX nota-se a presença dos *cantastorie*, ou contadores de histórias, que gozavam de grande prestígio popular. Muitas histórias contadas por eles giravam ao redor de crimes, detonando um interesse pelo assunto. Segundo Pinto “para captar o gosto popular pelo crime, percebendo o tema como objeto da curiosidade popular, até os jornais de grande tiragem da Paulicéia, tais como o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, a chamada imprensa esclarecida, divulgavam, com detalhes e pormenores, as notícias dos grandes crimes, como faziam a crônica diária dos crimes pequenos e obscuros.”<sup>110</sup>

A leitura do jornal foi feita de maneira a captar possíveis mudanças históricas. Dessa maneira, optei por ler quatro anos: 1880, 1890, 1900 e 1910. Os anos de 1900 e 1910 se assemelham bastante quanto às notícias de crime, apesar de, em 1910, as notícias em geral<sup>111</sup> ocuparem mais espaço no periódico. A partir de 1900 já são relevantes as mudanças quanto

---

total da cidade era de 47.697 habitantes, sendo que, em 1893, saltou para mais do dobro: 120.775 habitantes. Ver Rolnik, Raquel. *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder)*. Dissertação de mestrado, FAU, USP, 1981, p.18. Morse, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (De comunidade a metrópole)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, p.365 informa que em 1917 a população total já era de 500.000 habitantes. Pode-se concluir, então, que em um período de 31 anos - de 1886 a 1917 - a população cresceu aproximadamente onze vezes; enquanto a tiragem - de 1880 a 1912 - cresceu em aproximadamente quatorze vezes.

<sup>108</sup> Ver Nobre, José Freitas. *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo, 1950.

<sup>109</sup> A questão dos leitores do jornal é de difícil determinação. O que se pode deduzir é que, naquele momento, havia não somente leitores, mas muitos ouvintes também. Além disso, muito provavelmente o jornal não era lido por uma só pessoa e um exemplar circulava bastante: “Os leitores... quando digo - leitores- está claro que não me refiro a esta espécie abastarda do grande gênero, *immundum pecus*, que não assina gazetas, que as não compra, que chega até a não ter dinheiro para as comprar, mas que tem entretanto a boa lembrança de as ler de empréstimo ou de outra qualquer forma (...)” (“Folhetim da Gazeta de Notícias” - *Gazeta de Notícias* - dia 5 de agosto de 1875). Em *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*, na taberna do Boca de Ferro, um dos presentes lê uma notícia para os outros. Tratava-se de um crime: “Como o mais letrado da sua classe, o *Padre* lia a notícia e todos escutavam no maior silêncio a sua voz simpática e baritonal, comovida pela sugestão da narração, aparteando-o com exclamações rudes e violentas, atiradas ao endereço dos incógnitos assassinos”. Pinheiro, Abilio Soares. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*. Tipografia Luiz Miotto, Rio de Janeiro, 1906, p.99.

<sup>110</sup> Pinto, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, EDUSP, 1994, p.169.

<sup>111</sup> Além das “Notícias Diversas” a folha exibia informações sobre outros estados e países, através, principalmente, de telegramas.

a um possível “caráter informativo” da folha. É notório perceber, entretanto, que houve uma ampliação do espaço jornalístico como um todo, já que não somente as notícias de crime passam a ocupar um espaço maior, mas também os anúncios, a seção livre e o editorial.

As notícias de crime foram lidas de maneira a compreender o que estava sendo construído naquelas narrativas. Construção essa que era muito mais coletiva e complexa do que considerar que elas possuíam um estrito senso de pedagogia, desmascarando os elementos criminosos para mostrar o caráter de barbárie que existia ao seu redor. Assim, termino o item com Machado de Assis, literato que tinha no jornal um espaço cotidiano de participação:

“[a palavra] Falada na tribuna é prodigiosa, é criadora, mas é o monólogo; escrita no livro, é ainda criadora, é ainda prodigiosa, mas ainda é o monólogo; esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora, mas não é o monólogo, é a discussão.”<sup>112</sup>

### 3.

No dia 4 de janeiro de 1900, em comentários sobre os 25 anos de existência d’ *O Estado de São Paulo*, os redatores investem em mostrar que o jornal não era vinculado a nenhum partido, enfatizando a sua imparcialidade:

“(…) um informador consciencioso e imparcial, um órgão de ampla e tolerante discussão, não é de política, mas de todos os assuntos pelos quais a província podia e devia interessar-se, qualquer coisa, enfim, que fosse inteiramente diverso do jornalismo de então. Sabe-se o que era o jornalismo paulista daquela época. Todos os jornais eram exclusivamente partidários.”<sup>113</sup>

Criado em 1875 pelo PRP - Partido Republicano Paulista - é difícil dizer que o jornal era imparcial em relação à política, embora durante o regime monárquico não estivesse

<sup>112</sup> Assis, Machado. *Obras Completas*. vol. III. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1992, p.963.

<sup>113</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 4 de janeiro de 1900.

ligado a nenhum dos partidos que efetivamente exerciam o governo. Mesmo assim, essa imparcialidade é superficial, já que apoiavam os republicanos e os fazendeiros do oeste paulista.

A tendência republicana d' *A Província de São Paulo* existiu desde a sua fundação. No dia 8 de setembro de 1880, em notícia intitulada “7 de setembro”, aparece um Brasil atrasado pela monarquia:

“(...) o exame dos vícios e erros que lá encadeiam o progresso, e o reconhecimento da necessidade de sair do estado de atrofia mental que isola Portugal no seio da Europa, encontram um perfeito símile no Brasil, por sua vez isolado na América.

Ainda agora as correntes democráticas que passam por todo o antigo continente e atravessam a pátria de Camões, de lado a lado, como que nos tocam com mais força vindo dali; a energia da propaganda republicana, que determina no reino uma *nova era*, é para muitos entre nós um argumento de força para opor aos tímidos, aos conservadores e aos rotineiros atrelados ao carro tradicional da monarquia (...).<sup>114</sup>

O jornal sempre defendeu a república em oposição ao regime monárquico, que considerava “atrasado” e “conservador”. Apesar disso, numa aparente contradição, eximia-se da formulação de um plano para a abolição dos escravos. Assim, em outra notícia, havia a defesa do fim da escravidão e da constituição de uma sociedade na qual todos tivessem direitos iguais, entretanto, não imediatamente:

“A igualdade do direito é o seu ideal, porque não é outro o da democracia, e como a sua propaganda científica vai retamente, à realização desse ideal, o partido que não tem responsabilidade de governo não se julga obrigado a apresentar um plano seu para a abolição pronta da escravidão. Confia a solução do problema de momento aos partidos governamentais, firmando-se, entretanto, na propaganda dos princípios fundamentais de sua escola.”<sup>115</sup>

<sup>114</sup> *A Província de São Paulo*. Dia 8 de setembro de 1880.

<sup>115</sup> *A Província de São Paulo*. Dia 16 de novembro de 1880.

A questão da substituição da mão-de-obra era assunto corrente no final do século XIX.<sup>116</sup> A abolição da escravidão, por diversos motivos, era vista como previsível, mesmo para aqueles contrários a ela. Mas, apesar da defesa da igualdade, os republicanos do jornal paulista não apontavam para uma solução quanto à questão dos escravos.

O fato de “não ter responsabilidade de governo” seria, inicialmente, suficiente para a ausência de opiniões a respeito do assunto. Certamente, esta era também a justificativa para a imparcialidade pregada pelo jornal, como nos informa a citação mais acima. Contudo, é mais provável que essas opiniões reflitam as idéias do grupo a que o jornal devia a sua fundação e funcionamento, os fazendeiros.

Mas os republicanos da folha paulista precisavam justificar a isenção de opiniões a respeito da abolição dos escravos. Assim, em outro artigo defendem uma emancipação lenta e gradual. O motivo seria a “organização da sociedade atual”, considerada atrasada:

“Se por uma revolução o país passasse a ter uma constituição política republicana, esta não corresponderia desde logo à constituição social, o que quer dizer que a forma política não quadraria perfeitamente com a organização da sociedade atual.

Neste caso, pode-se afirmar que não seriam os republicanos de hoje os responsáveis do fato, da contradição que existiria entre a constituição política e a constituição social.

Dáí vem que a escravidão, apesar de ser uma instituição detestável, talvez tivesse de desaparecer pela eliminação, trabalho parcial e prudente.

Parece-nos, pois, que o partido republicano, composto embora de abolicionistas, não deve ter no presente a pretensão de fazer vingar um plano de emancipação da escravatura.

Como questão prática, a emancipação envolve a questão importantíssima do trabalho, e, portanto, do desequilíbrio imediato de receita e despesa, e a prolongar-se por uma dezena de anos.”<sup>117</sup>

A posição contraditória da folha com relação à emancipação - dizendo serem abolicionistas, mas não defendendo a sua rápida eliminação - explica-se não somente pelo grupo de patrocinadores do jornal, mas pelo público que atingia. Com maioria de leitores

<sup>116</sup> Para o assunto ver, entre outros, Machado, Maria Helena P.T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, UFRJ, EDUSP, 1994; Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Azevedo, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

<sup>117</sup> *A Província de São Paulo*. Dia 16 de novembro de 1880.

assinantes,<sup>118</sup> o público principal e majoritário no ano de 1880 era, muito provavelmente, esses fazendeiros paulistas. Portanto, a questão da mão-de-obra se tornava fundamental para esses leitores. Com escravos trabalhando nas fazendas de café, como contrariar a prática da escravidão?

A quase inexistência das notícias de crime, a insistência em noticiar os conflitos eleitorais e as páginas de anúncios,<sup>119</sup> totalmente direcionados para aqueles que possuíam terras, mostram que os fazendeiros eram mesmo o público almejado pelo jornal naquele ano. Da mesma forma que a recusa em assumir uma posição contrária à escravidão indica a preocupação com estes leitores e o interesse em apresentar uma posição política mais aceitável para este grupo.

Durante todo o período (de 1880 a 1910), pode-se fazer uma divisão geral do jornal. Havia, basicamente, três grandes partes: o noticiário, a seção livre e os anúncios. Na parte do noticiário, a folha trazia diversas notícias, relacionadas aos mais distintos temas. A seção livre exibia cartas ou notícias pagas e, normalmente, assinadas. Muitas vezes, tratavam de algum assunto que já estava sendo noticiado e sobre o qual alguém queria fazer um comentário. A parte de anúncios ocupava metade do jornal e vinha nas páginas finais.

São nítidas as mudanças existentes se compararmos os anos analisados. Em 1880 o jornal apresentava somente quatro páginas para, em 1910, chegar a mais do dobro, às vezes doze ou dezesseis páginas, dependendo do dia. É relevante o grande destaque dado às notícias de crime nos anos de 1900 e 1910.

O ano de 1890, além da mudança de nome para *O Estado de São Paulo*, foi muito específico no que diz respeito à forma do jornal. Passaram a estampar as páginas da folha

<sup>118</sup> Em “Aos nossos assinantes” o jornal reclama do grande número de atrasos nos pagamentos de assinaturas. O texto esclarece que a folha sobrevivia das assinaturas, dos anúncios e das publicações particulares. Ao dizer isso, acaba por insinuar as intenções do jornal, as quais serão evidentes no ano de 1890: “O aumento da composição quer dizer também aumento da despesa e se procurar alargar o espaço para artigos literários, científicos e políticos, com preterição das publicações particulares e dos anúncios, a receita deve diminuir e por duas causas: aumento de composição e afastamento dos anunciantes e particulares que discutem suas questões.” *A Província de São Paulo*. Dia 15 de outubro de 1880. Certamente, o problema foi resolvido a posteriori, com aumento das vendas avulsas, o que resultava em uma “abertura” maior do jornal com relação ao que seria publicado.

<sup>119</sup> Eram comuns os anúncios de fuga de escravos, venda de escravos, venda de terras, casas para família na capital, venda de arame farpado, horário dos trens para o interior.

várias colunas assinadas e fixas. Além disso, o jornal também publicava versos e crônicas de outros autores, tendo-se a impressão de que aquele espaço estava aberto a novos talentos, sugerindo que os editores “alargaram” o espaço para a publicação de novos textos.<sup>120</sup>

As notícias de crime eram muito diversas daquelas presentes nos anos de 1900 e 1910. Havia uma seção denominada de *Tribunal do Júri* ou *Crônica do Júri* que, mesmo sendo comum em outros jornais do período foram particularmente importantes no ano de 1890 nessa folha paulista. Neste ano também foi publicado “Um crime no paço imperial” que, como será visto no capítulo um, possuía significados intrínsecos à recente mudança do regime político.

Os anos de 1900 e 1910 foram muito similares quanto à formatação do jornal. As notícias de crime apresentavam as “chamadas” em destaque - característica inexistente em anos analisados anteriormente, sendo que no ano de 1910, essa chamada vinha acompanhada de um resumo do crime.

O que se verá com relação à posição política d’ *O Estado de São Paulo* é que a imparcialidade do jornal nunca existiu. Funcionando como um veículo de comunicação, ele não somente tentava agradar o público, mas também influenciá-lo. A partir do ano de 1890 o jornal atingia um maior número de pessoas, fato que pode ser sugerido pela composição do jornal, que passa a ter um caráter mais variado. Pode-se dizer que passou a exercer com mais clareza uma função de transmissor de mensagens e a ser um veículo de comunicação de massa. E, na tentativa de ampliar o público, de conquistá-lo, não deixava de ser influenciado por este, até porque essa era uma forma de atingi-lo.

Portanto, nota-se uma mudança primordial entre o ano de 1880, que apresentava conteúdos mais direcionados a um grupo social específico, e os outros anos analisados. Em 1890, 1900 e 1910 as notícias de crime, ao contrário do ano de 1880, vão tomando uma forma mais definida, mesmo considerando as particularidades existentes em cada ano. Esses três anos serão o foco da análise que virá a seguir. Pelo que já foi visto, o fato de um

---

<sup>120</sup> Como sugeria a notícia “Aos nossos assinantes” do dia 15 de outubro de 1880. Ver nota 118.

possível aumento do público, que se tornava mais diversificado, pode explicar as mudanças ocorridas na folha. A presença maciça das notícias de crime nesses anos pode ser indicativa dessas alterações.

## **Capítulo 1: O esqueleto do Paço Imperial**

### ***1. Uma estranha e oportuna descoberta***

Entre os dias 20 de março e 12 de abril de 1890, o jornal *O Estado de São Paulo* divulgava, fora do espaço de rodapé, um folhetim em formato de notícia. *Um Crime no Paço Imperial* veiculava a história de um crime misterioso, sempre na primeira página e diariamente. Segundo a folha, a coluna se destinaria a esclarecer um fato recentemente ocorrido no Rio de Janeiro: a descoberta de um esqueleto dentro de um caixão num dos compartimentos do paço durante as obras para o funcionamento da repartição geral dos telégrafos no pavimento térreo.<sup>1</sup>

A partir do dia 14 de março, vários jornais cariocas divulgariam a descoberta do esqueleto sob diversas formas, desde pequenas notas<sup>2</sup> até comentários mais irônicos, como foi o caso da *Revista Ilustrada*,<sup>3</sup> que teve no misterioso esqueleto um “gancho” para outras notícias. A *Gazeta de Notícias* e o *Diario do Commercio* foram ainda mais longe e publicaram, assim como a folha paulista, um folhetim. No caso do *Diario do Commercio*, o folhetim também se misturava às notícias, apresentando-se fora do espaço normalmente destinado a este tipo de narrativa.

O que sobressai claramente é o sentido que o episódio, amplamente noticiado, possuía na imprensa, dando margem à curiosidade dos leitores e ocasionando histórias e anedotas. Os jornais que publicavam histórias sobre o “esqueleto do Paço” não buscavam uma solução, pois, inicialmente (por mais estranho que fosse), outros jornais já haviam vinculado o aparecimento do esqueleto a um estatuário que mantivera atelier no Paço e utilizava a ossada (falsa) para os seus estudos anatômicos. Mais interessante para os fins dos jornais que veiculavam folhetins era obter um aumento da vendagem com algo que tinha no evento simplesmente um ponto de partida.

<sup>1</sup> Como divulga o jornal *Diario de Notícias*. Dia 14 de março de 1890.

<sup>2</sup> *Jornal do Commercio* e *Diario de Notícias*.

<sup>3</sup> *Revista Ilustrada* de 22 de março de 1890. Em “Palavras por ahi...”. Somente para citar um exemplo: “Que essa história de aparecimentos de esqueleto e caveiras tem posto a pedra no sapato de muita gente e a pulga atrás da orelha de outra tanta...”

No momento em que se investia na ampliação das vendas, no aumento do público, em tornar-se um empreendimento lucrativo, pode-se perceber uma relação dinâmica com este público, que não necessariamente era restrito aos assinantes, já que o jornal poderia passar por diversos outros leitores, e inclusive ouvintes.<sup>4</sup> Sendo a imprensa uma espécie de fórum, no qual se engendram significados coletivos, a repercussão social obtida pela descoberta do esqueleto acabaria permitindo uma exploração mais incisiva do caso. Pode-se supor, então, que o “caso do esqueleto” obteve sucesso, não somente porque os jornais tiveram interesse no fato, mas por ser algo que fazia parte de representações coletivas mais amplas.

O motivo para isso não estava somente no mistério que rondava a descoberta, mas no *lugar* em que foi encontrado. Depois de apenas alguns meses da instalação do novo regime republicano, um esqueleto em um caixão enterrado sob o Paço Imperial era, no mínimo, um assunto que dizia respeito a um passado muito recente. O esqueleto encontrado no Paço possuía diversos significados simbólicos que remetiam ao período imperial e a um passado político que, no início da república, se tentava superar. Desta forma, a ironia com que alguns jornais cariocas tratam o caso é mais do que senso de humor frente a uma descoberta estranha.

O jornal paulista *O Estado de São Paulo*, seguindo seus concorrentes fluminenses, aproveitou a notícia para publicar uma narrativa em forma de folhetim que, como veremos, possuía diversos significados, também relacionados ao passado imperial e à recém-fundada república. Este jornal, porém, apresentava uma explicação própria, distante daquela relacionada ao estatuário, sugerindo a existência de um crime no local.

Considerando-se o caráter mais empresarial da imprensa do fim do século XIX, pode-se dizer que se tornava importante atingir um público variado, e a única forma de se fazer isso era tornar o espaço jornalístico, mais do que um mero lugar de divulgação de

---

<sup>4</sup> Para o tema, ver Meyer, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: Candido, Antonio (Org.). *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

mensagens de caráter pedagógico, fazendo-o também um meio de aproximação efetiva da vida dos diversos leitores/ouvintes.<sup>5</sup>

Para que o jornal funcionasse tanto como um empreendimento comercial que tinha interesse no aumento das vendas e no lucro quanto um espaço no qual questões sociais eram amplamente discutidas, torna-se necessário pensar que existiu, em algum nível, um compartilhamento cultural entre aqueles que produziam, liam ou ouviam as colunas dos periódicos, possibilitando operar mais realisticamente com esta fonte.

## ***2. Os vários esqueletos da imprensa***

Na seção denominada “Várias Notícias” no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro aparece o seguinte:

“Em um dos compartimentos do Paço da cidade foi encontrado ontem um esqueleto humano, completo e bem assim um caixão funerário de molde inglês. Supõe-se que o esqueleto pertencia a um estatuário, que ali residia e trabalhava”.<sup>6</sup>

As primeiras notícias sobre o esqueleto encontrado no Paço Imperial, fornecidas pelo *Jornal do Commercio* e *Diario de Notícias*, não tiveram grande destaque, possuindo somente um caráter informativo no que dizia respeito à sua origem. Dois dias após, entretanto, outros jornais fluminenses adquiriam postura bem distinta.

A *Gazeta de Notícias* foi a primeira folha a explorar o caso de maneira mais incisiva com a publicação de um folhetim, que teve início no dia 17 de março de 1890, embora anteriormente já fizesse referências ao assunto. O caráter publicitário é relevante e chama atenção a ironia com que o assunto foi abordado:

“Foi o caso, que o homem cuidava há tempos em investigações e estudos profundos sobre um fato dos tempos coloniais, e eis senão quando, um pedreiro, com uma enxada,

<sup>5</sup> Robert Darnton, ao comentar o texto de autoria de Contat, fonte principal de *O Grande Massacre de Gatos*, diz: “Se ele adota um estilo demasiado oracular, não será entendido, pois a inteligibilidade depende de um sistema comum de sentidos, e os sentidos são compartilhados socialmente.” Darnton, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.295.

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*. Dia 14 de março de 1890. O *Diario de Notícias* do mesmo dia também comenta o fato, acrescentando a ocorrência das obras do telégrafo no local e o nome do escultor, que deveria tratar-se “do grande estatuário Almeida Reis”. A presença de escultores e outros artistas com atelier no Paço era comum durante o império. Ver Schwarcz, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

uma simples enxada, cavou mais fundo do que ele, e descobriu o esqueleto no antigo Paço da Cidade.

- Estou roubado! Exclamou Victor Leal.

E correu para o escritório, e pediu ao *Hastoy* que lhe tirasse o retrato, antes que o *Diário do Commercio* venha dizer que foi ele o primeiro que pensou em escrever um romance sobre o esqueleto, ou que é ele o defensor acérrimo de todos os oprimidos, do comércio, da indústria e dos esqueletos.

Para fazer-lhe a vontade, damos hoje o retrato de Victor Leal, o ilustre literato; amanhã daremos o esqueleto, reproduzido do natural; e depois de amanhã começaremos a publicar o romance.”<sup>7</sup>

O *Esqueleto. Mistérios da Casa de Bragança* foi publicado até 31 de março de 1890 no rodapé do jornal e trazia todas as características de um romance destinado a este espaço, como por exemplo, os cortes em momentos de suspense e o incentivo à leitura completa do folhetim através do incitamento da curiosidade do leitor com o desfecho da história. Além disso, desenhos das personagens e dos acontecimentos narrados eram incluídos nos capítulos, chamando ainda mais a atenção do leitor para a história. Victor Leal, o autor do romance, estaria publicando o seu primeiro trabalho e a folha inseria, antes mesmo do início do folhetim, um retrato seu, que seria seguido por uma imagem do próprio esqueleto:

“Nesse retrato, gravado por *Hastoy*, Victor Leal aparecia como um mocinho esbelto, de bigodinhos enalamistrados, chapéu desabado à Van Dick, cabeleira à 1830, e um grande ar de supremo desaforo e de insolência suprema na face e no modo de vestir. O primeiro capítulo do romance deixou no ânimo dos leitores a mesma impressão deixada pelo retrato. O estilo do escritor era como a sua fisionomia: um estilo ultra-romântico, trajando gibão de veludo azul e botas de couro de Córdoba, e mão tão pronta a fazer vibrar o alaúde em louvor da primeira dama, como a sacar da espada em castigo do primeiro insolente.”<sup>8</sup>

A narrativa começa com a descrição da “bodega do Trancoso”, lugar importante para o desenrolar da história, pois era nela que algumas das personagens encontravam-se todas as noites. A personagem principal é Ângelo Palligrini, italiano de família fidalga, que chegou ao Brasil com a corte de d. João VI, acompanhando d. Bias, fidalgo espanhol. Já

<sup>7</sup> *Gazeta de Notícias*. Dia 15 de março de 1890.

<sup>8</sup> *Gazeta de Notícias*. Dia 17 de outubro de 1893.

no primeiro capítulo, Satanás - como Palligrini era conhecido - surge em uma luta de espadas na qual “mais alto que o tinir das espadas soavam as pragas dos combatentes”.

Victor Leal trazia à cena um herói com uma história de vida romanticamente dramática: Palligrini ficou órfão na noite do seu nascimento devido a uma vingança contra o seu pai, foi salvo “por um milagre” e teve a sorte lida por uma bruxa cigana, que predizia horrores para a sua vida. Na adolescência matou o seu tio e tutor, assassino de sua tia e amante, fugindo logo após. Desde então a sua vida foi repleta de aventuras, convivendo com piratas e guerreiros, até a sua vinda para o Brasil.

Era este herói ultra-romântico que seria fundamental no desenrolar da história: além da função de mestre de armas, era o alcoviteiro do príncipe regente. Sua vida era tida como misteriosa e secreta, mas na realidade, o seu único segredo era uma filha, que visitava todas as noites e cercava de cuidados para não expô-la à corte “infestada da depravação dos fidalgos portugueses”. Assim, o drama está centrado na ambigüidade vivida por Palligrini, que protege a sua filha de uma depravação fidalga da qual faz parte.

Anos mais tarde, Olavo Bilac esclareceria que Victor Leal era um heterônimo composto coletivamente:

“Bastaria, no entanto, olhar com aferição o retrato de Victor Leal, para descobrir o segredo agora desvendado por Aluísio Azevedo no prefácio da *Mortalha de Alzira*. Havia, com efeito, nesse retrato os olhos adoráveis de Aluísio Azevedo (os mais belos olhos de homem que conheço, leitor!), a vivacidade felina da fisionomia de Coelho Neto, a pose à d’Artagnan de Pardal Mallet, e o nariz titânico, descomunal, de quem está agora escrevendo estas coisas. Éramos nós - o romântico Victor Leal”.<sup>9</sup>

Embora fosse um falso autor, como o próprio Aluísio Azevedo afirma no prefácio de *Mortalha de Alzira*, “o público estaria propenso a acreditar na existência de um escritor muito moço e romântico chamado Victor Leal, o qual já escrevera uma complicada história fantasiosa intitulada *O esqueleto*”. Apesar da indicação da criação de um autor com

<sup>9</sup> *Gazeta de Notícias*. Dia 17 de outubro de 1893.

a participação dos quatro literatos, no caso d'*O Esqueleto*, a autoria verdadeira era de Olavo Bilac e Pardal Mallet.<sup>10</sup>

A referência a um escritor romântico não era isenta de intenções maliciosamente irônicas a respeito do romantismo. Palligrini era incrivelmente semelhante ao autor fictício, possuindo uma descrição caricatural:

“Por sobre o chapéu de abas largas, via-se um rosto bem modelado em ângulos violentos de decisão e afoiteza. O espesso e comprido bigode militar, que o sarro dos cachimbos amarelecera, recurvava-se fantásticamente numas pontas erguidas para o céu como um ameaça de cornos de Satanás. O nariz e o queixo eram pontiagudos, fazendo-lhe a cara estreita e cortante como a cabeça dos peixes e a quilha dos navios.”<sup>11</sup>

A personagem Palligrini (ou Satanás), paródia dos romances de capa-e-espada, usa sua “valentia” somente para proteger d. Pedro nas suas “costumeiras excursões noturnas”.<sup>12</sup> Proteção esta contraditória a partir do momento em que outra cigana lê o destino de d. Pedro e Satanás, prevendo a morte de um deles: “sabem melhor vocês dois, porque um, não sei qual, tem de morrer pelas mãos do outro”.<sup>13</sup>

O drama se centrará, a partir desse instante, na premonição: d. Pedro acredita que um “fim tenebroso” só pode pertencer aos “valentes lidadores do progresso humano”<sup>14</sup> como ele próprio se considera. A história se alterna entre os eventos políticos anteriores à independência do Brasil e as contínuas buscas de amantes por d. Pedro.

Finalmente, ele resolve “libertar-se” da tutela alcoviteira de Palligrini e conseguir uma amante sozinho: esta, seguindo a “ironia dramática” do romance, não poderia ser outra a não ser a filha de Palligrini, Branca. D. Pedro acredita que Branca é a amante de Palligrini e conclui que o desfecho seria melhor ainda neste caso, pois a sua conquista

<sup>10</sup> Todas as citações referentes ao folhetim, o prefácio de Aluísio Azevedo e a crônica de Olavo Bilac foram utilizadas a partir de uma publicação em livro. Este folhetim estava incluído como parte das *Obras Completas* de Aluísio Azevedo e a intenção dos autores dessa publicação seria esclarecer os verdadeiros autores do romance. Curioso é que ninguém notou que este folhetim estava inserido entre a publicação de outros dois folhetins, de jornais diferentes e que todos levavam em conta a notícia do esqueleto encontrado no Paço. Talvez a única explicação para o fato seja a ausência de fama (atual) dos autores dos outros folhetins. Na realidade, inseri-lo no contexto em que foi produzido pode dizer mais do que inseri-lo entre as obras de determinados (famosos) literatos. Ver Bilac, Olavo e Mallet, Pardal. *O esqueleto. Mistérios da casa de Bragança*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.

<sup>11</sup> Bilac, Olavo e Mallet, Pardal. *O esqueleto. Mistérios da casa de Bragança*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000, p.17.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>14</sup> *Idem*, p.34.

seria completa. Parte, então, em busca da empreitada contando, para a conquista, com a ajuda de d. Bias. Mas o príncipe não consegue seduzir a moça e acaba utilizando-se de violência. Neste momento, surge Paulo de Andrade, capitão de guardas de d. Pedro, que amava Branca e pretendia casar-se com ela. A citação seguinte envolve os pensamentos de d. Pedro após os eventos daquela noite:

“Esquecera-se já dos tristes sucessos da casa da rua do Conde. A princípio, o remorso lhe apuara o coração, vendo-se o causador daquela desgraça. Branca resistira com uma tenacidade, que ofendera a sua vaidade de conquistador irresistível. Era a primeira mulher que opunha um obstáculo à satisfação de um desejo seu. Ferido no amor próprio, não recuou diante de nenhuma violência. Nenhuma das outras recusara aquela honra, nenhuma!

(...).

E era aquela criança tímida e fraca, era aquele pedacinho de gente, que lhe vinha cravar os olhos na face, atrevidamente, corajosamente, e dizer-lhe sem tremer: - Não te quero, não te desejo, não serei tua, porque não te amo, porque amo um outro que é mais belo, que é mais forte do que tu!

Depois, quando vira entrar no quarto Paulo de Andrade, compreendia que era aquele o seu rival, o príncipe esperara-o a pé firme, olhando-o face a face, num ímpeto daquele seu belo temperamento, tão seu e tão nobre, que o faria afrontar todos os perigos, que o fez uma vez, mais tarde, sozinho, em S. Cristóvão, esperar na rua um homem e retalhar-lhe o rosto a chicote.

Mas Paulo recusara, preferindo matar-se a erguer a mão contra ele.

E vendo-o morto, o príncipe, compreendendo que ia haver um escândalo, saiu daquela casa, fugindo do lugar onde fora procurar um gozo passageiro e onde ganhara um remorso terrível.

Agora, porém, essa preocupação fora sufocada por outras mais sérias. O homem desaparecera. Em seu lugar ficava apenas o príncipe, com toda a grave responsabilidade de uma conspiração política.”<sup>15</sup>

O crime da rua do Conde foi comentado durante vários dias, mas ninguém soube do envolvimento de d. Pedro, nem mesmo Palligrini, que só tomara conhecimento da verdade através de d. Bias, dias após o ocorrido. O fidalgo espanhol, descrito como medroso e interesseiro, acaba apaixonando-se por Branca e mantendo-a prisioneira, pois, após a morte de Paulo, ela enlouquece e acaba por confundi-lo com d. Bias. Assim, ela era a única pessoa que mantinha “afeto” pelo fidalgo.

---

<sup>15</sup> *Idem*, pp.57-8.

Suspensa a tragédia da rua do Conde, após uma peixada e uma noite de amores em Santos, d. Pedro é chamado às pressas para retornar à corte:

“E não falou mais, senão quando, no vale do Ipiranga,(...) ordenou que se fizesse uma pequena parada de descanso, antes de entrar na cidade.

Todos se apearam.

Na serenidade da tarde, as palmeiras bracejavam no ar. Havia uma grande suavidade no céu muito azul, limpo de nuvens, cortado de asas. Os cavalos saíram pelo campo, a pastar. Os soldados estenderam-se na relva, prostrados por aquela caminhada longa, ao sol forte de setembro. Abriram-se as garrafas de cana, acenderam-se os cigarros.

D. Pedro e Satanás falavam de Marta, da peixada de escabeche, da beleza de Maria.

- Homem, por falar em peixada... fez D. Pedro, e disse uma coisa que fez o outro rir muito.

O príncipe riu também, e levantando-se, entrou numa moita.

(...)

O comandante do regimento foi procurar o príncipe. Encontrou apenas o Satanás, sentado numa pedra, cotovelos sobre os joelhos, face sobre os punhos, pensando.

- Onde está o príncipe?

O Satanás levantou os olhos e disse gravemente:

- Espere um pouco. Está ocupado. Foi apanhar uma parasita.”<sup>16</sup>

O folhetim reitera o anedotário da independência e constrói uma imagem de d. Pedro negativizada pelas constantes amantes e bebedeiras, uma vida que não condizia com a de um chefe de nação, embora fosse coroado com “a glória da fundação de uma grande nacionalidade”.<sup>17</sup> Retornando ao Rio de Janeiro, Satanás descobre que o culpado pelo sumiço de Branca fora o príncipe regente. A partir de então, buscará somente a vingança e esta não estava na sua morte, mas em tê-lo vencido:

“Para que matá-lo? Embora o horóscopo fatídico da cigana aí estivesse a dizer que um dos dois devia morrer pela mão do outro, ele não queria matar o príncipe. Queria-o miserável e vencido, morto no seu orgulho, arrastando uns dias infaustos de vilipêndio, martirizado por essa angústia de abatimento, que é o suplício dos fortes.”<sup>18</sup>

Satanás se tornava o grande perseguidor de d. Pedro que, finalmente, é aclamado pelo povo como imperador do Brasil. A comemoração da vitória é simultânea à morte de Branca e conseqüente ida de Palligrini à Europa. Não contrariando o apelido, Palligrini

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 61-2.

<sup>17</sup> *Idem*, p.60.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 68.

acaba conseguindo a vingança desejada. Esta não é explicitada pelo folhetim, mas se pode supor que a intenção dos autores foi criar não somente um vínculo entre d. Pedro e o mal (Satanás) como também mostrar que ele foi vencido pela história, que o obrigou a abdicar do trono.

Nos primeiros momentos republicanos, o passado imperial instalado pela família de Bragança tinha seus mistérios e crimes desvendados e parodiados no folhetim da *Gazeta de Notícias*. O esqueleto toma lugar na narrativa somente no último capítulo, e não é mais do que uma brincadeira feita por d. Pedro para assustar d. Bias:

“E largou o esqueleto que então caiu todo inteiro sobre d. Bias. Foi, neste momento, um espetáculo diabolicamente nunca visto e nunca sonhado até então. Por entre os lençóis e a capa, no belo contraste do preto e branco, debatiam-se os dois. D. Bias a contorcer-se todo, querer desvencilhar-se desse novo companheiro de dormida, animava-o, fazia-o viver, emprestava-lhe movimento.

(...).

E com os movimentos que tentava, o esqueleto movia-se também, recolhia o braço num amplexo que horripilava o outro, intrometia a perna entre as do fidalgo das Espanhas, ligava-se-lhe enfim numa bela conjunção amorosa.”<sup>19</sup>

Ao descobrir que se tratava de um falso esqueleto, D. Bias joga-o no armário, afirmando que seria uma “grande peça pregada às gerações futuras”, como realmente foi. Este folhetim, construído sobre uma descoberta estranha, mas real, dava margem a especulações sobre o período imperial. A *Gazeta de Notícias*, apesar de não ser uma grande propagandista da república, como foi o caso d’*O Estado de São Paulo*, defendia, em grande medida, a instalação do novo regime, o que é reforçado pela existência de um romance-folhetim que veiculava uma imagem de d. Pedro I ligada a crimes e mistérios.

\*\*\*

---

<sup>19</sup> *Idem*, p.98-9.

O *Diario do Commercio*, de modo semelhante à *Gazeta de Notícias*, apresentava o “caso do esqueleto” com uma pitada de sarcasmo, aproveitando para se referir aos tão comentados “seguidores da doutrina espírita”:<sup>20</sup>

“Nem por muito madrugar se acorda cedo!

Exemplo vivo disso está no *specimen* que acima publicamos.

(...), tão logo que soubemos da tal história do esqueleto arranjamo-nos de modo que não só viemos a saber de quem era o esqueleto como do que fez por este mundo a individualidade respectiva e, o que é mais, quais os seus modos de ver sobre as coisas do Brasil.

(...)

Evocamos, por intermédio de ilustres mestres da nova doutrina espírita, o espírito da personalidade humana a que pertenceu o esqueleto do Paço e são as suas revelações que publicamos.

Mal sabíamos nós que a nossa simpática *Gazeta de Notícias* também já houvera pensado em tal, com a diferença de que vai imaginar um romance, devido à pena de Victor Leal.

Mas, em que pesa à *Gazeta*, foi evidentemente o *Diario do Commercio* quem primeiro lembrou-se disso”.<sup>21</sup>

O *esqueleto do Paço - história d'além túmulo*, publicado entre os dias 18 de março e 13 de abril de 1890 tinha, apesar de algumas aproximações, uma diferença substancial em relação à *Gazeta de Notícias*: o seu folhetim não se situava no rodapé do jornal. A citação indica o fato de a *Gazeta de Notícias* “imaginar um romance” e, certamente, como romance, o folhetim estaria no rodapé da folha. Já no *Diario do Commercio*, apesar do corte característico do formato em folhetim, a história do esqueleto no Paço era escrita na primeira página, em local normalmente destinado a outras notícias e ocupando um grande espaço (quase duas colunas). No rodapé - lugar destinado a este tipo de história - vinha outro folhetim, este sim um “romance”.

Embora ocupasse o lugar das notícias, para um leitor mais atento a dubiedade da citação não passaria despercebida. Tentando aproximar a história de um evento verídico, o jornal optou por publicá-la no espaço destinado às notícias; mas as últimas palavras da citação acabariam por desvendar outras intenções: mesmo com a diferença de que a *Gazeta*

<sup>20</sup> Era comum encontrar propaganda de “médicos espíritas” no jornal.

<sup>21</sup> *Diario do Commercio*. Dia 16 de março de 1890.

*de Notícias* iria apresentar um romance assinado devidamente por um (suposto) literato, o *Diário do Commercio* foi o primeiro a “lembrar-se disso”. E lembrar-se especificamente de quê? Da possibilidade tanto da investigação e publicação da misteriosa descoberta quanto da imaginação de um romance. Assim, o *Diário do Commercio*, apesar do “disfarce” de notícia, acabava por confessar que também faria um romance baseado na descoberta do esqueleto no Paço Imperial. Portanto, ambos os jornais se colocam como concorrentes e promovem-se com o “caso do esqueleto”, criando romances a partir de algo muito comentado na imprensa, com grande repercussão social. Não existe nenhuma intenção em esclarecer melhor a origem do esqueleto e, mesmo que os folhetins a apresentem, não há, de fato, nenhum “caso mal resolvido”.

O autor de *O esqueleto do Paço - história d'além túmulo* é Castro Lopes. Entretanto, ao contrário da *Gazeta de Notícias*, não há nenhuma intenção em esclarecer a sua identidade, pois o folhetim não era assinado. Provavelmente, o fato da localização do folhetim no lugar destinado às notícias (que normalmente não eram assinadas) indica que os espaços no jornal eram tratados de maneiras diferenciadas, sendo que aquele que se pautava, normalmente, pelas notícias cotidianas, não possuía a referência do autor. Assim, pode-se dizer que não era considerado um espaço destinado à literatura *strictu sensu*.

Apesar dessa diferenciação, contudo, o fato de um folhetim tão literário quanto àquele publicado no rodapé da *Gazeta de Notícias* situar-se no espaço das notícias indica que o jornal, de uma maneira geral, possuía um forte caráter literário e utilizava-se de narrativas instigantes para contar as mais diversas histórias (reais ou fictícias).

A identidade do autor da narrativa foi fornecida por outro jornal - *O Noticiarista* de Taubaté:

“Os jornalistas fluminenses inventam romances, mais ou menos à moderna; disputam-se a primazia da idéia; esmiuçalham pequeninas sutilezas inventadas e fazem troça com aquela ossada limpa, da cor de creme.

O dr. Castro Lopes - ilustração que respeitamos - invoca o espírito que foi inquilino daquele esqueleto anônimo e, pelas colunas do *Diário do Commercio*, conta uma *história*, onde há raptos feitos por homens de durindana à cinta e capa ao ombro, cosidos

com a escuridão que os protege, rindo maliciosamente pelos lábios histéricos da sombra; onde não há o raio justo de uma estrela curiosa para varar o ventre escuro da noite...”<sup>22</sup>

Portanto, mesmo que excluída das páginas do jornal, a autoria do folhetim era conhecida por outros jornalistas e jornais e (quem sabe?) até pelo público leitor e ouvinte. Mas, além de revelar o autor, *O Noticiarista* não deixa de comentar que se tratava de uma “história”, chamando a atenção para a característica de “romance mais ou menos à moderna” que pautava o folhetim do *Diario do Commercio*.

Ambos os folhetins (da *Gazeta de Notícias* e do *Diario do Commercio*) têm como enfoque histórias que envolvem diretamente a corte e a família imperial. No *Diario do Commercio*, o enredo se passa na época de D. João VI e a personagem principal, Ruy de Castro, é um dos nobres emigrados de Portugal que acompanharam a família real. Como no folhetim da *Gazeta de Notícias*, existem mortes suspeitas. Embora a história não caminhe em torno delas, a atenção é voltada para as características de algumas personagens e suas formas “criminosas” de agir.

Segundo o autor, os nobres da corte portuguesa eram todos ociosos e inúteis. Ruy de Castro passava o tempo em busca de aventuras amorosas. Em função destas acaba por cometer crimes, sendo um deles a morte de Anatólio de Abreu, pai de Margarida, jovem e boa moça que fora criada com todos os cuidados pelo pai e irmão, Alfredo de Abreu, e que também é morta por Ruy de Castro. Margarida, filha de um negociante brasileiro de molhados, foi criada afastada dos “perigos” a que poderia se expor com a presença dos nobres. Semelhança que aproxima a criação que Pallingrini, em *O esqueleto. Mistérios da Casa de Bragança*, fornecia à sua filha Branca:

“Chamava-se Margarida. Nascera e criara-se entre as flores, isolada, pela vigilância paterna, do ruído do mundo, das misérias da capital da colônia de que a arredara seu pai, concededor perfeito dos perigos a que então se expunha (...).

Muitos do séquito leviano do rei emigrado não respeitavam coisa alguma, desde o direito sagrado de propriedade, que era violado sob o pretexto do alojamento para os

<sup>22</sup> Notícia publicada pelo *O Estado de São Paulo*. “Um esqueleto no paço”. Dia 29 de março de 1890.

nobres, até o pudor das moças bonitas, em quem farejavam meia dúzia de dias de libidinosos prazeres.

Filha de um honrado negociante de molhados, Anatólio de Abreu, crescera a moça entre os desvelos paternos e as atenções de seu único irmão, Alfredo de Abreu, nessa época estudante do último ano do curso médico.”<sup>23</sup>

Igualmente, Margarida sofre com a invasão da nobreza portuguesa na sua vida e acaba sendo vítima de um desses nobres que, com a falsa promessa de casamento, consegue com que a moça abandone o lar paterno e fuja com ele. Após uma vida de expectativas de que o fidalgo se casasse com ela, morre envenenada por ópio, pois Ruy de Castro, sentindo-se pressionado pela sua presença e a de seu filho, tenta livrar-se dela para que pudesse, enfim, juntar-se a Mathilde, a única que considera como “digna” de ser a sua verdadeira mulher. Entretanto, Mathilde, uma boa moça que ajuda a todos que pode, não o quer mais por ter descoberto o que ele fez à pobre moça. Após coincidências que aproximam o médico Alfredo de Abreu da dama da corte, fazendo com que os dois se apaixonem, Mathilde conta-lhe a história de Margarida. E é Alfredo que, finalmente descobrindo o paradeiro da irmã, presencia o seu assassinato cometido por Ruy de Castro:

“Tenham a bondade de entrar, meus senhores, disse o médico... acabo de examinar a doente... dorme profundamente e não acordará tão cedo... é mesmo possível que não acorde mais... a pessoa que ministrou a dose precipitou-se e derramou no caldo maior quantidade do que a necessária para completar o abatimento daquela organização deteriorada. Falta de prática. Seria mais humanitário e mais rápido o emprego de um punhal... Há ocasiões em que chegamos a perdoar o assassino pelos meios que emprega para matar a vítima; na própria crueldade descobre-se às vezes um pouco de compaixão...”<sup>24</sup>

Tentando associar elementos negativos ao período imperial, o autor desenvolve um enredo que tem nas características das personagens um ponto fundamental e imprescindível para que esta mensagem se efetue. Consegue-se imaginar claramente as personagens idealizadas como parte do “bem” e aquelas idealizadas como parte do “mal”. A corte é mostrada como o centro das atenções, porém, aqueles que aderem a ela são

<sup>23</sup> *Diário do Commercio*. Dia 22 de março de 1890.

<sup>24</sup> *Diário do Commercio*. Dia 6 de abril de 1890.

vistos negativamente. O médico e Mathilde, apesar de possuírem vínculos com o rei, vivem desgostosos com esta situação, tanto que, no final do folhetim, casam-se e se retiram totalmente da corte.

Ruy de Castro era um “fidalgo inútil e pervertido” que, emigrado para o Brasil, só causou desgraças aos brasileiros. Com a sua morte no final da história - obrigado a se suicidar - o médico e Mathilde casam-se e o nobre é esquecido, até que encontram o seu esqueleto enterrado no Paço. As ações do fidalgo português resumem-se a criar “golpes” para conquistar seus amores. Para isso tem como grande ajudante um “mulato” sexagenário de nome Lourenço. Ele é o mentor dos golpes de Ruy de Castro, que sempre acabavam em morte. Carapinha é outro mulato que ajuda o nobre, estando a diferença no fato de que este último fazia parte da “numerosa classe dos faquistas”:

“Naquela época o Rio de Janeiro era, pelo que rezam as crônicas, muito mais perigoso do que é hoje.

Embora ainda não bastante conhecida a instituição da navalha, existia a classe numerosa dos faquistas, mulatos da pior espécie, sem entranhas e sem amor para com o próximo a quem sacrificava na primeira esquina, mediante paga insignificantíssima de qualquer mandante.”<sup>25</sup>

A descrição de Carapinha vem alguns dias depois, quando se encontra com Ruy de Castro para “fazer um serviço”, isto é, ajudar no rapto de Margarida. Durante o rapto, ele tem uma briga com o pai da moça, que é morto a facadas:

“O *Carapinha* era um mestiço de estatura avantajada, largo de ombros, *cavaignac* retorcido e expressão fisionômica de cinismo e audácia.

Vinha-lhe a alcunha do cabelo em que ele punha todo o cuidado e atenções, conservando-o sempre dividido ao lado de modo a ficar a trunfa bem erguida, nos exageros de elegância canalha.

(...).

Ruy de Castro fitou nele um olhar interrogador e demorou-se alguns segundos em contemplar aquele genuíno *specimen* do malandro atrevido e insolente, freqüentador das tabernas e dos lupanares, sempre disposto a vender a consciência e o pulso a quem mais desse em pagamento”.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> *Diário do Commercio*. Dia 19 de março de 1890.

<sup>26</sup> *Diário do Commercio*. Dia 22 de março de 1890.

A imagem negativa do império vem em decorrência da presença de pessoas como Carapinha e Lourenço, porém mais ainda da presença dos nobres no Brasil. A solução proposta estava na substituição dos ociosos nobres por pessoas como o dr. Alfredo de Abreu, jovem médico renomado. Pode-se dizer que há uma idealização da sociedade, baseada na oposição de personagens. O nobre e todos aqueles que caracterizam a corte são vistos negativamente. A filha do negociante de molhados, Mathilde e o médico que se fez sem nenhuma suposta “vantagem de sangue” são caracterizados, entretanto, como os participantes de uma sociedade considerada ideal.

Os “mulatos” ou “mestiços” são percebidos somente como acessórios das outras personagens. Além da ausência de negros - pois sempre são citados os “mulatos e os “mestiços”- Alfredo, quando resolve vingar-se de Ruy de Castro e fazer justiça, utiliza-se, também, de serviços de uma “polícia” própria, formada por “mestiços”. Para fazer “o bem” ou para fazer “o mal”, eram parte da sociedade, mesmo que se tentasse excluí-los. Entretanto, a função social que lhes era atribuída estava sempre vinculada à execução de crimes ou à violência, os quais não eram cometidos diretamente pelos brancos, já que eram os mandantes.

\*\*\*

O *Estado de São Paulo* dava amplo apoio à nascente república, que tinha, como um dos responsáveis pelo governo provisório de São Paulo, ninguém menos que o seu redator político e acionista Rangel Pestana. Portanto, percebe-se uma intenção mais do que clara com relação à implantação efetiva do que chamavam da “nova ordem”. Várias matérias publicadas nos meses seguintes à instalação do novo regime e que diziam respeito exclusivamente a ele, remetiam o período imperial ao atraso. O progresso era percebido como intrínseco à república e mais do que isso, a imagem que estava sendo transmitida era a de que os paulistas haviam sido os grandes responsáveis pelo seu advento:

“A nova ordem de coisas toma o rumo natural como desdobramento de força do progresso que a tradição, os costumes e o direito, as necessidades morais e físicas disseminaram pelo vasto território do Brasil.

As províncias do império decaído levantam-se livres e passam a formar os Estados Unidos do Brasil.

Aqui, na rica e próspera província de São Paulo, que já era o centro donde se irradiava a atividade industrial e política para todo o país e donde partia o impulso à opinião que se traduzia nas grandes reformas (...).”<sup>27</sup>

Com a república, o jornal parecia traduzir um sentimento de progresso intrinsecamente ligado à mudança de regime político. Paralelo a isso houve a alteração do nome, ligada exclusivamente ao regime republicano e as particularidades do ano de 1890. Até meados de 1889, a folha possuía duas seções mais gerais: o noticiário e a sessão livre.<sup>28</sup> Com tiragens ao redor de 5.000 exemplares<sup>29</sup> (número pequeno se comparado à *Gazeta de Notícias*, por exemplo<sup>30</sup>), a folha paulista começa a mudar a configuração das suas reportagens em meados de 1889.

A série “Pipocas” foi a primeira entre diversas que apareceriam, principalmente no ano de 1890. Era assinada por Paff, pseudônimo de José Hipólito da Silva Dutra e trazia versos baseados em histórias do cotidiano, de tom marcadamente humorístico. As reportagens assinadas, além da presença de muitos pseudônimos, aumentariam em finais de 1889 e, em 1890, o jornal possuía uma aparência bem diversa dos anos anteriores e posteriores, pois, já em meados de 1891, as séries assinadas desapareciam e o tom do jornal voltava-se para o que chamavam de “Notícias Diversas”.

O que deve ser ressaltado é o caráter literário da folha no ano de 1890, com a valorização de textos de novos escritores e poetas que eram sempre destacados na primeira página. As colunas eram relativamente fixas: “Fogo Fátuo”, assinada por Chico Tesoura, que escrevia versos sobre os mais diversos acontecimentos do cotidiano; “Continhos”, assinada por Sota e Az; “Pipocas”, assinada por Paff; “Contos Suaves”, de

<sup>27</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 20 de novembro de 1889.

<sup>28</sup> Além dessas, havia a parte de anúncios.

<sup>29</sup> Tiragem de agosto de 1889: 4.800 exemplares.

<sup>30</sup> Tiragens em torno de 30.000 exemplares diários.

Marcos Valente; “Semana Fluminense”, com autores variados; “Duas Palavras”, de Tagarella; “História dos sete dias” de Filindal.<sup>31</sup>

Se repararmos no jornal como um todo, havia uma presença maciça de notícias contra a monarquia e também contra Portugal. O fato de a família imperial brasileira estar ligada a Portugal fazia com que este país e tudo o que se relacionava a ele também fosse foco de críticas por parte dos republicanos da folha paulista.

O jornal *O Estado de São Paulo* parecia tornar-se um órgão do governo republicano, naquele início de 1890. O *Correio Paulistano*, principal concorrente paulista d’*O Estado de São Paulo*, em um artigo intitulado “Contra-protesto” afirma que o concorrente era o órgão oficial do governo, pois nada dizia contrário às suas atitudes.

Com o decorrer do ano, entretanto, é perceptível a mudança de atitude do jornal, que começa a fazer algumas críticas à política oficial. Filindal, em agosto de 1890 exprime as insatisfações com o novo regime republicano em “História dos sete dias”:

“E, entretanto, temos aí a República, a República que tão ardentemente pregamos no mais fervoroso e no mais abnegado dos apostolados. Mas a República deixou-se contaminar do último vício inventado e explorado pela monarquia escorraçada...”<sup>32</sup>

Apesar da crença na república estar presente no texto, há algumas críticas à sua implantação. Nesse início republicano, porém, o autor relaciona a “contaminação” da república ao “vício de nossa origem”, o regime monárquico, mais especificamente o segundo reinado. Para ele, esse período “atrofiou a energia cívica do 7 de abril”, visto como sinônimo de uma época politicamente virtuosa.

A presença de muitos pseudônimos e nomes falsos fornece indícios sobre a forma como o jornalismo operava. Jean-Ives Mérian,<sup>33</sup> ao analisar *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, mostra que a propaganda ao redor da sua publicação não se limitou ao uso de panfletos e cartazes, mas também de notícias no jornal:

<sup>31</sup> Marcos Valente seria o pseudônimo de Valentim Magalhães e Filindal, de Filinto de Almeida. Ver *Enciclopédia de literatura brasileira*. Ministério da Educação e Cultura. Brasília. 1995.

<sup>32</sup> “História dos sete dias”. *O Estado de São Paulo*. Dia 11 de agosto de 1890.

<sup>33</sup> Mérian, Jean Yves. *Aluísio Azevedo. Vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1988.

“Acha-se entre nós o Dr. Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha de nossas idéias e propõe-se a bater os abusos da igreja. Consta-nos que há certo mistério na vinda deste cavalheiro.”<sup>34</sup>

Segundo Mérian, além de anúncios do livro na imprensa, havia a referência a pessoas fictícias como reais. Na verdade, o dr. Raimundo era uma personagem do livro. A mescla entre realidade e ficção não acabou logo: em seguida, algumas cartas foram publicadas em jornais maranhenses, discutindo a importância da leitura de *O Mulato* para as duas moças que as assinavam - Júlia e Antonieta. Como assinala Mérian, os verdadeiros autores das cartas eram dois amigos de Aluísio Azevedo e que, por intermédio delas, tentavam chamar a atenção dos leitores para o livro.

Machado de Assis também se utilizou de pseudônimos para fazer publicidade sobre um folhetim publicado no *Jornal das Famílias* em 1865. Como nos informa Raimundo de Magalhães Júnior, “os ‘a pedidos’ do *Correio Mercantil* veicularam uma polêmica que mal dissimulava os propósitos publicitários que a inspiraram.”<sup>35</sup> Tratava-se de uma discussão acerca da moralidade do folhetim publicado no *Jornal das Famílias*, provocada pelo próprio Machado de Assis, que era o autor das cartas de ambos os debatedores.

Ao comentar os diferentes tipos de autor-modelo, Umberto Eco fala sobre um autor-modelo “disfarçado” - Arthur Gordon Pym - de Edgar Allan Poe, tido como exemplar por Eco. O texto data de 1837 no *Southern Literary Messenger* e, em forma de livro, de 1838: “Havia um prefácio assinado por ‘A.G. Pym’, que apresentava as aventuras como fatos e dizia aos leitores que, no *Southern Literary Messenger*, ‘o nome do sr. Poe foi acrescentado aos artigos’, porque ninguém teria acreditado no relato, de maneira que não haveria problema em apresentá-lo ‘sob a aparência de ficção’. Assim, temos um sr. Pym, que se declara um autor empírico e que é também o narrador de uma história verdadeira, e, ademais, escreveu um prefácio que faz parte não do texto narrativo, e sim do

<sup>34</sup> *Idem*, p.258.

<sup>35</sup> Magalhães Júnior, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1981, p.322.(Agradeço a Marco Cicero Cavallini por esta referência).

*paratexto*".<sup>36</sup>Na verdade, as histórias ficcionais eram cercadas por uma aparência de realidade desde o século XVIII.<sup>37</sup>

Nos jornais brasileiros, os pseudônimos eram um outro tipo de "disfarce" na hora da publicação de textos. *O Estado de São Paulo* não economizou nessa utilização, principalmente no ano de 1890. A referência a textos e principalmente cartas, aparentemente de pessoas reais, era um recurso de linguagem da folha. A "Carta de um malandro", publicada no dia 18 de janeiro de 1890, assinada sob o pseudônimo de Marcos Valente<sup>38</sup> pode ser elucidativa neste sentido.<sup>39</sup>

Em *Um crime no Paço Imperial*, folhetim publicado n' *O Estado de São Paulo* e que envolvia o "caso do esqueleto", o narrador, que se denomina o autor do texto, é o advogado de Itapetininga, dr. Florêncio de Araújo Fontes. Caminhando no mesmo sentido de diversos outros textos do período, o autor era ficcional, tão ficcional quanto o próprio texto, que vem com aparência de realidade - era um folhetim baseado em cartas do advogado. Na verdade, isso não passava de um recurso para chamar a atenção da "extraordinária notícia" que a folha publicaria nos próximos dias, notícia que, na realidade, era um romance folhetim.

A autoria do folhetim não é explicitada em nenhum momento, mas diversos indícios podem fazer supor que a história tenha sido escrita por Filinto de Almeida. Outras pistas ainda sugerem a ficcionalidade da história. Pode-se dizer que havia uma verossimilhança com a realidade. O autor do folhetim, um jornalista e não o advogado de Itapetininga, utilizou-se de recursos para a construção do texto que faziam com que ele fosse verossímil. Ou seja, os dados descritos eram comuns para as pessoas da época, e tornavam plausível o drama apresentado.<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Eco, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p.24.

<sup>37</sup> Para o tema ver Ginzburg, Carlo. Provas e possibilidades a margem de <<Il Retorno de Martin Guerre>> de Natalie Zemon Davis. In Ginzburg, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1989.

<sup>38</sup> Marcos Valente, o literato Valentim Magalhães, assinava a série "Contos Suaves" presente no ano de 1890 e "Como nos julgam em Portugal". Dias 11 e 18 de fevereiro de 1890. Ambas no jornal *O Estado de São Paulo*.

<sup>39</sup> Como já foi comentado na introdução.

<sup>40</sup> Em vários momentos o autor se remete ao leitor pedindo que confirme nas páginas dos jornais da época os dados fornecidos pelo folhetim. Ao buscar esses dados, não encontrei nenhuma notícia que citava algum dos nomes presentes no folhetim; porém, há notícias muito similares àquelas que o folhetim exibia. Um dos exemplos está nos vapores Rio-Santos e no conhecimento dos dias de saída e chegada desses vapores. Outro pode ser a descrição de um obituário.

Diversos textos sobre o caso foram escritos na folha paulista, talvez uma forma de chamar a atenção para a leitura. Geralmente, iam contra os jornais fluminenses:

“O fato capital da semana, que agitou fortemente os nervos da cidade e repercutiu no Rio de Janeiro com desusado fragor, foi a publicação, no Estado de São Paulo, das cartas do dr. Florêncio de Araújo Fontes, de Itapetininga, narrando a história trágica de um crime cometido há anos no Paço Imperial, crime que explica o aparecimento recente de um esqueleto nos baixos daquele vetusto edifício.

Como se sabe a imprensa do Rio explorou o caso do esqueleto pelo humorismo e pela troça; pô-lo em versos patuscos, em folhetins, em contos, sem sombra de respeito pela morte (...).

Para quem conhece os jornalistas fluminenses, este modo de encarar as coisas mais respeitáveis e mais solenes tem a sua explicação: entendem eles que a vida da capital lhes exige uma certa dose de ceticismo; são *blasphes por pose*, e supõem um dever de ofício a ostentação de espírito forte, superior a calamidades e desgraças (...).

Os jornalistas do interior, mesmo os mais inteligentes e ousados, conservam uma tal ou qual candura, um certo sentimentalismo ingênuo, uma certa simplicidade sertaneja, virtude nativa que os obriga a respeitar sinceramente o que é respeitável, a amar a verdade, a venerar a pureza, a odiar a *pose e a rèveclame*, a evitar o espalhafato e a exageração desde o vestuário até as idéias.

(...).

Que os leitores, mesmo os fluminenses, leiam as cartas e artigos neste *Estado* sob o título de - *Um crime no Paço Imperial*, e verão se não ficam na minha opinião.”<sup>41</sup>

Colocando uma oposição entre paulistas e cariocas, o jornalista constrói mais do que uma diferenciação de indivíduos. Claramente estava havendo um embate explícito desencadeado pelo jornal paulista que apresentava um “folhetim esclarecedor”. Porém, quando chegamos às palavras finais, nas quais esperamos mais um desafio aos jornalistas da capital, o que se tem é um tipo de propaganda do folhetim d’ *O Estado de São Paulo*.

Filinto de Almeida, com já foi dito, assinava essa coluna e a propaganda do folhetim pode ter sido um chamariz para a leitura de um texto de sua autoria. O grande esclarecedor é um outro jornalista, do jornal *O Noticiarista* de Taubaté (o mesmo que revela o autor do folhetim do *Diário do Comércio*):

### “UM ESQUELETO NO PAÇO

<sup>41</sup> “História dos sete dias” de Filindal. *O Estado de São Paulo*. Dia 24 de março de 1890.

Sob este título escreve *O Noticiarista* de Taubaté, as seguintes linhas que muito agradecemos:

Muito se tem escrito sobre o esqueleto encontrado no Paço Imperial.

Fazem uma grande troça, crivada de frases buriladas, com o pobre esqueleto.

(...).

Os da nossa capital iam pelo mesmo caminho, quando o *Estado de São Paulo*, pelas suas brilhantes colunas que têm um tanto da candura do coração de Filinto de Almeida e outro tanto da energia do seu talento, pede um pouco de respeito para o exilado do túmulo e muita atenção para o que diz o dr. Araújo Fontes, de Itapetininga.

Este ilustre advogado diz, e procura provar, que houve um crime no Paço, que aquele esqueleto é o indício, é a prova, é a parte óssea de todo o drama sinistro que ele, com documentos, vai desenrolando à vista do público admirado, pelo *Estado*.

Faz muito bem o simpático *Estado de São Paulo* em pedir um pouco de respeito para o exilado do túmulo.

Pobre esqueleto! Talvez em toda a tua vida não tivesses *vivido* tanto como agora!...”<sup>42</sup>

Mesmo indiretamente, pode-se supor que o autor das cartas do advogado de Itapetininga foi Filinto de Almeida. Principal redator (redator efetivo) d’*O Estado de São Paulo* em 1890, ao lado de outros como Júlio Mesquita (redator-gerente) e Rangel Pestana (chefe de redação), tinha grande participação em colunas de destaque na folha.<sup>43</sup>

Considerando-se as características de textos fictícios como aquelas que rodeavam a publicação de alguns romances brasileiros, é provável que o autor empírico do folhetim fosse o jornalista Filinto de Almeida. Como no caso de Edgar Allan Poe, o principal redator do jornal paulista teve que criar um narrador que fornecesse maior credibilidade à história.

A criação de um advogado para a narração de um mistério que envolvia um crime parecia a melhor solução, visto a presença dos bacharéis em direito em diversas situações semelhantes, ou seja, resolvendo crimes e revelando criminosos. Mais ainda, no caso da cidade de São Paulo, certamente os advogados eram presença corrente, considerando-se a Faculdade de Direito.

<sup>42</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 29 de março de 1890.

<sup>43</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de janeiro de 1890.

O *Correio Paulistano* disputava claramente o espaço com o *Estado de São Paulo*.<sup>44</sup> Na seção destinada às matérias pagas tenta “desmascarar” o advogado:

“Antes de tudo, é preciso que o público fique sabendo quem é este Dr. Fontes que tão cheio de solicitude se mostra pela viúva do assassinado (?).

Dr. Fontes é um sujeito de ambição desmedida. Não há muito, tratando de uma questão que correu no foro de Itapetininga, pôs bem patente as *belas* qualidades do seu caráter. Tratava-se de um dinheiro de que o célebre advogado se tornara depositário...Aquilo foi uma vergonha e o dr. Fontes arranjou-se.

(...) conseguiu, porém, livrar-se, porque manda a verdade que se diga: o dr. Fontes é advogado habilíssimo; tem a palavra fácil que comove e persuade o auditório. Pena que o homem tinha desnortado o caminho do dever!

(...).

Por uma questão idêntica e quiçá mais vergonhosa, o dr. *Comilão* não saciou ainda a sua voracidade. Farejou a pequena fortuna de d. Escolástica de Souza Ribeiro e pôs-se logo a campo para esbulhá-la.

O seu plano é o seguinte: provado o suposto crime que para isso não lhe faltam os meios - exigirá uma indenização de cujo destino *ele se encarregará*.

O público, porém, fica prevenido e nós estamos vigilantes.

Há de ter-nos à sua frente sr. dr. *Comilão*.

*O caixão inglês*”.<sup>45</sup>

Aparentemente, tratava-se de um texto que tentava dissuadir o público da “boa vontade” do advogado, comentando sobre o seu mau caráter. Por se situar na seção paga do jornal e estar assinado (mesmo com pseudônimo) muito provavelmente era mais um texto de caráter propagandístico, talvez mesmo de autoria de alguém d’ *O Estado de São Paulo*.

Os significados podem ser diversos. Um deles diz respeito à autoria do folhetim. No início, o redator levanta a dúvida quanto ao crime - pela interrogação após a palavra “assassinado”. Mais adiante, ao comentar sobre o advogado, fala da sua “palavra fácil, que comove e persuade o auditório”. Uma das características do advogado é a retórica, mas a do escritor, também.

<sup>44</sup> Jornal mais antigo na capital paulista, o *Correio Paulistano* é tido como conservador por Lília Schwarcz em *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Durante o ano de 1890 houve uma disputa sobre velhos republicanos e novos republicanos nas páginas do *Correio Paulistano* e d’ *O Estado de São Paulo*. O primeiro defendia que deveriam ser aceitos no governo mesmo aqueles que aderissem à república de “última hora”. Já *O Estado de São Paulo* insistia no reconhecimento somente dos que sempre lutaram pelo ideal republicano. Ver “Velhos republicanos” *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de janeiro de 1890 e “Contra-protesto”. *Correio Paulistano*. Dias 13, 15 e 16 de abril de 1890.

<sup>45</sup> *Correio Paulistano*. Dia 23 de março de 1890.

Mais abaixo, o redator chama o advogado de “dr. Comilão”. O termo poderia se encaixar adequadamente à história que contam do advogado, mas poderia se referir indiretamente ao ganho de público com a história do crime em formato de folhetim que *O Estado de São Paulo* obtivera ou poderia obter.

Ao dr. Comilão, a notícia não deixa de indicar o desfecho da história: o qual “ele se encarregará”. Tratando-se de uma história de ficção com caráter de veracidade, o único responsável pelo seu destino seria o próprio escritor: Filinto de Almeida.

O texto acima poderia apresentar significados múltiplos e os leitores poderiam assimilá-los ou não, dependendo da forma de compreensão dos diversos sujeitos. Mas o fato da mescla entre realidade e ficção que a todo o momento os leitores estavam expostos provavelmente habilitava todos a concluir que o dr. Comilão não necessariamente era um advogado.

O folhetim, como no *Diário do Commercio*, não apareceu no rodapé do jornal, mas diferenciava-se ao especular sobre a existência de um crime no Paço Imperial. Assim, publicado entre os dias 20 de março e 12 de abril de 1890, *Um crime no Paço Imperial* trazia para os leitores, com destaque e na primeira página, informações sobre o misterioso aparecimento do esqueleto, que seria a prova de um “crime bárbaro e até então desconhecido”.<sup>46</sup>

N<sup>o</sup> *O Estado de São Paulo*, assim como nos jornais do Rio de Janeiro, outras notícias sobre o esqueleto do Paço vinham enfatizar o seu próprio folhetim:

<sup>46</sup> O fato em si já poderia dar margens à especulação sobre sua veracidade, pois o esqueleto foi encontrado em um momento significativo, que remete à necessidade dos republicanos transmitirem uma imagem de progresso com o advento da república no Brasil. Mais ainda pelo fato de, meses antes, os jornais noticiarem um “desfalque no telégrafo”, do qual o ex-diretor barão de Capanema havia sido preso como responsável. A quantia de quase 200:000\$000 teria sido retirada pelo caixa Ricardo dos Santos, a mando do barão e de outras pessoas cujos nomes não foram revelados. A explicação dada pelo barão à polícia resume-se à utilização da soma para assuntos particulares, esperando poder restituir o dinheiro ao caixa da repartição central dos telégrafos em futuro próximo. Pelo que indicam as notícias, este seria um tipo de ação corrente em períodos anteriores, ou seja, durante a monarquia. Além disso, a instalação dos telégrafos em um lugar considerado tão “sagrado” durante o império, não só destituía a imagem simbólica da realeza brasileira, mas também instaurava uma nova ordem, justamente sobre aquele que teria sido o centro do poder real: a civilização e o progresso representados pelo telégrafo que, apesar de instalado no Brasil há tantos anos (1874), vinha vincular-se à nascente república.

### “À Imprensa Fluminense

Chamamos a atenção dos nossos ilustres colegas da capital federal para a carta do dr. Florêncio de Araújo Fontes, de Itapetininga, que hoje publicamos sob o título - Um crime no Paço Imperial.

O assunto dessa carta importantíssima merece toda a atenção dos colegas fluminenses, porque encerra esclarecimentos sobre um crime que se nos afigura hediondo e que até agora esteve envolto no maior mistério.”<sup>47</sup>

Durante os dias iniciais da publicação do folhetim existem referências similares a esta.<sup>48</sup> Claramente, fazia-se uma promoção da história para atrair os leitores/ouvintes, prometendo esclarecimentos sobre a descoberta do esqueleto que ninguém mais poderia fornecer, nem a justiça:

“Do cidadão dr. Florêncio de Araújo Fontes, advogado em Itapetininga, recebemos ante-ontem uma carta que nos encheu de admiração e de surpresa pelas revelações que contém, e que ao mesmo tempo nos alegrou por proporcionar o prazer de dar esclarecimentos à justiça pública para o descobrimento de um crime provável e até agora desconhecido”<sup>49</sup>

Inicialmente, somos levados a acreditar na história da folha paulista; porém, no decorrer da leitura do folhetim, o que encontramos não é uma história tão diferente das outras, apresentando recursos literários semelhantes, como a construção de personagens, as descrições detalhadas dos lugares, além das aventuras que atravessam o caminho de uma das personagens principais - Alberto Lemos.

Esse suposto advogado enfatiza que a sua real intenção é fazer justiça à mulher prejudicada com o crime de assassinato, cujo marido, o solicitador Antonio Elias de Castro Ribeiro, seria o esqueleto enterrado no Paço Imperial. No último dia do folhetim, o dr. Florêncio Fontes “implora” por justiça e pela prisão de Jeronymo, um dos assassinos do solicitador que, com o roubo da herança, transformou-se num rico comendador:

<sup>47</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 20 de março de 1890.

<sup>48</sup> Dias 21, 23, 24 e 29 de março de 1890 n' *O Estado de São Paulo*, além de críticas aos jornais fluminenses anteriores ao início da história.

<sup>49</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 20 de março de 1890.

“Pela razão, pela justiça, pela moral, urge eliminar da sociedade um ente que é a vergonha da espécie (...) Urge, sobretudo, desviar-lhe esta fortuna, adquirida com o mais abominável, o mais torpe e o mais cruel dos meios (...).

Preso Jeronymo, D. Escolástica terá alcançado o seu único sonho:

Vingar o esposo e deixar pão aos filhos.

Esperando este desfecho, agradeço-lhe de novo, sr. Redator, a condescendência com que me ofereceu as colunas do Estado de S. Paulo e assino-me cheio de veneração.

Seu admirador e amigo gratíssimo,  
Florêncio de Araújo Fontes.”<sup>50</sup>

O enredo de *Um crime no Paço Imperial* caminha em torno de duas personagens principais: Alberto Lemos e Colaquinha. Esta é filha de D. Escolástica e do solicitador Antonio Elias de Castro Ribeiro. Alberto é filho de um advogado que mora em Porto Alegre, vai para São Paulo estudar e tem como grande ideal escrever um livro sobre os crimes ocorridos nos últimos vinte anos. Com isso, desde criança coleciona diversos “casos” que envolvem os mais distintos crimes e criminosos. Para Alberto, “narrações complicadas e imprevistas” eram preferíveis a qualquer outro divertimento. Através de seu pai, que era advogado, ele, quando tinha a oportunidade, sabia sobre um ou outro crime.

A história começa com o desaparecimento de Antonio Elias em 1869, depois de ser chamado ao Rio de Janeiro para receber a herança do pai, um rico comendador. Após um período sem notícia alguma, D. Escolástica, sem dinheiro, abre uma casa de pensão em São Paulo. Neste momento, conhece Alberto Lemos, que fica íntimo da família e começa a participar das reuniões familiares após o jantar. Alberto é uma pessoa muito especial, segundo o folhetim, pois não tem os costumes dos outros estudantes que “saem à noite para se divertir”. Somente por esse fato ele se aproxima da família, que é “muito recatada”.

Em uma destas situações, a sogra de D. Escolástica comenta sobre o desaparecimento do filho e Alberto Lemos diz que sabe o que pode ter acontecido por ouvir algo similar na casa do pai. Após compararem datas, chegam à conclusão de que o crime envolvia Antonio Elias, que sumiu porque foi brutalmente assassinado por Jeronymo, um trabalhador do Paço Imperial e dois cúmplices. A partir de então, Alberto assume uma posição central na história, passando por diversas aventuras à procura dos assassinos e da única testemunha, João Candido. Reparemos no folhetim:

“João Candido tossiu. A palavra tardava-lhe às vezes num gaguejamento, que ele disfarçava fazendo pausas. Pelas suas faces correram, mais acentuadas, as cristações nervosas. A chuva lá fora redobrou; um trovão caiu num urro pesadamente, sobre o telhado e a luz amarela e resplandecente de um relâmpago brilhou, refletindo-se nas molduras e vidros dos quadros e sumiu-se deixando outra vez tudo na meia penumbra de um lampião de querosene.

João Candido principiou:

- Com uma palavra vou explicar-lhe o motivo porque tenho guardado segredo acerca do medonho assassinato a que involuntariamente assisti: bastará dizer-lhe que esse silêncio não é devido à amizade pelos assassinos, mas sim pelo grande respeito que sempre tive, e tenho, pelo lugar em que se deu!

- Alguma igreja?

- Não senhor. Foi no Paço Imperial.

- Um crime no Paço Imperial?!

(*continua*)”<sup>51</sup>

Neste trecho, no qual Alberto Lemos narra o momento em que escutou a história sobre o crime que suspeitava envolver Antonio Elias, a descrição do ambiente é imprescindível para prender a atenção do leitor. A tempestade, a sala escura e a situação em que se encontra a única testemunha do crime causam envolvimento e, no momento de mais suspense, a história é “cortada” até o dia seguinte.

Nos dois dias imediatos, o assassinato aparece como um dos momentos de maior tensão, pois há a narração de todos os passos do assassino e seus cúmplices. No trecho a seguir, João Candido está escondido em um cesto no aposento ligado ao quarto de Jeronymo, local do assassinato:

“Horíveis instantes os que passei ali, dobrado, contrafeito, com a alma ainda mais torturada do que o corpo, e o coração aos saltos! Sem poder vencer o medo que me inspirava Jeronymo, eu percebia aterrorizado que me tornava cúmplice desse crime! Sim! porque era claro que se projetava cometer um crime!

E havia de eu, miserável, assistir silencioso, agachado dentro de uma cesta velha, como um gato estúpido, a toda essa cena que estava em minhas mão evitar!

Evitar ... mas como?! O Jeronymo estava diante de mim, e armado. Um passo, um grito, e eu cairia vítima da sua ferocidade e do seu temor!”<sup>52</sup>

<sup>50</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 12 de abril de 1890.

<sup>51</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 26 de março de 1890.

<sup>52</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 28 de março de 1890.

Angel Rama em *A cidade das letras* fala em uma sacralização das cidades feita pela literatura no final do século XIX.<sup>53</sup> A imprensa, veículo que poderia atingir diversos grupos sociais, estava a todo o momento trabalhando com a idéia de um projeto. O “caso do esqueleto” era um gancho que possibilitava, de maneira exemplar, trabalhar com imagens referentes ao período imperial. O uso de alegorias para tal fim era extremamente importante. A relação entre república e progresso e império e atraso fazia parte essencial destas alegorias.

Em *Um crime no Paço Imperial* é a partir da surpresa com o local do crime que vai se construindo a mensagem principal. Oposições vão se fazendo, sempre em uma dualidade que tem no “atraso” e no “progresso” o seu sentido principal:

“Entre para lá em junho, e entre muitos outros empregados da mesma categoria que a minha, já encontrei um tal Jeronymo, que acumulava ao seu fácil cargo de doméstico, o ofício de carpinteiro. Afinal de contas aquela casa lá por dentro era como uma vila: uns não sabiam dos outros, e creio mesmo que o imperador não calculava que de gente tinha ali! Quanto aos domésticos posso afirmar que só de longe em longe, quando tinha uma festa ou espetáculo logravam ver a família real! Assim, comia-se, bebia-se, dormia-se e o que se fazia menos era exatamente aquilo para o que nos pagavam: trabalhar.”<sup>54</sup>

Ao contrário do “correto” - trabalhar - fazia-se de tudo no Paço. Tal imagem ressalta não somente o que se tentava criar para o império e um dos lugares mais simbólicos do período, mas traz, sobretudo, a referência àquilo que se esperava da nova nação.

Na seqüência da narrativa do folhetim, após Alberto contar a história do crime a D. Escolástica e Colaquinha, parte à procura de João Candido e dos assassinos. Enfrentando diversos contratempos, acaba por encontrar Plácido, um dos cúmplices do assassino

<sup>53</sup> Observa que os inúmeros livros que trazem a cidade do passado não devem ser usados como referências históricas rigorosas pois “o mais adequado é lê-los com a parcimoniosa edificação de modelos culturais que quer estabelecer uma nova época (...)” Rama, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985. pp.30-1. Em outro momento diz que “a escritura construiu as raízes, desenhou a identificação nacional, enquadrou a sociedade em um projeto, mas se por um momento os homens preocupados por esses desígnios se tivessem posto a refletir, haveriam estabelecido que tudo isso que resultava tão importante eram simplesmente planos desenhados no papel, imagens gravadas em aço, discursos de palavras enlaçadas, e ainda menos e mais que isso, o que as consciências chegavam a sonhar a partir dos materiais escritos, atravessando-os com o olhar até perdê-los de vista para só desfrutar do sonho que eles excitam no imaginário, desencadeando e canalizando a força desejante.” *Idem*, p.98.

<sup>54</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 27 de março de 1890.

Jeronymo, que nunca é encontrado. Leopoldo, o outro cúmplice, morre logo após o assassinato de Antonio Elias.<sup>55</sup> Plácido era um capoeira, grande freqüentador de maxixes; ambos eram companheiros de baralho de Jeronymo, que tinha no jogo o seu principal divertimento.<sup>56</sup>

Era o ambiente em que viviam que os degenerava. Imerso em um lugar de ócio, Jeronymo que, como diz o folhetim, não possuía outros vícios que não fosse o jogo, pois “no mais apresentava bom comportamento”, foi convencido por Plácido a cometer o crime para roubar a herança de Antonio Elias. Plácido será uma personagem importante a partir de então para a construção de várias imagens, exemplificando os aspectos negativos do período imperial. Alberto encontra o capoeira em sua taberna, chamada Lanterna de Ouro. Ele era casado com Luíza, uma italiana que tinha Romão como amante:

“(…) Romão segredava coisas ao ouvido da italiana, até que esta, vigiando o marido e, vendo-o preocupado, curvou-se, passou por baixo da porta do balcão, e roçando por mim as saias muito sujas, fugiu com o Romão para a rua, sem que, na confusão do barulho, o marido desse por tal!

Eu quis sair também, nauseado d’aquela charco, receando ser encontrado em tal companhia pela polícia; mas era tarde! Estava dentro de um círculo cada vez mais apertado, os ferros brilhavam; houve alguém que se lembrou de apagar o gás.

No meio da escuridão e do cheiro de sujidade e mau vinho entornado rolavam os corpos, esbarrando de encontro às portas fechadas, e soavam a par de gemidos dos oprimidos, imprecações e obscenidades dos opressores (...).<sup>57</sup>

A situação acima é a de uma briga que acaba com a chegada da polícia. A personagem Alberto Lemos é mostrada como se fizesse parte de outro mundo: ele é o “bom rapaz” que faz tudo pelo amor de Colaquinha, uma moça pobre e sem atrativos. Mas as investigações de Alberto param devido a problemas familiares. Com a morte do pai e a ruína financeira da família, o herói é obrigado a voltar para Porto Alegre, onde permanece durante muitos anos, trabalhando sem intervalo para sustentar a família:

<sup>55</sup> Segundo João Candido: “(...) a justiça dos homens é falha e torpe; só a de Deus é infinita. Acusar? Para que? Deus vê tudo! A prova está aqui, concluiu ele: o Leopoldo, um dos assassinos, morreu à minha vista, sacudindo as grades de ferro de uma janela e a dar gritos como os dos diabos no inferno!” *O Estado de São Paulo*. Dia 2 de abril de 1890.

<sup>56</sup> “À noite se reuniam no seu quarto, que era ao mesmo tempo oficina, dois companheiros, ambos mulatos; um baixo e bexigoso, outro alto e magro, de grande trunfa arrepiada.” *O Estado de São Paulo*. Dia 27 de março de 1890.

<sup>57</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 3 de abril de 1890.

“Alberto tornou-se responsável pela casa, tinha de manter a família. A irmã mais velha estava tísica; a segunda sofria de ataques histéricos; a mãe estava acabrunhada pela perda do marido, e parecia indiferente a tudo! A doença do velho absorvera todas as economias e ainda deixara dívidas que Alberto teria de pagar em prestações, dolorosamente!

Mas pagar como? Como sustentar uma família de seis pessoas, entre as quais duas crianças na idade de entrarem para o colégio?

Essa perspectiva amedrontava o infeliz rapaz!

Não que ele temesse o trabalho, mas porque assim teria de renunciar à continuação dos estudos, e, sobretudo, porque não lhe seria fácil voltar a São Paulo nem tornar a ver Colaquinha, em quem resumia todos os seus sonhos de felicidade futura!”<sup>58</sup>

É interessante notar como, embora Alberto viesse a trabalhar, e mesmo renunciar a seus ideais por causa do trabalho, nunca conseguiria manter a família adequadamente, e só retorna à vida anterior após a herança repentina de um parente. Apesar da valorização do trabalho como a virtude maior, as personagens principais nunca conseguiam a felicidade somente com ele.

A mensagem do folhetim, que estaria principalmente na valorização do trabalho como a maior virtude da “nova sociedade” não deixa de apontar a impossibilidade de realização pessoal em função unicamente do trabalho. Contradição esta que destoa do sentido geral e subverte uma possível intenção pedagógica.

Na realidade, cabe questionar até que ponto essa intenção pedagógica existia, pois, se em alguns momentos o escritor possuía um “projeto civilizador”,<sup>59</sup> em outros o texto parece caminhar no sentido de emitir concepções de mundo que parecem bem razoáveis no momento histórico vivenciado e, provavelmente, compartilhada por distintos sujeitos históricos. Assim, a não valorização do trabalho colava-se à importância da posse do dinheiro, normalmente advindo de herança ou família. As personagens do folhetim só se realizavam com a posse do dinheiro sem o trabalho, como fica mostrado na citação acima.

Alberto Lemos, afinal, acaba por conseguir desvencilhar-se do trabalho para voltar à investigação. Neste instante, retoma contato com D. Escolástica e Colaquinha e retorna

<sup>58</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 4 de abril de 1890.

<sup>59</sup> Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994. e Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo, Brasiliense, 1983. falam da existência de um projeto civilizador entre os literatos do período. A imprensa seria um lugar fundamental para a construção de novos ícones para a “sociedade civilizada” tão valorizada pelos letrados.

ao Rio de Janeiro, em 1890. A história, contada a partir do presente - março de 1890 - começa em 1869, com o sumiço de Antonio Elias.

Neste momento - 1890 - a situação muda inteiramente de face com Plácido na cadeia, aguardando pela deportação para Fernando de Noronha ao lado de outros capoeiras, devido a uma política do novo governo: “- Este governo tem feito uma limpa desses malandros aqui no Rio”.<sup>60</sup> Romão, ex-dono de um quiosque, passa a vender ingresso de teatro e mora com Luíza, que se tornara uma moça “limpa e caseira”. Alberto Lemos procura-os, mas não encontra mais a taberna, que se transformou completamente:

“A taberna do Plácido tinha desaparecido; em seu lugar havia uma casa reformada, com balcões envernizados, vidraças e prateleiras cheias de doces, conservas e frutas.

Em vez da Luíza ensebada a fazer *crochet*, vi duas moças bem trajadas, vestidos claros, chapéus guarnecidos de rosas e musgo, todas garbosas, mostrando os dentinhos a triturar os *sandwiches*...”<sup>61</sup>

Repentinamente tudo mudou. Não havia mais quiosque, taberna, capoeiras. As pessoas estavam vivendo de uma maneira “regrada” - como Luíza - que, embora não fosse realmente casada com Romão, vivia como uma “boa dona-de-casa”.

As datas que marcam eventos importantes no enredo do folhetim faziam referência direta a datas importantes para os republicanos. A mudança repentina de aparência da taberna do Plácido não se deu em qualquer ano, mas em 1890, primeiro ano republicano.

Outros momentos também podem ser indicados, sempre em uma relação com eventos políticos importantes para a república. Assim, o pai de Antonio Elias, não por acaso um comendador, morre em 1869.

Raymundo Faoro indica que em 1868 começou a queda do império: “A retirada do Gabinete Zacarias, a 17 de julho de 1868, sucedido pelos conservadores, representados pelo seu papa, o visconde de Itaboraí, rompeu o dique, penosamente erguido, contra o ímpeto liberal. Nesse ano de 1868 se projetará a ruína do Império, não como se afirma sempre, pelo golpe de Estado que arrebatou a um gabinete com a maioria na Câmara dos Deputados - fato com muitos precedentes - mas pela ruptura imprudente do quebra-mar

<sup>60</sup> Palavras de Romão sobre Plácido. *O Estado de São Paulo*. Dia 10 de abril de 1890.

construído pela mais fina arte monárquica, sem que a Coroa, insensível à violência da tempestade, nada ceda para conjurar o desastre.”<sup>62</sup>

Após a subida do gabinete conservador em 1870 há a publicação do Manifesto Republicano que, segundo Faoro, vinha em decorrência das “decepções e da rebeldia liberal”<sup>63</sup> com a queda do gabinete liberal em 1868. A pregação republicana era, desta maneira, baseada em ideais liberais e não nos conceitos democráticos e tinha na província de São Paulo um grande centro de irradiação de idéias. A grande conquista foi a adesão de várias “cidadelas conservadoras”<sup>64</sup> devido à defesa de maior liberdade local.

A data de 1869 em *Um crime no Paço Imperial* não é, de forma alguma, ao acaso. A referência ao início da queda da monarquia está na morte do pai de Antonio Elias, um comendador. Lilia Schwarcz, ao analisar a nobreza brasileira, comenta que “tendo a nobreza como companheira próxima do rei e dele dependente (ao menos para receber o título), sua continuidade poderia simbolizar a sobrevivência da própria monarquia”.<sup>65</sup>

*O Estado de São Paulo* de 1890 ironizava a concessão dos títulos nobiliárquicos pela série “Pipocas”:

“Mas, não teremos na República  
Quem, com as tolas fidalguices  
Venha dizer tolices  
Fazendo jus à troça pública!  
Louvado seja Deus!  
Já não teremos mais barões,  
Nem condecorações  
Para marcar....certos sandeus!”<sup>66</sup>

Símbolos da monarquia, o fim aos títulos nobiliárquicos foi uma das primeiras medidas republicanas. A morte do comendador não era, então, ao acaso. Mas o desfecho

<sup>61</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 9 de abril de 1890.

<sup>62</sup> Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Volume II, Porto Alegre, Globo, 1976, pp. 444-445.

<sup>63</sup> *Idem*. p. 446.

<sup>64</sup> *Idem*. p. 460.

<sup>65</sup> Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 194.

<sup>66</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 10 de janeiro de 1890.

feliz que faria com que o seu filho Antonio Elias retornasse à família com a fortuna de oitocentos contos de réis não se efetiva devido ao seu assassinato por três “mestiços”.

A retomada, novamente, de datas referenciais torna-se necessário. João Candido procura o advogado, pai de Alberto Lemos, para contar o crime que presenciou, em 1872, um ano após a Lei do Ventre Livre. Jefferson Cano, ao discutir as divergências de fazendeiros ao redor da Lei do Ventre Livre, comenta: “O que ganhava, porém, o peso de argumento decisivo entre progressistas e rotineiros, era o caráter da relação do senhor com seus escravos, ou mesmo com a instituição da escravidão. Neste sentido, não era necessário propriamente defender a abolição imediata, uma vez que o progresso também ocorria gradual e inexoravelmente - cumpria não embará-lo nem atropelá-lo em sua marcha”.<sup>67</sup>

Os fazendeiros, principalmente aqueles do oeste paulista, tiveram no trabalho escravo a grande alavanca para os seus lucros. A Lei do Ventre Livre era, portanto, preocupante para esta camada da população e a sua efetivação necessitava de projetos que incentivassem outra forma de mão-de-obra, no caso, a imigrante. Principalmente porque não se conseguia imaginar trabalhadores livres e negros como ideais.

Os anos que se seguiram à lei foram de grande indecisão quanto ao futuro do país para os fazendeiros. No folhetim, foi em 1872 que Alberto tomou conhecimento do crime no Paço da cidade e fez com que, anos mais tarde, tentasse desvendá-lo.

A procura pelos criminosos ocorre na década de 80, mais precisamente em 1886. Novamente outro ano colado à história do país, visto que em 1885 saiu a Lei dos Sexagenários, libertando os escravos maiores de 60 anos.

Alberto chega a Petrópolis, em busca de João Candido, que tinha ficado louco e andava pelos matos, em janeiro de 1886. Após algumas informações obtidas com a única testemunha, descobre Placido como dono de uma taberna. Neste mesmo ano, Alberto vai à taberna, na qual ocorre um briga e é ferido quase que mortalmente. Após uma longa espera na Santa Casa de Misericórdia para a recuperação do ferimento, recebe uma carta

---

<sup>67</sup> Cano, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas, 1870-1889*. Dissertação de mestrado, IFCH - UNICAMP, 1993, p. 97.

da família em Porto Alegre comunicando o grave estado de saúde do seu pai. A partir daí, já conhecemos as grandes dificuldades que teve para retornar ao caso.

Certamente a referência às leis que caminhavam cada vez mais próximas à abolição total da escravidão no país não passaria despercebida aos leitores. No folhetim, os acontecimentos vão no sentido de, em 1872, ao mesmo tempo em que a história do crime é denunciada por João Candido também se torna insolúvel, visto todos os contratempos da personagem principal Alberto Lemos.

Após estes contratempos, acaba-se por quase chegar a uma solução da investigação com o encontro entre Alberto e Plácido na cadeia. Este só foi possível devido a favores pessoais:

“O que me preocupava agora era arranjar uma carta de apresentação para o chefe de polícia. Quem ma arranjaria? Lembrei-me do meu companheiro de viagem, o médico; ele dizia-se bem relacionado...

(...).

Pedí-lhe a carta, dizendo tratar-se de um negócio grave e urgentíssimo...

- Mas, filho! Respondeu-me ele (...) eu não conheço ninguém que se dê com o homem... olhe, quem talvez lhe possa arranjar alguma coisa é o Menezes... ele é amigo da velha, até compadre...

- Mas que Menezes, mas que velha?

- Cá a patroa da casa... dá-se muito com o ex-deputado Menezes Barbosa (...).”<sup>68</sup>

A questão dos favores era corrente durante o século XIX e nada se aproximava da igualdade idealizada pela república. No folhetim, entretanto, esta característica da sociedade não é vista de maneira negativa. A mesma distinção que marcava aqueles que possuíam títulos nobiliárquicos no império, característica tão negada pelos republicanos, acaba por resistir bravamente ao novo sistema.

Como no caso da não realização pessoal através do dinheiro, a presença inevitável dos favores acaba por desnudar um tipo de relação que estava ligada profundamente à vivência das pessoas de todas as camadas sociais e que não poderia desaparecer tão rapidamente quanto desejava o discurso em favor da república. Mais uma vez, uma

<sup>68</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 10 de abril de 1890.

característica fundamental daquela sociedade era desmascarada e deixava transparecer algo que fazia sentido para todos os possíveis leitores.

Mas, mesmo desvendando estas características inevitáveis e que levam à percepção de que o texto jornalístico não conseguia simplesmente realizar uma intenção pedagógica, pois revelava algo para além do que realmente pretendia, eram evidentes em todo o folhetim as contraposições que se referiam ao império como um lugar de promiscuidade, ócio, barbaridades, atraso. Essa foi uma história construída - apesar de certos limites - por um jornal republicano que idealizava um novo país, não somente pela troca de governos, mas pela realização do progresso e da civilização.

### ***3. A exumação do Império: um esqueleto célebre***

José Murilo de Carvalho conclui em *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* que a população em geral ficou à margem dos acontecimentos de fim de 1889. Segundo ele, as tentativas de representar a república alegoricamente falharam no Brasil pela ausência de uma “comunidade de imaginação”. A utilização de elementos importados - como a mulher representando a república - não havia se enraizado devido à ausência de “solo fértil”.<sup>69</sup>

Lilia Schwarcz afirma novamente essa tese recorrendo principalmente à popularidade do imperador nas vésperas da instalação da república, em consequência da abolição da escravidão. No entanto, não deixa de lembrar das constantes críticas ao imperador que começaram a ocorrer por volta de 1870. A autora comenta as imagens caricaturais de D. Pedro II na imprensa e também se refere ao “escandaloso caso do roubo de jóias da coroa”, ocorrido em 1882 e com ampla divulgação na imprensa.<sup>70</sup>

<sup>69</sup> Ver Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

<sup>70</sup> Este caso também gerou folhetins na imprensa e se refere a um roubo de jóias ocorrido no Paço e encoberto por D. Pedro II. Ver Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia das Letras, 1998 sobre a impopularidade do imperador e o caso do roubo de jóias da coroa. Há uma compilação das notícias de jornal e dos folhetins referentes ao roubo de jóias em Paula, Sérgio Góes (org.). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na corte*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

A construção dessa imagem negativa do império e do imperador, difundida nos jornais desde antes da mudança de regimes possibilita, portanto, uma interpretação diversa daquela proposta por José Murilo de Carvalho. No Brasil existia uma divulgação da república através, sobretudo, de formatos populares como o folhetim.

Uma “comunidade imaginada”<sup>71</sup> poderia ser possível se elementos que fizessem parte do cotidiano das pessoas fossem valorizados, principalmente nestes formatos mais populares. Além disso, não haveria uma publicação ostensiva de matérias sobre o império se este tema não fosse de interesse da maioria dos consumidores de jornal. Ligá-lo a outro tema recorrente, como o crime, tornava não apenas aceitável e interessante a sua leitura, como dava margem para representações negativas do império e a conseqüente “preparação de terreno” para uma possível e desejada transformação do sistema político.

As identidades nacionais são formadas e transformadas relativamente a representações:<sup>72</sup> como produtores de uma comunidade simbólica, os folhetins induzem os leitores a pensarem na nação. A propaganda republicana - idealizando uma nova nação - fazia-se em meio ao entretenimento que as histórias proporcionavam.

Paralelamente, a proporção que o jornal tomava no cotidiano das pessoas era bem mais intensa do que nos dias de hoje,<sup>73</sup> pois era o único veículo de comunicação diária. Desta maneira, poderia ser um excelente transmissor de mensagens. O “caso do esqueleto” parece inserir-se em um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo e que criava um repertório negativo sobre o império, em oposição à república. A nova ordenação era percebida através da relação entre ordem e progresso, sendo a ordem uma

<sup>71</sup> Benedict Anderson, ao desenvolver a idéia de nação como uma “comunidade imaginada” expõe a importância da literatura impressa e da imprensa para que se possa chegar à noção de tempo homogêneo e vazio que se torna essencial para a construção do significado de nação. A imprensa faria o papel do livro, só que em larga escala: “o jornal não passa de uma forma extrema do livro, um livro vendido em escala imensa, porém de popularidade efêmera.” Apesar de referir-se ao período atual, pode sugerir algumas possibilidades para o final do século XIX: “(...) cada um dos comungantes [leitores de jornal] está bem cômico de que a cerimônia que executa está sendo replicada, por milhares (ou milhões) de outros, de cuja existência está seguro, embora sobre cuja identidade não faça a menor idéia. (...) o leitor de jornal, vendo réplicas exatas de seu jornal sendo consumido (...) sente-se permanentemente tranqüilo a respeito de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida cotidiana”. Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989, p.44.

<sup>72</sup> Segundo Hall, Stuart. *Identidade cultural*. Coleção Memo, Fundação Memorial da América Latina, p.54, uma nação não é somente uma unidade política, mas algo que produz significados, sendo uma “comunidade simbólica”.

<sup>73</sup> Lima Barreto explicita muito bem a inserção social da imprensa em *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo, Ática, 1995.

pré-condição para o progresso.<sup>74</sup> Idéia aparente nas folhas do período e que tinha em jornais republicanos uma oportunidade de vincular o progresso à “nova ordem” que surgia.

Havia, pois, uma tentativa de transmitir mensagens, baseada na criação de alegorias que se remetiam a esses pólos e indicavam o intuito de penetração em um universo cultural e social mais amplo. Mas também diziam que, para além da pedagogia existente, funcionando como uma propaganda mais sutil de republicanismo, em alguma medida os indivíduos consumidores de jornal compartilhavam de alguns sentidos existentes nos folhetins. Estes poderiam não se limitar à aceitação passiva de determinados conteúdos, mas a uma assimilação, uma reflexão e talvez uma nova construção de significados. Pois, como foi visto, as narrativas apropriavam-se de mudanças sociais, de personagens que poderiam fazer parte do cotidiano de muitos leitores (capoeiras, trabalhadores em geral) e retomavam possíveis relações (paternalismo e proteção).

Os três folhetins, embora com enredos distintos, têm significados muito próximos e referentes unicamente a um império desgastado. Ou seja, a imagem era a de que a república seria a única alternativa possível e promoveria o progresso e a civilização que inexistia anteriormente.

Os letrados, aqueles que escreviam nos jornais, transformaram o Brasil em uma floresta de signos, idealizando projetos e modelos.<sup>75</sup> Todos os folhetins tratados estão imersos nesse movimento. Mais do que “cair no esquecimento”, era necessário que se construísse uma memória negativa do período imperial enquanto etapa da história da nação. Além disso, visualizar uma nova sociedade, a qual se tornaria mais facilmente assimilável caso houvesse a criação de uma dualidade baseada em pólos opostos que se remetiam ao passado imperial e atrasado ou ao futuro (presente) republicano e civilizado,

<sup>74</sup> Margarida de Souza Neves enuncia o projeto existente nesta época, cujas intensivas reformas urbanas do Rio de Janeiro eram um de seus ícones: “Ciência, razão, progresso e liberalismo econômico: eis as colunas mestres da modernidade européia que deveriam ser implantadas no Brasil, a qualquer preço, na virada do século. A euforia do progresso toma conta das elites do país. (...) Modernizar, civilizar e progredir são sinônimos de um mesmo movimento interno: enterro do Brasil arcaico, atrasado, identificado com a fase imperial anterior. (...) Mas o que era ser moderno? Era ser adepto das novas idéias e aberto às inovações em todos os campos da vida social”. Neves, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In *Museu de astronomia e ciências afins*, Rio de Janeiro, MAST, 1991, p. 67.

<sup>75</sup> Como observa Rama: “(...) é possível inverter o processo: em vez de representar a coisa já existente mediante signos, estes se encarregam de representar o sonho da coisa” Rama, Angel. *A cidade das letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985. pp.30-1

Os amigos do alheio, gatunos, ou ladrões, como eram conhecidos no período, foram personagens muito presentes n'O *Estado de São Paulo* da virada do século XX. Essa presença pode ser indicativa de que se tentava delinear uma visão do que deveria ser o "trabalhador ideal". Porém, tentando construir uma imagem "às avessas" do "trabalho honesto" muitas vezes ocorria uma confusão de sentidos que acabava por possibilitar sentidos diversos às notícias de crime. Assim, notícias com clara intenção pedagógica tornavam-se dúbias e difusas para o leitor, que poderia fazer interpretações que, muitas vezes, tinham sentido inverso daquilo que se tentava transmitir.

A seguir, além de um item sobre o jornal *O Estado de São Paulo* naquele momento, será feita um análise das notícias de crime que tematizavam os gatunos.

### 1. De pobre a vadio e gatuno

A seção denominada de *Tribunal do Júri*, às vezes *Crônica do Júri*, ocupou um espaço importante nos anos de 1889 e 1890. Tratava-se de julgamentos que foram ao júri e eram transmitidos pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Além do resumo dos debates entre os advogados (que ocupavam boa parte da coluna) traziam também detalhes quanto ao réu e seu depoimento, além dos depoimentos das testemunhas.

Este tipo de seção era comum nos jornais do período, embora não possuíssem as especificidades presentes nestes anos e neste jornal, pois, geralmente, traziam somente informações sobre o dia do julgamento e nome dos réus, não tomando grande espaço nas folhas.

Por outro lado, em 1889 e 1890, o destaque dado às notícias de crime n' *O Estado de São Paulo* não era muito, se comparado aos anos posteriores. Assim, pode-se dizer que a série era uma modalidade de notícia de crime. Ela não trazia “comentários sobre o cotidiano”, nem ocupava o lugar antes destinado ao folhetim,<sup>1</sup> mas era um tipo de coluna que trazia as seções do tribunal para os leitores/ouvintes do jornal com uma forte carga literária e subjetiva - apesar da explicação dos redatores de que apresentavam os fatos exatamente como tinham ocorrido.<sup>2</sup>

O jornal era muito diverso daquele que possui um caráter mais informativo. Assim, como já foi visto no capítulo anterior, folhetins não no rodapé das folhas eram um tipo de inserção possível. A diferença estava na ausência da autoria de maneira enfática (pois não era assinado), assim como a referência à veracidade dos acontecimentos narrados. As *Crônicas do júri* possuíam o mesmo efeito. Aparentemente traziam casos verídicos e que

<sup>1</sup> Ver Meyer, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In Candido, A. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

<sup>2</sup> “Antes de mais nada, uma explicação. Nestas crônicas do júri, colocamo-nos apenas na posição de meros espectadores para dizer depois, despreocupadamente e familiarmente, aos nossos leitores aquilo que vimos e ouvimos. Não fazemos a mínima apreciação, não nos permitimos o mais leve comentário: limitamo-nos a reproduzir.” *O Estado de São Paulo*. Dia 5 de março de 1889.

realmente foram ao tribunal, embora o sentido de subjetividade fosse grande e a recorrência a narrativas interessantes, corriqueiro. Aquelas notícias de crime que apareciam na seção “Notícias diversas” tinham, também, esse sentido. Como será visto, havia uma forte presença da literatura (principalmente aquela pautada pelo naturalismo). Mesmo com um espaço reservado para textos de caráter literário (o rodapé), pode-se dizer que todo o jornal era pautado por intervenções típicas desse espaço.

Algumas *Crônicas do júri* fornecem material interessante para a análise. Portanto, vamos a elas.

No dia 29 de março de 1889 os réus Arthur Austríaco e José Vieira Barbosa, acusados de subtraírem 437\$000 de um português pelo meio denominado de “conto do vigário”, foram descritos pelo jornal como “simpáticos e trajando rigorosamente bem”. O advogado de acusação não economiza palavras ao falar que, apesar da aparência, “vivem do crime e para o crime”:

“Como os srs. jurados vêem, os réus são ilustrados, nas poucas horas em que não *trabalham*, isto é, em que não roubam, pois que eles vivem do crime e para o crime, ocupam-se a estudar a nossa legislação penal, para salvarem-se quando estiverem sob ação da justiça.

E o júri absolverá um homem que responde insolentemente às perguntas como se fosse inocente, valendo-se da arma dos que não têm defesa - a polícia, sempre a polícia - e outro que esteve preso em Santos pelo delegado Tancredo Oscar de Azevedo, por crime de gatunagem e foi tirado da cadeia pelo dr. João Pereira de Barros.

Não! Não é possível! O júri condenará no grau máximo os culpados, pois eles são um verdadeiro perigo para o nosso sossego e para as nossas famílias.

E então, quando eles estiverem no cárcere sombrio cumprindo uma sentença, com o remorso a ferir-lhe a consciência, o arrependimento virá, tardio, talvez.”<sup>3</sup>

O promotor público propõe a pena máxima para os réus, em função das características do “golpe” aplicado, o conto do vigário. Este era uma espécie de exploração de “pessoas simples” das quais os autores se aproveitavam da “ingenuidade de certos homens rústicos, apossando-se de quantias fabulosas dos mesmos em promessas de outras

<sup>3</sup> A *Província de São Paulo*. Dia 29 de março de 1889. Grifo no original.

ainda maiores”. Para exercer este tipo de crime “esta espécie de criminosos [é] tanto mais perigosa que qualquer outra, porquanto sendo os gatunos dotados de muita astúcia e finura, empregam a sua inteligência sem fazer mal”.

A resposta dos réus à acusação mostrada pela crônica valoriza as suas qualidades de trabalhadores e a falsa acusação decorrente da confissão de outra pessoa. Assim, Arthur Austríaco diz ter sido empregado em Santos na casa dos srs. Zerrenner, Bülow & Comp. e aponta como o verdadeiro culpado Josué Ferreira Lima, o qual “foi posto em liberdade por assim ter sido prometido pelo subdelegado, caso confessasse o crime.” José Joaquim Vieira Barbosa, natural de Portugal, declara-se confeitoiro, tendo sido empregado em uma confeitaria na corte, ao largo do Rócio e também aponta como culpado Josué Ferreira Lima.

A declaração dos réus certamente foi preparada anteriormente, pensando-se na melhor tática de livrá-los da condenação. O fato de possuir “profissão honesta” e a referência a empregos anteriores foram um método de comprovar o fato de que não usavam de “meios ilícitos” como o famoso conto do vigário para garantir um meio de subsistência e ganho alternativo ao “trabalho honesto”.

A tentativa de impelir trabalhadores em potencial ao trabalho parece ter vigorado não somente no discurso oficial, mas norteado as ações da polícia neste final de XIX e início do XX. Em 1888, na Câmara dos Deputados, discutia-se o projeto contra a ociosidade do ministro da justiça Ferreira Vianna. A preocupação gerada com o recente fim da escravidão justificaria tal projeto, o qual propunha uma maior repressão aos vadios e mendigos, ou seja, àqueles que não possuíam “trabalho honesto”:

“A decretação de providências legislativas tendentes à organização do trabalho, pela adoção do princípio da repressão à ociosidade - constitui desde muito uma aspiração nacional. Com a transformação, porém, que acaba de iniciar o novo regime social, essa necessidade tornou-se palpitante, imprescindível, inadiável.

Na verdade, não é somente na imigração estrangeira que devem fundar-se as esperanças patrióticas de todos aqueles que desejam, pelo aumento da produção nacional, o florescimento da agricultura, da indústria, do comércio, a prosperidade do Brasil. A efetiva aplicação de braços ociosos, refratários ao trabalho, e a repressão de tendências à

mendicidade e a ocupações desonestas - são outras tantas medidas que podem contribuir de modo eficaz ao desenvolvimento da sociedade.”<sup>4</sup>

As discussões na Câmara dos Deputados, embora não se transformem em lei, informam sobre a preocupação com os ociosos naquele momento. No decorrer dos anos seguintes e, principalmente, nos primeiros anos do novo século, as medidas repressoras àqueles que iam contra a “lei suprema do trabalho” foram incansavelmente aplicadas pela força policial e judiciária.

A repressão à vadiagem, discriminada como uma contravenção pelo Código Penal de 1890 não era, entretanto, uma novidade. No Código Criminal de 1830, assim como no Código do Processo de 1832, a vadiagem era vista como “uma potencialidade criminal, via de mão única que levava à realização de outros crimes”.<sup>5</sup> Mais adiante, em 1842, seriam considerados vagabundos os indivíduos que não tinham profissão ou domicílio certo, não possuindo meios de subsistência.<sup>6</sup>

Através de alguns processos criminais de anos iniciais do século XX, os réus, detidos como vadios, tentam se defender através da valorização do trabalho ou da tentativa de encontrar trabalho. Assim, José Callamito, acusado de vadiagem em 1908 afirma: “Que não é vagabundo, como se diz, pois é carregador como se provará oportunamente”<sup>7</sup>

Outro vadio, Emilio Rinoldi, confirma o fato de não trabalhar, mas insiste em dizer que não trabalha por não conseguir emprego, não sendo vadio:

“(…) que é servente de pedreiro, mas há cerca de um ano não trabalha por não encontrar serviços; que já esteve em Buenos Aires e dali foi obrigado a sair por falta de trabalho, vindo para esta capital, onde também não tem encontrado trabalho, e por esse motivo anda

<sup>4</sup> Discussão na Câmara do Deputados sobre o projeto do conselheiro Ferreira Vianna, ministro da justiça, nº 33 de 1888, p.67. Em *Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil*.

<sup>5</sup> Souza, Luís Antônio Francisco de. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 1998, p.39.

<sup>6</sup> *Relatório apresentado ao dr. Laurindo Abelardo de Brito (presidente da provincia de São Paulo) pelo chefe de polícia João Augusto de Pádua Fleury*. Ano de 1879.

<sup>7</sup> Processo contra José Callamito, Primeiro Cartório Criminal, caixa 3, 1908. Para mais detalhes sobre os processos de vadiagem ver minha monografia de graduação. *O rol dos suspeitos. Imprensa e criminalidade em São Paulo na virada do século*. CECULT, IFCH, UNICAMP, 1999.

vagando pelas ruas e dormindo ao relento, desejando ser deportado para a sua terra natal porque ali tem seus irmãos (...) que tem sido preso várias vezes por estar deitado na Várzea do Carmo, pois se procura este lugar é porque não tem residência, e cansado de andar pelas ruas ali vai para descansar, (...) acha-se só e sem família e sem amigos(...)"<sup>8</sup>

Os processos contra vadiagem explicitam bem uma preocupação com “os desocupados”, mas também, por outro lado, indicam diversas formas de defesa dos réus. Assim, não somente conseguimos captar a perseguição aos vadios, como também notar que uma das estratégias de defesa era dizer que tinham profissão certa.

No caso dos acusados de cometerem conto do vigário, esta foi uma das maneiras utilizadas pela defesa. Mas não foi a única. Ao que parece existia uma terceira pessoa envolvida, a qual confessou a acusação ao delegado, mas, contraditoriamente, foi libertada em decorrência desta própria confissão. Os réus indicam nas suas declarações que a suspeição sobre eles foi gerada por uma anterior “negociação” entre o delegado e outro suspeito, o qual eles só vieram a conhecer na cadeia, e que seria o verdadeiro culpado.

Certamente estes argumentos serviram para o sucesso da defesa, pois no final da sessão os réus foram absolvidos.<sup>9</sup> Mas, para além da absolvição, podem fornecer indícios sobre o funcionamento da polícia que se relacionam não somente a atos corriqueiros de tempos anteriores, mas que também denotam a permanência de determinadas ações.

Uma confusão entre os domínios público e privado, durante a década de 1870, foi notada por Luís Antônio Francisco de Souza.<sup>10</sup> Segundo este autor, “havia uma grande flexibilidade na leitura da letra da lei, principalmente quando o acusado tinha relações”.<sup>11</sup> Ao citar diversos exemplos comenta que, muitas vezes, o vínculo entre a polícia e os criminosos era estreito, levando as autoridades a proteger “valentões” na cidade de São Pedro.

Novamente, na discussão do projeto contra a ociosidade em 1888, é notório perceber que, mesmo que se tentasse “igualar” os possíveis ociosos, era difícil admitir, em

<sup>8</sup> Processo contra Emilio Rinoldi, Primeiro Cartório Criminal, caixa 17, 1913.

<sup>9</sup> Houve a apelação pelo promotor e juiz e, no julgamento seguinte, os réus foram condenados. (ver *Tribunal do Júri*, dia 6 de setembro de 1889)

<sup>10</sup> Souza, Luís Antônio Francisco de. *Op.cit.*

<sup>11</sup> *Idem*, p.45.

meio a uma sociedade hierárquica e paternalista, que todos aqueles que não trabalhavam fossem iguais perante a lei. Havia duas circunstâncias que atenuavam a pena do acusado de ociosidade: caso provasse aquisição de renda suficiente para a sua subsistência e se prestasse fiança idônea. O comentário a este acréscimo no projeto é esclarecedor:

“O primeiro fundamento parece assaz justificado, uma vez que se reflita que o caráter perigoso do estado que se tenta reprimir - não provém exclusivamente da ociosidade, mas da simultânea concorrência da ociosidade e da falta de meios de subsistência. É esse estado miserável, geralmente precursor do crime, que legitima a intervenção do Estado, em nome do direito de defesa social.

O homem viciado, inimigo do trabalho, mas rico ou remediado de haveres, se dissipa suas rendas, ou mesmo uma parte do capital, oferece, certamente, à sociedade um exemplo deplorável, mas não constitui um perigo à segurança pública, uma ameaça à ordem social. Se, porém, voltado ao vício, ele vê-se destituído de meios de subsistência, ou porque os tenha dissipado ou porque nunca os tenha tido, e, nessa posição, é refratário ao trabalho: então está fatalmente colocado no cimo de um plano inclinado com forte declive, que, sem uma intervenção salutar da sociedade, o fará rolar até o abismo do crime.

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas -; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.”<sup>12</sup>

Como elucida a citação, o projeto contra a ociosidade não tinha a intenção de reprimir o ócio em si, mas de reprimir o ócio em um determinado grupo de pessoas, os pobres. Mais ainda, os pobres seriam os responsáveis pelas classes perigosas, aqueles que alimentariam a sua existência.

Desta maneira, podemos notar que a política proposta abstratamente neste projeto acabou por fundar toda uma lógica de repressão que se fez presente no pensamento policial de início do século XX. Segundo Chalhoub, “a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da

<sup>12</sup> Discussão na Câmara do Deputados sobre o projeto do conselheiro Ferreira Vianna, ministro da justiça, nº 33 de 1888, p.73. Em *Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil*.

estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX.”<sup>13</sup>

No Código Penal de 1890, a vadiagem passa a figurar numa noção criada recentemente: a contravenção. Os vadios eram elementos intermediários entre o “criminoso” e o “cidadão honesto”, e pode-se dizer que foram focos da repressão policial naqueles anos iniciais do século XX. Na realidade, a pessoa considerada vadia era aquela que não conseguia comprovar trabalho nem residência, fato que confirma a lógica das ações policiais, segundo a qual um indivíduo pobre era um malfeitor em potencial e merecia punição. Cabe ressaltar, porém, que o projeto contra a ociosidade reflete uma aparente contradição, que desmascara uma lógica social inerente ao próprio momento histórico. Desse modo, apesar de os deputados estarem voltados para as novidades relacionadas às formas de prevenção, de recuperação e de detenção não deixavam de mesclar o projeto com critérios que fundamentavam a sociedade brasileira: o paternalismo. A própria discussão da lei mostra que o mundo da igualdade equivalia, na verdade, ao mundo das relações pessoais.

Portanto, além do caráter de “ocioso” não apresentar a mesma validade para todas as camadas sociais, também eram descartados como ociosos aqueles que possuísem fiança idônea, ou seja, se um indivíduo fosse preso como vadio, poderia ser isentado do “crime” caso uma pessoa “se interessasse diretamente na regeneração moral do condenado, liberto da pena por auxílio seu e responsabilidade moral e jurídica.”<sup>14</sup> E, ao retomar o mundo das relações pessoais, a polícia não estaria saindo da lei, pois as discussões que a norteavam davam margens para que a igualdade entre os indivíduos fosse relativa.

No caso narrado naquela sessão do *Tribunal do Júri* em 1889, o advogado de defesa acusa como o verdadeiro estelionatário Josué Ferreira Lima:

“(…) o autor de todo esse trama - processo forjado pela polícia contra os réus sobre os quais fez carga aquele indivíduo - delator dos acusados, delatados como autores de

<sup>13</sup> Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.23.

<sup>14</sup> Discussão na Câmara do Deputados sobre o projeto do conselheiro Ferreira Vianna, ministro da justiça, n° 33 de 1888, p.73. Em *Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil*.

supostos estelionatos, obtendo o delator os 30 dinheiros pelas falsas revelações e obtendo passagem para a Corte, quando devia assentar-se no escabelo dos réus”.<sup>15</sup>

O próprio promotor público afirma que ele foi libertado pelo dr. João Pereira Barros. Responsável, ao menos juridicamente pelo acusado, a fiança idônea poderia ter sido utilizada neste caso, não da mesma maneira como foi exposta pelos deputados, mas de uma forma muito mais abrangente, incluindo não apenas a fiança, como também envolvendo a polícia em negociações escusas que incidiam na libertação daquele que fez a confissão.

O evento descrito neste dia de março de 1889 no *Tribunal do Júri* pode revelar inúmeros detalhes que, se empregados conjuntamente, revelam uma forma de funcionamento da sociedade. Não somente como a polícia e a justiça tentavam agir, como também a maneira pela qual os réus e envolvidos forneciam suas versões. Mas, sobretudo, podem dar indícios da maneira pela qual estes indivíduos, acusados de crimes contra a propriedade alheia eram vistos e expostos n’ *O Estado de São Paulo*.

Primeiramente, o que pode ser notado é uma continuidade no que se refere àqueles que praticam “atividades ilegais”. Apesar da diferença oficial, nas leis, entre os vadios e os que cometem crimes contra a propriedade (roubo, furto, estelionato), na prática, não havia diferenças tão marcantes. O então, na época (1911), secretário da justiça, Washington Luís comenta a semelhança entre diversos tipos de pessoas consideradas criminosas: “vadios são não só vagabundos, como os mendigos válidos, os jogadores de profissão, os cáftens, os ladrões, os ratoneiros etc”.<sup>16</sup>

Em 1910, em notícia denominada “A gatunagem em ação”, os jornalistas d’ *O Estado de São Paulo* discutem acerca dos crimes contra a propriedade, comentando sobre alguns gatunos que realizaram diversos roubos. Mas, na mesma notícia, também escrevem sobre um suspeito vadio. A citação exprime a proximidade entre os pobres, em consequência, vadios e ladrões:

<sup>15</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de março de 1889.

<sup>16</sup> Relatório apresentado ao dr. M. J. De Albuquerque Lins (presidente do estado) pelo secretário da justiça e da segurança pública Washington Luís P. de Sousa. Ano de 1911.

“Há cerca de três meses foi apresentado ao dr. Franklin de Toledo Piza, quinto delegado, então de serviço na Central, um mulato mal trajado que fora preso no mercado da rua Vinte e Cinco de Março, à 1 hora da madrugada, quando promovia desordens, e que se achava ferido na cabeça.

Disse chamar-se Luiz Borges de Miranda, ter 28 anos de idade, e estar aqui a passeio, pois residia no Rio de Janeiro.

Como, porém, ele empregasse muitas palavras do calão usadas pelos gatunos, o dr. Piza mandou passá-lo pelo gabinete de identificação, onde ele já tinha entradas como vagabundo.”<sup>17</sup>

A imagem transmitida pelo jornal não diverge daquela formulada pelo secretário da justiça. E, apesar da distância temporal do projeto contra a ociosidade, os fundamentos explicitados naquele momento assemelhavam-se às práticas descritas por essa notícia de 1910. O fato de a discussão na Câmara dos Deputados ocorrer em um momento histórico próximo à abolição dos escravos indica que os negros eram suspeitos preferenciais. Ao longo dos anos que se seguiram, essa suspeição continuou.

Como os parlamentares explicitaram, um pobre ocioso era um suspeito em potencial, simplesmente pela sua condição de pobreza. Os deputados assimilavam a relação entre classes pobres e classes perigosas, adequando-a às especificidades brasileiras. Como se pode concluir pela citação acima, um “mulato mal trajado e cometendo desordens” traria para o “mundo do crime” este indivíduo. Como o significado de “desordens” é abstrato, o que o traz para o crime é a sua condição de “ser negro e pobre”.<sup>18</sup> Assim, foi qualificado como vadio e, levado à polícia, taxado como gatuno, pois expressava determinadas expressões que o classificavam como pertencente à “classe dos gatunos”. Por conseguinte, a folha fazia a relação entre o vadio (ou vagabundo), o gatuno e o indivíduo mal trajado (sem dinheiro para se vestir adequadamente) e, portanto, pobre.

<sup>17</sup> “A gatunagem em ação”. *O Estado de São Paulo*. Dia 29 de junho de 1910. O fato de relacionar determinadas palavras como de uso exclusivo dos gatunos denotava a intenção da polícia em tornar objetivo algo que era, obviamente, muito subjetivo. Em 1912, essa objetividade que era vista nas “formas de falar” dos gatunos foi transformada em um “pequeno dicionário”. “Gíria dos gatunos cariocas”(vocabulário organizado para os alunos da escola de polícia) por Elycio de Carvalho. Em *Boletim Policial*. 1912.

<sup>18</sup> Como será visto mais adiante, havia uma diferenciação entre os “gatunos negros” e os “gatunos brancos e imigrantes”, mostrando que o fato de ser negro era um agravante para a condição de criminoso.

Estereótipo da época? Certamente. Pois há uma designação de comportamentos, hábitos de falar e de se vestir vinculados à postura esperada de um gatuno. Além do mais, o jornal mostrava que a polícia agia coerentemente ao prender este “indivíduo mal trajado”, principalmente porque existia a sua foto no gabinete de identificação.

A imagem transmitida pelo jornal era, conseqüentemente, carregada de estereótipos, os quais já estavam presentes nas falas dos deputados em 1888 e nas ações da polícia no início do século XX. A conclusão mais lógica seria a de imaginá-lo, então, como um veículo de ressonância das atividades policiais (tanto pela ligação estreita entre repórteres e delegacias, quanto pelo conteúdo das notícias).

Voltemos, agora, ao caso do conto do vigário exposto no *Tribunal do Júri*. Segundo a folha, os acusados conseguiram extorquir 437\$000 de um indivíduo através da invenção de histórias, as quais (se fossem verdadeiras) proporcionariam um ganho ainda maior ao investidor. Boris Fausto<sup>19</sup> comenta que o salário de um trabalhador manual sem qualificação oscilava entre 2\$000 e 3\$000 entre 1889 e 1890. Assim sendo, um trabalhador que ganhasse 3\$000 por dia teria um grande ganho adicional, caso resolvesse aderir à aplicação do conto do vigário.

Segundo a crônica, nesse primeiro julgamento os réus foram absolvidos. Como um trabalhador pensaria uma notícia destas, ao ver que nunca iria possuir quantia ao menos semelhante àquela ganha pelos supostos estelionatários? Paralelamente, também foi mostrado ao público que outro envolvido obteve a liberdade antes mesmo de entrar em julgamento, através da intervenção do delegado e de um possível protetor.

A notícia sugere dubiedades quanto às interpretações. Pois, se por um lado, reitera o discurso oficial sobre a existência de um “viveiro da delinqüência” entre as classes pobres, chamando a atenção para as diligências policiais e o funcionamento da justiça, por outro não deixa de mostrar que os “suspeitos” não necessariamente eram punidos.

---

<sup>19</sup> A informação viria de Gerald Michael Greenfiel. *The Challenge of Growth: The growth of urban public services in São Paulo, 1885-1913* citado por Boris Fausto em *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, EDUSP, 2001, p.144.

Mais ainda, em uma sociedade na qual se valorizava a riqueza, mas não tanto o trabalho pode-se supor que a aquisição de riquezas por meios considerados ilícitos fosse uma opção interessante. Na realidade, os significados que podem ser extraídos da leitura das notícias de crime são diversos e, como disse, muitas vezes ambíguos.

Louis Chevalier em *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX siècle* analisa, em uma das partes do livro, o folhetim de grande sucesso de Eugène Sue, *Os Mistérios de Paris*. Segundo o autor, a intenção inicial era escrever uma história sobre as classes perigosas. Entretanto, no decorrer da sua publicação, houve uma grande aceitação do folhetim pelas classes populares as quais, inclusive, comunicavam-se com Sue, através de cartas. Segundo Chevalier, “classes perigosas, sem dúvida, mas nas quais o público se reconhece imediatamente, assimilando sua própria condição a essa condição selvagem e, sobretudo, àquela das personagens que pertenciam aos grupos intermediários entre a miséria e o crime que nós havíamos descritos.”<sup>20</sup>

Reconhecendo-se nas personagens de Sue, as classes populares acabaram por metamorfosear, de folhetim em folhetim, as intenções iniciais do autor. Essa mudança se fez em decorrência do público - formado pelas classes populares - e não de uma vontade individual do autor. Mais adiante, Chevalier acrescenta: “uma narrativa que, sem deixar de ser o livro das classes perigosas, transforma-se, de folhetim em folhetim, em um livro das classes populares, pela vontade das próprias classes populares, também claramente e tão certamente como se os operários e os artesãos de Paris se revezassem a cada dia para guiar a pena - muito fecunda - de Sue.”<sup>21</sup>

No caso das notícias de crime é difícil prever a maneira pela qual elas foram entendidas, pois não havia um contato mais direto entre o público e o jornal referente a este tema das notícias (por exemplo, na “Sessão Livre”). Mas, ao analisar *Os Mistérios de Paris*, Chevalier sugere uma possibilidade: a de que o significado de algo que atinge um grande e diverso número de pessoas é polissêmico e incontrolável. No caso das poucas notícias

<sup>20</sup> Chevalier, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris, Plon, 1958, p.511.

<sup>21</sup> *Idem*, p.514.

analisadas até o momento, a intenção pedagógica está muito presente. Entretanto, mesmo que (diferentemente de Sue) os jornalistas não transformassem os seus conteúdos em vista do que era esperado pelo público, o que se tem é a construção de outras possibilidades de enriquecimento alternativas ao “trabalho lícito”. Com toda a certeza o jornal não queria transmitir esta mensagem. Mas, será que um possível sucesso das notícias de crime não indicaria que, para além de um simples interesse em casos de criminosos, o leitor/ouvinte se identificava, de alguma maneira, com aqueles suspeitos estampados nas folhas do jornal?

Nunca teremos certeza das impressões do leitor. Porém, as possibilidades podem ser apontadas. A seguir virão as quadrilhas de ladrões que estiveram presentes em livros de crime e também freqüentaram as páginas impressas nos anos de 1900 e 1910, exibindo não somente uma nova formatação dessas notícias, diferente das existentes em anos anteriores, mas, sobretudo, minúcias no que se refere às suas formas de agir, suas habilidades, seus participantes. Vamos, então, às quadrilhas.

## ***2. As quadrilhas de ladrões: dois livros de crime***

Em 1910, a editora Quaresma e a Livraria do Povo publicaram o romance *José do Telhado e sua quadrilha*.<sup>22</sup> Essa editora era especializada em publicações de caráter mais popular, sendo popular no sentido de uma obra que recebia um “tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo”.<sup>23</sup>

A publicação desses livros acarretou numa grande aceitação pública. Segundo El Far, “a narrativa de dramas ocorridos na vida diária atravessou as décadas de 1880 e 1890, intensificando-se com a voga do realismo e do naturalismo. Os escritores procuravam em seu cotidiano assuntos que pudessem despertar a curiosidade dos leitores, ou então, atentos às notícias de impacto na imprensa, selecionavam os fatos capazes de incrementar um bom

<sup>22</sup> *José do Telhado e sua quadrilha*. Livraria do Povo, Quaresma & C, Rio de Janeiro, 1910.

<sup>23</sup> El Far, Alessandra. *Páginas de sensação. “Romances para o povo”, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2002, p.6.

enredo para, com isso, destacarem-se na produção de um dos gêneros que alcançava maior popularidade na época [o romance]”.<sup>24</sup>

Quaresma tinha, então, publicações que seguiam com tiragens altas para o período - 2000 a 3.000 exemplares. Isso sem falar nas contínuas reedições de títulos. *O fruto de um crime*,<sup>25</sup> por exemplo, estava na sua 5ª edição em 1898 e continuava a ser impresso em 1910. Muitos eram os livros que tematizavam crimes e a forma de publicação nem sempre dependia de um editor-livreiro. *O Crime de Araraquara* (sem editora) teve tiragens de 2.000 exemplares e estava na sua 2ª edição.

*José do Telhado e sua quadrilha* começava com um sub-título: “ilustrado com o retrato fiel de José do Telhado”. A formatação do romance facilitava a leitura, sendo os capítulos curtos e escritos de forma bastante clara (com letras grandes).

A história se passa na primeira metade do século XIX e tem como personagem principal um bandido que fez grande sucesso em Portugal e Espanha. Segundo o autor, ele pertencia a uma família de bandidos e, mesmo negando a sua origem, acabou tendo que assumi-la, pois não conseguia nenhum tipo de “emprego honesto”.

Após várias tentativas de emprego, vendo sua mulher e filhos passarem fome, José resolve, em um momento de desespero, assaltar um transeunte, um trabalhador que vinha com o pagamento do dia. Como ele mesmo comenta, logo no início, “a minha má estrela assim o quer...é este o meu destino....diz um ditado que o filho de peixe sabe nadar, e eu hei de saber provar que o ditado não mente.”<sup>26</sup>

Passa a ser conhecido como José do Telhado, como o eram todos os integrantes da sua família, aqueles que enveredaram pelo crime. Porém, o diferencial de José era que fazia os roubos sem deixar um “rastro de sangue”, atitude comum entre outros bandidos, inclusive seu irmão Joaquim do Telhado. Assim, em seu primeiro assalto, à casa de d. Anna

<sup>24</sup> *Idem*, p.93.

<sup>25</sup> Silva, Elizario da. *O Fruto de um crime. Cenas do Brasil e de Portugal*. Livraria do povo – Quaresma. Rio de Janeiro, Quinta edição, 1898.

<sup>26</sup> *José do Telhado e sua quadrilha*. Livraria do Povo, Quaresma & C, Rio de Janeiro, 1910, p.13.

Victoria d'Abreu e Vasconcelos, não admite que nenhum daqueles que participavam do roubo, fizessem qualquer tipo de “abuso” às mulheres presentes:<sup>27</sup>

“- Minha senhora, nós somos uns miseráveis que não possuímos os meios para a nossa subsistência; no entanto nunca se ouvirá dizer que José do Telhado abusou da fraqueza de duas inocentes pombas que perderiam o mais precioso tesouro que possuíam.

- Obrigada, senhor, acaba de praticar uma ação mais digna de um homem de bem que de um salteador.

- Eu era bom, senhora, a miséria e o desprezo que a sociedade me votou é que me conduziram pelo espinhoso caminho do crime d'onde não mais poderei sair, porque nele perdi o que no mundo mais prezava, a honra.”<sup>28</sup>

Durante todo o enredo a maneira pela qual José age é valorizada como positiva, fazendo com que o bandido seja mais idolatrado do que temido pelo leitor. O fato de entrar para o “mundo do crime” como uma forma de sobrevivência em um mundo injusto faz-se presente em toda a obra e não como uma atitude isolada, mas que atingia a maioria dos bandidos. Custódio, chefe da quadrilha da qual José do Telhado fazia parte, explica porque o roubo: “Pois não será justa a guerra travada entre a sociedade e os seus desprezados. Porque razão há de aquele banquetear-se cotidianamente, quando meus filhos morrem de fome? Por ventura não seremos todos iguais?”<sup>29</sup>

Alguns autores desenvolveram teses que atestam o crime como forma de resistência. Linebaugh,<sup>30</sup> por exemplo, percebe como pequenos roubos auxiliavam os trabalhadores no século XVIII, funcionando como um ganho alternativo ao “trabalho honesto”. Hobsbawm em *Bandidos e Rebeldes Primitivos*<sup>31</sup> analisa o que chama de banditismo social. Para o autor, esse tipo de bandido é estritamente relacionado às sociedades camponesas.

<sup>27</sup> Quando José foge para não ser preso, acaba pedindo ajuda à d. Anna, a qual o esconde em sua casa.

<sup>28</sup> *Idem*, p.45.

<sup>29</sup> *Idem*, p.19.

<sup>30</sup> Linebaugh, Peter. “Crime e industrialização no século XVIII.” In Pinheiro, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

<sup>31</sup> Hobsbawm, *Rebeldes primitivos. Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970 e *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1969.

Independentemente das especificidades dos crimes cometidos (numa sociedade rural ou urbana), o que chama a atenção é a idéia do crime como uma forma de agitação social.<sup>32</sup> Em *Albion's fatal tree. Crime and society in eighteenth century*<sup>33</sup> todos os artigos são voltados para o crime na sociedade do século XVIII inglês. A discussão sobre a definição de crime é central e, sob muitos aspectos, o suposto aumento de criminosos tem relação direta com uma redefinição do conceito de propriedade, que passa a ganhar novas cores neste século.

Assim, se por um lado a classe dominante tentava obter uma dominação cada vez maior, considerando puníveis com a morte crimes que até então não o eram,<sup>34</sup> a classe subalterna não se adaptava da maneira idealizada pelos dominantes, mas tentava “burlar” as novas normas sociais com atitudes consideradas ilícitas. Nesse sentido, o crime passa a ser uma forma de resistência à dominação.

Uma das maneiras de compreensão de *José do Telhado e sua quadrilha* estaria no crime como uma forma de resistência à sociedade desigual e injusta. Essa interpretação poderia ser viável e, o fato de que em 1910 (quando o livro foi publicado) fosse um momento histórico difícil para a classe subalterna<sup>35</sup> a torna mais viável ainda. Também não se pode desconsiderar que se tratava de um livro popular e, como tal, devia possuir sentidos que fossem interessantes aos leitores. Certamente uma pessoa que não apresentasse um grande poder aquisitivo, viria com simpatia o herói José do Telhado e poderia fazer as mais diversas interpretações sobre a história.

Entretanto, mesmo trazendo como suporte uma revolta contra a pobreza, o romance não desconsidera o fato da violência premente entre os bandidos, algo quase inerente à posição ilegal que tomam na sociedade. Joaquim do Telhado, irmão de José, liderava outra

<sup>32</sup> Hobsbawm, Eric J. *Rebeldes primitivos. Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, p.11.

<sup>33</sup> Hay, D, Linebaugh, P., Rule, J.G., Thompson, E.P., Winslow, C. *Albion's Fatal Tree. Crime and society in eighteenth century*. England, New York, Pantheon books.

<sup>34</sup> E.P. Thompson vai pelo mesmo caminho ao analisar a lei negra em *Senhores & Caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

<sup>35</sup> Em São Paulo, por exemplo, as greves já vinham ocorrendo desde o início do século e, como mostrou Barbara Weinstein, mesmo n' *O Estado de São Paulo*, as condições dos trabalhadores eram exibidas como muito precárias (por exemplo, em relação à moradia). Ver também Batalha, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

quadrilha, conhecida pelos crimes terríveis que cometia. A liderança havia sido herdada do pai e era, na época de Joaquim, uma quadrilha muito numerosa. Joaquim “possuía muito menos astúcias que José, mas em compensação era muito mais sanguinário.”<sup>36</sup>

As quadrilhas, ao lado do “herói” José do Telhado, são personagens importantes. Em diversos capítulos, o autor descreve as relações entre os bandidos da quadrilha liderada por Custódio, a qual, após a sua morte, passará a ter como líder José do Telhado. A escolha do novo líder envolve diversos sentimentos, desde o respeito mútuo entre os colegas até a inveja. Custódio resolve retirar-se da quadrilha, morrendo logo em seguida. A discussão gerada com a sua saída, para a escolha do novo líder foi difícil, já que alguns discordavam da indicação de Custódio:

“- É preciso tomarmos uma resolução; dizia o *Tira-vidas*, para se ver quem fica a governar a *família*. Rei morto, rei posto, diz o ditado. O mestre ausentou-se e da maneira que foi é provável que não volte. É pois uma necessidade que dentre nós se nomeie um que tome o comando. A esse respeito sou da opinião que se cumpram os desejos do mestre e se nomeie José do Telhado, que tem mostrado ser um *gajo mystico* cá para o *negócio*, e além disso se tem portado com toda a *limpeza* cá para conosco.

- É muito novo e tem pouca prática, murmurou o *Veterano*, fazendo-se com terra de abichar o penacho.”<sup>37</sup>

Veterano era um bandido adepto do uso da violência e tido como alguém desleal. Vingando-se da escolha de José acaba por denunciá-lo à polícia algum tempo depois, em conluio com José Pequeno e o próprio irmão de José, Joaquim do Telhado. Este quis vingar-se de José devido ao desprezo que os homens da sua quadrilha tiveram por ele quando, por algum tempo, uniram-se para o roubo. Segundo o autor, percebendo a “superioridade de inteligência” de José, os bandidos da quadrilha de Joaquim decidiram que José deveria liderá-los sozinho.

Trata-se de um livro que, além de explicar minuciosamente como os ladrões agiam, o funcionamento das quadrilhas e os planos de roubo,<sup>38</sup> tem como personagem principal um

<sup>36</sup> *José do Telhado e sua quadrilha*. Livraria do Povo, Quaresma & C, Rio de Janeiro, 1910, p.61.

<sup>37</sup> *Idem*, p.52. Grifos no original.

“ladrão bom”. Vítima da sociedade injusta, José comete roubos somente como um meio de subsistência e não de ambição. Mas o “mundo do crime” tem as suas desvantagens, as quais são expostas ao leitor: a violência, a desonra, a prisão, a convivência com indivíduos sem sentimentos de amizade e lealdade.

Outro livro, este de 1906, aproxima-se em diversos pontos de *José do Telhado e sua quadrilha* e também dos casos descritos nas notícias de crime dos anos de 1900 e 1910 e que serão analisadas em seguida. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca* se refere a um crime verídico, ocorrido no ano de 1906 e amplamente divulgado pela imprensa do período. Apesar do crime de estrangulamento, a história caminha ao redor da quadrilha de Eugênio Rocca, formada por contrabandistas e ladrões conhecidos. Os estrangulamentos foram, na verdade, uma consequência de um dos roubos, o da joalheria de Fuocco, e gerou inúmeras diligências policiais e a prisão dos envolvidos.

Segundo o autor, Abílio Soares Pinheiro, o livro foi escrito para “perpetuar a lembrança do mal para ensinamento daqueles que podem vir a ser suas vítimas e para maior execração dos criminosos e contribuir também à experiência de uns e ao castigo de outros.”<sup>39</sup>

Pinheiro considera o livro um “romance sensacional”, possuindo uma narrativa distinta e “não na fria rigidez das crônicas judiciárias, nem nos detalhes, embora exatos, mas desordenados, das crônicas dos jornais, mas amoldada ao estudo do Rio oculto, dessa parte da sociedade fluminense que tão perto de nós e no meio de nós se esconde, se organiza e age, desferrando os seus golpes certos e semeando o pavor e a morte”.<sup>40</sup>

A tentativa de imaginar um “mundo do crime” como algo distinto da realidade, “oculto” e separado da “sociedade honesta”, mas, ao mesmo tempo “próximo” é descrito no livro através de uma rede de relações que Rocca e sua quadrilha fizeram. Apesar de alguns deles serem “bandidos profissionais” e tratarem o roubo como um negócio e uma

<sup>38</sup> Para discutir os roubos, a quadrilha se encontrava em uma taverna, tida como “um imundo pardieiro”, “um lugar de malfeitores”. *Idem*, p.29.

<sup>39</sup> Pinheiro, Abílio Soares. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*. Tipografia Luiz Miotto, Rio de Janeiro, 1906, p.VI.

<sup>40</sup> *Idem*, p.VI.

maneira não somente de subsistência, mas de enriquecimento, outros envolvidos eram pessoas cujas profissões inseriam-se no “mundo honesto”. Assim, para o caso de descoberta do crime, havia uma pessoa, chamada de “o desconhecido” que seria a responsável pela libertação, “influenciando a opinião pública, a polícia, os juízes.”<sup>41</sup>

Vários paralelos podem ser feitos com a história de José do Telhado e sua quadrilha. Rocca, apesar de ser descrito como um homem violento e vingativo, roubava para que a sua família tivesse condições dignas de subsistência. Durante o enredo, é mostrado como um indivíduo muito dúbio, pois, ao mesmo tempo é um “homem muito perverso”, “possuidor de uma grande fúria”, e também incapaz de deixar a família em uma situação difícil: “Os seus queridos filhinhos sofrerem as torturas da fome? Isso nunca! Nem que tivesse de por a saque todas as joalherias do Rio de Janeiro, passando por sobre um monte de cadáveres.”<sup>42</sup>

Malvina, personagem importante na primeira parte do livro, foi iniciada no crime por Rocca, o qual a protegeu em momentos difíceis posteriores à sua vinda da Argentina com a mãe. Assim como José do Telhado, ela vinha de uma família de ladrões. Rocca, tentando convencê-la a ajudá-lo no negócio das joalherias, não deixa de lembrá-la da sua natureza:

“És bela, julgo-te inteligente. Escondes na alma os germens da ambição e do domínio. A fatalidade te arremessou longe do trilho da gente honesta, se é que há gente honesta no mundo. A malvadeza da sorte e dos outros te revoltou, o sangue, que circula nas tuas veias, te impele ao mal, os instintos bons, que tens alimentado, empalidecem e fenecem dia por dia. Mas não conheces os trilhos que pretendes pisar. Te falta a prática, careces de um guia.”<sup>43</sup>

Rocca, conhecido como doutor, era um italiano que veio para o Brasil em 1892 e, ambicioso por uma fortuna rápida, acabou por optar pelo contrabando, assaltando, de vez em quando, algumas joalherias. O crime da rua da Carioca foi cometido por Rocca e Carletto, os quais durante todo o enredo são tidos como muito sagazes, inteligentes, espertos, mas também, feitos de uma “alma tenebrosa”, “perigosíssimos”, “ladrões

---

<sup>41</sup> *Idem*, p.137.

<sup>42</sup> *Idem*, p.134.

<sup>43</sup> *Idem*, p.27.

terríveis”. Carletto, considerado culpado pelos estrangulamentos (mesmo sem a confissão), possui uma aparência aterrorizante:

“Carletto era uma fera humana. (...). Aquela cara chata, de uma bestialidade sem exemplo, aqueles olhos quase fechados como os de uma ave noturna acordada em plena luz meridiana, aqueles braços curtos e musculosos acabando nas mãos largas e fortes, a expressão feroz daquele sorriso inimitavelmente mau (...)”.<sup>44</sup>

Ambos os romances possuem uma ambigüidade premente. Em *Os estranguladores do Rio*, as personagens principais do crime - Rocca e Carletto - foram descritas com características próximas às dos animais. Entretanto, eram visíveis as regras de organização do grupo, os planos detalhados e minuciosos, indicando que exerciam um trabalho organizado, competente e não condizente com “seres irracionais”.

Durante o ano de 1910, com os culpados presos na detenção, *O Estado de São Paulo* transcreve uma notícia da *Gazeta de Notícias*, na qual Carletto confessa a participação no crime, porém, indica como aquele que estrangulou as vítimas, Eugênio Rocca. O jornal descreve uma entrevista feita com ele na detenção, da qual havia rumores de que tentara fugir. Apesar de um “criminoso perverso”, a sua qualidade de “hábil, audaz e forte” é ressaltada pelo repórter.<sup>45</sup>

A hierarquia entre os ladrões era evidente: o doutor (Rocca) preparava os planos, Carletto era o seu principal ajudante na execução. Outros executavam serviços menos importantes. A que chama mais a atenção é o espia (aquele que tinha a função de controlar o movimento da rua, avisando quando os ladrões podiam sair isentos da joalheria). Exercendo uma função hierarquicamente inferior, pois não tinha nenhuma parte importante no que se referia ao roubo em si, o espia dos ladrões era um negro chamado Epitácio, reconhecido pela sua “dissimulação e covardia”.

<sup>44</sup> *Idem*, p.50.

<sup>45</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 4 de janeiro de 1910.

Portanto, enquanto alguns integrantes da quadrilha eram vistos como inteligentes e hábeis (os italianos), outros não possuíam tantas qualidades (o negro Epitácio). E a polícia reconhecia a engenhosidade dos ladrões:

“O mistério era impenetrável.

Entretanto o que apareceu evidente, à autoridade incumbida do inquérito, foi ter sido o crime perpetrado por malfetores não vulgares, inteligentes e decididos, verdadeiros mestres, destros, cautelosos, hábeis, conhecedores de todas as circunstâncias de tempo e lugar, admiravelmente informados sobre as pessoas e os seus hábitos, sobre os objetos e o seu valor, que tinham *operado* com segurança e audácia assombrosa, sem deixar o menor sinal de si, o traço mais leve que pudesse servir de fio condutor para a sua descoberta.”<sup>46</sup>

Embora o autor forneça aos envolvidos características de homens engenhosos e inteligentes, a ligação com o crime tornava-os seres abomináveis. A aproximação física e de temperamento a um “animal descontrolado” aparece sempre que perdem o controle “civilizado” e resolvem atacar. Assim, a descrição do estrangulamento de Carluccio mostra que ele não era premeditado e sim em decorrência dos movimentos violentos que a vítima fazia para tentar se livrar do ataque.<sup>47</sup> Rocca, ao revoltar-se com Malvina, tenta atacá-la: “sentiu a cabeça tontear sob o fluxo do sangue irritado, encolheu-se como fera e como fera lançou-se a ela, as mãos crispadas, o olhar feroz, a espuma a sair-lhe da boca contorcida.”<sup>48</sup>

O “mundo do crime” é descrito como possuidor das suas regras e normas. Além de uma certa hierarquia, dos encontros em botequins (ou tavernas)<sup>49</sup> “imundas e viciosas”, os

<sup>46</sup> Pinheiro, Abilio Soares. *Op. cit.*, p.107. Grifos no original.

<sup>47</sup> *Idem*, p.156.

<sup>48</sup> *Idem*, p.75.

<sup>49</sup> Descrição da taverna do Boca de Ferro, lugar em que a quadrilha de Rocca se encontrava com frequência: “No andar térreo, na frente uma loja, de duas portas de uns dez metros de comprimento com uma fila de mesinhas ao longo das paredes serve como sala de jantar. Na parede do fundo uma prateleira cheia de garrafas de bebidas, um balcão, um tempo amarelado hoje de cor indefinível, uma pequena copa de folha de zinco, um barril de aguardente. A esta sala segue outra de menores dimensões, sórdida e suja, pomposamente batizada pelo nome de sala reservada: quatro mesinhas, duas por cada lado, uma mesa um pouco maior no centro, e quatro cabides; do meio do forro pendurado, desce um enorme lampião de querosene, cuja cor primitiva não é possível adivinhar através de uma outra pintura com que as moscas se encarregaram de cobri-lo. Ao fundo a cozinha, uma pequena área e as dependências necessárias. No sobrado é a habitação do dono e da sua mulata, e mais dois quartos alugados a hóspedes adventícios, ou a casais de ocasião, que o entusiasmo da bebida e o apetite da carne reúnem no imundo

criminosos são percebidos como seres inferiores, os quais não conseguem discernir entre maneiras “certas” de agir, o que acaba por dar-lhes ações de caráter irracional.

Livros que buscavam o sucesso tinham narrativas que certamente causavam interesse aos leitores. Havia um caráter moralizador que tentava ser transmitido pelos autores, pois, no final, as personagens não conseguiam adquirir riqueza, sofriam longe da família e na cadeia.

Contudo, havia algo de heróico nas ações dos ladrões de ambos os livros. Apesar do investimento em remeter uma imagem de seres irracionais, principalmente no caso d' *Os estranguladores do Rio*, a rigidez e severidade das regras de organização causam dúvidas quanto a essa irracionalidade que tentam transmitir ao longo do texto. Pois como seres irracionais seriam capazes de executar planos tão audazes?

As ambivalências permaneciam, porém, o sentido geral era moralizador. Como José do Telhado diz, ao entrar no “mundo do crime”, perdeu a sua honra. Ou seja, já não fazia mais parte de uma “sociedade civilizada” e a possibilidade de “ascensão” a outros crimes seria quase certa. José do Telhado, bandido descrito como um homem bom, não aderiu à série de crimes que mesmo aqueles da sua quadrilha cometiam (crimes de sangue). No caso dos *Estranguladores do Rio*, vistos como “homens perversos e delinqüentes”, os gatunos transmutaram-se rapidamente em homicidas para não arruïnarem os planos de roubo da joalheria.

Peter Linebaugh, em *The London hanged*, aponta que a pesquisa revelou uma grande dificuldade em distinguir a “população criminosa” de Londres da população pobre: “pode-se dizer, então, que os enforcados pertenciam, em geral, às classes pobres”.<sup>50</sup>

No capítulo 1, comenta a popularidade que Jack Sheppard, um famoso ladrão, obteve, mesmo na época em que ainda era vivo. Segundo o autor, seu nome “adquiriu raízes

---

amplo de poucas horas.” *Idem*, pp.17-8. Como frisa o autor em outro momento, apesar de “lugar certo de bandidos” era freqüentado por trabalhadores.

<sup>50</sup> Linebaugh, Peter. *The London hanged. Crime and civil society in the eighteenth century*. Penguin books, Londres, 1991, p.XXI.

profundas na consciência popular”.<sup>51</sup> A popularidade de Jack Sheppard tem similaridade com o sentimento que *Mistérios de Paris* causou aos leitores, que se identificavam com as personagens das “classes perigosas” e até acabaram influenciando a narrativa feita por Eugène Sue.

As editoras populares existentes na virada do século XX no Brasil perceberam a grande popularidade que os livros de crimes possuíam. A descrição dos ladrões, possivelmente, causava algum nível de identificação entre personagens e leitores. A intenção era causar uma certa repulsa para com um tipo de vida alternativa ao trabalho considerado honesto. Porém, a possível popularidade de alguns ladrões que angariavam uma certa simpatia, fazia com que as editoras não os visualizassem somente pelo lado negativo. Em *José do Telhado e sua quadrilha* essa característica é provável. Mesmo em *Os estranguladores do Rio*, em que a “repulsa” do autor com relação aos autores do crime é mais notória, existe uma dubiedade da narrativa que, como já foi frisado, trazia a possibilidade de interpretações diversas, até mesmo de interpretações que iam contra o sentido moralizador do livro.

### ***3. As quadrilhas de ladrões n’ O Estado de São Paulo***

Reparando-se mais detidamente n’ *O Estado de São Paulo*, percebe-se que os anos de 1900 e 1910 apresentaram diversas notícias de crimes contra a propriedade.<sup>52</sup> Os gatunos, amigos do alheio ou ladrões possuíam muitas faces e percorriam sem cerimônia as páginas dessa folha. Certamente eram criminosos valorizados como notícia e entre a grande gama de gatunos,<sup>53</sup> as quadrilhas de ladrões eram aquelas que possuíam maior destaque.

<sup>51</sup> *Idem*, p.8.

<sup>52</sup> Paralelamente, os crimes de sangue, ou seja, aqueles que traziam, geralmente, os assassinatos também possuíam destaque. No caso dos gatunos, entretanto, é interessante notar que havia uma seqüência de artigos sobre crimes que, algumas vezes, se cruzavam, como veremos mais adiante.

<sup>53</sup> “Ciclistas Gatunos - No bairro do Moinho, distante do alto do Ipiranga cerca de meia légua, apareceram anteontem à tarde dois indivíduos, montando bicicletas. Os dois desconhecidos andaram a cometer tropelias no povoado, entrando em habitações de trabalhadores e outras casas, conseguindo subtrair relógios dinheiro e jóias.

De acordo com Souza, a polícia passou a ter um “destacado papel nos dados orçamentários do governo paulista nos primeiros 40 anos de república”.<sup>54</sup> Além de uma enorme burocratização, recebeu um “influxo modernizador”<sup>55</sup> que fez com que, até os anos 30, a divisão em diversos gabinetes, os especialistas e a carreira policial fossem valorizadas.<sup>56</sup>

Desta maneira, a força policial aumentou enormemente a sua intervenção na sociedade: “A organização interna da polícia, no período, cresceu em complexidade e em seu grau de intervenção na sociedade. (...) enquanto polícia civil e militar, a primeira era constituída por delegados, comissários, subdelegados, escrivães, agentes de segurança, peritos ou técnicos e inspetores de quarteirão; a segunda sendo formada por soldados ou agentes uniformizados, conforme estrutura hierárquica e funcional militar ou quase-militar.”<sup>57</sup>

O aumento da estrutura policial denota uma preocupação maior com o controle social. Paralelamente, houve um investimento nas formas de identificação de criminosos feitas pelas medidas corporais (antropometria) desde finais do século XIX e, posteriormente, pelas impressões digitais (datiloscopia).<sup>58</sup>

Através das identificações, que vinham baseadas num cabedal técnico e científico, a polícia passou a estabelecer as reincidências. Em quadro mostrado por Souza,<sup>59</sup> os reincidentes eram, em sua maioria, acusados de roubo, furto e vadiagem, enquanto que aqueles que cometiam os crimes de sangue eram, geralmente, indiciados primários.

Presentidos os dois gatunos por gente da localidade, fugiram precipitadamente, fazendo rodar as bicicletas pela estrada que vai ter a São Bernardo”. *O Estado de São Paulo*. Dia 2 de outubro de 1900.

<sup>54</sup> Souza, Luís Antônio Francisco de. *Op.cit.* p.81.

<sup>55</sup> *Idem*, p.82.

<sup>56</sup> Por muito tempo não houve carreira policial. Isso fez com que ocorresse, principalmente nas cidades do interior paulista, uma relação direta entre a política e a indicação dos delegados. Estes, muitas vezes eram leigos e inexperientes. Como informa Souza, Luís Antônio Francisco de. *Op.cit.*, p.95.

<sup>57</sup> *Idem*, p.97.

<sup>58</sup> Citando Viotti (1935), Souza aponta para as novas preocupações policiais entre 1900 e 1910: “Magistério de prevenção e repressão, a polícia vai se tornando, dia a dia, mais árdua e mais difícil, por isso que o delito evoluiu, adquiriu novos aspectos, tornou-se intelectual, fraudulento e internacional. E a função policial exige na atualidade, uma atividade muito variada, complexa e delicada, que requer uma soma enorme de noções científicas e reclama uma série de conhecimentos práticos de toda espécie”. *Idem*, p.100.

<sup>59</sup> *Idem*.p, 110.

Assim, esses indivíduos fichados na polícia passavam a ser foco de atenção: “Nesse sentido, a identificação criminal realizava seu principal objetivo que era estabelecer um corte na população, especificando carreiras delinqüenciais, criando formas correlatas de penalização do crime e normalização do criminoso. (...). Os ‘fichados’ na polícia passaram a constituir uma ‘estreita zona de delinqüência’ sobre a qual a instituição policial agia sem os limites impostos pela lei”.<sup>60</sup>

Nº *O Estado de São Paulo*, o que se apresenta em grande medida é uma exposição do trabalho policial, fazendo transparecer as diligências, investigações e depoimentos de suspeitos.

Quanto aos livros comentados anteriormente, não causam espanto os anos de lançamento de ambos: 1906 e 1910. Exatamente nesse período o sistema policial tentava atacar de frente as quadrilhas, tanto através dos prontuários do Gabinete de Identificação quanto pela própria perseguição aos bandidos. No jornal, o movimento é semelhante, indicando que devia existir uma proximidade entre policiais e repórteres, que conseguiam informações sobre os crimes dentro das delegacias.

A liberdade que os repórteres possuíam dentro das delegacias pode ser relatada através de uma notícia assinada por C., na “Sessão Livre” do dia 4 de janeiro de 1900. Sob título “A polícia”, C. descreve a intensa presença dos auxiliares de redação dos jornais diários nas delegacias, em busca de informações sobre crimes e criminosos. A coluna tem a intenção de criticar aqueles que contam, nos jornais, “fatos exagerados ou deturpados” e denuncia supostas “invasões” às salas dos delegados, em busca de informações sigilosas sobre futuras diligências e investigações:

“O afã, até certo ponto justificável, mas por outro lado imprudente, com que os *reporters* procuravam pôr-se em dia com todos os graves inquéritos, feitos em segredo de justiça, para trazê-los ao público, com consideráveis prejuízos para a marcha regular das diligências foi um dos grandes empecilhos que a polícia teve pouco a pouco, e por meios brandos, de arredar do caminho.

---

<sup>60</sup> *Idem*, p.111.

*Reporters* haviam que, pretendendo gozar de maiores regalias que seus colegas de outras folhas, transpunham, descerimoniosamente, sem dar satisfação a ninguém, os portais das salas reservadas dos delegados, e, aproveitando-se abusivamente da ausência deles, abriam gavetas, farejavam-nas, furtavam inquéritos iniciados, conduziam-nos para o *watter-closet*, copiavam-nos e publicavam-nos integralmente no dia seguinte.”<sup>61</sup>

Apesar do tom de repreensão do reclamante, na nota transparece o acesso livre que os repórteres tinham nas delegacias. Pois, como diz a citação, entravam nas salas dos delegados e remexiam nas gavetas, nas quais achavam inquéritos e os copiavam. É provável que a presença contínua nas delegacias, a possível proximidade que deveria existir entre funcionários de delegacias e enviados dos jornais facilitasse a prática da cópia de inquéritos, fazendo com que fosse corriqueira. Tanto que, a entrada (ou invasão, como nos informa a nota) da sala reservada do delegado não era proibida e deveria passar despercebida.

Em *Os Estranguladores do Rio*, assim que o corpo de uma das vítimas foi encontrado, no mar, um repórter da *Gazeta de Notícias*, sabendo antecipadamente por se encontrar próximo do evento, “telefonou a um seu colega, de estação na quarta delegacia o extraordinário acontecimento, manifestando a dúvida que o cadáver pudesse ser o do tão procurado Carlos Fuoco”.<sup>62</sup> Além disso, em diversos processos criminais eram anexadas notícias impressas referentes ao fato, mostrando que, se os repórteres aproximavam-se das delegacias para conseguir “furos sensacionais”, a polícia, da mesma maneira, aproveitava-se destas mesmas notícias para reforçar o inquérito ou justificar determinadas ações.<sup>63</sup>

Nas notícias de gatunos, as diligências policiais eram extensamente noticiadas. As investigações ou mesmo a tentativa do flagrante<sup>64</sup> poderiam ser formas de mostrar a

<sup>61</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 4 de janeiro de 1900.

<sup>62</sup> Pinheiro, Abílio Soares. *Op.cit.* p.121.

<sup>63</sup> Em ofício de 1891, no qual o chefe de polícia pede um aumento da força policial, uma das maneiras de justificar o pedido é através das freqüentes notícias de crime na imprensa. *Arquivo do Estado de São Paulo*, caixa de polícia, 2733. Agradeço a Cláudia Leal por essa referência.

<sup>64</sup> Com uma polícia mais técnica e objetiva, passou-se a não considerar mais o testemunho como uma peça única, a qual poderia culpar o suspeito. O corpo de delito, o flagrante, opiniões de especialistas, uma prova mais objetiva era considerada peça importante para uma eventual culpa do acusado. Portanto, estas diligências que tentavam flagrar os suspeitos tornavam-se fundamentais. Mesmo assim, não se pode desconsiderar a suspeição generalizada que atingia determinados sujeitos sociais com mais insistência. No entanto, muitas vezes, indivíduos suspeitos eram detidos, mas não chegavam a tomar parte em um processo. Sobre o assunto ver Souza, Luís Antônio Francisco de. *Op.cit.* e Fausto, Bóris. *Op.cit.*).

eficiência policial e o empenho dos agentes na repressão aos crimes contra a propriedade. Os repórteres escreviam como se acompanhassem de perto tais eventos, transcrevendo os detalhes da operação e do crime:

“Há poucos dias teve a polícia denúncia de que um grupo de gatunos preparava um assalto ao armazém de secos e molhados de Miguel Angelotti (...)

Os drs. Saraiva Jr., 2º delegado auxiliar, e Telles Rudge, delegado da 3ª circunscrição, incumbindo-se da prisão dos gatunos, desde domingo, com o escrivão Christiano Guimarães e vários agentes de segurança, ocultos em casas e quintais vizinhos, esperavam a investida dos amigos do alheio.

Ontem, finalmente, resolveram os gatunos dar o assalto combinado, sem suporem, sequer que, na forma do costume, lá os aguardavam as autoridades e agentes.

Por volta das 8 horas da noite apareceram no canto da rua dos Tymbiras dois indivíduos: um baixo e corpulento; outro alto e espadaúdo. Por ali estiveram algum tempo a olhar por todos os lados com visíveis sinais de desconfiança.

Quando perceberam que não havia ninguém perto, que não seriam vistos e podiam dar início ao trabalho, aproximaram-se da porta de Angelotti. Aproximaram-se e tocaram na porta, com as mãos espalmadas. Concluíram que não seria fatigante o trabalho de arrombamento, pois estavam munidos de ótimos *pés de cabra*, feitos especialmente para o roubo da casa de Angelotti e há tantos dias acariciados...

Um deles, feito o reconhecimento do terreno em que deviam agir, consultou o relógio. Eram já 10 horas. Perscrutou mais uma vez as ruas e não viu ninguém, o que queria dizer que podiam, sem receio, estalar as fechaduras, quebrar a porta e entrar no armazém. Começaram, pois, o trabalho.”<sup>65</sup>

Antes mesmo de os gatunos arrombarem a porta, os policiais promovem a prisão em flagrante delito, imaginando que os ladrões fugiriam após “sentirem-se pressentidos” por um vizinho. Pela notícia poderia se concluir que o repórter estava presente no momento do flagrante. Entretanto, esse era, muito provavelmente, um recurso da narrativa para que o leitor imaginasse a presença do repórter e mesmo tivesse uma visualização melhor da história contada. Como já foi dito antes, as notícias de crime eram, apesar da aparente verossimilhança e objetividade da informação, subjetivas e passíveis da utilização dos mais diversos recursos para tornar a narrativa agradável. O fato de o jornal aparentar uma

<sup>65</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 5 de agosto de 1900.

transmissão de eventos no “calor da hora” promove a imagem de um veículo de informação ativo e eficiente.

Este tipo de notícia, descrevendo a tentativa do flagrante, era comum.<sup>66</sup> Em muitos casos, a denúncia, a cooperação dos vizinhos, a colaboração da possível vítima era fundamental e ressaltada. Assim, além do suspense provocado pela narrativa, a qual descrevia os mínimos detalhes da operação e dos suspeitos (descrição física e comportamento), existia uma intencionalidade em mostrar o auxílio da população paulista na captura dos ladrões.

Nesta mesma notícia, após a prisão dos envolvidos, o dr. Saraiva reconheceu em um dos indivíduos, um gatuno conhecido e procurado pelo assalto a uma casa de fumos. Tratava-se de um espanhol, de nome Henrique Douadon. Relacionando-o a uma “classe perigosa”, a autoridade policial indica a reincidência e a condição de culpado desse indivíduo. O jornal, ao demonstrar isso, acabava criando o mesmo sentido de maneira ampliada.

Como já foi mostrado anteriormente, a intenção da polícia era criar uma “classe de delinquentes”, os quais eram, inicialmente, suspeitos, ao passarem pelas repartições policiais, eram fichados, e após a fotografia na polícia, não poderiam mais retornar ao “mundo dos cidadãos honestos”. Em processo de 1908, Palmiro Costa foi classificado como vadio e fornece o seguinte depoimento:

“(...) que é verdade ter assinado termo de ocupação honesta, o que até a presente data não procurou cumprir por ter a convicção que nesta capital, embora procurasse, não arranjaría nenhuma colocação por ser muito conhecido e retratado na polícia como gatuno e vagabundo (...)”<sup>67</sup>

A identificação foi pensada exclusivamente para que os indivíduos suspeitos fossem conhecidos da polícia. Porém, socialmente, o fato de “possuir fotografia na polícia” mantinha aquele indivíduo como criminoso e contraventor. Portanto, apesar do discurso de

<sup>66</sup> Ver, por exemplo, “Os ladrões”. *O Estado de São Paulo*. Dia 3 de julho de 1900.

<sup>67</sup> Processo contra Palmiro Costa, Primeiro Cartório Criminal, caixa 1, 1908.

recuperação do criminoso através das colônias correcionais baseadas no trabalho (para os vadios), da casa de detenção - Carandiru,<sup>68</sup> dos institutos disciplinares para menores, o que se tinha, na prática, era uma classificação incessante dos suspeitos que, uma vez capazes de o serem, nunca se recuperariam e seriam sempre estigmatizados.

Em grande parte do ano de 1900, principalmente no segundo semestre, *O Estado de São Paulo* expõe várias notícias sobre diligências feitas pela polícia com o intuito de prender gatunos. Aparentemente, eles estariam “infestando” a capital paulista e os roubos aumentavam, tornando-se cada vez mais ousados. O propósito era cercá-los, tornando-os conhecidos e reconhecidos, ligando-os pelos hábitos, lugares freqüentados e quadrilhas. A descoberta de uma tentativa de roubo ao Banco Mercantil iniciou uma série de reportagens sobre a captura dos possíveis ladrões.

Existia a suspeita da nacionalidade italiana dos participantes da quadrilha e de não se tratar de um roubo isolado, denunciando uma profissionalização dos suspeitos. O inquérito era dirigido pelo delegado Pedro Arbues, mas diversas diligências foram realizadas tanto por ele como por outras autoridades, demonstrando que este caso determinava uma grande mobilização da polícia da capital, inclusive do chefe de polícia:

“Mais ou menos há um mês atrás, o dr. Oliveira Ribeiro, chefe de polícia, recomendou aos seus agentes que não perdessem de vista um indivíduo que chegara da República Argentina, e que passeava abertamente nesta cidade, ostentando grande luxo.”

Esse indivíduo, de nacionalidade italiana, já estivera detido por ocasião do roubo que se deu na casa Peixoto Estella (...) foi posto em liberdade por falta de provas.

Os agentes tendo em vista a recomendação do dr. chefe de polícia, trataram de perseguir o ladrão, que, de uma feita, conseguiu escapar-lhes (...)

O dr. Pedro Arbues Jr., delegado da 2ª circunscrição, a quem o dr Oliveira Ribeiro confiou a direção do inquérito, não abandonando a suspeita recaída ao perigoso ladrão, [suspeita da tentativa de roubo do Banco Mercantil] iniciou as suas diligências, auxiliado por outras autoridades, a princípio com grandes dificuldades para a descoberta da quadrilha.”<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Segundo o secretário de justiça Eloy de Miranda Chaves, havia “manifesta urgência na conclusão dos trabalhos da nova penitenciária, no Carandiru; além de uma obra humanitária (...) fará cessar o regime a que ora estão sujeitos os sentenciados, que, longe de realizar a regeneração que se tem em mira, conduz o indivíduo a maior perversão.” *Relatório apresentado ao presidente do estado pelo secretário da justiça e da segurança pública Eloy de Miranda Chaves*, ano de 1915, p.127.

<sup>69</sup> “Os arrombadores de cofres”. *O Estado de São Paulo*. Dia 25 de julho de 1900.

Amilcar Biggi era considerado o chefe e tinha em De Grandi Felice Alberto, um hábil mecânico, responsável pela fabricação de equipamentos que arrombavam cofres e fechaduras. Além deles, a quadrilha era formada por Angelo Biggi, Luiz Conti e Alfredo de tal. Amilcar Biggi era muito temido por seus companheiros, além de bastante ousado (segundo o jornal).

Nas reportagens, existia a tentativa de imprimir aos ladrões uma característica de reincidentes: Angelo vinha fugido da Itália, Amilcar fugia da polícia brasileira, Conti já participara de um roubo em Santos, Alberto era responsável por inúmeros equipamentos que visavam facilitar a entrada dos lugares assaltados, principalmente a abertura de cofres. Além disso, os roubos eram muito bem planejados, pois dispensavam muito tempo para obter uma elaboração detida, dando a entender que tratavam o assunto como um negócio.

A polícia e os seus agentes espalhados pela capital tinham os gatunos<sup>70</sup> como um grupo de indivíduos que freqüentavam os mesmos lugares e tinham no ato de roubar um tipo de “profissão”. O jornal transmitia que, para as autoridades (e para o público leitor/ouvinte), tanto os “engenhosos inventos” como os próprios gatunos, deveriam ser motivos de conhecimento e suspeição:

“O dr. Oliveira Ribeiro vai convidar os diretores dos bancos a verem trabalhar a engenhosa máquina de arrancar fechaduras.

Também está na polícia um instrumento original capaz de perfurar uma chapa de ferro da grossura de uma polegada.

A propósito das diligências feitas pelos srs. Saraiva Jr., Adolpho Maia e Telles Rudge, foram dadas buscas em várias casas suspeitas, sendo presos conhecidos amigos do alheio, retratados da polícia.”<sup>71</sup>

Os “arrombadores de cofres”, como ficou conhecido o assalto do Banco Mercantil, foi amplamente divulgado e envolveu delegados e subdelegados de várias circunscrições. Como pôde ser notado, a qualidade de ladrões inteligentes e audazes tornava-os destaque

<sup>70</sup> Utilizo como sinônimos as palavras “gatunos” e “ladrões” pois nas notícias elas são utilizadas possuindo um mesmo significado. Além destas, também utilizavam as palavras “vagabundos” e “vadios”.

<sup>71</sup> “Os arrombadores de cofres”. *O Estado de São Paulo*. Dia 25 de julho de 1900.

nas páginas do jornal. Além da exposição da “engenhosa máquina” na repartição central da polícia, pelo próprio chefe de polícia do estado, a descrição da quadrilha ocorre no sentido de fornecer aos ladrões qualidades, não por acaso, dignas de um hábil trabalhador manual. De Grandi Felice Alberto, denominado de “o mecânico” foi detido pela polícia e dispensou uma coluna de notícias sobre as suas habilidades:

“Alberto foi quem preparou a engenhosa máquina destinada a arrombar fechaduras de quaisquer burras.

Vindo da Argentina o ano passado, o perigoso ladrão, o mais hábil da quadrilha, foi quem delineou e plano de roubo na casa bancária Gatti, à rua João Alfredo.

Como os leitores se devem lembrar, os ladrões puderam fazer uma comunicação subterrânea partindo da Várzea do Carmo.

Depois, Alberto desempenhou papel saliente no roubo da casa Peixoto Estella, onde a quadrilha só apurou cerca de 20.000\$ e, por fim, planejou com seus companheiros, o assalto à agência do Banco Mercantil (...).<sup>72</sup>

Mecânico astucioso, Alberto era um italiano que mostrava dominar ótimas qualidades para ser um hábil trabalhador manual. Paralelamente, possuía grande inteligência para delinear planos. A notícia, apesar de deixar clara a ascendência criminoso de um dos principais integrantes da quadrilha, não economiza palavras ao falar do italiano imigrante, com superioridade intelectual e manual. Assim, mesmo não sendo o chefe da quadrilha, tido como Amílcar Biggi, o hábil mecânico italiano ocupava grande destaque na folha paulista.<sup>73</sup>

Em contraste com as notícias dos arrombadores de cofre, durante este mesmo ano de 1900, em notícias intituladas “Os ladrões”, o chefe de polícia, “empenhado na repressão

<sup>72</sup> “Os arrombadores de cofres”. *O Estado de São Paulo*. Dia 25 de julho de 1900.

<sup>73</sup> “(...) uma das poucas fontes de emprego para os negros e mulatos da cidade era, naquele período, o serviço doméstico, uma vez que o imigrante realmente lhe havia substituído nas ocupações mecânicas. Em 1893, os imigrantes já constituíam 80% do pessoal ocupado nas atividades manufatureiras e artesanais, que cresciam com a expansão industrial da cidade.” (Rolnik, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *In Estudos Afro-Asiáticos* n.º 17, 1989, p.33. Segundo a mesma autora, a alternativa do imigrante foi justificada pela formulação de uma teoria racial: “(...) a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores (...)” (p.32). Carlos José Ferreira dos Santos em *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume, 1998. tem como cerne da discussão o fato de que a cidade de São Paulo não era, como falsamente se tem a impressão, uma cidade só de imigrantes. A imigração, valorizada naquele momento histórico, acabou por “esconder” os trabalhadores nacionais.

da gatunagem”<sup>74</sup> encarregou o delegado-auxiliar Adolpho Maia de “dar um assalto” no barracão do Pary, lugar suspeito de reunir uma quadrilha de bandidos. Na ocasião, “surgiram do mato três bandidos, um preto, um branco e um pardo, que receberam voz de prisão.”<sup>75</sup> No entanto, como a notícia explicita “senhores do terreno, embrenharam-se por caminhos desconhecidos dos agentes, dentro da mata”:

“Ao tempo em que uns perseguiram os ladrões, outros agentes penetraram na casa e ali prenderam quatro menores, que serviam de espias nos pontos de passagem da várzea e davam aviso por sinais aos bandidos, à aproximação de transeuntes.

Chamam-se os menores José de Azevedo, de 17 anos de idade; João Antonio dos Santos, de 16 anos; João Adolpho, de 15, e Galdião João de Oliveira, de 14.

Interrogados, declararam os menores que o chefe da malta é o perigoso ladrão João Baptista de Oliveira, preto, que tem na polícia retrato sob n. 2.139, não sabendo os nomes de seus companheiros.”<sup>76</sup>

O chefe da quadrilha, no caso, chamada pejorativamente de malta era o “preto João de Oliveira”, o qual, diferentemente, de Biggi ou Alfredo não possuía nenhuma qualidade que o fizesse um “hábil ladrão”. Na realidade, o tipo de roubo praticado era exposto como bem mais simples do que o realizado pelos arrombadores de cofres. O grande meio que tinham para praticá-lo eram os espias, os quais avisavam quando havia algum transeunte ou possível vítima. No dia seguinte, em notícia sob o mesmo título, o jornal mostra que os agentes conseguiram capturar os bandidos, os quais foram considerados culpados por “todos os assaltos que se têm dado ultimamente”:

“A polícia sabia que o chefe dos bandidos era o preto João Baptista de Oliveira, um ladrão muito conhecido, assassino, e de uma audácia sem igual, e mais, que se fazia acompanhar, entre outros, de um preto de nome Marciano Avelino de Andrade, também bastante conhecido, retratado na polícia, que já cumpriu na cadeia desta capital dois anos de prisão por crime de roubo.

(...)

<sup>74</sup> “Os ladrões”. *O Estado de São Paulo*. Dia 22 de junho de 1900.

<sup>75</sup> “Os ladrões”. *O Estado de São Paulo*. Dia 22 de junho de 1900.

<sup>76</sup> “Os ladrões”. *O Estado de São Paulo*. Dia 22 de junho de 1900.

Por volta das 9 horas da noite, quando já havia pouco trânsito na rua, notaram as autoridades que, na direção da várzea caminhavam três indivíduos, maltrapilhos, dois pretos e um branco.

Dando sinal aos grupos de agentes foram os três cercados. Eram os ladrões. Foram logo reconhecidos e presos.

Revistados, em poder de um deles foi encontrado um facão.

Transportados para a repartição central, ali foram novamente reconhecidos pelos retratos das galerias como sendo João Baptista de Oliveira e Marciano Avelino de Andrade, vulgo *Sacco de Carvão*.<sup>77</sup>

Situação completamente diferente daquela do roubo dos bancos, os suspeitos não eram apresentados como possuidores de grandes diferenciais como os italianos arrombadores de cofres. Estes eram “hábeis”, “inteligentes”, “ostentavam luxo”, enquanto os suspeitos da Várzea do Pary eram “audaciosos” e “maltrapilhos”.

Portanto, pode-se notar que *O Estado de São Paulo* mostrava nas suas páginas uma constante perseguição da polícia aos gatunos. Contudo, alguns diferenciais faziam com que diferentes ladrões fossem apresentados pelo jornal de formas distintas. Geralmente, os italianos eram percebidos como dotados de grande capacidade para elaborar planos e executá-los de maneira perfeita.<sup>78</sup> Mas também havia muitos gatunos negros. Estes eram vistos simplesmente como “escória”, “malta”.

Em 1910 pode-se dizer que a perseguição continuou a ser destaque no jornal:

“A polícia do distrito da Consolação, no empenho de reprimir os assaltos à propriedade, determinou providências de caráter preventivo, desenvolvendo uma campanha de perseguição aos indivíduos sem ocupação para processá-los entregando-os depois ao juízo criminal, a fim de obrigá-los a uma ocupação (...).

A autoridade que encaminhou as diligências nesse sentido, o sr. dr. Alarico Silveira, agindo escrupulosamente nessa perseguição, submeteu a interrogatório os indivíduos detidos para as primeiras averiguações e assim obteve esclarecimentos que o orientaram para a descoberta de uma quadrilha de malfetores, de perigosos assaltantes cujas façanhas ainda não eram do domínio público.”<sup>79</sup>

<sup>77</sup> “Os ladrões”. *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de junho de 1900. Grifo no original.

<sup>78</sup> Em *Os estranguladores do Rio*, Eugenio Rocca, não por acaso denominado de doutor, era um italiano e muito perspicaz em delinear planos.

<sup>79</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 3 de maio de 1910.

O diferencial relacionado ao ano de 1910 está no cruzamento de várias notícias de roubos distintos. Publicadas por diversos dias, acabam misturando-se, indicando uma tentativa de igualar todos os assaltantes. Desta maneira, “Ladrões assaltantes”, “Roubo audacioso”, “Assalto a uma confeitaria” e “Ladrões reincidentes” confundem-se na mente do leitor.<sup>80</sup>

A intenção, neste ano, parece muito clara para a polícia e os repórteres. A repressão à gatunagem ultrapassa os limites das ações policiais, com a criação de inúmeras formas de incrementos do aparato policial e judiciário,<sup>81</sup> e chega às páginas da imprensa. Os responsáveis por esta política não eram, de forma alguma (segundo as notícias), aqueles que comandavam e acatavam as reformas (políticos, autoridades policiais e judiciárias), mas os próprios gatunos que, a cada dia, tornavam-se mais ousados e audaciosos:

“Causa admiração o modo por que nestes últimos dias se tem desenvolvido a gatunagem nesta capital.

De todas as ruas, arrabaldes e bairros mais ou menos longínquos nos chegam diariamente notícias de casas assaltadas por audaciosos ladrões, os quais, às vezes nem esperam a noite para agir, entregando-se ao seu rendoso mister, em pleno dia, sem temer a ação da polícia, em cuja ausência confiam.”<sup>82</sup>

Ainda:

“O noticiário destes últimos dias tem registrado com muita freqüência os assaltos à propriedade, que se vão reproduzindo em proporções alarmantes.

(...)

Estes e outros fatos tão alarmantes têm despertado na nossa polícia o mais vivo interesse em desenvolver as diligências para a repressão dos assaltos, levando a efeito com

<sup>80</sup> Notícias publicadas entre maio e outubro de 1910.

<sup>81</sup> Em diversos relatórios apresentados ao chefe de polícia ou ao secretário de justiça do estado de São Paulo entre 1900 e 1910, há uma política de incremento dos aparatos policiais e judiciários. Neste ínterim foram construídas cadeias, institutos correccionais e institutos disciplinares, além do aumento da força pública que passava a auxiliar a polícia civil.

<sup>82</sup> “A gatunagem em ação”. *O Estado de São Paulo*. Dia 12 de junho de 1910.

muito empenho as suas pesquisas, de modo a habilitá-la a expurgar a sociedade de elementos tão nocivos e que trazem em desassossego o espírito público.”<sup>83</sup>

Descobrindo paradeiros dos envolvidos em assaltos, prendendo-os, freqüentando locais “somente de gatunos”, os policiais fundamentavam a própria existência da polícia perante a sociedade. E *O Estado de São Paulo* exibia essa característica da polícia

Os gatunos eram sujeitos já conhecidos do leitor: negros e estrangeiros, principalmente italianos. Em “Ladrões assaltantes” no dia 7 de maio, comentando o assalto a um bonde, o jornal ressalta a fúria com que os ladrões agiram, agredindo as vítimas após o roubo: “Não obstante, os ladrões, antes de abandonarem a sua vítima, deram-lhe muitas bordoadas no rosto e nos braços, deixando-o caído por terra”<sup>84</sup>

No dia seguinte, as vítimas fizeram depoimentos à polícia e reconheceram os ladrões, já capturados. Tratavam-se de alguns empregados de uma olaria: João Lodi, Paschoal Napolitano e os três “pretos” Benedicto Ambrosio, Antonio e Jose Rita da Silva. Segundo informa a folha eram “desordeiros conhecidos, verdadeiros facínoras e que só por sua índole sanguinária e mesquinha conceberam o plano de assalto”.<sup>85</sup>

Na verdade, independentemente da opinião do jornal, esses ladrões poderiam buscar um ganho alternativo ao “trabalho honesto” já realizado. Linebaugh, como já foi dito, conclui que muitos dos roubos praticados pelos trabalhadores estavam vinculados a esse tipo de atitude. Para os ladrões, portanto, não necessariamente, era “injusto” cometer os assaltos.

No dia 23 de maio, outra notícia estampa as páginas do jornal. Sob o título “Roubo audacioso”, está a descrição de um grande roubo em uma casa de jóias na rua São Bento. O jornal transmite a imagem de uma polícia equipada e preparada para a captura de ladrões.<sup>86</sup>

<sup>83</sup> “Assalto a uma confeitaria”. *O Estado de São Paulo*. Dia 13 de junho de 1910.

<sup>84</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de maio de 1910.

<sup>85</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de maio de 1910.

<sup>86</sup> A notícia indica que os ladrões fizeram um “arrojado trabalho”. Comunicada a autoridade policial, o jornal acrescenta: “Só pela manhã, às 9 horas, foi que se descobriu o escandaloso roubo, sendo imediatamente comunicado ao delegado de serviço na Central, sr.dr. Euclides Silva, que se transportou para a casa de jóias roubadas. A autoridade deu todas as providências para que nenhum dos objetos da loja fosse tocado por outras

Assim, é descrita toda uma aparelhagem de identificação, que registra as impressões digitais do local.

Mas não se fala mais nesse evento, nem em capturas de suspeitos. Passam, agora, a noticiar um outro grande roubo, também de uma joalheria. Havia um indivíduo suspeito - o italiano Francisco Palumbo - que estaria no Brasil desde setembro de 1909, segundo ele, para negociar vinhos. A princípio, permaneceu na casa de parentes os quais, segundo o jornal, “puseram-no para fora, devido aos maus precedentes”.<sup>87</sup> Palumbo é preso, “depois de incessante trabalho”, numa “farra” do bairro da Moóca.<sup>88</sup> Segundo informa o jornal:

“As declarações de Palumbo foram tomadas por termo. Os pontos mais salientes do seu depoimento, em que tinha de explicar os seus meios de vida, vieram comprometê-lo seriamente, porque as suas alegações estão em contradição com todos os depoimentos de pessoas ouvidas no caso, inclusive os de pessoas da sua família, que o repudiam pelos seus maus hábitos e pela companhia de que se cercava, composta de pessoas da mais baixa classe.”<sup>89</sup>

Entremeando estes dois casos de roubo de jóias, vinha outra notícia intitulada “Assalto a uma confeitaria”. Novamente, o jornal destaca as diligências policiais, as quais resultaram na prisão de um suspeito: José Berutti, italiano. O jornal ressalta: “José Berutti é um dos ladrões que assaltaram a confeitaria assim como também é o ousado ladrão que roubou na noite de 22 de maio último a joalheria dos irmãos Raphael e José Conti.”<sup>90</sup>

A narrativa da notícia supunha que o repórter havia acompanhado as diligências realizadas pela polícia e a folha fazia questão de anunciar “as arriscadas empresas” e o “êxito da investigação”. Berutti, como Palumbo, não estava entre os italianos desejáveis como imigrante:

---

peças, de modo a permitir um exame das impressões digitais.” (“Roubo audacioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1910).

<sup>87</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 12 de junho de 1910.

<sup>88</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 12 de junho de 1910.

<sup>89</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 13 de junho de 1910.

<sup>90</sup> “Assalto a uma confeitaria”. *O Estado de São Paulo*. Dia 14 de junho de 1910. Trata-se do roubo destacado na notícia “Um roubo audacioso” de 23 de maio de 1910.

“José Berutti nada confessou até agora, é verdade, mas os seus hábitos de vida, não se ocupando em coisa alguma e ainda as circunstâncias referidas anteriormente,<sup>91</sup> vêm comprometê-lo, agravando a sua situação.”<sup>92</sup>

No mesmo dia, já são fornecidas informações sobre os cúmplices de Berutti, que foram presos, dando por encerradas as diligências:

“Encontravam-se juntos, naquele estabelecimento, [uma venda] entretidos em palestra a meia voz, dois indivíduos, um dos quais muito moço ainda, louro e espigado que se sabia ser o companheiro de Berutti. A seu lado estava outro rapaz de bigode raspado, e chapéu desabado na testa.

Os dois foram reconhecidos: eram os companheiros de Berutti, com a circunstância de que um deles estava disfarçado, tendo raspado o bigode.

(...).

O mais moço, de 19 anos de idade, era Gino Zanobini, que desde o mês passado não tem ocupação, o que, entretanto, não o priva de andar com muito dinheiro, como ainda se verificava ao ser revistado, encontrando-se em seu poder a quantia de 145\$000 réis.

Gino não é desconhecido da polícia, porquanto em julho do ano passado esteve preso como envolvido num furto que se deu na Brasserie (...).

O rapaz que o acompanhava, e que havia raspado o bigode contrariamente aos seus hábitos, era Giachi Gisepe, de 23 anos de idade, e que há tempos fora sorveteiro da Brasserie (...).<sup>93</sup>

No dia 16 de junho, a polícia fazia os depoimentos dos suspeitos, que não tinham confessado nada e, portanto, eram necessárias provas mais objetivas. Neste dia, ocorre uma situação interessante. O delegado do distrito da Liberdade apreendera uma cigarreira do preso suspeito de participar no roubo da joalheria da rua Santo Antonio. Tal preso, que era Francisco Palumbo, explicou que adquiriu a cigarreira de um indivíduo no botequim de Dante Bertucelli. Tratava-se de um dos objetos roubados da joalheria da rua São Bento, de José Conti. E Palumbo reconhece o indivíduo que a vendeu:

“Diante dessas circunstâncias a autoridade tomou o alvitre de apresentar Giachi, no posto da Liberdade, a Francisco Palumbo, para o reconhecimento.

<sup>91</sup> Está se referindo a uma busca feita no cômodo que ocupava e a conseqüente apreensão de vários objetos suspeitos.

<sup>92</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 15 de junho de 1910.

<sup>93</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 15 de junho de 1910.

Por essa ocasião, mantendo o que afirmara, Palumbo reconheceu Giachi, porque este era seu parceiro de jogo quando se encontravam no botequim aludido.

Giachi, sem embaraços, confessou ter vendido a cigarreira, alegando que a adquirira anteriormente em uma das ruas da cidade, de um menino que não conhece (...).<sup>94</sup>

Mas não era somente Giachi que já havia se envolvido em outros “casos de polícia”. Mesmo Gino Zanobini não estava isento de outras acusações. O trabalho em conjunto das autoridades caminhava no sentido de estabelecer ligações entre os assaltantes. Assim, o dr. Ascanio de Cerquera, 3 ° delegado de polícia, comunica ao dr. Alarico Silveira, 4 ° delegado, um roubo no qual estariam envolvidos o indivíduo Guido del Panto e havia uma suspeita sobre Gino Zanobini. Vejamos o que ocorre com a intimação de Guido:

“A ordem foi cumprida e Guido apresentava-se pouco depois no posto policial, onde lhe destinaram a sala de espera de testemunhas, para aguardar a ocasião de falar-à autoridade.

Depois de algum tempo no aludido aposento, Guido del Panto, acreditando que estava fora das vistas de qualquer vigilância, manifestamente perturbado, encaminhou-se para um alpendre que vai ter ao gabinete de aparelhos sanitários e ali arremessou fora um pedaço de papel, que antes amassava nervosamente nas mãos.

O ajudante do carcereiro que vigiava Guido del Panto, seguiu-o e não lhe deu tempo a que fizesse desaparecer o papel.

Esse papel era, nada mais, nada menos, que uma cédula falsa<sup>95</sup> de...200\$000 réis.”<sup>96</sup>

O que sobressai da notícia é o fato de que *O Estado de São Paulo* exibia, cada vez mais, a vida desses gatunos. Tentando cercá-los, mostrava que os “amigos do alheio” tinham uma vida própria e alternativa que se fazia nos botequins, nas ruas, nos assaltos. Todos eles possuíam conexão entre si, fazendo com que os assaltos se misturassem na cabeça do leitor, que tinha a sensação de que esse “mundo do crime” era um mundo organizado pelos constantes cruzamentos entre os assaltos e ladrões.

<sup>94</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 16 de junho de 1910.

<sup>95</sup> Existiam muitas notícias de notas falsas e de falsários, tanto em 1900 quanto em 1910. Na criação de um “mundo da delinqüência”, as classes perigosas abrangiam qualquer tipo de atividade ilegal e a polícia fazia esta relação cotidianamente, enquanto a imprensa parecia reforçar isto ao público. Portanto, logicamente, os falsários misturavam-se aos gatunos. No caso, a referência a uma cédula de 200\$000 réis deve ter causado surpresa ao jornalista, pois se tratava de uma nota muito alta. Além dela havia somente a de 500\$000 réis.

<sup>96</sup> “Ladrões assaltantes”. *O Estado de São Paulo*. Dia 17 de junho de 1910.

Dessa maneira, a tese de que “os amigos do alheio” eram um grupo único que freqüentava os mesmos lugares, agia das mesmas maneiras e possuía formas de vida indesejáveis para uma sociedade civilizada afirmava-se a todo o instante nas páginas da imprensa.

A imagem de uma polícia ativa na “caça aos gatunos” era uma forma de retórica da linguagem das notícias, uma maneira de narrar os crimes. Como será visto em seguida, a polícia nem sempre era defendida nas páginas desse jornal. Portanto, a impressão de que as folhas d’*O Estado de São Paulo* estavam abertas a uma defesa do discurso policial é falsa. Por outro lado, o fato de que diversas construções feitas pela polícia fossem consenso denotam que esse discurso realmente “deu certo”. O indivíduo fichado, por exemplo, era reconhecido socialmente como elemento inadequado e, muito provavelmente, não somente entre polícia e redatores d’ *O Estado de São Paulo*.

As notícias traziam um modo de vida não exemplar e mostravam que “o caminho do crime” era único. Mas também indicavam diferenciais entre os amigos do alheio. Assim, gatunos imigrantes, apesar da “má índole” semelhante à do gatuno brasileiro ou negro, era capaz de dominar determinadas técnicas ausentes nestes últimos.

Mostrando uma imagem “às avessas” do mundo do trabalho idealizado, as folhas do jornal explicitavam a preocupação com os trabalhadores. Assim, no interior das classes perigosas, o gatuno imigrante era mais sofisticado e dominava a técnica.

Mas também havia uma tentativa de dominação desse “mundo”. Os detalhes das operações de captura e investigação, a exposição dos materiais utilizados pelos suspeitos, os detalhes físicos e comportamentais dos acusados estavam imersos em um mesmo movimento que se inseria nessa tentativa de domínio das classes pobres da sociedade. Estas certamente possuíam muito em comum com os suspeitos, visto que também faziam parte da suspeição.

#### 4. A polícia, o jornal e os suspeitos

Em agosto de 1889, uma briga entre dois espanhóis - Quevedo e Clemente - e um alemão - Adolpho, levou ambos os espanhóis à prisão e causou a morte de um terceiro espanhol - Dominguez. Este último não havia participado da briga, apenas intercedeu junto ao sargento de urbanos Pedro Antonio Barbosa no momento em que Quevedo ia ser preso, na casa da rua do Triunfo, n.º 11. Dominguez não concordou com a brutalidade que o sargento agia com o preso: “Valha-me Deus, como é que se bate tanto em um homem que já está preso!”.<sup>97</sup>

Segundo depoimento da viúva de Dominguez transcrito pelo *O Estado de São Paulo*, o urbano ficou irritado e também prendeu Dominguez, dando motivo para o alarde do jornal:

“Dominguez foi conduzido, desde a rua do Triunfo n.º 11 até a estação policial, debaixo de contínuas rifladas. Durante o projeto, Dominguez gritava e fazia grande algazarra, procurando defender-se dos maus tratos que recebia. Chegando à estação morreu momentos depois. Pelos autos de autópsia e exumação, verifica-se que Dominguez recebeu no frontal, à queima-roupa, um tiro de revólver que causou-lhe a morte.”<sup>98</sup>

O depoimento da viúva foi feito logo após os acontecimentos, que eram narrados a partir do dia 8 de agosto sob o título de “A polícia!...”<sup>99</sup> Durante o período de um mês, o jornal publicou quase que diariamente notícias sob o fato. O posicionamento da folha é de total crítica à polícia da capital, denunciando a brutalidade com que agiu no caso. Outras notícias, também denominadas de “A polícia!...” iam adiante nas brutalidades dos policiais e comentavam outros “desmandos” e “proezas”, contra crianças, inclusive. Referiam-se aos policiais como “bárbaros”.<sup>100</sup>

<sup>97</sup> “Assassinato de Dominguez”. *O Estado de São Paulo*. Dia 31 de agosto de 1889.

<sup>98</sup> “Assassinato de Dominguez”. *O Estado de São Paulo*. Dia 31 de agosto de 1889.

<sup>99</sup> A notícia “Assassinato de Dominguez” vinha sob esse título certamente para chamar a atenção, entretanto, na maioria das vezes havia o título “A polícia!...”.

<sup>100</sup> “A polícia!...”. *O Estado de São Paulo*. Dia 13 de agosto de 1889.

*O Estado de São Paulo* defende veementemente a punição do policial no caso do espanhol Dominguez. Após alguns dias da primeira notícia, outro artigo comentava a posição de outros jornais paulistas sobre o caso. Transcrevendo notícias de outras folhas (*Correio Paulistano* e *Federalista*) tem-se que esses jornais atestam a “versão oficial” da polícia de que Dominguez morreu de morte natural, pois tinha problemas cardíacos. *O Estado de São Paulo* faz esse artigo para provar que tinha razão quanto à denúncia. A forma para isso é a busca de dados sobre o caso, colhendo depoimentos de testemunhas:

“O *Correio Paulistano* diz:

‘Como se espalhasse a versão de que o espanhol Dominguez havia sido maltratado pelos guardas que efetuaram a sua prisão, procuramos saber a verdade, e tanto da família do infeliz como da polícia ouvimos que tal boato é inverídico. (...)’.

Ora, como fomos os primeiros a noticiar o fato de que o *Correio* apelida de boato, vamos mostrar-lhe que não se trata de um simples boato e que nem todas as testemunhas afirmam que a nossa notícia seja inverídica.

Fomos ao prédio nº 11 da rua do Triunfo e, aí, de diversas pessoas que interrogamos, ouvimos confirmada a parte essencial da nossa notícia”.<sup>101</sup>

Pode-se dizer que *O Estado de São Paulo* fez um tipo de investigação para descobrir a “verdade dos fatos”. Essa “verdade”, aliás, parece ser um dos pontos de referência nessas notícias. Como se pode notar, o *Correio Paulistano* também estava interessado em “saber a verdade”. Entretanto, a “verdade” encontrada por essa folha foi oposta àquela defendida pelo *O Estado de São Paulo*. Mas o que realmente aconteceu? A única coisa certa é que houve a morte de Dominguez.

Em *Pipocas*, série assinada por Paff, o caso vira rima:

“Era o quesito em questão:  
Se o Dominguez enterrado  
Pela polícia exumado,  
Morrera por INDUÇÃO.

Como se vê isto é sério,  
E honra assaz o vasto império

<sup>101</sup> “A polícia!...”. *O Estado de São Paulo*. Dia 8 de agosto de 1889.

De D. Gaston corticeiro,  
 Se ficar o mundo estático  
 Por deixarmos exporático  
 Este sintoma primeiro  
 Da confusão das ciências  
 Que nos põe nas imergências  
 De um mau povo desordeiro.

Para bem da humanidade  
 Que se investigue a verdade".<sup>102</sup>

Normalmente as poesias escritas por Paff<sup>103</sup> giram em torno de assuntos do cotidiano, muitas vezes misturando diversos temas num mesmo dia. Ao tratar do caso de Dominguez, entretanto, todos os versos foram destinados ao mesmo assunto. Note-se também que o cerne da poesia está em que se investigue a verdade.

Em 1910, outra série de notícias também pode fornecer indícios da maneira que o jornal se posicionava frente a polícia. "Caso misterioso" teve publicações extensas entre final de outubro e meados de novembro de 1910. O desaparecimento da menina Idalina<sup>104</sup> do orfanato Cristóvão Colombo ocorrera anos antes, sendo produzido um "longo inquérito"<sup>105</sup> entre fevereiro e maio de 1908. O caso foi reaberto devido a uma petição de Orestes Ristori e Edgar Leuenroth, redatores dos jornais *La Bataglia* e *Lanterna*, com a denúncia de que Idalina e outra menina, de nome Giuseppina, tinham sido mortas no orfanato. Ambos obtiveram revelações de uma menina que esteve no orfanato e que ouviu o padre Faustino Consoni falando à irmã superiora que havia "feito mal à Giuseppina e que como ela gritava, a matou".<sup>106</sup> *O Estado de São Paulo* se posiciona no sentido de que haja esclarecimentos sobre o desaparecimento de Idalina:

<sup>102</sup> "Pipocas". *O Estado de São Paulo*. Dia 20 de agosto de 1889.

<sup>103</sup> Nesse dia, havia outro escritor dividindo a seção com Paff, El-Mano.

<sup>104</sup> Sobre esse caso e o envolvimento de anarquistas ver Santos, Wlaumir Donisete dos. *Anarquismo, estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo, UNESP, 2000.

<sup>105</sup> "Caso misterioso". *O Estado de São Paulo*. Dia 29 de outubro de 1910.

<sup>106</sup> "Caso misterioso". *O Estado de São Paulo*. Dia 29 de outubro de 1910.

“Suponhamos que a menor não é encontrada. Deverão as autoridades, em tal caso, dar por finda a sua missão? Não é possível. A sua missão, ao contrário, deverá ser mais árdua e mais incessante investigando sempre até trazer-lhe luz completa sobre aquilo que se afigura por agora complicado e escuro.

Não é possível admitir que uma mulher qualquer fosse ao Orfanato buscar a órfã e lhe desse sumiço misterioso. Com que fim? Nesta questão ninguém podia ter interesse em retirar a menor do estabelecimento, a não ser os seus próprios protetores. Ora, se são estes que reclamam a criança e não lha entregam, que conjecturar senão um crime, tanto mais que as versões a tal respeito são agora amparadas pelo depoimento de uma ex-internada do Orfanato?”<sup>107</sup>

Em muitos momentos o jornal indica, novamente, a “busca da verdade”. Com o decorrer das notícias, entretanto, descobre-se que a menina que fez o testemunho sobre a morte de duas internas estava mentindo, baseada numa fita de cinema que exibia uma cena anti-clerical, no bairro do Braz.<sup>108</sup> *O Estado de São Paulo* chama o caso, agora, de “a lenda da tragédia do orfanato”, referindo-se às histórias da menina como sendo de uma “narração fantástica”.<sup>109</sup> Na realidade, a folha paulista transforma os eventos numa grande crítica às idéias anarquistas: “sugestionada [a menina], ao que parece, por um livre pensador, lembre-se de reeditar o romance de Idalina, mas dando-lhes as proporções de uma verdadeira tragédia”.<sup>110</sup>

Essa série de notícias, apesar de bem diversa da anterior, pode fornecer indícios quanto à maneira do jornal agir em relação a um fato que necessitava do envolvimento da polícia. Assim, no mesmo dia em que comentam sobre a menina ter sido “sugestionada por um livre pensador”, não deixam de dizer que o caso ainda não está resolvido porque a menina realmente desapareceu e isso só ocorreu por negligência do diretor do orfanato, que não explica o sumiço de Idalina. Além disso, afirma que a polícia foi impelida à investigação pela imprensa: “a imprensa, rubra e gritadora, pede à polícia que intervenha de pronto”.<sup>111</sup>

As duas variantes de notícias comentadas acima servem para mostrar as maneiras distintas que *O Estado de São Paulo* tratava casos relacionados à ação da polícia. Em 1889 a

<sup>107</sup> “Caso misterioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 29 de outubro de 1910.

<sup>108</sup> “Caso misterioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de novembro de 1910.

<sup>109</sup> “Caso misterioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de novembro de 1910.

<sup>110</sup> “Caso misterioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de novembro de 1910.

<sup>111</sup> “Caso misterioso”. *O Estado de São Paulo*. Dia 6 de novembro de 1910.

série de artigos denominada “Polícia!...” era um tipo de denúncia contra a ação policial. Ainda em regime monárquico, as notícias poderiam ser vistas como uma forma de crítica à monarquia. Entretanto, essa não é a sua única face. Pela forma como as denúncias foram colocadas, o jornal acabava por demonstrar uma maneira de realizar as reportagens sobre casos de crime.

Assim, pode-se dizer que, nas notícias sobre as quadrilhas do item anterior, transmitir os fatos colados às diligências policiais era uma forma de mostrar a eficiência do jornal. Porém, não atesta que os repórteres participaram de diligências e, muito menos, que concordavam e ressaltavam a ação policial. Era, na verdade, mais uma forma de narrar os acontecimentos.

O “Caso Idalina” acabou se transformando numa forma de crítica aos anarquistas, que estavam tão presentes naquele momento histórico na cidade de São Paulo. No entanto, torna-se exemplar por mostrar que, mesmo com esse posicionamento, o jornal tentava se eximir de qualquer opinião sobre o desaparecimento da menina. Assim, inicialmente exige apurações sobre a possível morte de Idalina e, quando tudo se encaminha para a anulação das suspeitas iniciais, exibe uma posição neutra: mesmo criticando os anarquistas, não se coloca em defesa do orfanato e atesta que o sumiço de Idalina foi de sua total responsabilidade.

O jornal, em momentos distintos, tentava construir uma imagem enquanto veículo de comunicação, funcionando como uma espécie de “defensor da sociedade contra as injustiças”, não importando de onde elas viessem - se dos anarquistas ou da igreja. Embora com essa colocação, certamente não era imparcial. No “caso Idalina” a descoberta do testemunho falso da menina e o envolvimento de um “livre pensador” fornecem um tom irônico ao jornal que não economiza palavras negativas aos anarquistas.

Por outro lado, não se pode desconsiderar *O Estado de São Paulo* como um espaço no qual significados polissêmicos poderiam ser dados às notícias de crime. Como foi visto, em alguns julgamentos presentes nas *Crônicas do júri* e analisados no item 1, as interpretações

poderiam ser, inclusive, de que o trabalho de roubo era algo positivo em uma sociedade na qual o trabalho considerado honesto era desvalorizado.

No item sobre as quadrilhas de ladrões, percebe-se uma aparente proximidade com as ações policiais. Tal possibilidade, entretanto, não existia. O que se pode concluir é que os redatores e repórteres do jornal se aproveitavam das diligências e dos inquéritos como materiais para desenvolver uma narrativa interessante para o leitor, muitas vezes com detalhes da captura que faziam supor que havia repórteres presentes.

A intenção era delinear os gatunos da cidade de São Paulo, mostrar as suas habilidades e os diferenciais entre as quadrilhas, sendo que aquelas compostas por imigrantes eram mais valorizadas pela inteligência e engenhosidade dos participantes.

As quadrilhas eram recorrentes como tema de diversas narrativas naquele momento, fato que pode ser comprovado pelos romances analisados no item 2. Assim, *O Estado de São Paulo* não deve ser considerado um jornal que tematizava assuntos específicos, mas que estava imerso numa rede muito mais ampla, a qual envolvia, inclusive, livros editados por editoras populares.

O fato de essa folha valorizar as notícias de crime diz muito do jornal como um veículo que passava por transformações relacionadas à sua própria massificação. A intensidade das notícias de crime no decorrer dos anos analisados pode comprovar esse fato. Em 1910, com um jornal mais ampliado, havia cada vez mais espaço para exibir novos temas. Entretanto, os novos temas não surgiram e assuntos já antigos como as notícias de crime passaram a ocupar cada vez mais as páginas desse jornal.

Os “amigos do alheio” estavam em boa parte dessas páginas. As notícias exibem uma suspeição geral e uma maneira de contar as histórias de modo muito particular, recorrendo explicitamente a recursos literários e criando a ilusão de que o jornal era uma ressonância da ação policial, quando, na verdade, estava construindo uma maneira de narrar histórias de crime.

*Capítulo 3: Crimes de sangue, histórias sensacionais*

### *1. As notícias sensacionais*

Em 1890, o assassinato de Mme. Asty, francesa residente no Brasil desde 1882, parteira na Santa Casa de Misericórdia, causou “profunda impressão no Rio de Janeiro”, segundo notícia denominada de “Assassinato”.<sup>1</sup>

Januária, enfermeira que cometera o assassinato, atacou subitamente a vítima, “agarrando-a pelo braço e vibrando-lhe um tremendo golpe”.<sup>2</sup> O motivo teria sido a sua dispensa do serviço de enfermagem do hospital por Mme. Asty, após “ter abandonado o posto no dia anterior”.<sup>3</sup>

A ênfase no comportamento exemplar de Januária em outras casas de saúde situa a atitude violenta no Hospital da Misericórdia como estranha. Entretanto, reproduzindo as explicações da enfermeira, o jornal evidencia os desentendimentos contínuos entre esta e Mme. Asty. Segundo informações de Januária, ela não reconhecia a autoridade da parteira e conversava diretamente com os drs. Erico Coelho e Augusto Brandão.

Embora explicitando que o assassinato ocorrera em decorrência de conflitos que já se manifestavam anteriormente, a folha avalia a atitude de Januária como absurda e frívola. A última parte da notícia<sup>4</sup> destaca a sua grande robustez física, além da calma que manteve perante o assassinato, “quase ufanando-se de o ter cometido”.<sup>5</sup> A minuciosa descrição do momento do ataque ressalta a sua fúria, pois, mesmo após a vítima cair ao chão, Januária continuava a golpeá-la, ficando sem efeito a tentativa dos internos do hospital de segurá-la e fazê-la parar. Além disso, chamam a atenção para o instrumento do assassinato: uma faca “de sua propriedade, pois com ela comia”.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1890.

<sup>2</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1890.

<sup>3</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1890.

<sup>4</sup> A notícia estava dividida em três partes: “Doze ferimentos”, “A vítima”, “Januária”.

<sup>5</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1890.

<sup>6</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de maio de 1890.

O que interessa para os objetivos aqui desejados é refletir sobre crimes semelhantes ao de Januária na imprensa do período, especificamente no jornal *O Estado de São Paulo*, na tentativa de situar e compreender esse tipo de notícia naquele momento. A coluna “Semana fluminense” escrita por Valentim Magalhães n’ *O Estado de São Paulo* torna-se, desta forma, exemplar:

“Um cronista exclamou ontem, referindo-se ao assassinato da inditosa parteira Mme. Asty pela enfermeira Januária Medeiros:

- Ora graças que tivemos um crime de sensação!

A jubilosa interjectiva é só admissível partindo da boca de um jornalista - como de fato partiu.

Um crime de sensação! Que boa coisa para os noticiaristas e os crônicas!

E que outro mais digno da sinistra honra daquela qualificação do que esse medonho crime da Santa Casa de Misericórdia?”<sup>7</sup>

Além de mencionar o interesse que os jornalistas tinham nos crimes, evidenciando a qualidade de um “bom assunto”<sup>8</sup> para ser desenvolvido nos jornais, não escapa a designação que o crime recebeu: um crime de sensação. Como diz o literato, o crime da Santa Casa de Misericórdia seria “digno da sinistra honra”. Note-se, ademais, que não era *qualquer um* que se apresentava como tal, mas somente alguns dos tantos noticiados nas páginas impressas.

Reparando-se nas notícias de crime de uma maneira geral, o que se conclui é que os crimes eram classificados de diversas formas e nem sempre considerados como sensacionais. Fato notável para esta percepção são os crimes contra a propriedade.<sup>9</sup> Além desses, aqueles que envolviam defloração ou brigas sem grandes conseqüências (como a morte dos envolvidos ou agressões com muitos ferimentos) também não se encaixavam na

<sup>7</sup> Valentim Magalhães. “Semana Fluminense”. *O Estado de São Paulo*. Dia 30 de maio de 1890.

<sup>8</sup> Lima Barreto comenta que os crimes sensacionais eram desenvolvidos no jornal de maneira minuciosa. (Barreto, Lima. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. São Paulo. Ática, 1995, p.100.) Em outro momento, descreve a atenção especial que tais crimes recebiam por parte da folha de uma maneira geral, desde os repórteres ao editor: “Todo o jornal convergia para o crime”. (Barreto, Lima. *Op. cit.*, pp.117-124). Mesmo situando o enredo num jornal do Rio de Janeiro, são muitas as proximidades existentes com as notícias de crime n’ *O Estado de São Paulo*.

<sup>9</sup> Para mais detalhes sobre o assunto, ver capítulo anterior.

designação dada pelos contemporâneos para crime sensacional.<sup>10</sup> Pela citação acima, portanto, tem-se um indício da existência dos crimes sensacionais, porém, quais seriam eles?

Segundo o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*<sup>11</sup> publicado em Lisboa pela primeira vez em 1868, “sensação” seria não somente uma impressão recebida por intermédio dos sentidos, mas uma impressão moral, uma emoção, citando como exemplo para este sentido: “aquela notícia causou grande sensação”. Com significado semelhante na língua francesa, a origem da palavra “sensacional” data de 1875.<sup>12</sup> Mesmo não sabendo ao certo quando este segundo sentido da palavra “sensação” começou a ser utilizado no Brasil, o fato da inclusão de sentidos diversos (figurativos) da palavra “sensação” em um dicionário de língua portuguesa somente no final da década de 1860,<sup>13</sup> indica que era uma palavra de uso recente em finais do século XIX.

A designação de “crimes de sensação” ou “crimes sensacionais” para determinados crimes não era isolada e parece ter perdurado pelos anos. O significado dos “crimes de sensação” era, muito provavelmente, o mesmo entre os anos de 1890 e 1910.

Em 1910, em notícia intitulada “Cena de sangue”, *O Estado de São Paulo* inicia a reportagem denominando o ocorrido de um “acontecimento sensacional”:

“Um acontecimento sensacional, uma verdadeira tragédia desenrolou-se ontem às primeiras horas da manhã, num dos arrabaldes da cidade, nos limites do bairro de Higienópolis.

As circunstâncias características que revestiram o fato, os detalhes da cena desenrolada, só podem ser restabelecidos de acordo com os pormenores que se tornaram conhecidos muitas horas após o sucesso.

<sup>10</sup> Um exemplo pode ser “O preto Bibiano”, que teve o seu julgamento transcrito em grandes notícias entre os meses de janeiro e julho de 1910. Ele era julgado por defloramento de menores. Foi condenado à metade da pena proposta pelo promotor devido aos depoimentos das vítimas, as quais consideravam que Bibiano agia com o “consentimento de Deus” (*O Estado de São Paulo*, Dia 15 de abril de 1910).

<sup>11</sup> Caldas Aulete, F.J. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa, 2ª edição, 1925.

<sup>12</sup> *Le Petit Robert. Dictionnaire de la langue française*. Segundo este dicionário, a palavra “sensacionalismo” data de 1909, o que provavelmente indica a ausência do termo nas notícias de crime, mesmo em 1910. Ela era, ainda, de uso muito recente.

<sup>13</sup> Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* com data de 1813, o significado de sensação seria bem diverso do exposto acima: “o sentimento que a alma tem dos objetos externos por meio da impressão que eles fazem nos órgãos sensoriais externos, ou internos”. *Dicionário da Língua Portuguesa*, compilado por Antonio Moraes Silva. Lisboa, 1813.

Em ligeiro esboço, o fato limita-se aos amores de um preto rústico, morador em Pirituba, por uma rapariga casada com um septuagenário, sem que a sua conduta, durante sete anos, trouxesse estremecimento à vida do casal.”<sup>14</sup>

Além da referência ao sensacional, essa notícia fornece indicações da maneira de se compor uma notícia de “crime de sangue”. O subtítulo, mais que esclarecedor, explicita o desfecho: “Amores criminosos - um homem que assassina a amante, suicidando-se em seguida”. Além das descrições pormenorizadas o redator, no decorrer da notícia, utiliza-se de diversas palavras como “personagem”, “cena empolgante” e busca um enredo verossímil, correspondendo aos “fatos ocorridos”. Tais palavras e recursos indicam a proximidade da notícia de crime a formas narrativas utilizadas na literatura.

A descrição do estado da vítima era, normalmente, completa e minuciosa. Mme. Asty, por exemplo, “trajava um vestido de lã escura e estava penteada com simplicidade e correção. Seu cadáver ficou desde logo desfigurado pelas manchas de sangue que em abundância corria dos diversos ferimentos”. Luiz, discriminado como “preto rústico” encontrava-se “moribundo, em prostração de todos os sentidos” enquanto a sua amante “de cor parda” já estava “com o corpo frio, sem que tivesse ainda manifestado a rigidez cadavérica”. Para tornar a descrição mais complexa e científica, os resultados da autópsia vinham em seguida às primeiras impressões observadas nas vítimas. Tudo era descrito como fazendo parte de uma cena, a “cena de sangue”.

Provavelmente estampar referências às vítimas era uma das maneiras de tornar a notícia mais longa e segurar a atenção dos leitores e ouvintes por mais tempo. As complexas maneiras e estruturas nas quais se apresentavam as notícias de crime e a forma de contá-las (que não correspondiam somente a essas notícias citadas acima), podem indicar, de fato, a proximidade que a imprensa tinha com a literatura - não somente pela presença dos literatos nas diversas seções do jornal - mas, sobretudo, pelo uso de formas literárias na confecção de tais notícias.

---

<sup>14</sup> “Cena de sangue”. *O Estado de São Paulo*. Dia 17 de agosto de 1910.

As notícias de crime que apareciam nesse jornal eram semelhantes aos *fait divers*. Uma forma romanceada de notícia, segundo o verbete na *Grand Larousse Universel*, entre os *fait divers* estariam pequenos escândalos, crimes hediondos, suicídios de amor, assalto a mão armada, chuva de gafanhoto ou de sapos, gêmeos grudados pelo ventre, anões extraordinários etc.<sup>15</sup>

Meyer estabelece uma influência do *fait divers* nos folhetins posteriores à década de 1870. Assim, tais folhetins também visavam “aderir ao real, mais verossímil, o que o levará a acompanhar o naturalismo então vigente”.<sup>16</sup> Segundo Meyer, este fato se deu pela concorrência com os *fait divers*.

A literatura naturalista certamente foi uma forte influência para a estrutura e confecção das notícias de crime. A constante referência à “veracidade dos fatos”, tão sublinhada pelos jornalistas, muitas vezes tentava exibir um caráter informativo e a eficiência do jornal como veículo de comunicação. Para mostrar as ações de um suposto criminoso, como era a sua relação com a vítima e os envolvidos, a maneira e o momento exatos do crime e o estado da vítima, o jornalista tinha que buscar uma reportagem rigorosa, pois as informações deveriam ser “verídicas”.

Em “Cena de sangue” ao desenvolver o momento do crime, o repórter não apenas descreve as relações entre os envolvidos, como também opina e apresenta dados que poderiam esclarecer o caso.

Como já foi dito, tratava-se da morte de uma mulher - Emilia da Conceição - por seu amante - Luiz de Oliveira. Este, após suicidar-se, deixa uma carta na qual oferece alguns esclarecimentos. Luiz era irmão e compadre de Miguel Romão, “o personagem que viera perturbar-lhe a felicidade”. Ao que parece, Emilia passou a ter Miguel Romão como amante; Luiz, considerando-se traído após um romance de cerca de quatro anos, resolve tomar uma atitude, “delineando um plano de vingança” contra a mulher, a qual julgava culpada por manter outro amante.

<sup>15</sup> Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.99

<sup>16</sup> *Idem*, p.102.

Para o redator da notícia, estes fatos não são suficientes para esclarecer a história e, após desenvolvê-los, retoma a vida dos envolvidos nos últimos anos. Assim, descobre-se que o marido de Emilia - que não era nem Luiz nem Miguel, mas Joaquim Alves - possuía uma sociedade com Luiz, a qual já havia sido desfeita. Além disso, todos haviam morado na mesma casa na Rua das Palmeiras por algum tempo.

Um trabalho de observação minucioso era um passo privilegiado para os escritores naturalistas, os quais compunham suas obras baseados em observações e não na imaginação.<sup>17</sup> Zola, em estudos de crítica literária reunidos na obra *Do romance* observa que se deve “representar diante dos leitores a comédia humana com a maior naturalidade possível”. Para tanto, “a história se compõe de todas as observações recolhidas, de todas as notas tomadas, uma puxando a outra, pelo próprio encadeamento da vida das personagens, e a conclusão nada mais é que uma consequência natural e inevitável”.<sup>18</sup>

“Cena de sangue” aproxima-se dos passos indicados por Zola. Nessa notícia, o jornalista imprime um sentido de observação arguta sobre os fatos que se desenrolaram, trazendo aos leitores todas as informações possíveis para a compreensão da forma pela qual fatos se sucederam e acabaram trazendo uma consequência natural e inevitável - a morte de Emilia e Luiz.<sup>19</sup> Assim, havia, em trechos da carta do amante traído, o “receio de uma desgraça iminente” quando começou a manter relações com uma mulher casada, Emilia. O subtítulo “amores criminosos” dava o tom da inevitabilidade para a situação que cercava Emilia, a qual acabou culminando com a sua morte.

Essa inevitabilidade era determinada por comportamentos supostamente impróprios - uma mulher casada, a diferença de idade, a presença de amantes - e condicionada pelo ambiente em que viviam - várias famílias sob um mesmo teto. Porém, não deixava de ser

---

<sup>17</sup> Segundo Zola: “O mais belo elogio que se podia fazer a um romancista, outrora, era dizer: ‘Ele tem imaginação’. Hoje, esse elogio seria visto quase como uma crítica.” Zola, Emile. *Do romance*. São Paulo, Editora Imaginário, EDUSP, 1995, p.23.

<sup>18</sup> Zola, Emile. *Do romance*. São Paulo, Editora Imaginário, EDUSP, 1995, pp.24-5.

<sup>19</sup> Luiz não havia morrido na hora, mas se encontrava “em estado comatoso, havendo poucas esperanças de salvá-lo”.

uma interpretação de uma “provável realidade” que se construía como natural e era, sobretudo, decorrência de uma forma literária vinculada ao projeto estético naturalista.

Novamente, Valentim Magalhães pode ser elucidativo quanto à proximidade que as notícias de crime possuíam com a literatura e os literatos. O comentário a seguir foi feito após o assassinato de Mme.Asty:

“Por transcrições de jornais daqui devem os leitores do *Estado* estar ao fato das circunstâncias em que foi cometido o crime e saber que a autora o confessou com a maior fleuma, dando apenas como causa o motivo frívolo de haver sido repreendida e despedida pela parteira.

(...)

Um crime curiosíssimo este, sobretudo do ponto de vista da antropologia criminal.

Entretanto já ninguém mais fala nele! Os jornais limitaram-se a dar a descrição do delito, algumas informações sobre autora e vítima, uns retratos, de ambas, quase tão horrendos como o crime, e mais nada!

Pois olhem, caros colegas, esse crimezinho bem aproveitado, tratado à moderna, dava assunto para entreter durante oito dias, pelo menos, a insaciável curiosidade do público.

Fu, diretor de um jornal da importância e dos recursos d’*O Paiz* ou da *Gazeta*, incumbiria da notícia do crime um romancista do pulso de Aluisio Azevedo, que tudo havia de examinar de perto, fazendo uma reportagem inigualável e, depois, encarregaria a Raul Pompéia, por exemplo, de aprofundar o estranho caso de psicologia criminal, estudando os antecedentes e a mentalidade da criminosa.

Isso é que seria um serviço de imprensa bonito!”<sup>20</sup>

Aluisio Azevedo era, já em 1890, considerado um autor que se utilizava dos preceitos naturalistas. Segundo Araripe Júnior, “*O mulato*<sup>21</sup> marcava uma época na história do romance nacional, porque este livro, apesar dos hiatos que podem ser apontados, revelou logo uma vocação instintiva orientada para o naturalismo.”<sup>22</sup> Azevedo realizou reportagens apuradas para a composição de diversos romances, seguindo a tendência da época para o romance experimental.

<sup>20</sup> Valentim Magalhães. “O mundo fluminense”. *O Estado de São Paulo*. Dia 30 de maio de 1890.

<sup>21</sup> Romance de 1881.

<sup>22</sup> Araripe Júnior. *Obra crítica. Volume II (1888-1894)*. Ministério da Educação, Casa de Rui Barbosa, 1960, p.78.

Em *Casa de Pensão* o enredo se baseia num crime ocorrido no Rio de Janeiro<sup>23</sup>. Araripe Júnior, que considera a obra exemplar como um trabalho de observação<sup>24</sup> não poupa comentários elogiosos ao autor. Trata-se de um microcosmo explorado exhaustivamente: “Ali não há teses, nem demonstrações. Os personagens valem uns pelos outros; encontram-se e relacionam-se naturalmente, impelidos pela fatalidade do meio (...) Tudo, nesse romance, une-se espontaneamente, para os efeitos visados pelo autor.”<sup>25</sup> Para o crítico, a combinação da vivência de Azevedo em “estabelecimentos da natureza do que descreve” aliada a um fato verídico ocorrido numa Casa de Pensão, observado e estudado pelo autor, puderam fornecer as bases para que o romance fosse bem sucedido.

Mas não foi este o único romance que se baseou em fatos supostamente verídicos. Aluisio Azevedo, conhecedor do sucesso das notícias jornalísticas, aproveitou-se de diversas delas para realizar romances, principalmente de casos que envolviam crimes.<sup>26</sup> Portanto, o comentário de Valentim Magalhães, designando Aluisio Azevedo para desenvolver uma “reportagem inigualável” não foi infundado e indica as grandes chances que este autor teria de envolver o público ao narrar histórias semelhantes.

Por outro lado, considerar um romancista como Aluisio Azevedo o mais indicado para realizar a reportagem mostra o sentido que esta teria. Ela não seria baseada em “meras descrições” e informações”(como as realizadas pelos jornais, segundo Valentim Magalhães), mas na interpretação dos fatos à luz da literatura. Aluisio Azevedo era um escritor que, além de utilizar-se da estética naturalista para a composição de alguns de seus romances, possuía a experiência em produzir romances-folhetins, encomendados exclusivamente para atrair o público. O que Valentim Magalhães propõe, então, não era simplesmente uma

<sup>23</sup> A “Questão Capistrano”, como ficou conhecida, envolveu dois crimes que foram muito divulgados nos jornais da época (1876): “O tão debatido “Affaire Capistrano”, que o povo e os jornais da época consagraram, divide o público e nascem então acesas polêmicas.”(Menezes, Raimundo de. *Aluisio Azevedo. Uma vida de romance*. São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., p.147). *Casa de Pensão* saíria, em folhetim na *Folha Nova*, sete anos após os acontecimentos, em 1883.

<sup>24</sup> *Idem*, p.84.

<sup>25</sup> *Idem*, p.85.

<sup>26</sup> Como *Mistério da Tijuca*, *Memórias de um condenado* e *Mattos, Malta ou Matta?*, sendo o último um caso de identidades trocadas ou suspeitas. No caso de *Memórias de um condenado*, folhetim publicado na *Folha Nova*, a história parte de uma carta dirigida a Aluisio Azevedo (sobre a carta, ver parte 1 da introdução).

“reportagem”, mas algo mais complexo que envolvia o trabalho de observação e coleta de dados, além de um desenvolvimento da história de maneira a prender a atenção do público.

Certamente o assassinato da parteira da Santa Casa de Misericórdia poderia constituir-se em um microcosmo interessante para os autores adeptos do “pensamento moderno”. Como deixa claro Valentim Magalhães, o caso deveria ser “bem aproveitado”, “tratado à moderna”. O escritor moderno era aquele adepto das idéias naturalistas, do romance experimental, da subordinação do homem ao meio.<sup>27</sup>

Exprimindo a complexidade de movimentos que um crime poderia fornecer, o literato vai mais adiante e não deixa de comentar que o “crime deveria ser visto do ponto de vista da antropologia criminal”. Lombroso, fundador da antropologia criminal, acabara de afirmar que “todo delinqüente [era] um indivíduo que carregava os estigmas atávicos de suas tendências criminosas”.<sup>28</sup> O estudo de crânios de criminosos célebres era uma prática neste final do século XIX. A atenção voltada para o criminoso<sup>29</sup> parecia ir ao encontro do que as notícias de crime exprimiam.

No caso de Januária, a assassina de Mme. Asty, diversos “modos de agir” chamaram a atenção dos contemporâneos (certamente conhecedores dos estudos de antropologia criminal). Não era à toa, então, que a notícia prestava especial atenção para as maneiras de agir de Januária, principalmente no que diz respeito ao seu aparente “descontrole” na hora do crime, seguido de uma “grande calma”. Valentim Magalhães parece expressar uma idéia que estava presente nas palavras dos jornalistas de maneira geral com relação ao crime: ele foi executado por um motivo frívolo e este poderia ter sido consequência das características individuais e naturais de Januária.

Tratava-se, portanto, de um “estranho caso de psicologia criminal” e a designação de Raul Pompéia para o aprofundamento do assunto não era descabida. Havendo escrito O

<sup>27</sup> Para a relação entre o escritor moderno no fim do século XIX e a literatura realista naturalista, ver Araripe Júnior. *Op.cit.*

<sup>28</sup> Darmon, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque. A medicalização do crime*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p.12.

<sup>29</sup> Na realidade, os padrões que determinavam um criminoso eram cada vez mais detalhados e amplos, gerando quase uma inexistência de pessoas honestas. Esta era uma das críticas ao trabalho de Lombroso feita pelos especialistas contemporâneos. Ver, para o assunto, Darmon, Pierre. *op.cit.*

*Ateneu* em 1888, este autor seria ideal para relacionar o crime à atividade psíquica de Januária.

Durante todo o romance, Raul Pompéia, tendo como foco um colégio interno, é extremamente detalhista quanto aos motivos complexos que faziam as diversas personagens tomarem atitudes, sempre em função de uma análise subjetiva.<sup>30</sup> Como comenta Araripe Júnior, é na “sucessão dos estados de consciência de Sérgio que está o elemento principal do romance.”<sup>31</sup> A construção das personagens faz-se em função de ações diversas, às vezes contraditórias. Estas tomam forma de acordo com um complexo jogo de pensamentos e maneiras de expressão individuais. Todos os movimentos ocorrem em função de uma perspectiva individual e psicológica de cada personagem.

Valentim Magalhães ilustrava as preocupações correntes quanto às atitudes dos criminosos - que poderiam ser degenerados, criminosos natos - indicando uma coerência com o pensamento científico do momento. No entanto, para o âmbito das notícias jornalísticas, a necessidade não era a de um médico, mas a de um escritor. Neste sentido, a presença de Raul Pompéia para “aprofundar o estranho caso de psicologia criminal” parecia adequada.

Nas obras naturalistas, em geral, encontram-se a existência de crimes e a degeneração das personagens em função do meio (Zola, *A terra*, Aluisio Azevedo, *Casa de Pensão*, *O cortiço*). As notícias de crime poderiam ser, então, uma fonte inesgotável para os escritores. Mesmo que tais notícias cotidianas e corriqueiras se mantivessem distantes da crítica naturalista e do foco de atenção dos escritores como forma literária ideal e mesmo como uma forma literária.

---

<sup>30</sup> Raul Pompéia é tido por Araripe Júnior como um realista subjetivo, caracterizando-se por uma visão de uma perspectiva interna das personagens. Assim, faz-se presente todo um funcionamento do microcosmo estudado (o colégio interno) através de uma seqüência de complexos relacionamentos que vão se formando em função de uma exaustiva descrição psíquica das personagens. Araripe Júnior. *Op.cit.*, pp.158-168.

<sup>31</sup> Araripe Júnior. *Op.cit.*, p.155.

O crime de sensação era aquele que possuía a “cena de sangue”. Deveria, também, apresentar-se como uma tragédia. Lima Barreto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* comenta que um crime sensacional poderia monopolizar a atenção da cidade.<sup>32</sup> O literato mostra as atitudes tomadas pelos jornalistas perante um caso de crime, além de evidenciar o fascínio do público pelo tema. Para que um crime motivasse o público e se tornasse interessante, a cena de sangue era fundamental: “Uma mulher e um homem foram encontrados mortos a facadas e decapitados... Vestiam com luxo... Parecem pessoas de tratamento.... Um mistério!”<sup>33</sup>

Não necessariamente os crimes de sensação correspondiam àqueles que envolviam casais. Os crimes passionais eram muito noticiados, mas não estavam entre os únicos considerados como sensacionais.<sup>34</sup> De fato, a denominação explícita aos crimes como sensacionais não era vista em muitos casos. Porém, o termo existia e era utilizado em alguns momentos. Através destes pode-se concluir que a existência da cena de sangue era fundamental e vinculada à situação de “tragédia”.

Os jornalistas conseguiam criar não somente uma expectativa pública com “casos empolgantes”, mas emitir uma determinada moral, a qual era reforçada pelo campo da ciência e do determinismo. Com a constância do criminoso nato e do meio-que-corrompe (para subverter os criminosos ocasionais), essas notícias acabavam por dar um acabamento aos jornais semelhante àquele que permeava as obras naturalistas. Através desse estilo os crimes passavam a não somente subverter a ordem de “supostas pessoas honestas” - já que os crimes de sangue noticiados envolviam, em geral, trabalhadores<sup>35</sup> - mas mostrar que faziam parte de um cotidiano que poderia atingir a todos, mesmo os “não envolvidos”.

<sup>32</sup> Barreto, Lima. *Op.cit.*, p.117.

<sup>33</sup> *Idem*, p.117.

<sup>34</sup> Em “Manhã sinistra”, por exemplo, (*O Estado de São Paulo*. Dia 23 de julho de 1910), o assassinato do companheiro de Presciliana por seu filho Sebastião deu-se em consequência das “bofetadas e tapas” que o primeiro aplicara a ambos. Segundo o jornal, “às primeiras horas da manhã, e de uma manhã friíssima e embuçada em névoas, [houve] um crime sensacional”.

<sup>35</sup> Os crimes de sangue também ocorriam entre os ladrões ou gatunos. Entretanto, pode-se dizer que a maioria dos crimes de sangue noticiados n’ *O Estado de São Paulo* envolviam aqueles que exerciam atividades consideradas honestas.

Pois, “brotando” de um meio propício, já que “degenerado”, os criminosos pareciam multiplicar-se como “vermes em um organismo putrefato”.<sup>36</sup> E assim como um miasma que emanava de uma organização podre, todos que circundavam esse ambiente poderiam ser infectados. Os redatores do jornal, informados pelo naturalismo e pelas teorias científicas do momento, provavelmente pensavam desta maneira ao elaborar as notícias e o que se pode notar é a permanência desse estilo narrativo até, pelo menos, o ano de 1910.

## ***2. O cortiço e outros cortiços***

O suicídio de Bertoleza, negra que vivia amasiada com João Romão, encerra a narrativa d’*O Cortiço* de Aluisio Azevedo. A cena de sangue seria digna de uma notícia de crime no jornal tais como aquelas que existiam n’*O Estado de São Paulo*. A trágica cena que se passa na casa do ex-vendedor português, agora “capitalista” e rico, foi uma consequência da trama que João Romão fez para se livrar da negra que, tão solidária e disposta a ajudá-lo na construção da sua riqueza, já naquele momento tornava-se um “trambolho” que atrapalharia os planos de casamento do português com Zulmira, filha do vizinho Miranda. A chegada do seu dono avisado da presença de uma sua “negra fugida” naquele local foi decorrência dos planos de João Romão para se livrar de Bertoleza. Porém, no momento em que aparecem os policiais, ela toma uma atitude que, mesmo inusitada, acabava por solucionar os problemas do ex-vendedor:

“Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza, então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo, rasgara o ventre de lado a lado.

E depois emborcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue.

---

<sup>36</sup> Termos presentes em obras naturalistas como *O cortiço* de Aluisio Azevedo.

João Romão fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos.

Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinham, de casaca, trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito.

Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas.<sup>37</sup>

O incrível final do livro, que situa João Romão como uma personagem que se, na teoria, apoiava os abolicionistas, na prática possuía atitude bem diversa, pode ser tido como uma dura crítica de um contemporâneo ao comportamento daqueles que se diziam abolicionistas. Para os nossos interesses, importa mais a cena de sangue que se desenrola e tem foco em Bertoleza.

A construção da personagem, apresentada com caracteres animais, a aproxima de um selvagem. Os crimes eram considerados como decorrência de atitudes bárbaras, as quais colocavam o criminoso numa situação de incivilizado e em desacordo com a sociedade idealizada. Assim, Bertoleza, ao cometer suicídio, transformou-se em uma “anta bravia”, “rugindo e esfocinhando”.

Em notícia denominada de “O eterno ciúme”,<sup>38</sup> Emilio aguarda Maria Tassoli “como uma fera que na toca se prepara para atacar a sua presa”. Assim como Bertoleza, porém em situação diversa, Emilio também foi comparado a um animal. O caráter de barbaridade que os crimes de sangue adquiriam, expresso pelos próprios redatores do jornal, aproximava as atitudes criminosas das ações animais.<sup>39</sup> Criminosos natos ou não, o meio em que viviam os levava aos atos criminosos.

De acordo com as teorias evolucionistas do final do século XIX, a aquisição de cultura diferenciaria a espécie humana dos outros animais. Alfred Wallace,<sup>40</sup> ao aplicar o

<sup>37</sup> Azevedo, Aluisio. *O cortiço*. Porto Alegre, L&PM, 2002, p.309.

<sup>38</sup> *O Estado de São Paulo*. Dia 23 de janeiro de 1910.

<sup>39</sup> Na verdade todos os criminosos, quando confrontados com uma “situação de risco” eram vistos como animais. Em *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da carioca*, Eugenio Rocca, a personagem principal, era descrito considerando-se suas atitudes animais. Ver capítulo 2, item 2. Ressalto, entretanto, que, embora centrado nos roubos, o romance é tido como sensacional pelo autor. Isso ocorre devido aos dois estrangulamentos cometidos por Rocca e seus ajudantes.

<sup>40</sup> Ver Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis: histórias, História. Tese apresentada ao concurso para professor titular*. Capítulo 3 - Ciência e ideologia em Memórias Póstumas de Brás Cubas, nota 29.

conceito de seleção natural à espécie humana, abordava a questão dizendo que depois de desenvolvidos os instintos sociais, a seleção natural prosseguia no campo das capacidades intelectuais. Ora, se no âmbito cultural há homens mais evoluídos que outros, pode-se dizer que, para os evolucionistas, humanos “menos evoluídos” se aproximavam mais dos animais.

João Romão, ao adquirir riqueza, tentava afastar-se de Bertoleza e dar ao cortiço “novos ares”. Ao tornar-se rico, tornava-se “belo” e procurava conviver com pessoas “intelectualmente superiores” como os abolicionistas. Por outro lado, Bertoleza era descrita como um animal. Seguindo o mesmo raciocínio, os criminosos agiam impulsivamente, sem pensar, “como feras”. Comparando as ações daqueles que cometiam crimes às ações animais, considerava-se que não possuíam cultura e, conseqüentemente, eram “seres atrasados”.

Aluisio Azevedo coloca Bertoleza em uma situação sem saída - ou se suicidava ou voltava para o cativo. Para o autor, entretanto, tal postura foi engendrada não devido a algum “desvio” no seu comportamento, mas determinada pelo regime de escravidão que dominava o contexto vivido por ela. Longe de fazê-la “culpada”, transforma-a em mártir, induzindo o leitor a refletir sobre a absurda condição existente durante a escravidão. Pois seria ela - a escravidão - que promovia um meio propício ao suicídio de Bertoleza.

Apesar de crítico, entretanto, Azevedo não deixa de aproximar a atitude de Bertoleza da barbaridade. A descrição do suicídio, a comparação do seu ato ao de um animal acabava por torná-lo absurdo e selvagem, como o de um bicho. Seria necessário, então, que um ser humano “atrasado” como Bertoleza fosse, de alguma maneira, eliminado - pela seleção natural ou, no caso, o suicídio.

Araripe Júnior considerava que o naturalismo no Brasil deveria adaptar-se ao clima tropical, às suas reações.<sup>41</sup> Assim, o habitante “é um homem envenenado pelo ambiente” e, nas horas mais quentes do dia, “a imaginação delira numa deliciosa insensatez equatorial”.<sup>42</sup> Defendendo que um escritor naturalista não poderia deixar de levar em conta essas

---

<sup>41</sup> Araripe Júnior. *Op.cit.*, pp. 69-71.

<sup>42</sup> *Idem*, p.70.

especificidades do meio brasileiro, o crítico compara a Europa a uma sociedade velha e decadente, não sendo outra a opção dos naturalistas a não ser retratá-la desta maneira. No Brasil, o processo seria inverso:

“No Brasil, o espetáculo seria muito outro, - o de uma sociedade que nasce, que cresce, que se aparelha, como a criança, para a luta. Ora, nada mais natural do que uma inversão nos instrumentos. Um cadáver não se observa do mesmo modo que um ser que ofega de vigor.”<sup>43</sup>

Aluisio Azevedo captou muito bem estas diferenças e nos seus livros (partindo d’ *O mulato*) se encontraria todo o “luxuriante tropicalismo desta América do Sul”. Portanto, o naturalismo deveria se submeter

“a esse estado de coisas, ou se torna uma planta exótica, - de mera curiosidade. A nova escola, portanto, tem que entrar pelo trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima os nervos do crioulo. O realismo, aclimatando-se aqui, como se aclimou o europeu, tem de pagar o seu tributo às endemias dos países quentes, aonde, quando o veneno atmosférico não se resolve na febre amarela, no cólera, transforma-se em excitações medonhas, de um dantesco luminoso.”<sup>44</sup>

Para Araripe Júnior, já em 1888 Aluisio Azevedo seria a grande referência do naturalismo brasileiro e teve o seu talento demonstrado de maneira extrema em *Casa de pensão*. Porém, *O cortiço* ainda não havia sido publicado neste ano. Mesmo assim, Araripe Júnior conhecia algumas partes do novo livro de Aluisio Azevedo, “cedidas gentilmente pelo autor”. *O cortiço* retratava, então, a “psicologia do tumulto” pois que “depósito de toda a vasa social de uma grande cidade”, “o esgoto”, um lugar no qual se vivia “mergulhado na ignomínia da necessidade e dos maus exemplos”.<sup>45</sup>

Imprimindo ao Brasil o sentido de uma “sociedade que nasce”, e na qual seria impossível retratar a morte, mas um “ser que ofega de vigor”, as palavras de Araripe Júnior

<sup>43</sup> *Idem*, p.71.

<sup>44</sup> *Idem*, p.72.

<sup>45</sup> *Idem*, p.90.

teriam, em alguns trechos d'*O cortiço*, um excelente exemplo. A citação descreve a fase em que as habitações começavam a crescer:

“E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.

E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente.”<sup>46</sup>

Aluisio Azevedo descreve o cortiço, tema do seu livro, como um ser que cresce espontaneamente, emanando do esterco e da terra encharcada. As pessoas, trabalhadores braçais no geral, multiplicavam-se aleatoriamente e daí a comparação “como larvas no esterco”. A imagem da citação é a de vida, nascimento, desenvolvimento. Porém, mesmo apresentando o cortiço como “um ser em vigor”, assim como Araripe Júnior descrevia o Brasil, pode-se dizer que a vida surgia putrefata e da lama.

Zola escrevia em *Do romance* que o “senso do real” se traduziria em “sentir a natureza e representá-la tal qual ela é”.<sup>47</sup> Porém, representar a natureza “tal qual ela era” não significava simplesmente observar a vida ao redor e reproduzi-la. O escritor precisaria senti-la, conservar a sua imagem fixa e aprofundá-la. Daí ele poderia descrevê-la, comunicá-la ao leitor.<sup>48</sup> Teria, então, o “mundo real”, “vivo”.<sup>49</sup> Aluisio Azevedo, ao detalhar o surgimento do cortiço, imprimir não somente uma descrição, mas uma imagem chocante de um ser que nasce do meio, certamente utilizava-se do “senso do real” expresso por Zola.

<sup>46</sup> Azevedo, Aluisio. *Op. cit.*, p.27.

<sup>47</sup> Zola, Emile. *Op. cit.*, p.26.

<sup>48</sup> *Idem*, pp.31-2.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 33.

Os crimes de sangue noticiados n' *O Estado de São Paulo* muitas vezes ocorriam em espaços de moradia comum, como cortiços ou casa de cômodos. Pensando o processo de criação do realismo naturalista, não coincidentemente esses crimes eram noticiados de uma maneira similar às existentes naquelas obras. A possibilidade de infundir um aspecto que chocasse o leitor, a partir de notícias com brutais assassinatos ou mesmo com a descrição dos locais do crime através dos cheiros, das impressões negativas era um estilo de redigir as notícias que incitava a sua leitura, mesmo considerando (como diziam os contemporâneos) que o público gostava das narrativas mais rocambolescas.<sup>50</sup>

Os cortiços descritos no jornal apresentavam uma aproximação grande àquele descrito por Aluisio Azevedo. A presença de um armazém, cujo dono era também o dono do cortiço era algo recorrente. Em “Terrível conflito”, a cena de sangue ocorre no armazém de um cortiço no Braz:

“A crônica policial registrou ontem mais uma triste ocorrência, de que foram causa determinante o vinho e o jogo.

O vinho acendeu a imaginação dos indivíduos que figuram no triste conflito que descrevemos abaixo e que se desenrolou num armazém de secos e molhados à rua Visconde de Parnahyba; o jogo exacerbou os instintos sanguinários e fez de uma distração viciosa uma luta de espantosas proporções em que um homem caiu morto, varado por uma bala de revólver e alguns soldados ficaram muito feridos.”<sup>51</sup>

João Cacciolitto se casara na Itália com Pasqualina Ciullo, vindo ambos para São Paulo, onde compraram três sobrados que alugavam a muitas famílias italianas, transformando-os em um cortiço. Ao mesmo tempo, Cacciolotto construiu “seis pequenas

<sup>50</sup> Araripe Júnior, ao comentar as *Memórias de um condenado* e *Mistérios da Tijuca* de Aluisio Azevedo dizia que “o autor andou a satisfazer a avidez dos leitores de rodapé, escrevendo as *Memórias de um condenado* e os *Mistérios da Tijuca*, vazando-os, embora com muitas descrições, nos moldes de Xavier de Montépin e de Ponson du Terrail. Durante este período, perguntei-lhe, por mais de uma vez, se lhe aprazia assanhar essa fera chamada - público, - atirando-lhe pedaços de carne crua e ensangüentada, como costumam fazer os domadores, para mostrar mais realçadas as suas qualidades de dominadores”. (Araripe Júnior. *Op. cit.*, p.83.) É interessante notar que essas histórias eram recheadas de crimes e mistérios, assim como as notícias. Ou seja, talvez não fosse uma contraposição às obras naturalistas, mas uma fonte de “inspiração”. Lembro também que Eugéne Sue teve nas suas histórias folhetinescas sobre as “classes perigosas” uma identificação por parte dos leitores com as personagens, o que ocasionava um grande público às suas histórias. (ver última parte do item 1 do capítulo 2 sobre Louis Chevalier)

<sup>51</sup> “Terrível conflito”. *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de março de 1910.

cozinhas em cada um dos três quintais, alugando-as a uma infinidade de gente que para ali foi residir”. No andar de baixo, vivia Cacciolitto e a família além da existência de um “vasto armazém”. Como descreve a notícia, os prédios possuíam comunicação entre si e eram habitados por muita gente:

“Os prédios comunicam entre si por escadas imundas, frouxamente iluminadas por um candieiro de petróleo.

Essas escadas, que são de madeira, acham-se em deplorável estado, tendo os degraus carcomidos pelo tempo.

Em todos os prédios se respira ali um ar viciado, impregnado de fumo e álcool.

Os altos das casas são divididos por estreitos corredores, feitos de tábuas de forro, vendo-se de lado a lado portas que dão para quartos habitados por gente da pior espécie.

Cacciolitto estabeleceu-se nos baixos dos seus prédios com um vasto armazém de secos e molhados, fornecendo aos inquilinos.

À noite, e principalmente aos domingos, na venda reunia-se grande número de pessoas, que sentadas em mesas toscas, disputavam ardorosamente uma partida de ‘três sete’ ou ‘escopa’.”<sup>52</sup>

Foi neste “lugar viciado”<sup>53</sup> que ocorreu a cena que a seguir começavam a narrar. A partir de uma briga entre o irmão de Cacciolitto e sua mulher houve grande confusão. Segundo o jornal, a briga teria ocorrido em decorrência do jogo e da bebida. Quando a mulher atacou o marido com um pedaço de pau, os presentes passaram a tomar partido ou do irmão de Cacciolitto ou da sua mulher. Um dos moradores chama por socorro e aparecem os guardas, recebidos a tiros pelos moradores.

Esta passagem é cheia de descrições do local, existe uma narrativa apropriada que coloca o narrador na posição de um contador de histórias. Muito provavelmente ele não esteve no local, exatamente no momento em que a briga ocorreu. No entanto, conhecendo ou não o cortiço, ele tenta fazer uma descrição exata dessa habitação. Comparando-se o evento e a descrição do cortiço ao livro *O Cortiço* de Aluisio Azevedo muitas são as aproximações tanto no que se refere à temática quanto à forma.

<sup>52</sup> “Terrível conflito”. *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de março de 1910.

<sup>53</sup> “(...) já se haviam esgotado grande número de garrafas de vinho Barbera e os ânimos estavam exaltados. Respirava-se a custo dentro de um acanhado quarto onde os jogadores, de portas fechadas, amarrotavam nas mãos as cartas ensebadas de um baralho.” *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de março de 1910.

Assim, enquanto João Romão pôde adquirir a venda de Botafogo à custa de muito trabalho e economia, os italianos recém chegados ao Brasil “trataram logo de aplicar as suas economias em um negócio rendoso”. No cortiço do Braz, a aquisição dos sobrados e a transformação deles em cortiço foram feitas aos poucos, de acordo com os ganhos adquiridos pelo casal. Enquanto isso, em Botafogo, João Romão também economizava e aplicava todo o seu dinheiro na construção de “novas casinhas”. O português, dono do cortiço em Botafogo, além de alugar quartos, também alugava tinas para lavadeiras, as quais acabavam morando no cortiço. Cacciolitto alugava as cozinhas construídas posteriormente aos seus inquilinos, lucrando ainda mais.

Focando-se na briga ocorrida no cortiço do Braz, pode-se dizer que houve cena semelhante no livro de Aluisio Azevedo. Durante um “pagode ocorrido sob um belo luar”, Rita Baiana e as outras mulheres do cortiço dançavam quando Jerônimo, português casado com Piedade, “segredava-lhe coisas ao ouvido de Rita Baiana, com a voz estrangulada de paixão”.<sup>54</sup> Após outros cochichos, Firmo, tendo-o como rival nos amores de Rita, enfrenta Jerônimo em luta corporal. Os moradores fizeram uma roda e acompanharam a luta, que “tirava sangue de ambos” quando a polícia tentou entrar no cortiço, também avisada por um dos moradores. Assim como no cortiço do Braz, os moradores se unem e tentam defendê-lo, não mais ligando para a disputa que acabara com Jerônimo “caindo de borco, segurando os intestinos” e Firmo fugindo pelos fundos do cortiço.<sup>55</sup> A questão agora era a de defender as suas casas. Porém, em vão, pois os policiais acabam conseguindo entrar devido a um incêndio em uma das casinhas. Na luta em São Paulo, os eventos se desenrolaram da mesma maneira:

“Passado algum tempo, compareceram cerca de vinte praças, travando-se então um terrível conflito entre os moradores do cortiço e as praças, conflito que durou cerca de meia hora, sendo disparados mais de trezentos tiros de parte a parte.

Das janelas do sobrado, indivíduos deitados faziam fogo pelas grades das sacadas, empunhando espingardas de grossos calibres.

<sup>54</sup> Azevedo, Aluisio. *Op.cit.*, p.158.

<sup>55</sup> *Idem*, p.162.

A muito custo conseguiu a polícia penetrar na casa, encontrando caído morto João Cacciolitto, com um ferimento na barriga, produzido por arma de fogo, e Miano Cacciolitto com um ferimento na cabeça”.<sup>56</sup>

Para as autoridades da época, os cortiços representavam verdadeiros perigos não somente pela situação de insalubridade e falta de higiene, mas também como um “foco de vícios”<sup>57</sup> e um “valhacouto de desordeiros”.<sup>58</sup> Segundo Chalhoub, os pobres, além de relacionados às classes perigosas ofereceriam, para os contemporâneos, perigo de contágio, de propagação de doenças. As habitações populares, assim como os relacionamentos homem/mulher e a família eram, portanto, focos de suspeição. Os cortiços estavam no centro desta questão e a solução vinha na tentativa de exterminá-los (como o Cabeça de Porco no Rio de Janeiro).<sup>59</sup>

Ao noticiarem crimes ocorridos em cortiços, principalmente com conseqüências funestas como as do cortiço do Braz, os jornalistas d’ *O Estado de São Paulo* incutiam uma idéia de barbárie relacionada a essas habitações. Portanto, a qualidade nociva de um local vinha tanto pela descrição de um lugar sujo e promíscuo quanto pela dificuldade da entrada da polícia nos sobrados, a proximidade de um armazém no qual se jogava e bebia e a convivência de diversas pessoas em um mesmo ambiente de moradia. Em notícia do dia 20 de setembro de 1910, outro cortiço também foi descrito negativamente:

“Esse cortiço é um verdadeiro formigueiro humano.

Há ali uma série de pequenos quartos com divisões de madeira, onde habitam muitas famílias de operários.

Em um desses acanhados cômodos, reside com sua amásia Anna Zuppi, de 34 anos de idade e o operário Januario Scherullo, de 28 anos de idade, empregado no armazém do sr. Gamba, no Cambucy.

Em frente ao quarto, numa pequena e imunda saleta, moram os portugueses João Rodrigues dos Santos Junior e Antonio Rodrigues, todos empregados no Gazômetro.”<sup>60</sup>

<sup>56</sup> “Terrível conflito”. *O Estado de São Paulo*. Dia 7 de março de 1910.

<sup>57</sup> Chalhoub, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.31.

<sup>58</sup> *Idem*, p.16.

<sup>59</sup> Para mais detalhes sobre o Cabeça de Porco ver Chalhoub, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>60</sup> “O eterno ciúme”. *O Estado de São Paulo*. Dia 20 de setembro de 1910.

O crime foi decorrência do ciúme de Januario por Anna, que supunha “estar se encontrando” com um dos portugueses. As conseqüências foram três pessoas feridas, sendo que Anna ficou “muito machucada”, pois Januario, além dos “pontapés e socos”, “deu-lhe diversas pancadas com uma cadeira”.

As notícias de crime nas habitações populares eram comuns. Aparentemente, este era um tema corriqueiro para jornalistas e leitores do jornal. As descrições presentes nas narrativas, entretanto, eram negativas.

“O crime da rua Aurora”,<sup>61</sup> divulgado durante quatro dias seguidos, não trata de cenas de cortiço, mas de discussões ocorridas entre Joaquim Borba e seu sogro, também Januario. Joaquim casara-se, indo viver, logo em seguida, na casa do sogro. Como ficou desempregado, tinha constantes discussões com Januario, que o chamava de “vagabundo”. Em uma destas discussões, Januario atira em seu genro:

“Às 12 horas e 15 minutos da madrugada de ontem deu-se nesta capital uma triste cena de sangue.

Joaquim Borba, morador à rua Aurora, 24-A, na casa de flores de Januario Mendonça, de quem é genro, ontem, às 11 horas da manhã teve com o sogro forte discussão por questões de dinheiro visto ser-lhe Januario devedor de 7 contos de réis, e, acalorando-se a discussão, desfechou o sogro três tiros de revólver contra Joaquim Borba.

Joaquim Borba imediatamente dirigiu-se ao posto policial da rua da Conceição e deu conhecimento do fato a uma autoridade que ali encontrou, regressando à noite para a casa do sogro, onde reside com sua mulher e um filhinho de poucos meses de idade.

À hora em que todos dormiam, Borba, que ainda estava vestido, penetrou no quarto do sogro, e, depois de breve discussão que com ele travou, ainda sobre o fato das 11 horas da manhã sacou de uma faca, com que o ameaçou.

Agarrando-se em luta dentro do quarto, Joaquim Borba vibrou profunda facada na nuca de Januario Mendonça, que logo caiu por terra, soltando um grito lancinante.

A esposa do criminoso, ao ouvir o ruído que se fazia no quarto do pai, já pressentindo qualquer coisa, acudiu e recuou diante do espetáculo que se lhe deparou aos olhos.

---

<sup>61</sup> Inicialmente, este crime era denominado somente de “Assassinato”. Era comum um caso mudar de nome no decorrer dos dias.

Aos gritos, saiu como desesperada para a rua, pedindo socorro, aparecendo dois guarda-cívicos que entraram na casa e aos quais o criminoso, à porta do quarto em que se dera a cena de sangue, se entregou à prisão.”<sup>62</sup>

No dia 27 de maio, apesar da falta de espaço no jornal,<sup>63</sup> publicam uma longa descrição do “Crime da rua Aurora”, na qual estavam os depoimentos dos envolvidos, o confronto destes depoimentos feito pelo delegado e, finalmente, “a verdade dos fatos”:

“Joaquim de Assis Borba, que prometera vingar-se do sogro, saíra do hotel da rua da Estação, às 11 ½ horas da noite, dirigiu-se à casa de Januario. Como tinha uma chave da porta da casa, abriu a porta, subiu a escada sem fazer ruído, entrou para a sala à esquerda, que ia ter ao quarto do sogro e, logo que ali chegou, deu um pontapé na porta do aposento, que se abriu, saltando a taramela que a fechava por dentro.

Januario, com o barulho da porta, aberta violentamente, levantou-se, rápido do leito e, ao chegar à porta, recebeu, no escuro, os golpes de faca que o genro lhe vibrava. Com a confusão dos dois, despertou Jose Mendonça e, muito assustado, disse ao cunhado que nada fizesse ao pai, que era velho. Borba respondeu-lhe que já estava ele morto a seus pés.”<sup>64</sup>

Após um longo inquérito, reproduzido nas folhas do jornal, a polícia investiga “o que realmente aconteceu”. Como publica o jornal “do confronto de todos esses depoimentos ressalta como se deu o fato”. Souza, ao analisar a atuação da polícia nos crimes de sangue, conclui que “a polícia procurava culpabilizar o agressor e o grau de investimento dependia da possibilidade de conseguir a punição”.<sup>65</sup>

No dia 29 de maio, o delegado conclui o inquérito da “triste cena de sangue” fornecendo a “verdadeira versão do crime da noite de 26”. O suspeito seria, então, julgado. Além de mostrar os passos de Borba, a notícia também detalhava o exame do médico-legista como confirmação do crime, pois a forma dos ferimentos e a causa da morte coincidiam com a “verdadeira versão” fornecida pelo delegado.

<sup>62</sup> “Assassinato”. *O Estado de São Paulo*. Dia 26 de maio de 1900.

<sup>63</sup> Não publicariam alguns anúncios por falta de espaço na folha do dia.

<sup>64</sup> “Assassinato”. *O Estado de São Paulo*. Dia 26 de maio de 1900.

<sup>65</sup> Souza, Luís Antônio Francisco de. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1998, p.249.

O jornal mostrava uma maneira peculiar de divulgar crimes e criminosos. Os locais de moradia eram palco de disputas e discussões, chamando atenção para aqueles que consideravam como parte das classes perigosas. As notícias evidenciavam que determinados tipos de moradia eram focos de suspeição. Lugares que concentravam um grande número de famílias e pessoas eram espaços privilegiados para mostrar o incômodo que existia com relação às moradias das pessoas pobres. Afora as brigas e cenas de sangue que se davam nessas habitações, reforçando a sua má reputação entre autoridades e jornalistas, existiam outros crimes que não se ligavam expressamente às brigas e festas. Uma notícia de 1910 tinha como palco dos acontecimentos um cortiço. Entretanto, pode-se dizer que ele não era a personagem principal.

Joana Maria da Cruz, classificada como “preta”, alugara um quarto no cortiço do italiano Felício de Nappo, situado no Braz, “pagando adiantado e estando em avançado estado de gravidez”. A mãe do dono do cortiço, percebendo que Joana ficara muitos dias sem sair do quarto e que, assim que saiu, trancou-se no banheiro com uma bacia e ali se demorou cerca de meia hora, perguntou à Joana se estava bem, e ela disse que sim. No entanto, “dirigiu-se à privada e reparou que ela estava obstruída, desconfiando, assim, de um crime.”<sup>66</sup>

Através destas suposições, Felício de Nappo se dirige ao posto policial do Braz. Contando que existia grande possibilidade de um crime no cortiço, o delegado Franklin de Toledo Piza vai “imediatamente” ao local. Como Joana “mostrava-se aflita e apressada”, é chamada a depor. Após, segundo o jornal, “um rigoroso e hábil interrogatório” ela narrara o seguinte fato:

“Principiou dizendo que tem 30 anos de idade e é solteira. Há mais de seis anos desempenha a função de cozinheira da casa do dr. Emygdio Novaes, onde sempre teve procedimento exemplar.

O dr. Emygdio morava então na rua Gomes Cardim, esquina da rua Carvalho de Mendonça, quando ela conheceu o português Francisco de tal, vendedor ambulante de lenha, que sabe residir no bairro da Moóca.

<sup>66</sup> “Coração de fera”. *O Estado de São Paulo*. Dia 11 de setembro de 1910.

Enamorara-se desde logo de Francisco, e por fim passou a ser sua amante, ignorando isso o dr. Novaes e sua família.

Há quatro meses, aproximadamente, o dr. Novaes dirigiu-se a passeio para Mogy das Cruzes, acompanhado de sua família, indo ela também, que então já estava grávida.

(...)

Como ela se sentisse já muito incomodada, e para que a família do dr. Novaes nada soubesse, pois até então conseguira ocultar-lhe tudo, alugou, no mesmo dia, o quarto do cortiço. (...)

No dia 8, às 5 horas da manhã, Joana dava a luz a uma criança do sexo feminino que nascera morta.

Ela, a declarante, para que não fosse conhecida a sua desonra, no dia seguinte, que foi anteontem, achando-se com mais forças que na véspera, armou-se de uma tesoura de costura, e com ela cortou a cabeça, as pernas, e os braços do recém-nascido, separando-os do tronco.

Fizera isso unicamente para que o corpinho da criança coubesse na privada.

Em seguida, para ali se dirigiu, mas, colocando a cabeça, viu logo que a privada ficara obstruída, embora puxasse repetidas vezes a válvula de descarga, não conseguira fazê-la descer.

Amedrontada, temendo que o seu procedimento fosse descoberto, Joana, embora muito fraca, dirigiu-se para um terreno da avenida Rangel Pestana n. 835. (...)

Ali, continuou a declarante sempre com grande calma, tencionava, fazer uma cova e enterrar o resto do corpo que levava, porém, como lhe faltassem as forças e estivesse ameaçada de uma vertigem, colocou o esquartejado corpinho junto a uma touceira de bambus (...).<sup>67</sup>

Após esta declaração, desenterram o cadáver do bebê no local indicado e chamam o médico-legista que conclui que a criança, ao contrário da declaração da mãe, havia nascido viva. Joana foi presa. No dia seguinte, comentam o seu estado:

“Continua calma e indiferente a tudo, trajando sempre o seu vestido de chita ordinária, como o qual a vimos no dia em que foi presa.

A sua fisionomia está um pouco alterada, e o seu cabelo curto e encaracolado junto ao couro, denuncia flagrantemente a falta de penteado desde o dia em que foi recolhida ao xadrez.

E é assim, procurando evitar aqueles que a fitam, que ela atravessa o pátio do posto, para tomar lugar no carro, espreitando antes de sair, para que não seja fotografada, pois como disse a alguém, nunca tirou retratos antes e não quer agora que a fotografem...”<sup>68</sup>

<sup>67</sup> “Coração de fera”. *O Estado de São Paulo*. Dia 11 de setembro de 1910.

<sup>68</sup> “Coração de fera”. *O Estado de São Paulo*. Dia 13 de setembro de 1910.

No início desta notícia, o redator fez diversas considerações sobre o fato:<sup>69</sup>

“Parecem esquecidos de Deus umas tantas criaturas para as quais o fundo do seu ser se tornou um pântano escuro, absolutamente estranho aos sentimentos do coração.

Se a vida lhes sorria, vão pela existência fora, impelidas por um forte poder de sugestão, como a folha seca, impelida pelo vento, vai de vencida, ao acaso, rolando pelos caminhos. Se, porém, a vida lhes é fardo duro, insuportável pelo peso das vicissitudes, então acorda nessas criaturas a incoercível tempestade das paixões que se encarrega de patentear aos nossos olhos o negro lodo de que elas são feitas.

É dessa casta a mulher que anteontem deu à luz, num miserável cortiço do bairro do Braz.”<sup>70</sup>

A opinião sobre Joana segue durante muitas linhas. Como conclusão, o redator propõe que a justiça seja rigorosa e, caso isso não ocorra, “o leitor o dirá, diante da hediondez e crueldade desse delito”. Ou seja, embora se refira ao leitor, a opinião sobre o ocorrido já foi feita e exposta detidamente.

Por outro lado, esse caso pode mostrar um momento em que não necessariamente se tem a opinião do redator. Ao descrever o crime, a mãe do dono do cortiço teve logo “desconfianças” de Joana e foi por esse motivo que Felício de Nappo foi à delegacia contar sobre o possível crime. O jornal expõe que não havia dúvidas, por parte daqueles que conviviam cotidianamente com Joana da sua “atitude suspeita”. Certamente essa poderia ser a opinião somente do dono do cortiço. Porém, pode indicar que é viável pensar que existia um certo grau de compartilhamento cultural entre diferentes grupos sociais. Nessa última citação, por exemplo, o redator não parece escrever de modo a fornecer um sentido pedagógico, mas com uma naturalidade que pode indicar que estão sendo transmitidos sentidos já existentes socialmente.

<sup>69</sup> Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto denomina estes trechos que precedem o crime de “cabeça”: “a cabeça é a pedra de toque da inteligência dos pequenos repórteres e dos redatores anônimos.” Como exemplo de uma cabeça, o autor descreve como a notícia “O eterno ciúme” foi feita: “O ciúme, esse sentimento daninho que embrutece a imaginação humana e a arrasta à concepção de crimes, cada qual mais trágico e horripilante, não cessa de produzir seus efeitos maléficos.” (Barreto, Lima. *Op.cit.*, p. 118.)

<sup>70</sup> “Coração e fera”. *O Estado de São Paulo*. Dia 11 de setembro de 1910.

O cerco aos cortiços se fechava. Pois, além de “focos de vícios”, eram também lugares supostamente procurados para a realização de crimes. Em “Coração de fera” Joana muda-se para um cortiço tendo o crime premeditado e unicamente para cometê-lo.

Aluisio Azevedo parece resumir bem o que eram (ou se imaginava sobre) os cortiços ao referir-se ao “Cabeça de Gato”. Muitos moradores foram despejados por João Romão que, depois de enriquecido, só admitia “hóspede distinto”. A alternativa de moradia para aqueles que continuavam pobres era o “Cabeça de Gato”:

“(…) no Cabeça de Gato, que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava (...) viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma cama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, donde a vida brota brutalmente, como de uma podridão.”<sup>71</sup>

Mas não era só dentre os pobres que viviam em um “ambiente infectado” que os criminosos surgiam. Algumas vezes estavam entre as “pessoas de posse”. No dia 4 de julho de 1900, o deputado Irineu Machado assassina uma tia de sua mulher em um “momento de alucinação”. Tratava-se de um caso de honra e o deputado sai atirando, na tentativa de matar a sua mulher, que, segundo ele, iria fugir com o amante. É interessante reparar, nesse caso, que os dados a seguir foram fornecidos pelo próprio Irineu Machado, em conversa com o repórter do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Ao contrário de Joana, que ficou calma e insensível, o deputado ficou “alucinado”:

#### “CASO DOLOROSÍSSIMO

Ao anoitecer dirigiu-se para casa e quando ali chegou encontrou sua esposa pronta para sair, tendo as malas preparadas, sendo que alguns móveis já eram conduzidos pelos carregadores.

Alucinado, correu ao encontro da sua esposa e, pedindo-lhe explicações, esta respondeu-lhe rispidamente, pelo que se convenceu de que efetivamente se tratava de uma infidelidade.

<sup>71</sup> Azevedo, Aluisio. *Op.cit.*, p.302.

Sacou de um revólver e começou a disparar tiros à queima-roupa.

Somente quando viu o choro de uma sua filhinha de sete meses de idade é que refletiu no seu ato, vendo cair em um corredor a tia de sua mulher e esta que deixou caída em um quarto.

Foi então quando tomou a resolução de se apresentar ao dr.chefe de polícia.”<sup>72</sup>

Esta notícia foi feita a partir de telegramas e de acordo com os jornais cariocas - *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil* e mostrava uma conduta diversa em relação a outros crimes noticiados. Houve uma atitude repentina de matar a mulher, porém, Machado “caiu em si” logo em seguida, ao “ouvir o choro da sua filha”. Diferentemente das personagens expostas até o momento, Irineu Machado se apresentava de imediato ao chefe de polícia.

O título da notícia já é esclarecedor da suposta diferença que se fez em relação a esse caso: “caso dolorosíssimo”. Assim como uma relação entre classes pobres e classes perigosas era feita de maneira corrente, estes dois assassinatos foram vistos de uma maneira diversa pela folha: o deputado estava em um “estado alterado”.

Esse crime foi noticiado não como bárbaro (apesar de um crime de sangue), mas como algo que chocava simplesmente por envolver uma pessoa importante da sociedade, de posses. Irineu Machado, ao contrário dos casos vistos até o momento, era considerado uma pessoa civilizada. Nesse sentido, aquilo que em outras circunstâncias era justificado pela degenerescência e pela “vida de vícios”, aqui é tido como um “momento de alucinação”.

Esse tipo de personagem nas notícias de crime era quase inexistente. Certamente, havia uma seleção do que seria publicado ou não. Mesmo assim, criava-se uma idéia de que o crime vinha acompanhado da forma de vida que as pessoas tinham. Um “crime bárbaro” como o de sangue não poderia ocorrer dentro da casa de “pessoas civilizadas”.

Porém, será que a idéia do que seria uma “pessoa civilizada” era compartilhada entre os vários segmentos sociais? Como foi visto durante toda a dissertação, uma determinada concepção de sociedade estava estampada nas notícias de crime presentes n’ *O Estado de São Paulo*. Tal visão não era desconexa daquela presente em outros lugares, como livros, documentos de polícia, outros jornais. Embora essa folha paulista tivesse nos ideais de

<sup>72</sup> “Caso dolorosíssimo”. *O Estado de São Paulo*. Dia 4 de julho de 1900.

progresso a sua grande rota, foi visto que não necessariamente esses ideais estavam o tempo inteiro em pauta. Assim, um possível sentido pedagógico - baseado nas idéias de progresso e civilização - não as tornava simplesmente uma forma de educar os leitores/ouvintes.

Outros modos de interpretação podiam ser notados, tornando essas notícias complexas e, muitas vezes contraditórias. Pois, se um sentido geral relacionando as classes pobres às classes perigosas pode ser percebido, os significados e resultados da mensagem nem sempre eram esse. Portanto, podiam existir alguns sentidos compartilhados socialmente, podia existir uma contradição em relação ao próprio sentido pedagógico (que muitas vezes vinha acompanhado de idéias que caminhavam em outra direção - como, por exemplo, em *Um crime no Paço Imperial* - e também podiam existir sentidos diversos.<sup>73</sup>

Para essa compreensão não é necessário o relato de um leitor (apesar da excepcional ajuda que daria), pois o próprio texto diz coisas que, muitas vezes, lá estão à revelia das intenções do autor. Um autor, apesar de criador do texto, não domina inteiramente o sentido do que escreveu ou as interpretações possíveis sobre aquilo que escreveu. Isso ocorre porque não vive isolado, mas numa sociedade. Imersas nesse movimento, as notícias de crime podiam exprimir diversos sentidos e significados. E é isso que as torna tão interessantes.

---

<sup>73</sup> Ao analisar a compreensão de Menocchio para alguns textos sobre a existência divina e humana, Ginzburg capta os significados diversos que esse moleiro forneceu às obras. Renato Janine Ribeiro comenta, em posfácio à edição brasileira: "O importante não é o que Menocchio leu ou recebeu - é como leu, é o que fez de suas experiências; o que diminui a distância entre uma postura passiva e outra ativa frente ao conhecimento". Ginzburg, Claro. *O queijo e os vermes. O cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.236.

### 3. O sensacional

Ao analisar o que denomina de livros de sensação, Alessandra El Far comenta que havia uma insistência dos editores no emprego da expressão “romance de sensação”, acrescentando que o termo era largamente utilizado ao longo do século XIX.<sup>74</sup> Segundo a autora, tal fato “evidenciava a familiaridade que o leitor de finais do oitocentos tinha com esse tipo de narrativa”.<sup>75</sup> Sobre a palavra “sensação” diz que ela era usada em Portugal como “sinônimo [nos jornais e nos textos literários] de grandes fatos de imprevisível desfecho. Suicídio de homens da política, processos escandalosos, raptos de donzelas, envenenamentos, acidentes, homicídios meticulosos ganhavam, na pena dos redatores lusos, esse caráter excepcional. O tronco de uma mulher não identificada, encontrada numa maleta às margens do rio Sena, aparecia na imprensa sob o título de ‘crime sensacional’”.<sup>76</sup>

Certamente o uso da palavra sensação tomou caminhos diversos, até porque é impossível impor limites ao uso das palavras, já que elas vão se adaptando às diversas situações e mesmo mudando de sentido. Mesmo assim, cabe notar que a utilização do termo “sensacional” foi muito vinculada às notícias de crime (como nota a própria El Far).

Nº *O Estado de São Paulo*, como já foi dito anteriormente, “sensação” era sinônimo de crimes de sangue, envolvendo assassinatos considerados bárbaros e relacionados diretamente com as camadas pobres da população - em “Um caso dolorosíssimo” por exemplo, não existe comentário sobre a cena de sangue.

Com o uso diferenciado da palavra sensação a partir dos anos finais do século XIX, pode-se dizer que um tipo de narrativa foi criado em função do sensacional. Como afirma El Far, o termo era largamente utilizado pelos editores, o que implica numa familiaridade com a palavra e seu significado pelo leitor.

<sup>74</sup> El Far, Alessandra. *Op.cit.*, p.8.

<sup>75</sup> El Far, Alessandra. *Páginas de sensação. “Romances para o povo”, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924*. Tese de Doutorado, USP, 2002, p.105.

<sup>76</sup> *Idem.* pp. 06-7.

O *crime de Araraquara*, tido como panfletário pelo autor, em 1898 estava na sua segunda edição, com uma tiragem de 2.000 exemplares. Apesar da designação de panfletário e político, tecendo críticas à política local, o autor não descarta descrições chocantes de cenas não menos impressionantes:

“Arrastados para a rua, já apunhalados e muito feridos a cacetadas, aí foram despidos pelos assassinos, que sobre seus corpos terminaram a obra de vandalismo.

No coração e regiões próximas, tinha Rozendo nove punhaladas - di-lo um telegrama - e nos braços e nas costas, horríveis manchas arroxeadas, produzidas pelas cacetadas; o rosto, completamente desfigurado, oferecia um espetáculo hediondo!

A cabeça, esburacada em alguns lugares, deixava sair os miolos, que salpicavam a calçada da Cadeia e em torno ao lugar em que se achava estendido o cadáver.

O corpo de Manoel de Souza Brito apresenta no dorso, nos ombros e nos braços extensas contusões, também produzidas por cacetadas, e foi estripado pelos vândalos, que o arrastaram pelos intestinos.

O cadáver deste desgraçado achava-se, à hora em que o vi, estendido de lado, na calçada da Cadeia, tendo a cabeça reclinada sobre uma das mãos, como se estivesse dormindo tranqüilamente, e tendo na fisionomia de mártir estampado um pungente ar de resignação!

Quando os algozes o esbordoavam, sem dó nem piedade, ele soltava gritos lancinantes, exclamando: Não me matem, que eu estou inocente!

Parece que de fato o era, porque, segundo o testemunho das pessoas que depuseram no processo de seu infeliz sobrinho, a intervenção de Manoel de Brito fora no intuito de separar os contendores, quando lutavam.

O cadáver de Rozendo estava coberto com uma colcha de chita.

Um episódio comovedor:

Quem conduzia todas as manhãs café para Rozendo e seu tio era uma irmãzinha daquele, de cerca de 12 anos de idade, ignorante da tragédia noturna, por morar distante da Cadeia e por não ter ouvido o estampido das descargas.

A mocinha conduzia, como todos os dias, o café para seu irmão e para seu tio, quando, de repente, se lhe depara ante os olhos o horrível espetáculo que apresentavam os dois cadáveres.

A infeliz arremessa ao chão a bandeja e corre desvairada, emitindo gritos lancinantes!”<sup>77</sup>

Esse tipo de narrativa era inspirado nas notícias de crime. O “sensacional” estava na presença da tragédia, que derivava da cena de sangue. Como foi visto, um significado diferenciado foi acrescentado à palavra sensação a partir das últimas décadas do século XIX.

<sup>77</sup> Pierrot, Fabricio. *O crime de Araraquara*. 1898, p.77.

Este tinha em sentidos figurativos como a “emoção” e a “impressão moral” os seus diferenciais de significação. Alguns autores escreviam seus livros de sucesso baseados nessa noção do sensacional. A cena de sangue era, então, central na narrativa, pois era ela que fornecia os elementos que geravam “emoção”. O sensacionalismo, que ainda não existia nesse momento, deriva, com toda certeza, dessas características que foram especificidades do final do século XIX e que já estavam presentes nas notícias de crime d’ *O Estado de São Paulo*.

## Considerações Finais

Robert Darnton, ao revelar algumas das maneiras pelas quais o *The New York Times* era feito - muito como antigo jornalista deste jornal e muito mais como historiador - não deixa de reparar que havia uma forma específica de redação das notícias,<sup>1</sup> que o levou a pensar sobre os “livrinhos populares, baladas impressas em volantes e contos de terror” na França e Inglaterra da época moderna.<sup>2</sup> O autor percebe uma semelhança entre as matérias e esses relatos antigos:

“Em sua versão original, os versos infantis muitas vezes eram destinados aos adultos. Quando os jornalistas começaram a dirigir suas matérias a um público ‘popular’, escreviam como se estivessem falando com crianças (...). Daí o caráter sentimental, moralista, com ar de superioridade, do jornalismo popular. Entretanto, seria um equívoco conceber a difusão cultural apenas como um processo de ‘passagem gota a gota’, pois as correntes não só descem a partir das elites, como também sobem a partir do povo simples. (...) É claro que não desconfiávamos que nossa maneira de redigir notícias de crime em Newark era modelada por determinações culturais, mas por outro lado não sentávamos à máquina de escrever tendo o espírito como uma tábula rasa. Devido à nossa tendência de enxergar os fatos imediatos, ao invés dos processos de longa duração, éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo. Porém nossa própria concepção sobre a ‘notícia’ resultava de antigas formas de contar ‘histórias’”.<sup>3</sup>

Ao se dar conta sobre esses fatos, Darnton ressalta a complexa forma pelas quais as notícias da atualidade são concebidas. Mesmo não se tratando de um jornal brasileiro, a maneira de elaboração das notícias são semelhantes. Mas o que importa mais para os fins dessa dissertação não é tanto notar o quão parecidas são as notícias de crime da atualidade daquelas que foram exibidas durante todas essas páginas, mostrando que a popularidade das notícias de crime, que hoje em dia dominam jornais e programas especializados de televisão, teve a sua história. Torna-se relevante, então, reparar a maneira pela qual os jornalistas concebiam as notícias.

<sup>1</sup> A notícia que segue como exemplo é a de um roubo de uma bicicleta que pertencia a um menino.

<sup>2</sup> Darnton, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.94.

<sup>3</sup> *Idem*, pp.94-5.

Assim, o processo de difusão cultural é muito mais complicado do que simplesmente uma transmissão de mensagens “gota a gota”. As concepções culturais daqueles que redigem as notícias talhadas para serem populares não se fazem somente a partir do ponto de vista do escritor, pois ninguém “paira” sobre uma sociedade, mas faz parte ativa desta. Assim, se por um lado existe um certo compartilhamento cultural que faz com que o texto jornalístico seja compreensível a diversos grupos, existe também uma influência cultural vinda “de baixo”, ou seja, do “povo simples”.

Nesse ponto, as discussões sobre costume e cultura feitas por Thompson, podem ser úteis para compreender as reflexões feitas neste trabalho. Este autor inicia *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* falando do costume, na verdade, o que era denominado de cultura antes dos folcloristas do século XIX:

“Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como ‘cultura popular’. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como ‘sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados’. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos (...)”.<sup>4</sup>

Thompson, ao chamar atenção para o fato de que uma cultura é uma arena de elementos conflitivos e, principalmente, que generalizações quanto ao seu significado são limitadas, ajuda a entender as divergências que se dão ao redor da forma de compreensão dos textos jornalísticos.

Nesta dissertação, tentei dar importância aos leitores e ouvintes para a construção de significados. Apesar de se tratar de uma análise que lida com textos populares, ressalto, entretanto, que o sentido de popular não é aquele que considera o “povo simples” ou os “pobres” ou os “dominados”. Popular é usado aqui como algo que atinge um grande

---

<sup>4</sup> Thompson, E. P. *Op.cit.* p.17.

número de pessoas dos mais distintos grupos e tem relação com o consumo de textos feitos para terem sucesso.<sup>5</sup> Mesmo com foco em jornais que não apresentam somente este tipo de texto, tem-se que, para o caso das notícias de crime, pode-se considerar que tinham um caráter popular, ou seja, de grande repercussão.

Buscando nas notícias de crime mais do que um sentido pedagógico, mas uma criação carregada de ambivalências e significados conflitantes, várias conclusões podem ser indicadas.

Desta maneira, se os folhetins analisados no primeiro capítulo, principalmente *Um crime no Paço Imperial* sugeriam como uma das mensagens que a maior virtude da nova sociedade idealizada naquelas páginas era o trabalho; não necessariamente este era valorizado como ideal para a realização plena da vida das personagens principais. No capítulo 2, a opção por “trabalhos alternativos” e tidos como ilegais poderia ser uma forma de aquisição de dinheiro fácil e tornar-se uma boa solução, já que a riqueza era valorizada, mas o trabalho não.

Sentidos presentes naqueles textos populares não necessariamente tornavam-se pedagógicos do modo como provavelmente queriam os seus redatores. Durante esta dissertação pude apontar elementos que diziam praticamente o contrário daquilo que se tentava transmitir como mensagem principal de uma notícia. Portanto, não se tem um controle sobre a forma pela qual foram lidas determinadas mensagens, na verdade, não se pode nem ao menos controlar os sentidos do texto. Isso ocorre não somente porque a cultura é permeada de conflitos, fazendo com que as interpretações sejam ambíguas, mas porque a sociedade é repleta de aparentes contradições.

Entretanto, o significado compartilhado de determinados assuntos não pode ser descartado. Nesse espaço várias imagens eram exibidas, mas algumas delas podiam ser comuns a muitos sujeitos. Caso contrário, não atingiriam uma variedade maior de público.

---

<sup>5</sup> Alessandra El Far utiliza essa mesma denominação de popular ao lidar com livros de sucesso no Rio de Janeiro de finais do XIX e início do XX. Ver El Far, Alessandra. *Op.cit.*

Por isso, se havia uma intenção em tornar o trabalho um ideal, não se podia esquecer valores enraizados socialmente que viam o trabalho como algo inferior e humilhante.

Principalmente a partir do ano de 1890, *O Estado de São Paulo* apresentava textos aparentemente informativos, mas que tinham, na verdade, uma forte carga de literatura. Assim, dos três folhetins analisados no capítulo 1, dois ocuparam um espaço que comumente estava destinado à notícia. Tal fato indica que textos de caráter literário se faziam presentes por toda a folha e não eram destinados somente ao espaço do rodapé. No capítulo 3, esta característica foi mostrada de maneira mais enfática, demonstrando a proximidade com o estilo literário naturalista, em voga principalmente no final do século XIX no Brasil.

Além da tentativa de dar um movimento mais democrático para a imprensa, pensando-a como um lugar mais amplo de construção de significados e mesmo uma arena de conflitos, outros pontos devem ser destacados. Assim, seguindo uma proximidade com a literatura, um recurso típico estava na verossimilhança com a realidade que algumas notícias possuíam, sendo evidente este recurso em *Um crime no Paço Imperial*. Como foi visto, mesmo que se tratasse de uma notícia “real”, ela era pautada por recursos de construção narrativa. Este tipo de relação com a literatura pode ser explicado pela proximidade existente entre os literatos do período e a imprensa, assim como pelo interesse em tornar o texto mais agradável ao leitor/ouvinte.

Pode-se dizer que é relevante nas notícias de crime a relação entre classes pobres e classes perigosas. Este discurso era comum no período, não somente nas páginas d'*O Estado de São Paulo*. Assim, gatunos ou moradores de cortiços, todos se tornavam bárbaros pelos crimes cometidos, estabelecendo uma noção do que era considerado inadequado.

Portanto, havia um objetivo claro naquelas páginas impressas da virada do século XIX para o XX: transformar a sociedade, idealizando novos sujeitos e tornando aqueles que fugiam desta idealização criminosos bárbaros e sanguinários e, não por acaso, a maioria estava entre as classes pobres da sociedade.

Contudo, esta mensagem nem sempre era transmitida da maneira mais eficaz. O que se percebe é uma possibilidade de fornecer às notícias sentidos diversos e contraditórios, colocando os ideais de civilização e progresso sujeitos a várias interpretações e (talvez) ações nem sempre adequadas àquilo que tanto se almejava.

## **Fontes e Bibliografia utilizada**

### ***Documentação de polícia, justiça e anais***

*Anais da Câmara dos Deputados. Ano de 1888.*

Carvalho, Elysio de. Gíria dos gatunos cariocas (vocabulário organizado para os alunos da escola de polícia). *In Boletim Policial. 1912.*

*Processos do primeiro cartório criminal.*

*Relatório apresentado ao dr. Laurindo Abelardo de Brito (presidente da província de São Paulo) pelo chefe de polícia João Augusto de Pádua Fleury. Ano de 1879.*

*Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins (Presidente do Estado) pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luis P. de Sousa. Ano de 1909.*

*Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins (Presidente do Estado) pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luis P. de Sousa. Ano de 1910.*

*Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins (Presidente do Estado) pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luis P. de Sousa. Ano de 1911.*

*Relatório apresentado ao presidente do estado pelo secretário da justiça e da segurança pública Eloy de Miranda Chaves, ano de 1915,*

### ***Jornais***

*Correio Paulistano*

*Diario de Notícias*

*Diario do Commercio*

*O Estado de São Paulo*

*Folha Nova*

*Gazeta de Notícias*

*Jornal do Commercio*

*Revista Ilustrada*

## *Literatura e Biografias*

- Araripe Júnior. *Obra crítica. Volume II*. Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1960.
- Assis, Machado. *Obra Completa. Volume III*, Rio de Janeiro, Editora Aguillar, 1992.
- Azevedo, Aluisio. *O cortiço*, Porto Alegre, L&PM, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A condessa Vesper*. São Paulo. Martins; Brasília, INL, 1973, p.15-6.
- Barreto, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, São Paulo, Editora Ática, 1995.
- Bilac, Olavo e Mallet, Pardal. *O esqueleto - mistérios da casa de Bragança*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.
- José do Telhado e sua quadrilha*. Rio de Janeiro. Livraria do povo, Quaresma & C. 1910.
- Maciel, Arthur Antunes. *Memórias de um rato de hotel*. Rio de Janeiro, Dantes, 2001.
- Magalhães Júnior, Raimundo de. *Vida e obra de Machado de Assis. Volume 1*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, Brasília, INL, 1981.
- Menezes, Raimundo de. *Aluisio Azevedo. Uma vida de romance*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1958.
- Mérian, Jean-Yves. *Aluisio Azevedo. Vida e obra (1857-1913)*, Rio de Janeiro, Espaço e tempo, Banco sudameris, Brasília, INL, 1988.
- Paula, Sérgio Góes (org.). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na corte*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- Pierrot, Fabricio. *O crime de Araraquara*. 2º edição, 1898.
- Pinheiro, Abílio Soares. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*. Rio de Janeiro. Tipografia Luiz Miotto. 1906.
- Pompéia, Raul. *O ateneu*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1997.
- Silva, Elizariario da. *O Fruto de um crime. Cenas do Brasil e de Portugal*. Livraria do povo – Quaresma. Rio de Janeiro, Quinta edição, 1898.
- Zola, Emile. *Do romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt*, São Paulo, Editora imaginário, Edusp, 1995

*Dicionários e Enciclopédias*

Caldas Aulete, F.J. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa, 2ª edição, 1925.

*Dicionário de Língua portuguesa compilado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa, 1813.

*Enciclopédia de literatura brasileira*. Direção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa. Brasília, FAE, 1995.

*Le Petit Robert. Dictionnaire de la langue française*.

## ***Bibliografia***

- Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Editora Ática, 1989.
- Azevedo, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*, Rio de Janeiro, Vício de leitura, 2000.
- Batalha, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- Cancelli, Elizabeth. *A cultura o crime e da lei*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001.
- Cano, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas, 1870-1889*, Dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1993.
- Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.
- Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista. 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- Carlos José Ferreira dos Santos em *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume, 1998.
- Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1985.
- Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores da belle époque*. Campinas, S.P., Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: histórias, História*. Tese apresentada ao concurso para professor titular. 2002.
- Chevalier, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris, Plon, 1958.
- Cruz, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana. 1890-1915*. São Paulo, EDUC, FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

- Cunha, Maria Clementina Pereira. *Liberalismo & Oligarquias na república velha: O Paiz e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909/1910)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 1976.
- Darmon, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque. A medicalização do crime*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Eco, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- El Far, Alessandra. *Páginas de sensação. "Romances para o povo", pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2002.
- Fausto, Bóris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, EDUSP, 2001.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Hall, Stuart. *Identidade cultural*, Coleção Memo, Fundação Memorial da América Latina.
- Hay, D., Linebaugh, P., Rule, J.D., T. E.P., Winslow, C. *Albion's Fatal Tree. Crime and society in eighteenth century*. England, New York, Pantheon books.
- Hobsbawm, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Rebeldes primitivos. Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- Leal, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa. Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado, IEL, UNICAMP, 1999.
- Linebaugh, Peter. *The London hanged. Crime and civil society in the eighteenth century*. Londres, Penguin, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Crime e industrialização no século XVIII." In Pinheiro, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- Machado, Maria Helena P.T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, UFRJ, EDUSP, 1994.

Martins, Ana Luíza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

Meyer, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In Candido, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_. *Folhetim. Uma história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Morse, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (De comunidade a metrópole)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

Neves, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In *Museu de astronomia e ciências afins*, Rio de Janeiro, MAST, 1991.

\_\_\_\_\_. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In Candido, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

Nobre, José Freitas. *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo, 1950.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, 1981.

Oliveira, José Flavio de. *Liberalismo & oligarquias na república velha. "O Estado de São Paulo" e a campanha civilista (1909-1910)*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1976.

Pinto, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, EDUSP, 1994.

Porto, Ana Gomes. *O rol dos suspeitos: imprensa e criminalidade em São Paulo na virada do século*. Monografia de graduação. CECULT, IFCH, UNICAMP, 1999.

Rama, Angel. *A cidade das letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

Rolnik, Raquel. *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder)*. Dissertação de mestrado, FAU, USP, 1981.

\_\_\_\_\_. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). In *Estudos Afro-Asiáticos n.º 17*, 1989.

Salvadori, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*. Dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1990.

Santos, Wlaumir Donisete dos. *Anarquismo, estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo, UNESP, 2000.

Schwarcz, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das letras, 1998.

Smith, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In Anderson, Benedict. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

Sodré, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Souza, Luís Antônio de. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1998.

Thompson, Edward Palmer. *Senhores & Caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Weinstein, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de São Paulo. 1902-1907. In Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.

**Anexo - imagens**

...a criação tornará a haver eleições...  
 as correspondências e notícias...  
 as recebidas da Alemanha são...  
 em adiar que o príncipe de...  
 perda dia a dia terreno, e que...  
 hesita hesita ante a poderosa...  
 do imperador Guilherme II...  
 zar de ter toda a espécie de...  
 para com o chancelier, se muss...  
 a presidência de conselhos...  
 a sua política pessoal...  
 ando um despacho de Bismarck...  
 s completos das eleições para o...  
 do federal do império germanico...  
 os 80 deputados ministeriaes e...  
 nacionalistas, havendo 14 em-

...festo do partido socialista acon...  
 eleitoras a votarem por toda a...  
 segunda eleição a favor dos op...

...verno inglez recebeu propostas...  
 importantes grupos financeiros...  
 constituição de docas em Gibral...  
 esta ainda indeciso sobre se...  
 irá este, ou se será mais vant...  
 o negocio a um synd...  
 certas restricções a favor da...  
 ingleza.

...o Sr. hespanhol, interrogado no...  
 ato, declarou que não tinha di...  
 ppor-se a construção d'aquellas

...o Sr. ministro do interior recom...  
 a todas as repartições depen...  
 do seu ministerio uma revisão n...  
 das verbas que lhes foram desti...  
 a organisação, para o fim de veri...  
 que economias podiam ser feitas...  
 organisação dos servicos, somos...  
 los de que só na inspecção dos...  
 a cargo do Sr. conselheiro Nuno de...  
 sibria a reduccão a 160.000\$...  
 mais ou menos.

...sommada contador e partidór do...  
 de Sapucaia, José Maria da Silva

...a que o Sr. Zeballos, ministro...  
 cões exteriores da republica Ar...  
 virá brevemente a esta capital...  
 signar um tratado de commercio...  
 agem.

...comendo escriptão de recebedoria...  
 bôa, Francisco José de Siqueira

...O *Diario do Commercio*, á...  
 vista do acto do Sr. Cesario...  
 destituindo o pessoal do Asylo...  
 defende o *director* e conti...  
 do pensamento *creator* dos asy...  
 dia que o ministro faltou ás...  
 de bon administracção e cor...  
 em refugio ao *director* e...  
 o verso, mas não t.

...comendo professor da escola das...  
 o Piraby, José Vicente de Oliveira,

...hospital da Misericordia tiro o caso a...  
 limpo.

# VICTOR LEAL



## O ESQUELETO

(MYSTERIOS DA CASA DE BRAGANÇA)

O esqueleto não é propriamente Victor Leal. O rapaz é magro, mas nem tanto. Hontem é que elle nos appareceu, como se tivesse vindo do outro mundo.

Foi o caso, que o homem cuidava ha tempos em investigações e estudos profundos sobre um facto dos tempos colonias, e eis senão quando, um pedreiro, um simples pedreiro, com uma enxada, uma simples enxada, cavou mais fundo do que elle, e descobriu o esqueleto no antigo Paço da Cidade.

— Estou roubado! exclamou Victor Leal.

E correu cá para o escriptorio, e pediu ao Hasty que lhe tirasse o retrato, antes que o *Diario do Commercio* venha dizer que foi elle o primeiro que pensou em escrever um romance sobre o esqueleto, ou que é elle o defensor acerrimo de todos os opprimidos do commercio, da industria e dos esqueletos.

Para fazer-lhe a vontade, damos hoje o retrato de Victor Leal, o illustre litterato, amanhã daremos o esqueleto, reproduzido do natural; e depois de amanhã começaremos a publicar o romance.

Serão nomeados praticantes da directoria de instrucção publica do Estado do Rio de Janeiro, João Carralho, Eloy Souza de Oliveira e Cicero Heredia.

Parco que em consequencia da attitudão d'aquelles politicos, o governo está bastante contrariado. As ultimas noticias dizem que o indulto não é concedido por agora.

O ministerio esteve hontem reunido em conferencia na secretaria da agricultura, de 1 hora ás 3 1/2 da tarde.

Serão nomeados: Juiz de direito da comarca de S. João do Rio Claro, de 1.ª entrancia, no Estado de S. Paulo, o bacharel Carlos Augusto de Souza Lima.

Juiz de direito da comarca da Victoria, de igual entrancia, no Estado da Bahia, o bacharel Adolpho Carlos Sanchez.

Juiz de direito da comarca de Miracás, de 1.ª entrancia, no mesmo Estado, o bacharel Cesar Villaboin, ficando sem effeito a anterior nomeação para a de Cururipe, no Estado das Alagoas.

Juiz de direito da comarca de Miguel, de 1.ª entrancia, no Estado de Santa Catharina, o bacharel Pedro dos Reis Gardillo.

Juiz de direito da comarca de Cururipe, de 1.ª entrancia, no Estado das Alagoas, o bacharel Antonio Tolentino da Costa, ficando sem effeito a anterior nomeação para a de Porto Calvo, no mesmo Estado.

Juiz de direito da comarca de Ruminim, de 1.ª entrancia, no Estado do Sergipe, o bacharel José de Aguiar Dotta de Barros.

O Sr. ministro da agricultura prateado organisar um novo projecto sobre limitação.

O governo empenhará todos os esforços no sentido de obter a revogação do decreto do governo Italiano, prohibitivo da emigração para o Brasil.

O governador civil de Lisboa prohibiu, por meio de um edital, um cortejo civico que se preparava para o dia 2 de março, por iniciativa do Grande Oriente Lusitano, e que se dirigia ao templo dos Jeronymos, sempre decorado e flores nos tumulos de Vasco da Gama e Luis de Camões.

Apesar de estarem inscritas muitas corporações e camaras municipais das provincias, de feição puramente monarchista, porque que o governo resolveu que o cortejo se transformasse em manifestação republicana; e, como a precissão civica linha de passar em frente de palacio real, deu-se pressa em mandir prohibi-la.

Este novo acto de repressão — que não serve senão para dar mais algum prestigio ao partido republicano — foi muito commentado, e quasi toda a imprensa opposicionista o censurou ou ridicularizou.

Para conservar a auctoridade em vitoria, o Grande Oriente fez constar que não desistiu de lutar a effeito o projecto prestito.

Foi nomeado juiz municipal e de orphãos do termo de Padua o bacharel Manoel Adeodato de Souza Junior.

### BANQUETE

do port...  
 D. Jose...  
 terna o...  
 (Rinha)...  
 Xavier F...  
 nuel Fir...  
 Nicolau...

Deve s...  
 exercito

Os Sr...  
 recebere...  
 nambue...  
 portug...  
 real por...  
 O paq...  
 do par...  
 pela Ba

Const...  
 te-coro

Foi...  
 Relação...  
 capital...  
 Alguel...  
 Fazenda...  
 gutate...  
 Hon...  
 midade

Dem...  
 d'esse...  
 deia da...  
 Rui...  
 saula, o...  
 jury de...  
 meta de...  
 Vent...  
 fol con...  
 do val...  
 da dec...  
 nas pe...  
 do cod...  
 Fico...  
 por ter...  
 tambem...  
 julgam

Fors...  
 com v...  
 codor...  
 Janeiro...  
 Compr...  
 lhe cau

Tio...  
 Juiz...  
 N.º...  
 Rio...

Inco...  
 Rece...  
 Encl...  
 Sobr...

N.º...  
 São...  
 Cal...  
 No...  
 Com...  
 Aco...

IMAGEM 1: Retrato de Victor Leal, autor do folhetim da *Gazeta de Noticias*. Dia 15 de março de 1890

não tratarei senão dos artigos vivamente me tenham interessando ligeiras proposições. sentido de me esclarecer, e esclarecer aos outros.

**Patria e o território.** Estes dois artigos, dizendo o 2º *compõe-se de Estados, distritos, províncias e territórios.* e o 3º *que depois d'este artigo, o grapho do título, se dissolvesse, que eram estados, distritos, províncias e territórios.*

obra d'estas não se pôde des-  
modo, a clareza e a boa di-  
vidas que tinha a velha Consti-  
tuição. Não era pela forma e  
que ella peccava, mas para  
ante pelo fundo.

não achamos a explicação  
rentes divisões do território,  
io tr' procural-as em outros

Estados, sabemos que elles  
das províncias do tempo do  
que suas attribuições já estão  
or um decreto do governo pro-

vs mais tarde a este assumpto.  
8º do projecto: «provincia é  
ção, cuja organização é re-  
o governo da União, e cuja  
ão d'elle depende directa ou  
ute. O território é formado de  
ntas ou não, que pertençam  
onde o governo e a adminis-  
tração em particular, depen-  
dentemente do poder federal. O  
or leis especiaes a cada provin-  
a e território, tendo em vista a  
le condições, proverá á sua  
o administração.»

este artigo vem a palavra-  
reciso explicar o que ella seja,  
encarregou o 2º membro do  
projecto, que diz: «As expres-  
ões Estados do Brasil,  
Nação, União ou Republica  
podem ser empregadas indis-  
tinctamente para exprimir o governo  
e a administração do território de povo  
e a opinião nacional.»

o sentido da palavra—*União*,  
segundo a procura do que seja  
o território. Já sabemos pelo  
scripto, que a provincia é  
a inscripção organizada e regu-  
lada pelo governo da União, e que o ter-  
ritório de terras devolutas ou  
pertencem á União.

isto ainda não indica o  
modo da divisão, temos de re-  
visar artigos para ficar conhe-  
cedor. É um trabalho de pa-

9º: «Novo Estado, provincia  
poderá formar-se de quaes-  
quer do territorio nacional, ainda  
que em categorias, sempre que o  
Congresso, não havendo oppo-  
sido interessado, nem violação  
constitucional. Mas o territorio  
de um milhão de habitantes, e  
de densidade igual á menor dos actuaes

Official de habitem.



## O ESQUELETO

POR VICTOR LEAL

Este esqueleto que hoje damos, nem é da fantasia, nem é a reprodução de um esqueleto qualquer. É a fida imagem do esqueleto real que foi achado no Paço; e se tanto nos exigirem, justificaromos a identidade com um attestado do Instituto Historico.

Amanhã começaremos a publicação do romance, que será illustrado pelo Hasty. Os typos dos personagens são absolutamente authenticos e desenhados sobre documentos contemporaneos.

Foi declarado sem effeito o decreto nomeando o Dr. Alfredo Piragibe para medico-cirurgião da assistência medico-legal, por não ter esse facultativo accedido a nomeação.

Foi nomeado para o referido cargo o Dr. Avilado de Aguiar e Souza.

## CARLOS DE LACERDA

Campes, 15

Carlos de Lacerda será julgado segunda feira.

(Gazeta de Noticias)

major do 21º batalhão, Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo.

A musica do 1º batalhão da infantaria vai tocar hoje durante a tarde no jardim da praça da Acclamação.

Foi mandado por a disposição da direcção do Arsenal de guerra do Estado do Rio Grande do Sul, o alferes honorario do exercito Francisco de Paula da Fontoura Menna Barreto.

Foi mandado incluir no Asylo de Inválidos da Patria o capitão honorario do exercito Joaquim Vieira de Almeida.

Foi mandado nomear pelo corpo de saúde do exercito, um cirurgião para servir na guarnição do Estado do Espirito Santo em substituição do 1º cirurgião Dr. Edelfonso Theodoro Martins que foi transferido para a guarnição do Estado das Alagoas.

Concedem-se licenças ao 1º tenente do 2º batalhão de engenharia Tristão Ararips para praticar na Escola Tacita e de Tiro do Estado do Rio Grande do Sul.

Foi transferido para o 23º batalhão da infantaria, o alferes do 32º batalhão Duarte de Alleluia Pires.

Foi nomeado para commandar a força que se acha á disposição da commissão de colonização da Guyana Brasileira o 2º tenente do 2º batalhão de engenharia João Baptista de Figueiredo Junior.

Foram promovidos no corpo de estado-maior de artilharia, ao posto de tenente-coronel, o major João Carlos Lobo Botelho, e ao de major o capitão Carlos de Oliveira Soares.

Foram transferidos para os corpos de engenheiros e estado-maior de 1ª classe:

Para o corpo de engenheiros. — Capitães do corpo de estado-maior de 1ª classe: Tito Augusto Porto Carrero, Octaviano de Brito Góes, Araripe Meirelles, Felippe Schmith, Augusto Homem Villerooy, Olavo Ottoni Barreto Viana, Edelfonso Pires de Moraes Castro; capitães de artilharia: Antonio Maria de Albuquerque O'Connell Jorsey, Manuel Theophile Barreto Viana, Antonio José de Siquiera, Joaquim Rodrigues de Moraes, Romualdo de Carvalho Barros; capitão de cavallaria, João de Deus Martins; capitães de infantaria: Democrito Pereira da Silva, Joaquim de Carvalho Salomê Pereira, Gabriel Pereira de Souza Botafogo, Gabino Besouro.

Para o corpo de estado-maior de 1ª classe. — Capitães de artilharia: Antonio Plutarco de Almeida, Antonio José Dias de Oliveira Tristão Ararips, João Luiz Pires de Castro, Amélio de Andrade Almada.



o acto da justa homenagem ao bello melleo foi realizado no meio plauso de todos os numerosos assistentes.

na sua seguita entrega de diploma de socio honorario a Cidade do Rio de Janeiro do Commercio, reprodix palcos seus ja referidos reds.

manifestado, Dr. Basilio Coelho, a palavra e encerramento como pelo prova de a proca que recebera, zia um bonito discurso de agradecimento.

intelligente e talentosa moçaina Maria A. formosa oradora de Parana, de a recitação parafectamente bem uma copia do Dr. Basilio Coelho.

Dr. Pereira, F. Pereira, e a geral trio remanentt egualmente ao digno feyivo.

culposa com a palavra o nosso nobre Oliveira e Silva, que a graca e honrosissimo ent como do Dr. e Commercio, a honrosa distincção de fufalvo: esta folha aumentante de quitação anglo-portuguez, nada fixa o Diario do Commercio a cumprir o seu programma, que a ader as justas causas.

ta Cidade do Rio agradece a seu tentante.

na voz clara e desembaraçadamente de a graciosa moçaina Bertha, uma poesia, intitulada — Portugal e terra.

atentosa moçaina Maria Prista reminha uma bellissima poesia, intitulada — Portugal e Inglaterra.

impressão causada no auditorio foi de a grada fel possivel, sendo a inente pequena saudada por muitos e e palmas.

Sr. Bernardino Lourenço Pereira a, thos ucairo da sociedade, teve a asima lembrança de se ler e uma com favor das victimas da horro-catastrophe da Bahia.

ada foi accessa por todos e as duas nas Bertha e Prista percorreram a recolhendo ambas a importancia gero.

digno Sr. presidente agradeceu a ração de todos e a presença de oues, levantando a sauto depois o noras da noite.

depois aberto o champagne em alto confiqua.

versos e repetidos foram os bein tes dos nesta occasião, tod a de on-acticas auctarç a no Brazil e a ngal, a illustre directoria do Ju-ri, Capello e Ivens e a Dr. Santos.

esta cozen sempre no meio de e exultante a a illustre adm-teso não pouca a e fery a para se e k para em os uma num rosos rchados, a que conseguiu a imira-nta.

veram presentes muitas nhoras de a banda musical Rocca de o Christo, que fez ouvir muitas do seu repertorio.

esta edição da sociedade estava eral e com muito gosto.

Diario do Commercio auctarç a a lous da distincção que lhe foi com-pleto cavalharismo da distinc-tade, cujo progresso a prosperi-vação de todo o coração.

# O ESQUELETO DO PAÇO

## HISTORIA D'ALEM TUMULO

Ja ninguém ignorava os amores de Ray de Castro com D. Mathilde Alvarez, a flor da corte de João VI.

Este idillio, que em pouco tempo tornou-se o assumpto obrigad de todas as palestras no paço real, como se comò começam todas as d'ellas, nãa neste mundo e ollustre a estu-pido, cortezias, apertos de mão e agi-tesca scena intima de exploração pla-sonicas, a luz da lua, por detrás das grades e frondosas arvores do jardim do palacio.

D. Mathilde Alvarez era o que se pôde chamar uma bella porcelana.

De origem hespanhola, herdada de seus pais o ardor da raça e que pertencis e suas caracteristicas passivas, como se nascida fosse sob o sol de Andalus a.

Fidalgia não era ella, e que, entretanto, não a desobrigava de ser ignorada pelas fargas da corte que nunca lhe perdoaram a correção plástica do seu admiravel nariz grego, de umas mãos bem feitas e de um porte magestatico.

A todos estes predicados reunia a formosa rapariga doses de espirito facillimaveis para os longos serões raças que nem sempre preparavam aos que os frequentavam momentos de di-versas que fizessem esquecer as prazas bozetas e antiquadas da augusta régis.

D. Mathilde Alvarez entrou para o paço, graça a uns velhos conhecimentos de seus paes com uma dama de honor.

Tinha seus dezessete annos, quando Sua Magestade o Rei lembrou-se de collocar a á sombra de sua protecção valiosissima.

Pouco lhe custou constituir-se dentro de uns seis meses um dos pontos mais salientes dos serões reais, um astro de primeira grand-se em torno do qual giravam satelites de todos os generos, fuzilga de familias nobilissimas e rã bonitas de uma aristocracia exótica, creada por obra e graça do rei.

Destacava entre aquillo enxame de adora-doras um que mais se avantajava pelo merecimento physico e moral na-rale turfa para solução prompta... da-remida da pulc' manço longos nautas de vigilia, h-ras inteiras de estudo e de observação.

Apesar de viver em um nobre intima-mento falso D. Mathilde Alvarez não parlava de tudo a Euz a provincialana.

corpo inteiro, o seu retrato, adm de ser sulhado de ali das sessões em na de honra de que tratam os estatutos.

De que se denomina *Consejo de Figueiredo* a primeira officina que foi inaugu-rada.

De que, em testamento perpetuo de affectuosa gratidão, se mande cunhar uma medalha de ouro, tendo no verso um effigiem allegorica do trabalho e no averso a *Iluminação e gratidão de S. Procopio de las Bellas Artes no conde de Figueiredo*, a qual se lhe á entregue em testamento de socie-dade.

D. Santos, foi por unanimidade appro-vado, ficando tambem resolvido, por proposta do Sr. Dr. Augusto Diniz, que o diploma de socio Grande Banerite-rioso levrado em pergamino a entregue por uma commissão especial, da qual fizesse tambem parte a directoria da sociedade.

O Sr. presidente, tomando por base o que se pratica em associações congê-nueras, propoz a ser approvado que se creassem medalhas de ouro e de prata destinadas a distinguir e galardoar os socios que mais se afortunarem pelo engrandecimento da Sociedade ou do Lyceu.

O Sr. director desta estabelecimento fundamente a seguintes proposta:

O professor do Lyceu de Artes e Officia que tiver leccionado 3 annos consecutivos, isto é, não havendo dado mais de 40 faltas justificadas, ser lhu- conferido o titulo de socio Grande Bem-feitor, e a sociedade, em testemunho de gratidão, lhu conferirá uma medalha especial e commemorativa de este facto. a Foi approvada.

Sob proposta do Sr. João Faria dos Santos, acciñta com uma saiz de palmas, resolveu-se tirar a ella o re-trato do Sr. Benvençent de Silva, con-firir-se lhu o titulo de Grande Banerite-rioso e tambem uma medalha de ouz, symbolo do amor e da gratidão da Sociedade e do Lyceu pelos re-lvantes serviços a sacrificios prestados-oum abnegação durante mais de 33 annos á causa publica e ao país.

Foi nos mostrdo hontem o seguinte telegrama:

a Club Republicano Rio Grandenan-rio. — Liberdade imprensa Intecta. Castilhos. Demotrio accorda. Descon-fian infirmarç a mercaderia. — Ernesto Alves.

## AVISOS

Prettas Hotel. — Foz de Iguaçu — O primeiro dos Estalos Unidos do Brazil, unico que possui uma cozinha rica e completa e que está em condições de fornecer a gravaes banquetes, ceas montes, hulos, inauguraçõs etc. etc.

Tom grand a a rica astos propria e um pessoal habilidissimo. Todos os serviços Arqueifios por esta hotel tem sido dirigidos e ministrados pela empresa de S. Capitão.

Consulado Geral do Portugal. — Pels officios n. 7 de 14 de Fevereiro.

INC

NEGO

OCCI

ELIS

Proar,

az negr

Condre,

Preitas,

Negan

ganhan

acabam

A. con

guezas,

maçã no

guas, pad

o produç

trabalho

a del-se.

Em vi

que tudo

terminar

seus dom

Estimo

comunic

Diario d

a remeça

carta ou

com o q

senhoras

entrega a

elias que

per

O Sr.

officou

realizar

per se a

REGI

81. Lut

82. Lect

83. Jov

84. P

85. Ina

86. s

87. Etr

88. g

89. ci

90. Jovi

er

IMAGEM 4: Primeiro dia d'O esqueleto do Paço. Mistérios da Casa de Bragança, folhetim do Diario do Commercio. Dia 18 de março de 1890

de officiaes, cadetes e inferiores do batalhão fizeram à 25 do passado na manifestação de apreço ao comandante do batalhão, major Eugenio do de Meilo, offerecendo-lhe por occasião uma rica caneta com penha d'ouro.

Em 19 do passado a commissão da Heliographica agampon em Rio dos

Rechos, tenente-coronel Quadros havia ido para Morrinhos com o tenente Barros, a fim de inaugurarem a secção Morrinhos a Monte Alegre.

Em virtude de uma representação da vere municipal a cidade de Meia Pontassou é denominada se — Perynopo-

Foi dispensado dos trabalhos da Re- o dr. Salustiao.

Acha-se enfermo em Goyaz o tenente Olavo Corrêa, ajudante de ordens do governador do Estado.

### DR. JOÃO SAMPAIO

Foi nomeado juiz municipal de Ca- de, o sr. dr. João de Deus Sampaio, graduado no foro de Campinas. É uma acertada escolha, pois que o Sampaio é um moço criterioso e um recto administrador da justiça.

Ultima de uma angina falleceu antonem em Santos numa hotel da Barra o tio inglez Richard Layers, telegraphista do cabo submarino.

### Reclamações

Relativamente à nossa reclamação sobre a execução de ratos para expositos em participares, escrevem-nos da Companhia Cantareira:

o sr. redactor.—Sobre a queixa hontem reduzida por v. s. do proprietario dos ratos, ns. de é na rua Galvão Bueno, vult a mais minuciosa indagação a seguinte:

o escriptorio não ha pedido algum serviço naquelles prédios.

o sr. redactor.—Sobre a queixa hontem reduzida por v. s. do proprietario dos ratos, ns. de é na rua Galvão Bueno, vult a mais minuciosa indagação a seguinte:

o escriptorio não ha pedido algum serviço naquelles prédios.

o sr. redactor.—Sobre a queixa hontem reduzida por v. s. do proprietario dos ratos, ns. de é na rua Galvão Bueno, vult a mais minuciosa indagação a seguinte:

o escriptorio não ha pedido algum serviço naquelles prédios.

o sr. redactor.—Sobre a queixa hontem reduzida por v. s. do proprietario dos ratos, ns. de é na rua Galvão Bueno, vult a mais minuciosa indagação a seguinte:

o escriptorio não ha pedido algum serviço naquelles prédios.

## UM CRIME NO PAÇO IMPERIAL

Do cidadão dr. Floriano de Araujo Fontes, advogado em Campana, recebemos ante-hontem uma carta que nos encheu de admiração e de respeito pelas revelações que contém, e que ao mesmo tempo nos alegrou por nos proporcionar o prazer de dar esclarecimentos à imprensa publica para o descobrimento de um crime provavel e até agora desconhecido.

Nesta carta o dr. Araujo Fontes faz um apello aos sentimentos generosos e justos dos nossos collegas da capital federal e pede a nossa intervenção junto a elles. O pedido é tão razoavel e tão justo que apenas sentimos nos fallecer a autoridade e prestigio para transmittir a aquellos nossos collegas, certos de prompta attenção e completa acquiescencia.

Coallamos porém na rectidão e alta honestidade da imprensa fluminense, esperando que a simples leitura da referida carta a demova do proposito em que tem estado de encarar humoristicamente um acontecimento grave e serio realmente digno de mais ponderação e cuidado.

A respeitabilidade do signatario da carta, bem conhecido nesta capital, e os termos em que ella está descripta, dispensam-nos de qualquer outro comentario e de mais impertinentes observações aos nossos collegas do Rio.

O caso do esqueleto encontrada no Paço da cidade, muda agora inteiramente de face, e vai, decerto, ser apreciado por outra maneira e por outros processos, esclarecido como ficará pela carta do nosso delicado informante, a quem agradeceremos as liberezas expressões que nos dirige e a quem levamos pela resolução que tomou de esclarecer a justiça.

Es a carta:

«Sr. redactor do Estado de S. Paulo.—Li na sua conceituada folha do 13 do corrente a seguinte noticia, tambem publicada na secção «Falias Noticias» do Jornal do Commercio do 14:

«Em um dos compartimentos do Paço da cidade do Rio foi encontrado antehontem um esqueleto humano completo e bem assim um crânio fúferrario de molda inglez.

Suppõe-se que o esqueleto é o de um escriptorio que alli trabalhava.»

E, como tanto importantes esclarecimentos sobre este assumpto, resolvi dirigir-me a V. para, antes de tudo, fazer-lha um pedido.

O Estado de São Paulo na sua já longata vida e em virtude do seu caracter posi-

ção, que continuarei se vir, como se- pero, que a digna redacção do Estado de S. Paulo attenda ao meu pedido, que não significa mais do que um brado de justiça, ainda que tardia, e um protesto contra a leveza dos jornaes fluminenses, — leveza que seria perversidade, sem nome, se nella por acaso entrasse a esclarecedora luz da consciencia!

Sou bastante conhecido nessa cidade e dessa redacção, para que os gravissimos factos que vou narrar, verdadeiramente extraordinarios, possam ser acimados de invenção e para que a minha interferencia neste assumpto possa ser levada a conta de qualquer mesquinho interesse individual.

Digne-se, sr. redactor, de aceitar os protestos de alta consideração e segura estima do seu admirador e assignante, Florença de Araujo Fontes.

Ilapetina, 17 de Março de 1890.

## CONCURSO DE LATIM

Acha-se aberta, na secretaria da Faculdade de Direito, pelo prazo de quatro mezes, a inscripção para o concurso ao lugar de professor de latim do curso de preparatorios anexo a dita Faculdade.

O prazo conta-se do dia 13 do corrente.

Estamos autorizados a declarar que o professor, cidadão João Vieira de Almeida será um dos concurrentes a esse lugar.

Recebemos um folheto contendo os estatutos da Sociedade *Novitas Recreativas*, approvados em assembleia geral extraordinária a 25 de Janeiro deste anno.

## SANTOS

Diz o *Diario da Manhã* que alli tem apparecido alguns casos de febre amarela no centro da cidade, e accretencia, porém, quanto é isto motivo de pânico porque todos os annos apparecem em Santos dezenas de casos.

Por decreto de 17 do corrente, foi promovido a tenente coronel, por merecimento, o nosso comprovinciano maior de engenheiro dr. José Jardim, membro da commissão de limites com a Republica Argentina.

## Theatro S. José

Hoje realiam mais um espectáculo a ara. d. Christina Frizzo e commenda- dor Frizzo.

Com certeza mais uma enchente no S. José.

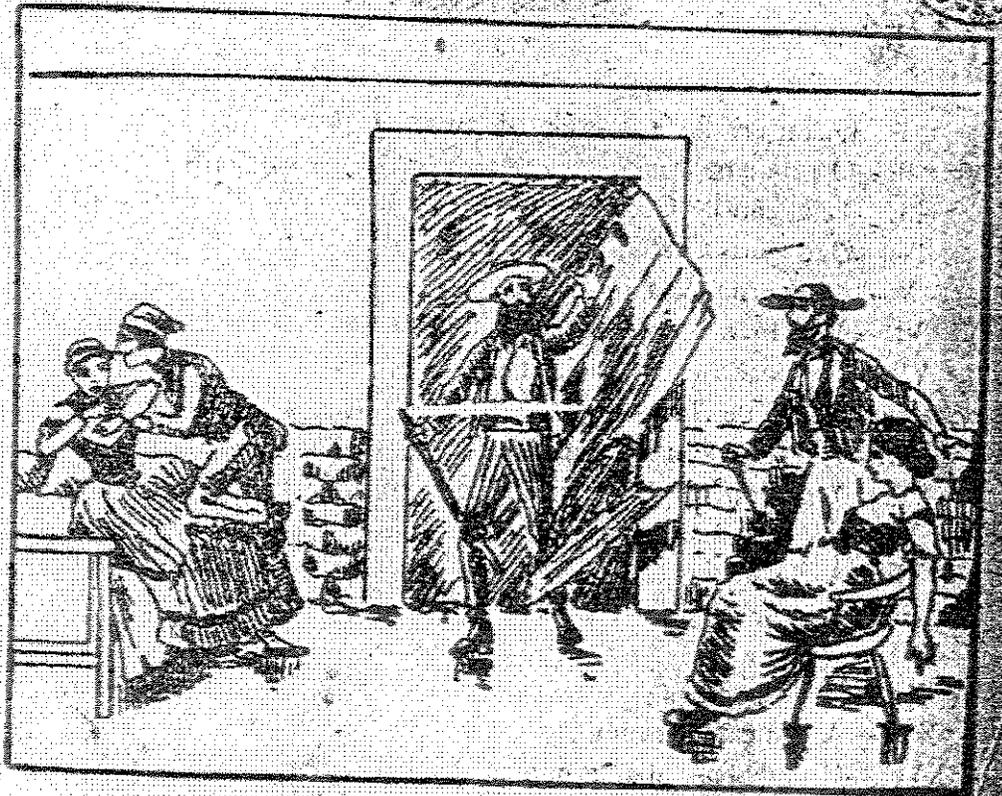
IMAGEM 5: Primeiro dia da publicação de *Um crime no Paço Imperial*, folhetim d' *O Estado de São Paulo*

BIBLIOTECA DA LIVRARIA DO POVO

# JOSÉ DO TELHADO

E SUA QUADRILHA

(Ilustrado com o Retrato de José do Telhado)



RIO DE JANEIRO

LIVRARIA DO POVO — QUARESMA & C. — Livraria Editora

71 E 73 RUA DE S. JOSÉ 71 E 73

1910

IMAGEM 6: Capa de *José do Telhado e sua quadrilha*

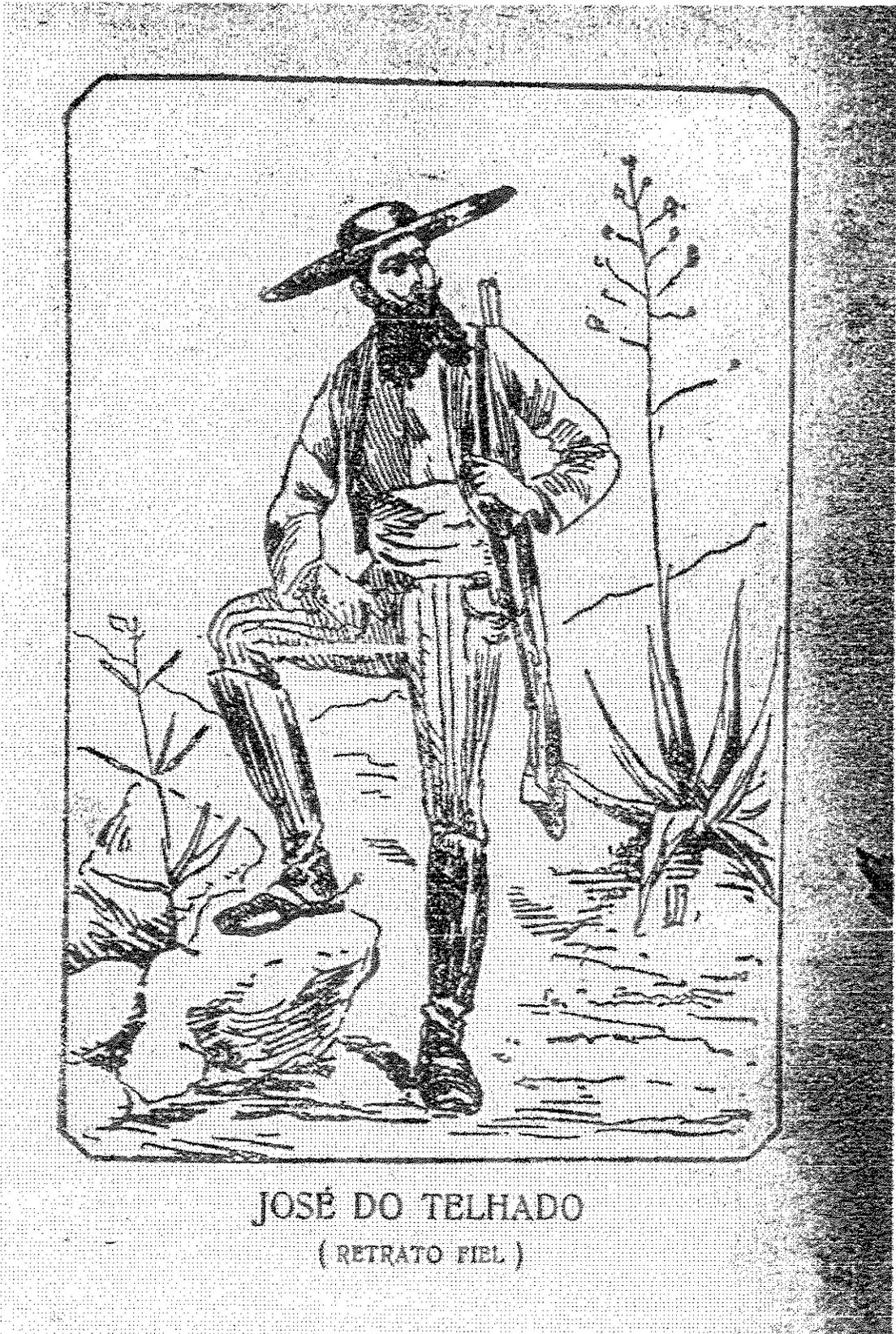


IMAGEM 7: Retrato de José do Telhado

OS ESTRANGULADORES DO RIO

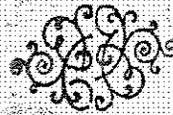
OU

O CRIME DA RUA CARIOCA

ROMANCE SENSACIONAL DO RIO OCCULTO

POR

ABILIO SOARES PINHEIRO



TYP. LUIZ MIOTTO

Rua da Alfandega 190 — Rio de Janeiro

1906

IMAGEM 8: Capa de *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*

Os Estranguladores do Rio de Janeiro  
OU  
O CRIME DA RUA CARIOCA



IMAGEM 9: Capa interna de *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da carioca*

o que to- a um po- os nossos a a dis- arço, só que se aereocerem attitudo, linha da s afasta- ções do s do go- , deau- pressão e de exa- falcitruas u os can- e so quo- intom-nos e propul- nuaremor ão, sejam as. Con- ariden- Esta, que Lem es- osso lado revolução. recorrem não dedi- ça e da um pre- sente não voluciona- o pleito a puração desde já convenção, roação do caça da io a pre- conduzirá olução ou dictadu- ossa, não da e flo- do dura- que co- do me- s a revo- nos que- esses que viros. São s infelic- tormen- Que pa-

- Botucatu — José Pereira da Fonseca.
- Lençóes — Carlos José da Silva.
- Agudos — Justino dos Santos Leal.
- Itu — Antonio Ferreira Dias.
- Saõ João — Jorge de Souza.
- Indaiatuba — José Tancier.
- Piracicaba — Henrique Brasiense.
- Santa Cruz do Rio Preto — José de Toledo.
- São Manuel de Parais — Francisco Martorelli.
- Sorocaba — Capitão João C. de Azevedo Simpatão.
- Tatubá — A. Pereira & Comp.
- Tietê — Antonio Nery Ferreira.
- Faxina — Atília Martins Bonilha.
- Laranjal — Pedro Scudier.
- Conchas — José Teixeira Curto.
- Assis — Antonio de Faria.
- Itararé — Frei Augusto dos Santos.
- Villa Rica — Luiz Gaitzberg.
- Comp.
- Marquês — Antonio.
- São Pedro — Pedro Bourque.
- Rio das Pedras — João Prates.
- Manduru — Eugenio José da Medeiros.

F. C. DO BRASIL

- Jacarey — Major José Bonilha.
- São José — Major José Bonilha.
- Osageas — Major José Bonilha.
- Jambalá — Major José Bonilha.
- Parahyba — Major José Bonilha.
- Sergipe — Major José Bonilha.
- Yassai — Major José Bonilha.
- Wanderlândia — Major José Bonilha.
- Salgado — Major José Bonilha.
- Guaratinguá — Henrique Fonseca.
- Lerana — José Guareiro Monteiro.
- Torres — Major José Bonilha.
- Grucira — Luis Paternostro.
- São Santa de Apucarana — Victorino de Oliveira Machado.
- Treze de Maio — Antonio Gomes da Costa.
- Caxambu — Eduardo Tavares Paes.

SUL DE MINAS

- Carlos Martins.
- Carma de Esmeraldas — Nestor Euclálio Andrada.
- Paracatu (Minas) — Lauro Guimarães.

GOYAZ

- Israel Arruda.
- PARANA
- Ponta Grossa — Adolpho Rocha & Faria.
- Gurtyba — J. Cardoso Rocha.
- Paranaíba — Cortes & Hittencourt.
- Vianini em Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul — Pedro Fernandes Lara.

NOTÍCIAS DIVERSAS

**MORTE REPENTINA**  
 Por questões de jogo — Na «Sport Parisiens» — «Arranjos do proprietário — Epitafio na Central»  
 Como é geralmente sabido, em uma casa da rua S. João, proxima do «Bijou», funciona ha alguns mezes uma casa de jogo sob o titulo de «Sport Parisiens».  
 Nessa casa, são organisadas quinzeas do bilhar disputadas por um grupo de seis mocas, havendo jogo de poulas.  
 O proprietario dessa casa, o sr. Nagib, que de ante-mão organisou o resultado dos torneos, dizendo que as mocas queas devem ser as vencedoras da partida, sendo, já se vê, aquellas que não tem poulas vendidas, e que Nagib-manda arizar na

submettido a exame do corpo de delicto.

TERRÍVEL CONFLITO

Em um cortijo da rua Visconde de Parahyba — No Braz — Motivo do tiroteio entre praças de policia e saizanos — Mais de trezentos tiros do revólver e espingarda — Um morto e diversos feridos — O tiroteio dura cerca de meia hora — O jogo — Outras notas  
 A chronica policial registou hontem mais uma triste occorrença, de que foram causas determinante o vinho e o jogo.  
 O vinho accendeu a imaginação dos individuos que figuram no terrível conflicto que descrevemos abaixo e que se desenrolou num armazem de secos e molhados á rua Visconde de Parahyba; o jogo exarcebou-lhes os instinctos sanguinarios e fez de uma distração viciosa uma luta de espantosas proporções em que um homem caiu morto, varado por uma bala de revólver e alguns soldados ficaram muito feridos.  
 Contemos os factos, como elles se passaram:

Ha quinze annos que João Cacciolitto se casara na Italia, com a sua patricia Pasqualina Ciullo, com a qual immediatamente para o Brazil, sendo S. Paulo a cidade escolhida pelo casal, para sua nova residencia.

Possuidores de algumas economias, trataram logo de empregal-os em negocio rendoso.

Depois de meditarem maduramente, resolveram adquirir os tres sobrados ns. 82, 84, 86, 88 e 90 da rua Visconde de Parahyba.

Cacciolitto alugava os altos dessas casas a muitas familias italianas, que fizeram d'alli um cortijo. Sendo o negocio rendoso, Cacciolitto mandou construir seis pequenas cozinhas em cada um dos tres quintaes, alugando-as por sua vez, a uma infinidade de gente que para alli foi residir.

Os predios communicam entre si por escadas immundas, frouxamente illuminadas por um candieiro de petroleo.

Essas escadas, que são de madeira, acham-se em deploravel estado, tendo os degraus carcomidos pelo tempo.

Em todos os predios se respira alli um ar viciado, empregado de fumo e alcohol.

Os altos das casas são divididos por estreitos corredores, feitos de taboas de ferro, vendo-se de lado a lado portas que dão para quartos habitados por gente da peor especie.

Cacciolitto estabeleceu-se nos baixos dos seus predios com um vasto armazem de secos e molhados, fornecendo aos inquilinos.

A noite, e principalmente aos domingos, na venda reunia-se grande numero de pessoas, que sentadas em mesas tocas, disputavam ardorosamente uma partida de tres petas ou escopas.

Não raras vezes houve alli principio do desordem, que era logo abafada pelos moradores da casa.

Hontem, ás 8 horas da tarde já se havia exgotado grande numero de garrafas de vinho barba e os simos estavam exaltados. Respirava-se a custo dentro de um acanhado quarto onde, os jogadores, de portas fechadas, amarravam nas mãos as cartas amebadas de um baralho.

Um irmão do administrador, cha-

suffraganeas: Maranhão, Alagoas, Piahy e Santarem. — Dioceses suffraganeas: Mariana. — Dioceses suffraganeas: Campanha, Diamantina, Goyaz, Pouso Alegre e Uberaba.  
 Provincia de S. Paulo. — Dioceses suffraganeas: Campinas, Ribeirão Preto, S. Carlos, Botucatu, Taubaté e Curytiba.  
 Provincia do Rio Grande do Sul. — Dioceses suffraganeas: Santa Catharina, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.  
 Provincia de Matto Grosso. — Dioceses suffraganeas: S. Luiz de Cáceres e Corumbá.  
 Na secção topographica publicamos a nomeação dos dois novos arcebispos e bispos para as dioceses suffraganeas das duas provincias criadas ultimamente.

Loteria de São Paulo

Hoje 60 centos por 155000

A CLASSE CAIXEIRAL

A grande reunião da hontem — Fichação das horas de serviço — Com grande concorrência, realizou-se hontem, ás 2 horas da tarde, na Sociedade Humanitaria, a reunião dos empregados no commercio, a fim de tratarem da questão do fechamento das portas.

A reunião correu na melhor ordem. Os diversos moços que usaram da palavra naquella reunião mostraram a situação da classe caixeiral, a sua falta de garantias moraes e materiaes.

Referindo-se á liberdade que devia ter a classe, um dos oradores salientou o facto de haverem alguns patrões prendido hontem, domingo, os seus empregados no serviço justamente á hora daquella reunião para evitar que os mesmos nella tomassem parte. Accrescentou que outros patrões oppuzeram-se a que os seus empregados votassem na eleição de l-de corrente.

Na reunião foram tomadas varias resoluções entre as quaes a de se dirigir uma vibrante circular á todas as associações da classe no Brazil, para que representem ao Congresso Nacional no sentido de ser convertido em lei o projecto Honorio Gurgel que visa tornar effectiva uma disposição do codigo commercial, sancionando de varias garantias os empregados no commercio.

Ficou tambem assentado nessa reunião que a classe caixeiral não pretende o fechamento ás 7 horas, embora muitos empregados reclamem essa garantia já concedida aos seus collegas do Rio Grande do Sul. O que ella tem em vista é obrigar os commerciantes a estabelecerem horas de serviço, pois que em muitas casas commerciaes embora estejam fechadas as portas ás 8 horas da noite, os caixeiros permanecem no serviço até quasi meia noite.

Brevemente haverá uma outra reunião de empregados do commercio no bairro do Braz, com o fim de despertar a classe e unila a fim de que ella ponha o seu desideratum.

A reunião de hontem foi promovida pelos sr. A. da Cruz, Gastão da Cunha, A. Espinheiro de Azevedo, Alfredo Bastos, A. Leite, Ribeiro, Raul Ferreira Campos, Augusto Pereira, Raymundo Cerqueira, Samuel Ribeiro da Costa e Serafim Ferreira.

Hoje  
 VIC  
 Ante-h  
 um horri  
 ca da o  
 Sorocaba.  
 O mes  
 Esturio,  
 de força  
 abou ul  
 uma cor  
 instant  
 O infe  
 quarenta  
 lhor e fi

Grandic  
 Hoje  
 Vale Qu  
 O auto  
 chauffeur  
 casão er  
 rengo de  
 proxima  
 o vicio  
 Vicente  
 uma das  
 violencia  
 culo.  
 No des  
 ficou com  
 cada, alei  
 pelo corp  
 culação e  
 do.  
 Essas  
 graves, s  
 Hospital  
 Vicente  
 80 annos  
 Italianos,  
 O chau  
 te e apre  
 Filho, qui  
 rito sobre  
 Grandic  
 Hoje  
 Vale Qu

Hontem  
 baile pub  
 rua do G  
 acompanh  
 peor espe  
 depravada  
 rondantes  
 recolheren  
 ra a Cen  
 Com s  
 manteido  
 mulheres  
 sas e os  
 do grupo,  
 sa, na ru  
 com compe  
 phael Car  
 duos.  
 A's 4 h  
 e seus o  
 uma disc  
 de Ray  
 Angelin  
 mento do  
 tos, ao q  
 com uma  
 agredind  
 ca de por  
 O ronda  
 lina e R.  
 Repartid  
 de folia  
 recolhida  
 seu amant

IMAGEM 11: Exemplo de uma das notícias de crime de sangue, presentes no capítulo 3. "Terrível conflito". O Estado de São Paulo. 7 de março de 1910

**de Tula a ma-**  
fundada, mon-  
sa, nesse pon-  
politico.

Desde da sua  
e a sua moral.  
humano. Ne-  
esse requir-  
de, quasi nul-  
deida, pois o  
libero philoso-  
moral incor-

luzes, a civili-  
receber em face  
longos annos  
da patria: mas,  
existencia ac-  
para sobreviver  
para e cultivar  
de deus. Mit  
do meu deusa  
ella se deusa  
curruca.

M. Rozvim.

**Publicano**

**FOROZ**  
esta o minu-  
to aleitador  
tado á agra-  
da do Par-  
da, os diri-  
para que en-  
dos cidadãos  
luzir a nova  
endereço  
de No-  
capital, onde  
o dia 30 do

dia de 1900,  
agos,  
ata Jaxon,  
bello Garçavia

**NAES**

Attili  
de Clementi-  
juiz de direito  
promotor, ad-  
de Moura Es-  
litora Junior,  
Forma, na sala  
do Jury, a au-  
de processo  
e que são reis  
e Almeida Ja-  
vino dos Santos  
em 25 de deza-  
pouera como  
como mandata-  
policial da rea-  
la 2.º circun-  
scrição de bond,  
das da manha-  
do do Forum  
ados, solicita-  
mon, acompa-  
de Martins,  
e de Carlos  
um o dr. Rui-  
do recebido  
de offerecer um  
effez notissimo  
no Duarte de  
de Gabriel Re-  
Munoz Pedro-  
drasil Figueira,  
Joa, Francisco  
de Arvras, Da-  
mpio, Alvaro  
Carada, Pereira  
de, Aquilino  
Goulart, Pen-  
Goulart, Jurga  
Goulart, Camar-  
de Carvalho,  
Junho, M. Na-  
mora, Arthur  
de, Alvaranga  
de, Azevedo Car-  
de, Cordeiro Dias,  
e Souza e ou-  
de Rafael Ar-  
erra, Dr. Sch-  
villium, Vianca  
Beltrario Gar-  
Antonio José

**Noticias Diversas**

**Os arrombadores de cofres**  
Apesar de completo sigillo  
que homem se guardou na re-  
partida central e no posto Ba-  
do da Iguaçu, a cerca da prisão  
do mais importante membro da  
equilibrada que intratava esta ca-  
pital, conseguimos saber que os  
delinquentes a que está preceden-  
do o dr. Pedro Arbues Junks,  
incumbido pelo sr. de chefe de  
policia da direcção do inquirito,  
estão tendo o melhor exito pos-  
sivel.

O dr. Pedro Arbues, pessoal-  
mente, tomou parte em todas  
as diligencias, dando con-  
fundidas buscas, alta madrugada,  
nos sitios mais frequentados pe-  
los amigos do alhoio.

Das diligencias a que proced-  
se na madrugada de ante-honte,  
aquella autoridade, após  
grande difficuldade, conseguiu  
saber os parades e endereço de  
grande Alberto, e machucado.

As passo que se rebucavam  
os aconderijos afazados da ci-  
dade, Alberto permaneceu no  
centro, onde foi homem preso  
pelos agentes Athanasio de Car-  
ro e Joaquim Alves, sob as or-  
dens do dr. Pedro Arbues Ju-  
nior.

Alberto foi quem preparara  
engenheira machina destinada a  
arrombar fechaduras de quate-  
per burras.

Vindo da Republica Argen-  
tina o anno passado, o portug-  
são ladrão, e mais habilita da  
quadrilha, foi quem delinco o pla-  
no de roubo na casa bancaria  
Gatti, a sua loja a fôrda.

Como os leitores se devem  
lembrar, os ladrões puderam  
fazer uma comunicação subter-  
ranea, partindo da varzea do  
Cururo.

Depois, Alberto desempenhou  
papel saliente no roubo da casa  
Pekoto Estella, onde a quadril-  
ha só appareo cerca de 2000000,  
e por fim, planejou, com seus  
companheiros, o assalto à agen-  
cia do Banco Mercantil de Santos,  
em cujo cofre havia mais  
ou menos 30000000.

Preso e interrogado pelo dr.  
Pedro Arbues, Alberto deu, em  
várias contradicções.

O creado Manoel, do Hotel  
de França, reconheceu Alberto  
como sendo um dos ladrões que  
alli se hospedaram para mais fa-  
cilmente praticarem o roubo da  
casa Estella.

Após este crime, Alberto rap-  
toou a mulher do proprietario  
de uma fazenda a rua Benjamin  
Constant, a qual se acha detida,  
e que, interrogada, declarou ter  
sido ella a raptoira de Al-  
berto.

O sr. Sebastião Lencis procu-  
rou homem o dr. Pedro Arbues,  
a quem declarou não ter deposto  
no inquerito feito sobre o  
roubo da casa Estella, prestado  
grandes esclarecimentos que se  
verregraram a culpabilidade de  
Luiz Conti, Cyraco, já preso.

Com a captura de Alberto  
Degrandi, Amicar Biggi e Luiz  
Conti, pôde-se dizer que toda a  
quadrilha já está presa, por-  
quanto os demais membros ti-  
nham papel secundario da vi-  
gias, compaña na grã dos la-  
drões.

O ferreiro Giorgetti, acareado

cujo concerto lava, no minimo,  
de 12 a 14 horas, deixam de en-  
trar no reservatorio da Consola-  
ção 8.700.000 litros de agua, sen-  
do, então, para não haver falta  
de agua, aproveitada o stock de  
reserva nos outros reservatorios.

A caixa de junção recebe as  
aguas das partes mais altas da  
serra da Cantareira, a ar despe-  
ja, por duas linhas, uma de 11  
e outra de 12, no reservatorio  
da Liberdade, sendo que esta  
ultima linha, nas proximidades  
do reservatorio, começa a praver  
directamente a parte mais alta  
da cidade, isto é, a avenida Pau-  
lista, parte da rua de Consola-  
ção, Villa Mariana e Villa Pru-  
dencia.

Em tempo de chuva a caixa  
de junção recolhe cerca de 17  
milhões de litros e na época de  
secca, 8 milhões aproximada-  
mente.

Assim, pois, na peor hypothe-  
se, a serra da Cantareira pôde  
fornecer 28.500.000 litros diarios  
de agua, que, somados a  
5.700.000 de Piratunga, perfazem  
30 milhões, garantidos pelos re-  
servatorios e nas horas mais cri-  
ticas do dia o tempo de utiliza-  
ção, tam ainda, a Reparação de  
Agua e Esgoto e o recurso das  
galerias filtrantes do Belmonte.

O dr. chefe de policia recebeu  
do dr. José Augusto da Costa,  
juiz de direito de Santa Cruz  
do Rio Pardo, o seguinte officio,  
com relação ás prisões de cri-  
minosos que alli se effectuam:

«Segue para essa capital o al-  
ferece João Antonio de Oliveira,  
comandante da escolta que de  
autipena chegou a esta capital,  
e vindo o referido alferece com  
os mandados de prisão contra os  
seus Joaquim de Souza, José  
Garcia Sobrinho (vulgo José  
proprio) Mariano Gonçalves e  
João Custadio Dias, criminosos  
de morte, formos habilitados  
pross e recolhidos á cadeia, desta  
comarca. Além d'estes effectua-  
o meago alferece a prisão e or-  
dena de v. exa. o individuo  
Benedito de tal. Este individuo  
é criminoso em S. Manoel e em  
Tatuly, tornando-se ultimamente  
o terror desta comarca e a siem  
d'estes crimes, commetidos em  
duas mortes no Estado de Pa-  
raaná, onde, publicamente assa-  
sinou mais dois individuos e con-  
tinua a viver como se nada tives-  
se acontecido.

Não posso deixar de aprovei-  
tar esta occasião para dizer que v.  
exa. acaba de prestar a esta  
zona um assignalado serviço;  
energico como é, permitto-me  
que lhe diga que ha ainda muito  
que fazer nesta região, que tem  
sido verdadeiramente abandonada,  
pela visinhanga desta comar-  
ca, sendo ainda ha muito cri-  
minosos impunes.

O alferece desejava levar para  
S. Paulo todos os criminosos,  
mas se exigiu que os deixasse  
aqui por offerecer a cadeia a  
segurança devida.

Aproveito a opportunidade  
para agradecer a v. exa. o im-  
portante serviço que acaba de  
prestar, e não é de admirar, via-  
to estar á testa do alto cargo de  
chefe de policia um magistrado  
como v. excellencia.

Generoso Herbo, mordor no  
largo do Aruiche, 70, aluz a

— Dia 1 de agosto, as 7 horas de  
noite, á travessa da 56, sessão ordi-  
naria.

**GRUPO DRAMATICO** — 2 de agosto. —  
Dia 7, 8 e 9 saídas do *Edes-Clad*, a  
sua: Florencia de Abreu, 22, especta-  
culo a noite.

**SOCIEDADE PAIMAVEA** — Dia 3 de  
agosto, nas saídas do *Club Germania*,  
festival pelo aniversario da locu-  
dade.

**INSTITUTO HISTORICO** — Dia 3, ás 7  
horas de noite, no largo da 24 a 2  
saldado, sessão ordinaria.

**GRUPO DRAMATICO** — Dia 3, ás 7  
horas de noite, no largo da 24 a 2  
saldado, sessão ordinaria.

**SOCIEDADE SERRAVALIA** — Dia 11,  
nas saídas do *Club Germania*, parti-  
da dançada.

**GABINET DO "ESTADO"**  
Acho-se nesta capital o sr. Antonio  
Pereira, representante, neste Estado,  
da casa Bello Vieira & Comp. do Rio  
de Janeiro.

**ARTES E ARTISTAS**

**OSWALDO E ARTÃO**  
O concerto que se realisarã am-  
anhã, ás 8 1/2 da tarde, no largo do  
Palacio, é dedicado pelo regente da  
banda, o sr. Carlos Artão, ao sr. Oswaldo  
possivel brasileiro Henrique Oswald.

Nas saídas do piano assistirão ao  
concerto Henrique Oswald, os profes-  
sores residentes nesta capital, sagado-  
res e agudados e outros pessôas.

O concerto estará illuminado.

**Palcos e Circos**

**Sant'Anna**  
Com numerosa assistência, realiza-  
ram homem, e seu beneficio os ac-  
tores Leonor Sacramento, Moreira Ma-  
chado, Lenor Stuart e Eduardo Mur-  
do, da companhia Cardoso da Matta.

Além do drama *Os dois sargentos*,  
que teve grande successo, houve um  
pequeno intermédio, terminando o es-  
pectaculo com a comedia *Philosofia*  
Borges.

Todos os actores foram muito applau-  
didos.

**Fallecimentos**

Faleceu a homem, nesta capital, na  
avancada idade de 87 annos, a vene-  
randa senhora d. Claudina do Paiva  
Azevedo, viuva do antigo negociante  
desta praça sr. Domingos do Paiva.

Era uma senhora muito relaciona-  
da nas primeiras familias de S. Paulo e  
pela extrema doçura de seu caracte-  
r, como pela elevada qualidades de seu  
espírito, gozava muita capital de gran-  
de e merecida estima.

A morte da mesma sr. Claudina  
do Paiva foi recebida com geral con-  
sternação; sentiram-na as pessoas de  
suas relações e sentiram-na os infeli-  
zes a quem a caridosa senhora, inces-  
santemente, encia de beneficios.

O enterro realisar-se hoje, sendo o  
fretado de 8 horas a noite, no manha-  
de, rua de Piratunga, n.º 7, e o cemite-  
rio de Consolação.

Os mecos pertencem á mesma familia  
de laudo.

— Em quarto particular do Hospital  
da Sociedade Beneficencia de Beneficencia,  
falleceu homem, nesta capital, o sr.  
Castilho Rodrigues Pereira, antigo  
agregado da praça de S. Paulo.

Os nossos pameas é familia enta-  
çada.

Falleceram mais:  
— Sr. Rio Claro, d. Alde Brandão de  
Barros, viuva do sr. major José In-  
cristo de Barros.

— Na Fortaleza, o antigo sr. r.  
sr. commandador Joaquim de Ovi-  
reira.

**OMNIBUS**

**VARIAS INFORMAÇÕES**  
Guaracão:  
— Superior de dia 8, 10 e 12 de julho.  
O corpo de cavalaria será o official  
para ajudante de 1.ª guarda do Pa-  
lacio e força para acompanhar presos  
ao Forum.

IMAGEM 10: Exemplo de uma das notícias de gatunos. "Os arrombadores de cofres". O Estado de São Paulo. Dia 27 de julho de 1900